

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ROSÂNGELA BUJOKAS DE SIQUEIRA

**REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:
POSSIBILIDADES DE DISPUTA DE HEGEMONIA POLÍTICA NO
PARANÁ – ENTRE 2007/2015**

PONTA GROSSA
2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ROSÂNGELA BUJOKAS DE SIQUEIRA

REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:
POSSIBILIDADES DE DISPUTA DE HEGEMONIA POLÍTICA NO
PARANÁ – ENTRE 2007/2015

Tese apresentada para obtenção do título de doutora no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Cidadania e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Danuta Estrufika Cantoia Luiz
Coorientadora: Profa. Dra. Maria Antônia de Souza.

PONTA GROSSA

2017

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Siqueira, Rosângela Bujokas de
S618 Rede Puxirão de povos e comunidades
tradicionais: possibilidades de disputa
de hegemonia política no Paraná – entre
2007/2015/ Rosângela Bujokas de Siqueira.
Ponta Grossa, 2017.
287f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais
Aplicadas - Área de Concentração:
Cidadania e Políticas Públicas),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Prof^a Dr^a Danuta E. C.
Luiz.
Coorientadora: Prof^a Dr^a Maria A.
de Souza.

1.Povos e comunidades tradicionais.
2.Movimentos sociais. 3.Classes
subalternas. 4.Hegemonia. 5.Estado e
sociedade civil. I.Luiz, Danuta E. C..
II. Souza, Maria A. de. III. Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Doutorado em
Ciências Sociais Aplicadas. IV. T.

CDD: 302.3

TERMO DE APROVAÇÃO

Rosângela Bujokas de Siqueira

REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: POSSIBILIDADES
DE DISPUTA DE HEGEMONIA POLÍTICA NO PARANÁ – ENTRE 2007/2015.

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 07 de abril de 2017.

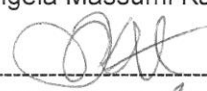
Assinatura pelos Membros da Banca:



Prof.^a Dra. Danuta Estrufika Cantola Luiz – UEPG – Presidente



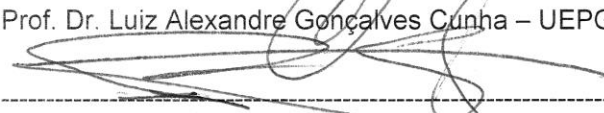
Prof.^a Dra. Ângela Massumi Katuta – UFPR – Partic. Externo



Prof.^a Dra. Márcia Pastor – UEL – Partic. Externo



Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha – UEPG – Partic. Interno



Prof. Dr. Alfredo Cesar Antunes – UEPG – Partic. Interno

Dedico aos povos e comunidades tradicionais do Paraná que lutam com coragem, dignidade e esperança por uma sociedade melhor para todos nós.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a toda solidariedade, generosidade e disponibilidade com que me acolheram os militantes dos povos e comunidades tradicionais da Rede Puxirão, nos diversos momentos desta pesquisa.

Aos representantes do Poder Público entrevistados, pela pronta disposição em participar da pesquisa e aos demais agentes com quem pude dialogar durante as reuniões do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Paraná.

Obrigada professora Danuta por aceitar minha proposta de pesquisa e pela disponibilidade constante em todas as etapas desta tese. Sua presença foi fundamental para que eu chegasse até aqui!

À professora Maria Antônia, coorientadora, pelas sugestões criativas e assertivas dadas para o estudo.

Aos professores Cunha e Alfredo e as professoras Márcia e Ângela por participarem da banca de avaliação. Agradeço, ainda, as contribuições que recebi na ocasião da qualificação, que foram pertinentes e enriqueceram minha visão sobre o estudo proposto.

Toda minha gratidão aos meus familiares, especialmente ao meu esposo Cláudio e a minha mãe Yvone, pela paciência, incentivo e companheirismo permanentes. Obrigada Alê, minha irmã, pela ajuda com detalhes da configuração.

As colegas e amigas do Departamento de Serviço Social da UNICENTRO, que mesmo sob condições adversas, colaboraram para que eu pudesse cursar parte deste doutorado de forma integral, com disponibilidade de tempo.

Aos colegas, as amigas, professoras e professores do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas pelas oportunidades de reflexão e pelos agradáveis momentos que vivenciei no Curso.

Como todo processo de construção de conhecimento é, de alguma forma, coletivo, já que envolve uma gama de saberes e fazeres, agradeço a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização desta tese.

As Tradições Futuras

Existe um único lugar onde o ontem e o hoje se encontram e se reconhecem e se abraçam, e este lugar é o amanhã. Soam como futuras certas vozes do passado americano muito antigo. As antigas vozes, digamos, que ainda nos dizem que somos filhos da terra, e que mãe a gente não vende nem aluga. Enquanto chovem pássaros mortos sobre a Cidade do México e os rios se transformam em cloacas, os mares em depósitos de lixo e as selvas em deserto, essas vozes teimosamente vivas nos anunciam outro mundo que não seja este, envenenador da água, do solo, do ar e da alma. Também nos anunciam outro mundo possível as vozes antigas que nos falam de comunidade. A comunidade, o modo comunitário de produção e de vida, é a mais remota tradição das Américas, a mais americana de todas: pertence aos primeiros tempos e às primeiras pessoas, mas pertence também aos tempos que vêm e pressentem um novo Mundo Novo. Porque nada existe menos estrangeiro que o socialismo nestas terras nossas. Estrangeiro é, na verdade, o capitalismo: como a varíola, como a gripe, veio de longe.

(Eduardo Galeano)

RESUMO

No Brasil, os conflitos envolvendo os povos e comunidades tradicionais datam do período da colonização, considerando as diversas etnias indígenas e os negros escravizados. As opções político-econômicas adotadas no desenvolvimento do capitalismo no país configuraram, ao longo do tempo, um cenário estrutural marcado pela concentração fundiária e dependência do capital externo, sustentando altos índices de desigualdade social e impactos ambientais. Esse processo agiu também para anular a existência dos diversos povos, de seus territórios e saberes tradicionais. As lutas pela terra, como uma expressão dos conflitos entre as classes sociais, somadas a pauta ambiental forjaram os povos e comunidades tradicionais como mais um dos sujeitos políticos das classes subalternas no país. Articulados em movimentos sociais, estes povos se colocam no cenário das disputas por hegemonia, questionando o modelo hegemônico do capital. Em consonância com a conjuntura nacional, em 2008, no Paraná, foi fundada a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, coletivo que agrega uma diversidade de grupos sociais étnicos e luta por reconhecimento, direitos e políticas públicas. Com isso, o objetivo geral desta tese é: analisar a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais como possibilidade de disputa de hegemonia política nas relações com o Estado no Paraná, entre 2007 – 2015. Animam a pesquisa as seguintes questões: A Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais constitui-se como movimento social? Este coletivo tem projeto sociopolítico? Se sim, como se deu a construção do mesmo? 3. A Rede Puxirão tem força para disputar hegemonia política no Paraná? O estudo, de caráter interdisciplinar, possui natureza qualitativa, contou com as pesquisas bibliográfica e documental, com observação sistemática de reuniões e entrevistas semiestruturadas (com representantes da Rede e de agentes estatais). Os dados foram interpretados a partir da análise de conteúdo temática. A tese está organizada em quatro capítulos, os dois primeiros constroem o arcabouço conceitual de análise, fundamentado na perspectiva gramsciana, e apresentam categorias teóricas como hegemonia/contra hegemonia, Estado e sociedade civil, lutas de classes, classes subalternas, movimentos sociais. O cenário brasileiro e as disputas territoriais envolvendo as classes em luta também são discutidos nestes capítulos. Já os dois últimos se detêm no universo empírico, através da experiência desta Rede e de sua relação com o Estado. Os dados foram interpretados através das seguintes categorias temáticas de análise – Tecendo a Rede: articulação dos grupos sociais étnicos subalternos no Paraná; Na “peleia” a gente aprende: um novo olhar para a situação de subalternidade vivenciada pelos grupos sociais étnicos no Paraná; O projeto de “vida” e o projeto de “morte”: elementos para a construção de um projeto sociopolítico contra hegemônico; Relação com o Estado: alguns avanços e muita dificuldade. Em síntese, os resultados da pesquisa demonstram que a Rede Puxirão tem contribuído para que os povos tradicionais do Paraná se coloquem de forma contra hegemônica no campo das disputas políticas, mas atual conjuntura exige que suas formas de mobilização sejam reinventadas, fortalecendo suas bases na sociedade civil e ocupando posições no âmbito estatal.

Palavras-chave: Povos e Comunidades Tradicionais. Movimentos Sociais. Classes Subalternas. Hegemonia. Estado e Sociedade Civil.

ABSTRACT

In Brazil, conflicts involving traditional peoples and communities date back to the period of colonization, considering the various ethnic groups and enslaved blacks. The political-economic options adopted in the development of capitalism in the country shaped, over time, a structural scenario marked by land concentration and dependence on external capital, sustaining high levels of social inequality and environmental impacts. This process also acted to annul the existence of the various peoples, their territories and traditional knowledge. The struggles for land, as an expression of the conflicts between social classes, added to the environmental agenda forged the traditional peoples and communities as one of the political subjects of the subaltern classes in the country. Articulated in social movements, these peoples place themselves in the scenario of disputes for hegemony, questioning the hegemonic model of capital. In line with the national context, in 2008, in Paraná, the Puxirão Network of Traditional Peoples and Communities was founded, a collective that brings together a diversity of ethnic social groups and a struggle for recognition, rights and public policies. With this, the general objective of this thesis is: to analyze the Puxirão Network of Traditional Peoples and Communities as a possibility of dispute of political hegemony in the relations with the State in Paraná, between 2007 and 2015. The following questions are encouraged by the Rede Puxirão de Are Traditional Peoples and Communities a social movement? Does this collective have a socio-political project? If yes, how did the construction of the same? 3. Will the Puxirão Network have the strength to compete for political hegemony in Paraná? The study, with an interdisciplinary nature, has a qualitative nature, counted on bibliographical and documentary researches, with systematic observation of semi-structured meetings and interviews (with representatives of the Network and state agents). The data were interpreted from the thematic content analysis. The thesis is organized in four chapters, the first two construct the conceptual framework of analysis, based on the Gramscian perspective, and present theoretical categories such as hegemony / against hegemony, state and civil society, class struggles, subaltern classes, social movements. The Brazilian scenario and the territorial disputes involving the fighting classes are also discussed in these chapters. The last two are in the empirical universe, through the experience of this Network and its relationship with the State. Data were interpreted through the following thematic categories of analysis - Weaving the Network: articulation of subaltern ethnic social groups in Paraná; In the "fight" we learn: a new look at the situation of subalternity experienced by ethnic social groups in Paraná; The "life" project and the "death" project: elements for the construction of a socio-political project against hegemonic; Relation with the State: some progress and much difficulty. In summary, the results of the research demonstrate that the Puxirão Network has contributed to the traditional peoples of Paraná being placed in an anti-hegemonic way in the field of political disputes, but today's conjuncture demands that their forms of mobilization be reinvented, strengthening their bases in society Occupy positions at the state level.

Keywords: Traditional Peoples and Communities. Social Movements. Subaltern Classes. Hegemony. State and Civil Society.

LISTA DE SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

APF – Articulação dos Povos Faxinalenses

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

ARESUR – Áreas Especiais de Uso Regulamentado

ARPIN-Sul – Articulação dos Povos Indígenas do Sul

ATER – Assistência Técnica de Extensão Rural

CAOP – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Constitucionais

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEMPO – Centro Missionário de Apoio ao Camponato

CEPAT – Centro de Apoio aos Trabalhadores

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNPCT – Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas

CPO-21 – Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática

CPICT/PR – Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Paraná

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DEDIHC – Departamento de Direitos Humanos e Cidadania

DSA – Departamento Socioambiental

EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

FECOQUI – Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná

FPRMA – Fórum Paranaense das Religiões de Matriz Africana

FSM – Fórum Social Mundial

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GT – Grupo de Trabalho

GTE – Grupo de Trabalho Especializado

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMbio – Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade

ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

IEEP – Instituto Equipe de Educadores Populares
IFPR – Instituto Federal do Paraná
INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCC – painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
ISA – Instituto Socioambiental
ITCG – Instituto de Terras, cartografia e Geociências do Paraná
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MASA – Movimento Aprendizizes da Sabedoria
MDIC – Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MICI – Movimento Interestadual das Cipozeiras e Cipozeiros
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MOIRPA – Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná
MOPEAR – Movimentos dos Pescadores e Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná
MP/PR – Ministério Público do Paraná
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MPL – Movimento Passe Livre
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNCSA – Projeto Nova cartografia Social da Amazônia
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partidos dos Trabalhadores
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista
SEC – Secretaria de Estado da Cultura
SEED – Secretaria de Estado da Educação

SEJU – Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SERC – Secretaria de Relações com a Comunidade

SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UC – Unidade de Conservação Ambiental

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste

UFPR – Universidade Federal do Paraná

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	– Fases de um Movimento Social.....	102
FIGURA 2	– Distribuição das terras no Brasil – 2013.....	116
FIGURA 3	– Bandeira do Movimento Articulação dos Povos Faxinalenses – 2015.....	148
FIGURA 4	– Capacitação para a realização das cartografias sociais promovida por PNCSA/UFPR/Rede Puxirão – 2011.....	155
FIGURA 5	– Localização parcial dos Grupos Sociais Étnicos Subalternos da Rede Puxirão no Paraná – 2016.....	159
FIGURA 6	– Mística realizada na reunião de base da Rede Puxirão, Fundação Rureco – Guarapuava/2010.....	169
FIGURA 7	– Folder de Divulgação de Oficina de Direito Étnico realizada em Parceria com a Rede Puxirão – Curitiba/2011.....	181
FIGURA 8	– II Encontro das Benzedeiras do Centro Sul do Paraná – Rebouças/2012.....	182
FIGURA 9	– Acampamento e Marcha dos Povos Tradicionais do Paraná – Curitiba/2010.....	186
FIGURA 10	– Folder de Divulgação do Curso de Formação de Lideranças realizado pela Rede Puxirão – Curitiba/2015.....	187
FIGURA 11	– Primeira reunião do GT de discussão da criação do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais e da política estadual da área – Curitiba/2011.....	222
FIGURA 12	– Discussões dos Povos Tradicionais no Seminário – Querência do Norte/2011.....	235
FIGURA 13	– Membros da Rede Puxirão entregam carta proposta para o Secretário da SERC – Curitiba/2011.....	237
FIGURA 14	– Benzedeira mostra a carteira de regulamentação do ofício tradicional de cura – Rebouças/2010.....	242

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	– Pesquisa de Campo e Observação Sistemática.....	21
QUADRO 2	– Perfil Básico dos Sujeitos de Pesquisa Entrevistados.....	23
QUADRO 3	– Categorias de análise da pesquisa.....	26
QUADRO 4	– Elementos Centrais das Categorias de Análise de Movimentos Sociais.....	105
QUADRO 5	– Composição da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais.....	158
QUADRO 6	– Demandas dos Povos e Comunidades Tradicionais formuladas no Encontro Estadual de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável do Paraná.....	238

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – ESTADO E HEGEMONIA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO.....	29
1.1 OS CONTRATUALISTAS E A CRÍTICA MARXISTA.....	29
1.2 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E HEGEMONIA EM GRAMSCI.....	51
1.3 O CONTEXTO BRASILEIRO.....	68
CAPÍTULO 2 – ARTICULAÇÃO COLETIVA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL E POSSIBILIDADES DE DISPUTA DE HEGEMONIA POLÍTICA	98
2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E DISPUTA POR HEGEMONIA.....	98
2.2 CONFLITOS TERRITORIAIS E ARTICULAÇÃO POLÍTICA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	113
CAPÍTULO 3 – ARTICULAÇÃO COLETIVA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO PARANÁ: A CRIAÇÃO DA REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	138
3.1 TECENDO A REDE: ARTICULAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS ÉTNICOS SUBALTERNOS NO PARANÁ.....	138
3.2 NA “PELEIA” A GENTE APRENDE: UM NOVO OLHAR PARA A SITUAÇÃO DE SUBALTERNIDADE VIVENCIADA PELOS GRUPOS SOCIAIS ÉTNICOS NO PARANÁ.....	164
CAPÍTULO 4 – A REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E AS POSSIBILIDADES DE DISPUTA DE HEGEMONIA POLÍTICA NO PARANÁ.....	190
4.1 O PROJETO DE “VIDA” E O PROJETO DE “MORTE”: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO SOCIOPOLÍTICO CONTRA HEGEMÔNICO.....	190
4.2 RELAÇÃO COM O ESTADO: ALGUNS AVANÇOS E MUITA DIFICULDADE.....	212
CONCLUSÃO.....	261
REFERÊNCIAS.....	266
APÊNDICE A – Roteiros das entrevistas.....	283
ANEXO A – Terras e territórios de povos e comunidades tradicionais do estado do Paraná.....	286

INTRODUÇÃO

No Brasil, embora a temática dos povos e comunidades tradicionais tenha ganhado repercussão recentemente, suas lutas datam desde o período da colonização se considerarmos, por exemplo, os diversos povos indígenas e os negros escravizados, com suas formas de resistência à situação de exploração e violência impetrada pelos colonizadores.

De saída, estes conflitos já denotavam as formas arbitrárias de gestão da propriedade privada da terra, o papel do Estado na manutenção desta ordem e a opressão política e cultural sobre as formas de vida e dos saberes dos povos colonizados.

Os valores que sustentaram o processo de colonização, e se reatualizam na modernização capitalista, sempre negaram a existência desses povos. Submetendo-os ao passado e ao atraso, toda forma de dominação e violência seguiu justificando-se como efeitos colaterais do progresso econômico, por isso mesmo, aceitável.

Impondo um modelo universal de sociedade e desconsiderando toda a história dos diversos povos colonizados e subalternizados, os ideais capitalistas vêm, desde então, se apropriando dos territórios, e com isso, dominando e explorando os recursos naturais e os saberes tradicionais.

Aqui a noção de subalterno designa, em geral, a submissão de uma pessoa/grupo/classe a outras, ou seja, é parte do processo de dominação presente na sociedade, portanto, se relaciona com o Estado e com as relações de forças travadas no marco do capitalismo (SIMIONATTO, 2009).

As classes subalternas são compostas por uma diversidade de sujeitos, que sob a pressão do projeto hegemônico do capital, se encontra desagregada. Tal desagregação não é fruto da incompetência dos grupos subalternos, mas sim do intento dos grupos dominantes que escamoteiam a história e as iniciativas dos subalternizados (GRAMSCI, 2002; DEL ROIO, 2007; SIMIONATTO, 2009).

Dessa perspectiva, a história é escrita do ponto de vista dos vencedores e raramente registra informações sobre a trajetória dos grupos sociais subalternos (GRAMSCI, 2002), o que nos permite relacionar a subalternidade com a chamada “invisibilidade social”, apontada pelos povos tradicionais como parte da dinâmica de negação de sua existência social.

As classes subalternas são, neste sentido, compostas por uma gama variada de sujeitos que sofrem a exploração e opressão econômica, mas também política e cultural. Daí decorre o entendimento adotado neste estudo de que os povos e comunidades tradicionais são grupos sociais das classes subalternas.

No que tange nosso cenário estrutural, sabe-se que o país orientou seu projeto de desenvolvimento econômico assentado no latifúndio, na monocultura e na exportação, gerando uma economia primária dependente do capital externo. Como consequência, manteve a concentração fundiária repercutindo em altos índices de desigualdade social e na geração de impactos ambientais intensos.

Muito embora as formas de resistência de tais povos sejam seculares, sua expressão política tem como marco histórico o contexto mais amplo de lutas pela terra, principalmente a partir da década de 1940, com o acirramento do conflito capital-trabalho, próprio da dinâmica do capitalismo. Na medida em que o país ingressa no movimento de modernização capitalista, e aumenta a exploração sobre o trabalho e a terra, uma diversidade de sujeitos políticos vai sendo forjada, expressando a dinâmica das lutas de classes no Brasil.

De início, se organizam as mobilizações de posseiros, as ligas camponesas e boias-frias, mas na sequência, os conflitos oriundos do desenvolvimento do capitalismo passam a atingir uma gama variada de comunidades e às lutas pela terra/território somam-se outros sujeitos, como os atingidos por barragens, as diversas etnias indígenas, os seringueiros, os povos quilombolas, para citar alguns grupos sociais.

Estas populações têm sido atingidas cada vez mais pela expansão econômica empreendida pelo Estado, em parceria com o capital estrangeiro e nacional, através do desenvolvimento agropecuário de grande porte e da utilização exaustiva e predatória dos recursos naturais.

As críticas aos rumos tomados pelo projeto de desenvolvimento econômico adotado pelo Estado brasileiro ganharam espaço na sociedade civil, especialmente, entre os anos de 1970 e 1980. A diversidade de sujeitos políticos, organizados em movimentos sociais, e as pautas de reivindicação denunciavam as consequências do desenvolvimento econômico que, mediante o autoritarismo político do período, geravam injustiça social e conflitos territoriais/ambientais.

Neste cenário, da soma da luta pela terra, do questionamento do modelo de desenvolvimento econômico, da socialização da política e da emergência da pauta ambiental nasceu a discussão da sociobiodiversidade no país. A diversidade de

populações que passou a sofrer os conflitos do desenvolvimento foi se articulando entre as lutas pela sobrevivência e pela defesa do meio ambiente, se autodenominando povos e comunidades tradicionais.

Tais povos se autoreconhecem como grupos culturalmente diferenciados, pois possuem formas próprias de organização social e usam seus territórios como condição necessária para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, mediante conhecimentos e práticas gerados pela tradição (BRASIL, 2013). Portanto, são chamados de tradicionais não com a conotação de povos sem mobilidade histórica ou atraso tecnológico e econômico, mas sim porque todas as mudanças e a modernização não foram suficientes para mudá-los no que diz respeito a suas culturas e relação com a natureza (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2014).

Diante disso, é errôneo relacionar estes grupos como sujeitos do passado, em processo de extinção ou integração ao modelo hegemônico de sociedade, uma vez que estes sujeitos resistem há séculos em seus territórios, com seus modos de vida, preservando valores sociais e práticas ambientais que os unem e os identificam, inclusive com o meio ambiente, mas se reinventam diante da realidade dinâmica.

Os saberes e fazeres destes povos caminham, inclusive, no sentido das críticas contemporâneas que vêm sendo colocadas pelos movimentos ambientalistas e pela própria ciência, no que diz respeito aos danos causados pelo modelo de desenvolvimento calcado no crescimento econômico, com maximização dos lucros e exacerbação do consumo. Tal modelo, além de concentrar renda e riqueza, uma vez que explora o trabalho e os recursos naturais à exaustão, tem gerado consequências ambientais consideradas, praticamente, irreversíveis, como o aquecimento global. Neste sentido, os povos e comunidades tradicionais não representam o passado, pelo contrário, contribuem para pensarmos uma sociedade do futuro.

Justamente por pautarem questões que caminham na contramão do projeto hegemônico do capital, estes povos, quando articulados em movimentos sociais, podem representar forças sociais importantes de disputa por hegemonia, propondo modelos alternativos de sociedade, assentados em ideais como os de justiça social e ambiental.

Além dos povos indígenas, dos quilombolas e dos extrativistas (seringueiros, quebradeiras de coco, castanheiros, etc), outros povos têm emergido na esfera pública, como as religiões de matriz africana, os pescadores artesanais, caiçaras, ribeirinhos, entre tantas outras identidades coletivas, desvelando o caráter plural da sociedade brasileira.

Nesta conjuntura, em 2008, no Paraná, foi fundada a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, coletivo que agrega uma curiosa e diversa gama de sujeitos que se autoreconhecem como povos tradicionais. Desde então, tal coletivo vem se colocando na arena política em busca do reconhecimento de sua existência social, de direitos e políticas públicas.

A demanda principal destes sujeitos no Paraná, assim como na esfera nacional, se refere ao acesso e permanência nos territórios tradicionais, com seus recursos naturais preservados. Tal assertiva contraria o modelo econômico hegemônico, já que o Paraná tem ganhado notoriedade pela sua participação expressiva no ramo agropecuário de grande porte, que se sustenta na concentração de terras e na monocultura, especialmente para exportação, ameaçando a viabilidade e a preservação dos territórios tradicionais.

Portanto, as lutas territoriais travadas pelos povos e comunidades tradicionais no Paraná representa, a nosso ver, uma ação contra hegemônica, no sentido de articular no âmbito da sociedade civil forças sociais capazes de tensionar o modelo vigente. A partir desta percepção propomos o objetivo do presente estudo.

a) Sobre os objetivos:

O objetivo geral desta tese é: analisar a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais como possibilidade de disputa de hegemonia política nas relações com o Estado no Paraná, entre 2007 – 2015.

O recorte temporal, com início em 2007, abarca o marco jurídico de reconhecimento destes povos no Brasil, mediante o Decreto nº. 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e corresponde, também, ao contexto prévio de articulação dos diferentes grupos dos povos tradicionais no Paraná para a fundação da Rede Puxirão, que se deu em 2008. O prazo final, ano de 2015, se justifica pelo momento de criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Paraná (CPICT/PR) que, legalmente se deu em 2012, mas passou a operar efetivamente em 2015. O CPICT/PR representa o espaço formal de discussão e negociação política envolvendo os povos tradicionais e os agentes estatais, por isso é considerado um marco importante nesta pesquisa.

Quanto aos objetivos específicos, traçamos: situar as lutas dos povos e comunidades tradicionais no cenário estrutural do Brasil; sistematizar a trajetória da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais no Paraná, identificando as categorias que constituem o coletivo, como cenário sociopolítico, composição, princípios articulatórios, organização e práticas, opositores, demandas, projeto sociopolítico e força social; caracterizar a relação estabelecida entre a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais e o Estado, no período de 2007 a 2015; e, por fim, identificar posicionamentos e inserção dos interesses da Rede nos processos de negociação política com o Estado, na construção de pautas para políticas públicas.

Animam esta pesquisa as seguintes questões: 1. A Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais constitui-se como movimento social? 2. Este coletivo tem projeto sociopolítico? Se sim, como se deu a construção do mesmo? 3. A Rede Puxirão tem força para disputar hegemonia política no Paraná?

A tese central é: a Rede Puxirão tem contribuído para a articulação e o fortalecimento de diversos grupos sociais étnicos, que enquanto classes subalternas vêm transcendendo de uma situação de exclusão na esfera pública para outra condição, de visibilidade e reconhecimento de direitos, mesmo que submetidos a conflitos sociais intensos. O produto desta tensão tem contribuído para o posicionamento contra hegemônico destes grupos, redefinindo as relações entre Estado e sociedade civil, ainda que em pautas específicas.

É importante destacar que os estudos referentes aos povos e comunidades tradicionais no Brasil são, em sua ampla maioria, muito recentes. Assim é, por certo, em função de que tais grupos só adquiriram protagonismo político no país nas últimas décadas. Embora os povos indígenas e quilombolas tenham sido reconhecidos na Constituição Federal de 1988, os demais povos só foram, de fato, legalmente reconhecidos em 2007, por meio da instituição da Política Nacional da área, conforme já colocamos.

Diante dessa realidade, a partir de um breve panorama traçado de busca na plataforma Banco de Teses, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), percebe-se que os trabalhos sobre a temática em pauta ganham maior repercussão a partir do ano de 2008, principalmente em áreas como: direito, desenvolvimento local/social/ambiental/sustentável, antropologia, geografia, meio ambiente, sociologia, educação e ecologia.

A área das ciências sociais ainda carece de estudos sobre a temática. A maior parte dos trabalhos disponibilizados no Banco de Teses da CAPES, nesta área, são dirigidos para povos específicos (por exemplo, estudo de alguma aldeia indígena, focado em uma comunidade quilombola ou faxinalense específica, assim por diante) e o debate sobre Estado, movimentos sociais, lutas de classes e povos tradicionais parece ser inovador. Sobre a Rede Puxirão, em especial, consta apenas uma tese, do ano de 2015. Diante disso, justificamos a relevância da presente pesquisa.

b) Sobre o percurso metodológico:

Em virtude de nossa trajetória de pesquisa anterior¹, nosso primeiro contato sistemático com a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais se deu mediante participação em uma reunião de articulação do coletivo realizada em dezembro de 2012, em Guarapuava – PR. Essa aproximação nos rendeu uma série de reflexões e chamava atenção, de início, como tal diversidade de povos/grupos ganhava unidade nesta Rede.

À medida que fomos nos aproximando da Rede Puxirão e de seus povos/grupos pudemos perceber que apesar do espectro diverso de sujeitos, as situações antagônicas e de ameaças são muito similares e dizem respeito as sequelas do projeto hegemônico capitalista e de sua relação com o Estado. Malgrado toda diversidade cultural, são os conflitos oriundos das lutas de classes que empurram os povos tradicionais na luta pela sobrevivência material (território) e simbólica (modos de vida e saberes).

Com isso, construímos o objeto de estudo e seguimos demarcando o rol interpretativo de análise, que se baseia na teoria crítica. Pelas questões até aqui destacadas, nossa categoria geral de análise é a questão da hegemonia/contra hegemonia, a partir da contribuição da obra de Antonio Gramsci e de autores contemporâneos.

O objeto de estudo impôs a necessidade do diálogo entre os autores, todavia, o pluralismo de ideias adotado comunga da necessidade de tecer a crítica ao existente e projetar a construção de saberes teóricos e práticos para uma nova sociedade, efetivamente democrática e justa, do ponto de vista político e também econômico.

¹ Essa trajetória abarca a pesquisa desenvolvida durante o Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, na UEPG, e disciplinas ministradas no Curso de Serviço Social da UNICENTRO com as temáticas: sociedade civil, democracia, participação e políticas sociais.

Sempre que possível, adotamos bibliografias trabalhadas nas disciplinas e grupos de pesquisa cursados pela autora, dotando de sentido o período vivenciado no doutorado.

Com tudo isso, a hegemonia é compreendida, neste estudo, como uma relação de disputa de poder estabelecida no âmbito da sociedade civil pelas diferentes classes sociais e frações de classes, com vistas a influenciar/transformar o terreno político, ou seja, o Estado.

Nessa interpretação, o processo de transformação não ocorre de maneira abrupta, pelo contrário, as relações de hegemonia são práticas político-pedagógicas processuais, que abarcam, além do aspecto econômico, o campo da cultura, enquanto visão de mundo e projeto de sociedade. A contestação da ordem vigente ocorre através de conexões contra hegemônicas, a partir da articulação de uma diversidade de instituições, organizações e sujeitos coletivos que, ao tensionarem o campo das decisões políticas, conquistam brechas importantes em arenas decisórias, podendo impactar, ainda que num primeiro momento em pautas específicas, o poder instituído.

A partir da literatura adotada, a categoria geral de análise se desmembra em categorias correlatas. Com isso, a questão da disputa de hegemonia envolve as dimensões: a articulação de grupos sociais das classes subalternas; a construção de uma visão crítica de mundo, através de práticas político-pedagógicas; a organização de uma vontade coletiva, que dê tessitura a um projeto sociopolítico, com rebatimentos na modificação/transformação das relações de poder político, ou seja, com influência no Estado.

No que se refere à natureza da pesquisa, é um estudo de caráter interdisciplinar, de base qualitativa e conta com as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. No campo, realizamos observação sistemática de eventos significativos envolvendo a Rede e realizamos entrevistas com representantes do coletivo e do Estado, em áreas afetas aos povos tradicionais. Os dados são interpretados a partir da análise de conteúdo temática.

De modo geral, o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo. Isso porque, a realidade social é o espaço do dinamismo da vida individual e coletiva, com toda a riqueza de significados presentes. Essa mesma realidade que se deseja conhecer é mais rica e complexa que qualquer teoria, pensamento ou discurso que se produza sobre ela. Desta forma, as ciências sociais, através de teorias e instrumentos, se aproximam das nuances da vida em sociedade, abordando o conjunto das expressões humanas

constantes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados (MINAYO, 2009).

A pesquisa qualitativa responde a questões acerca de um nível da realidade que não pode ser quantificado, já que trabalha com o universo de significados, de valores e crenças, como parte da realidade social. “O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos” (MINAYO, 2009, p. 21).

Assim, as relações de disputa de hegemonia política investigadas neste trabalho exigem a discussão e interpretação dos significados contidos no universo que se deseja conhecer: a relação entre a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais e o Estado.

O estudo bibliográfico é responsável pelo arsenal teórico mobilizado, que contribui para a interpretação da realidade pesquisada, sendo que aqui a análise das possibilidades de disputa de hegemonia política terá como conceitos centrais a questão da hegemonia e contra hegemonia, como destacamos.

Já a pesquisa de campo contou a observação sistemática das reuniões de articulação da Rede Puxirão, entre 2013 – 2015, que ocorreram com certa periodicidade em Guarapuava. Além destas reuniões, foram acompanhados alguns encontros de grupos específicos e outros eventos de maior amplitude envolvendo a Rede Puxirão. Somam-se a estas observações àquelas realizadas das reuniões do CPICT/PR. Todas as ocasiões observadas contaram com registros em diário de campo. O Quadro 1 dá detalhes de eventos/datas observados.

QUADRO 1 – Pesquisa de Campo e Observação Sistemática

Atividades	Detalhes
Reuniões de articulação da Rede Puxirão	20 e 21/12/2012; 20/03/13; 07 e 08/05/13; 21 e 22/11/13; 08 e 09/04/2014; 03/07/14; 13/11/2014; 09/07/15; 24/09/15; 26/11/15. Todas realizadas em Guarapuava.
Reuniões específicas de grupos	APF, em Guarapuava, no dia 19/03/13; APF, em Guarapuava, no dia 23/07/13; APF, em Guarapuava, no dia 03/07/14; APF, em Guarapuava, no dia 09/07/15; MASA, em São João do Triunfo, no dia 14/04/16; MASA, em Irati, no dia 17/05/16.
Encontros	Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais – região sul, nos dias 28 e 29/08/14, em Curitiba; Encontro de movimentos sociais do campo, em 06 e 07/05/15, na Fundação RURECO, Guarapuava; III Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais, em 23 e 24/05/15, Paranaguá; Reunião Geral das

	Lutas Sociais Camponesas, na Fundação RURECO, em Guarapuava, no dia 27/11/15.
Seminário	Seminário de Operadores de Direitos, promovido pela ONG Terra de Direitos e pelo MASA, no dia 13/08/16, em Irati.
Reuniões do CPECT/PR	23/04/15; 28/10/15; 09/12/15; 28/04/16; 28/07/16; 07/12/2016. Todas realizadas em Curitiba.

Fonte: Diário de Campo (2012, 2013, 2014, 2015). Nota: Organização da autora.

Esta etapa da observação sistemática nos permitiu mapear os documentos produzidos pela Rede Puxirão e outros afetos a área, como as legislações. A pesquisa documental tem como fontes as pautas das reuniões da Rede; as cartas finais de encontros, os boletins, cartilhas, as cartografias sociais e folders produzidos tanto pela Rede quanto por grupos específicos vinculados a ela.

Estes documentos contribuíram para traçarmos a trajetória da Rede Puxirão e foram fundamentais para identificar as categorias que constituem este coletivo, como composição, práticas, demandas, opositores, entre outras informações. Junto do estudo dos documentos produzidos pela Rede, somam-se as normativas afetas aos povos tradicionais e atas/regimento interno do CPECT/PR.

Foi, também, pela observação sistemática que elencamos os sujeitos de pesquisa da Rede Puxirão para as entrevistas, de cunho semiestruturado. Ou seja, existia um roteiro pré-elaborado, mas demos vazão para outras questões e informações que, porventura, surgiam no decorrer da aplicação da técnica, em contato com o sujeito de pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com, pelo menos, uma liderança de cada grupo/movimento social participante da Rede no período em que realizamos contato. Dois grupos, em especial, contam com dois representantes entrevistados, em função da aplicação do roteiro piloto. Depois de aperfeiçoado o roteiro, entrevistamos novamente um representante de cada grupo, conforme detalhado no Quadro 2, que virá logo adiante.

Além dos representantes da Rede Puxirão, do âmbito da sociedade civil, também foram entrevistados sujeitos do âmbito estatal. Estes foram selecionados tendo como critério a indicação dos membros da Rede Puxirão. Ao consultarmos os povos tradicionais, os principais agentes estatais citados repetidamente como relevantes para a pesquisa foram selecionados.

Ao todo, foram entrevistados treze sujeitos de pesquisa, sendo nove vinculados a Rede Puxirão e quatro ao campo estatal. Na sequência segue o perfil básico dos entrevistados².

QUADRO 2 – Perfil Básico dos Sujeitos de Pesquisa Entrevistados

Âmbito	Grupo/Função/Órgão	Perfil Básico	Identificação
Estado	Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU), Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC)	Diretora Adjunta do DEDIHC, desde 2012, atuou no processo de criação do CPICT/PR, que está alocado na SEJU. É conselheira governamental do CPICT/PR, pela SEJU.	Entrevista realizada no dia 17/06/2016, em Curitiba, identificado no texto como “SEJU, DEDIHC, Diretora Adjunta”.
	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Serviço Quilombola, Fiscal de Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER)	Atuou, enquanto engenheiro agrônomo, com faxinalenses e agroecologistas antes de ingressar no INCRA, em 2004. Foi o primeiro coordenador do Serviço Quilombola no INCRA e no momento atua como fiscal de ATER.	Entrevista realizada no dia 01/10/2015, em Curitiba, identificado no texto como “INCRA, Serviço Quilombola, Fiscal de ATER”.
	Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Departamento Socioambiental (DSA)	Atua no IAP/DSA desde 2006 e realizou trabalhos com faxinalenses, ilhéus e quilombolas no estado.	Entrevista realizada no dia 12/05/2016, em Curitiba, identificado no texto como “IAP, DSA, Agente profissional”.
	Ministério Público do Paraná (MP/PR), Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Constitucionais (CAOP)	Atou na SEED, em 2005, com foco na educação do campo, no ITCG, em 2008, e foi um dos integrantes do Grupo Clóvis Moura. Atualmente compõe o CAOP, como assessor técnico, no campo dos direitos humanos.	Entrevista realizada no dia 02/08/2016, em Curitiba, identificado no texto como “CAOP, MP/PR, Assessor técnico”.
	Assessoria	Atou na CPT na década de 1980, acompanhou conflitos com posseiros, indígenas e quilombolas. Mais tarde fundou o CEMPO com demais companheiros das lutas camponesas. Sempre esteve próximo da mobilização e assessoria política aos grupos da Rede Puxirão.	Entrevista realizada no dia 05/05/2016, na sede do CEMPO, em Guarapuava, identificado no texto como “Assessor 1 da Rede Puxirão”.
	Assessoria	Atuou como educador popular em ONGs parceiras da Rede Puxirão, como CEMPO e	Entrevista realizada no dia 17/06/2016, em Curitiba, identificado no texto como

² Todas as entrevistas foram firmadas mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), exigido pela Comissão de Ética em Pesquisa da UEPG (COEP), a qual apreciou e aprovou nosso projeto de pesquisa. As entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas preservando as características originais da fala de cada sujeito. Os representantes da sociedade civil, em especial, possuem uma fala mais coloquial e por vezes bastante humilde, mas adensada de rico conteúdo político construído em suas trajetórias.

Sociedade Civil		IEEP, foi assessor político da APF e prestou assessoria para a Rede Puxirão de 2008 até 2010.	<i>“Assessor 2 da Rede Puxirão”.</i>
	Faxinalense	Foi membro do movimento dos posseiros em Pinhão, esteve presente na fundação da APF e na fundação da Rede Puxirão. Coordena a Rede Puxirão.	Entrevista realizada no dia 26/07/2015, em Pinhão, identificado no texto como <i>“Faxinalense, Coordenador da Rede Puxirão”.</i>
	Ilhéu 1	Liderança do MOIRPA e liderança na Rede Puxirão, desde 2010.	Entrevista realizada no dia 06/05/2015, na Fundação RURECO, em Guarapuava, identificado no texto como <i>“Ilhéu 1, Liderança na Rede Puxirão”.</i>
	Ilhéu 2	Foi do MST em função do processo de expropriação territorial sofrido pela construção da Usina de Itaipu, participou do MAB. Liderança do MOIRPA e atuou na fundação da Rede Puxirão.	Entrevista realizada no dia 27/08/2015, na Prefeitura de Cândói, identificado no texto como <i>“Ilhéu 2, Liderança na Rede Puxirão”.</i>
	Quilombola	Liderança na Associação Quilombola vinculada a Comunidade Invernada Paiol de Telha, atua como militante na FECOQUI e atuou na fundação da Rede Puxirão.	Entrevista realizada no dia 28/05/2016, no assentamento do Distrito de Entre Rios, Guarapuava, identificado no texto como <i>“Quilombola, Liderança na Rede Puxirão”.</i>
	Benzedeira 1	Liderança do MASA e atua como liderança na Rede Puxirão desde sua fundação.	Entrevista realizada no dia 07/05/2015, na Fundação RURECO, em Guarapuava, identificada no texto como <i>“Benzedeira 1, Liderança na Rede Puxirão”.</i>
	Benzedor 2	Liderança do MASA e atua como liderança na Rede Puxirão desde sua fundação.	Entrevista realizada no dia 11/08/2016, no IEEP, em Irati, identificado no texto como <i>“Benzedor 2, Liderança na Rede Puxirão”.</i>
	Pescador Artesanal	Liderança do MOPEAR e atua como liderança na Rede Puxirão, desde 2010.	Entrevista realizada no dia 19/08/2016, por telefone, em Guarapuava, identificado no texto como <i>“Pescador artesanal, Liderança na Rede Puxirão”.</i>

Fonte: Diário de Campo (2013, 2014, 2015). Nota: Organização da autora.

As entrevistas e o contraponto dos dados documentais permitiram a pesquisadora traçar a trajetória da Rede Puxirão, caracterizar a relação estabelecida entre este coletivo e o Estado e apontar os processos de negociação política. Todos estes elementos da análise da Rede Puxirão como possibilidade de disputa de hegemonia política nas relações com o Estado no Paraná. A interpretação e discussão dos dados foram realizadas a partir da técnica análise de conteúdo temática.

No que se refere a essa técnica, os primeiros trabalhos expressivos de análise de conteúdo surgiram no início do século XX, especialmente com Harold Laswell (1927), nos Estados Unidos, através do estudo sobre a propaganda na Primeira Guerra Mundial. Naquele momento, em uma perspectiva quantitativa, a análise ficava restrita a frequência das características presentes nas mensagens, com extrema rigorosidade científica (RICHARDSON, *et al*, 2007).

Entre 1940 e 1950 o campo de estudo amplia-se, passando a envolver áreas como a literatura e a análise da personalidade. A partir de então, esse tipo de análise se estendeu a uma multiplicidade de áreas e progressivamente foi incorporando um viés mais qualitativo. “[...] A análise de conteúdo é um tema central para todas as ciências humanas e com o transcurso do tempo tem-se transformado em um instrumento importante para o estudo da interação entre os indivíduos” (RICHARDSON, *et al*, 2007, p. 222).

Segundo Bardin (2004, p. 37), a análise de conteúdo corresponde a:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Desta forma, “através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (GOMES, 2009, p. 84).

De forma operacional, o tema é geralmente utilizado como unidade de registro para se analisar opiniões, atitudes, valores e crenças. As respostas dadas a questões abertas, a entrevistas, reuniões, etc, são frequentemente analisadas tendo o tema por base (BARDIN, 2004). A unidade de registro se refere à unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando a categorização.

Na análise de conteúdo temática, “o tema é uma unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia a leitura” (BARDIN, 2004, p. 99). Assim, no decorrer da análise se desvelam “os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de

aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2004, p. 99).

No que compete ao procedimento analítico, Gomes (2009) sugere o seguinte percurso: 1. Decompor o material a ser analisado em partes; 2. Distribuir as partes em categorias; 3. Fazer a descrição do resultado da categorização, expondo os achados; 4. Fazer inferências dos resultados, lançando mão das premissas aceitas pelo pesquisador e 5. Interpretar os resultados obtidos com o auxílio da fundamentação teórica adotada.

O Quadro 3 elucida a categorização realizada com base na análise do material coletado e do esquema teórico interpretativo adotado.

QUADRO 3 – Categorias de análise da pesquisa

Categoria geral	Categorias correlatas	Categorias básicas da análise de movimentos sociais	Categorias temáticas emergentes
Hegemonia e Contra Hegemonia Gramsci ↓ Coutinho, Simionatto, Semeraro, Carnoy, Gruppi, Luiz, Schlesener, Martins, Nogueira, Monal.	1. Articulação de grupos sociais das classes subalternas.	Composição, Princípios articulatórios (interno e externo) e Cenário sociopolítico (Gohn, 2007).	Tecendo a Rede: articulação dos grupos sociais étnicos subalternos no Paraná (item 3.1)
	2. Visão crítica de mundo, através de práticas político-pedagógicas.	Organização e Práticas (Gohn, 2007).	Na peleia a gente aprende: um novo olhar para a situação de subalternidade vivenciada pelos povos e comunidades tradicionais (item 3.2)
	3. Organização de uma vontade coletiva, que dê tessitura a um projeto sociopolítico.	Opositores e Projeto Sociopolítico (Gohn, 2007).	O Projeto de “Vida” e o Projeto de “Morte”: elementos para a construção de um projeto sociopolítico contra hegemônico (item 4.1)
	4. Influência nas relações de poder.	Demandas e Força social (Gohn, 2007).	Relação com o Estado: alguns avanços e muita dificuldade (item 4.2)

Nota: Organização da autora.

A par dos objetivos e do percurso metodológico, passamos a organização textual da tese.

c) Sobre a organização do texto:

A tese está disposta em quatro capítulos e cada um deles subdivide-se em itens. Todos os capítulos foram organizados no sentido de responder aos objetivos da pesquisa.

O primeiro capítulo apresenta conceitos centrais do estudo, como a concepção de Estado adotada, sua relação com as lutas de classes e a questão da disputa de hegemonia política. O texto realiza um passeio sobre a contribuição dos clássicos da teoria do Estado moderno e dedica atenção às reflexões da teoria crítica, especialmente para obra de Antonio Gramsci. A partir de noções como Estado e sociedade civil; hegemonia e contra hegemonia; intelectual; revolução passiva; classes subalternas; entre outras, o capítulo 1 realiza uma leitura acerca da especificidade do Estado brasileiro e cria condições para refletirmos sobre o cenário estrutural onde situam-se as lutas dos povos e comunidades tradicionais.

Demarcar o conceito de movimento social adotado, apresentar seus elementos centrais de análise e sua relação com a disputa por hegemonia é uma das tarefas do capítulo 2. Junto desta, o capítulo se propõe a apresentar para o leitor o sujeito coletivo central deste estudo: os povos e comunidades tradicionais. Destaca-se a trajetória de articulação coletiva destes sujeitos no país, via movimentos sociais, e as disputas territoriais travadas com seus opositores, que expressam uma das facetas que as lutas de classes adquirem na contemporaneidade.

Somados aos conceitos abordados no capítulo 1, o rol apresentado neste capítulo 2 – como movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, território, território camponês-tradicional *versus* território capitalista-agronegócio, entre outros –, conforma o arcabouço teórico mobilizado para responder as questões de pesquisa.

O terceiro capítulo nos remete ao universo empírico de análise e nos dá elementos para respondermos nossa primeira questão de pesquisa, a saber: a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais constitui-se como movimento social?

A partir de duas categorias temáticas de análise, discute-se a articulação de grupos sociais das classes subalternas (item 3.1), evidenciando parte dos elementos centrais de análise dos movimentos sociais – como composição, princípios articulatórios e cenário sociopolítico – e a construção de uma visão crítica de mundo, através de práticas político-pedagógicas (item, 3.2), envolvendo como elementos as práticas e a organização.

Na interpretação desta tese, as duas categorias temáticas são parte dos quesitos que compõem os processos de disputa de hegemonia política, a partir dos fundamentos apresentados nos capítulos anteriores.

O quarto e último capítulo do trabalho, também com foco no universo empírico, versa sobre a relação da Rede Puxirão com o Estado no Paraná e nos dá condições de responder as demais questões de pesquisa, que aqui retomamos: A Rede Puxirão tem projeto sociopolítico? Se sim, como se deu a construção do mesmo? A Rede Puxirão tem força para disputar hegemonia política no Paraná?

Neste quarto capítulo a reflexão é realizada a partir de duas categorias temáticas. A primeira (item 4.1) trata da organização de uma vontade coletiva, que dê tessitura a um projeto sociopolítico, destacando como elementos centrais de análise de movimentos sociais o projeto sociopolítico e os opositores. Já a segunda (item 4.2) discute a influência nas relações de poder, via “rupturas moleculares” e tomada de “posições”, indicando como elementos de análise as demandas e a força social.

Estas categorias temáticas, somadas àquelas apresentadas no capítulo 3, perfazem os requisitos aqui adotados na compreensão dos processos de disputa de hegemonia política, conforme expusemos no Quadro 3 – Categorias de análise da pesquisa.

De antemão, como poderão acompanhar na leitura deste trabalho, os resultados da pesquisa corroboram a tese lançada, mas a ela agregam outros elementos: a Rede Puxirão, enquanto uma rede de movimentos sociais, tem contribuído para articulação dos grupos sociais étnicos subalternos, fazendo com que estes sujeitos se coloquem de forma contra hegemônica no árduo campo de disputas e embates políticos no Paraná, contudo, a atual conjuntura política exige que suas estratégias de mobilização sejam reinventadas, fortalecendo suas bases na sociedade civil e ocupando posições no âmbito estatal, para que possam, de fato, inscrever nos liames do Estado os valores contra hegemônicos de uma sociedade de novo tipo: mais justa do ponto de vista econômico, político, social e ambiental.

1. ESTADO E HEGEMONIA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO

O Estado moderno não pode ser entendido unicamente como aparelho burocrático-coercitivo, como “vulgarmente” a maioria da população pensa. Suas dimensões, de fato, não se limitam aos instrumentos exteriores de governo, mas compreendem, também, a multiplicidade de “organismos” da sociedade civil, onde se manifestam a livre iniciativa dos cidadãos, seus interesses, suas organizações, sua cultura e valores, e onde praticamente se enraízam as bases da hegemonia. Nesta ótica é possível dizer que a “sociedade civil” representa o Estado considerado “de baixo”, enquanto a “sociedade política” é o Estado visto “do alto” (SEMERARO, 1999, p. 75).

1.1 OS CONTRATUALISTAS E A CRÍTICA MARXISTA

Na perspectiva de análise crítica, o momento atual do desenvolvimento capitalista tem mantido o debate da centralidade da luta de classes. Apesar das tentativas de deslocamento desta pauta de discussão, especialmente a partir do viés pós-moderno³, a crise do ano de 2008 (com repercussões econômicas e políticas) fez emergir, de forma mais contundente a partir de 2010, um cenário de revoltas, com críticas às desigualdades crescentes e ao modelo representativo de democracia.

Desde o Egito, a Espanha, a França, os Estados Unidos e a Grécia, o clima de contestação também repercutiu no Brasil, com destaque para as manifestações de junho de 2013. As pautas levantadas acerca da precariedade dos serviços públicos, dos limites de mecanismos de participação democrática e da crítica à corrupção apontam para a ineficiência do Estado capitalista em responder às demandas sociais contemporâneas.

De acordo com Braz (2012), a crise de 2008 não foi, em essência, diferente de outras crises que abateram o sistema, sendo movida pela natureza contraditória do desenvolvimento capitalista, que, ao potencializar seu processo de reprodução ampliada, reproduz também os fatores que exponenciam suas contradições e acionam suas crises, sendo que, desde o final do século XX, têm maior duração e se expressam em períodos mais curtos, alternando crescimento, auge, crise, depressão/recessão e retomada.

³ [...] o pensamento pós-moderno supõe que as recentes transformações societárias não permitem mais aquelas referências coletivas, como a de classe, que motivou as organizações sociais e políticas do século XIX e início do século XX. Essa forma de pensar considera que ocorre uma erosão da identidade de classe configurada na unidade ampla dos trabalhadores, predominando novas identidades de acordo com novos e múltiplos interesses, sempre parciais, e não mais universais. Assim, os interesses universais de classe dão lugar aos desígnios grupais específicos e localistas [...] (RIBEIRO, 2014, p. 102-103).

A contradição central (a produção social e a apropriação privada) e o caráter anárquico da produção potencializam e assentam o desdobramento das crises capitalistas que podem se expressar na tendência de queda da taxa média de lucro e/ou na combinação superprodução de mercadorias/subconsumo das massas trabalhadoras. É o aumento da população sobrando (do exército industrial de reserva) e a massa de capitais excedentes que encontra dificuldades para se valorizar (a superacumulação) que têm tornado o metabolismo social do capital ainda mais sedento e voraz na busca de novos espaços de acumulação e de valorização do valor (BRAZ, 2012, p. 470).

Os impactos desse contexto têm refletido na intensa precarização do trabalho, na espoliação dos direitos sociais dos trabalhadores, na mercantilização de serviços, assim como do espaço urbano e da própria natureza.

Dessa forma, as manifestações contemporâneas têm apresentado agendas materiais de reivindicações, ou seja, com corte de classe. No Brasil, são exemplos expressivos do espaço urbano o Movimento Passe Livre (MPL), pautando o direito ao transporte, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), com a questão da moradia. Já no que compete aos conflitos do campo, alcançaram expressão significativa as pautas da sociobiodiversidade, que denunciam, além da mercantilização da terra, o controle dos recursos naturais pelo capital, como a água, as florestas, as sementes e os conhecimentos tradicionais. Além de outros, coletivos indígenas e quilombolas têm pautado esse debate, podendo ser citados como exemplos a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ).

Balizando rapidamente a atual conjuntura, podemos perceber que o modo de operar a política econômica tem rebatimento na vida social, intensificando as relações de força e de interesses. A forma de produzir materialmente a vida implica em uma série de outras relações sociais, políticas e culturais tecidas pelos indivíduos em sociedade, que, em essência, revelam os interesses de classe.

As lutas sociais contemporâneas, com pautas diversificadas – como trabalho, direitos sociais, reconhecimento étnico, diversidade e gênero, questões ambientais, dentre outras – expressam particularidades de uma universalidade mais ampla: a luta de classes.

É importante destacar que:

[...] a luta de classes quase nunca se apresenta em seu estado puro, quase nunca se limita a envolver sujeitos diretamente antagonistas; sobretudo, é justamente por essa ausência de “pureza” que ela pode desembocar em uma revolução social vitoriosa (LOSURDO, 2015, p. 37).

Nesse sentido, Losurdo (2015) explica que a complexidade da luta de classes não se resume à relação burguesia *versus* proletariado, mas abarca múltiplas configurações, como a opressão da mulher e a batalha anticolonialista, sendo que esta última conquistou, no primeiro momento, expressão de disputa pela libertação nacional e agora persiste como um embate econômico entre países pela sua própria autonomia.

Os dados sobre a concentração de renda e riqueza ilustram as tensões existentes entre países. Assim, 80% da população que vive no Hemisfério Sul dispõe de 20% da riqueza mundial, ao mesmo tempo em que a outra parte, menos de 20% da população que vive no Hemisfério Norte, desfruta de 80% da riqueza. Em outro exemplo: a renda *per capita* dos Estados Unidos é 4,2 vezes maior do que a renda média mundial e 21 vezes maior que a renda média da África Subsaariana (BRAZ, 2012).

Ainda no que tange à relação entre diferentes países, Costa (2006) adverte que a particularidade histórica do Estado moderno na periferia capitalista deve levar em conta dois níveis de pressão: primeiro, o da burguesia interna e de grupos econômicos conservadores (como o latifúndio) e, segundo, a burguesia externa, como as multinacionais e os governos dos países centrais, que exigem acordos políticos e econômicos que recriam as situações de subalternidade entre as nações, repercutindo na espoliação de direitos dos trabalhadores.

Diante dessa interpretação, a luta dos povos e comunidades tradicionais expressa uma das configurações da luta de classes na contemporaneidade. A opressão histórica que esses povos sofreram no processo de colonização se repõe diante dos conflitos gerados pelo modelo de desenvolvimento capitalista adotado, especialmente no campo, a partir do que ficou conhecido como “Revolução Verde”⁴. Tais povos têm sofrido com a pressão exercida pelo modelo da monocultura, assentada no latifúndio e comprometida com as grandes multinacionais, como as do ramo das sementes transgênicas, assim como com a submissão da agricultura à indústria.

A mecânica dessa configuração societária deve ser buscada no modo de produção operante, que está assentado na concentração da propriedade privada. “As relações de produção e o tipo de propriedade caracterizam uma determinada formação

⁴ Processo de modernização agrícola criado após a Segunda Guerra Mundial, com financiamento dos Estados Unidos da América, que ganhou expressão principalmente a partir da década de 1960. Tem como proposta o aumento da produção agrícola através da inserção de tecnologias no campo, como maquinário, técnicas de fertilização, uso de insumos químicos e sementes geneticamente modificadas. Tal proposta tem se mostrado ambiental e socialmente insustentável, já que contribui para a concentração de terras e práticas ambientais predatórias (MOREIRA, 2000).

econômico-social. As relações de produção capitalistas caracterizam a formação econômico-social capitalista” (GRUPPI, 1978, p. 21).

De acordo com Gruppi (1978), existe uma correspondência entre modo ou relação de produção e formação econômico-social da sociedade. O que caracteriza a formação econômico-social da sociedade é o modo de produção que predomina na fase em questão e acaba por condicionar a vida social, permitindo explicar os vínculos sociais e compreender os momentos da vida em sociedade.

Em consonância com essa interpretação, Costa (2006) destaca que não podemos compreender o Estado-nação somente a partir de seus elementos tradicionais – como delimitação territorial, população e poder político – pois devemos considerar ainda dimensões como a organização da estrutura produtiva, as relações entre as classes sociais, a ordem jurídica e a inserção de cada país no mercado mundial.

Compreender essa relação nos permite ponderar que, apesar das garantias legais do Estado de direito, os povos e comunidades tradicionais do Brasil estão submetidos aos conflitos inerentes ao projeto político-econômico dominante que, ao concentrar terra e incentivar a produção de *commodities* (como a soja) ameaça a existência coletiva desses sujeitos. Assim:

As disputas territoriais entre agronegócio e campesinato ou entre agronegócio e povos indígenas têm crescido com o aumento da produção de *commodities* como a soja e a cana-de-açúcar, utilizadas também na produção de biodiesel e etanol (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2014, p. 64).

Esse arcabouço de interpretação, que desvenda os interesses de classe presentes no âmbito estatal, está referendado nas discussões de Marx e Engels (2008), nas quais se aponta que a emergência de um mercado mundial, que dilui as relações de trocas locais, gera o desejo aguçado de consumo que já não é mais satisfeito pelas mercadorias tradicionais. Os meios de comunicação se tornam mais sofisticados, a urbanização gera o êxodo rural, a miséria nas cidades e a automatização das fábricas e do campo. Nesse processo, o capital se concentra nas mãos de poucos e o Estado assume a função de manter o sistema de propriedade privada e o gerenciamento dos conflitos sociais inerentes a esse modelo.

Apesar das polêmicas que discutem a contribuição (ou não) da teoria marxista para pensar a realidade contemporânea, compartilhamos do entendimento de que a obra de Karl Marx (1818 – 1883) representou um “divisor de águas” nas discussões acerca

das relações de poder que permeiam o Estado moderno, permitindo-nos refletir sobre as lutas sociais contemporâneas, a exemplo da luta pela terra/território travada pelos povos e comunidades tradicionais no Brasil.

A discussão acerca do Estado moderno é um tema da modernidade, que proporcionou aos indivíduos a compreensão de que a vida em sociedade é regida pela razão, superando os antigos dogmas que envolviam as relações de poder estabelecidas até então. Como se sabe, o Iluminismo foi o movimento histórico que marcou tal ruptura. A partir disso, a discussão acerca do Estado e da organização da vida social ocupou espaço relevante de debate no campo filosófico e também político.

A decadência da noção de predestinação orientou, em grande medida, o avanço irresistível da modernidade, emoldurada pelos acontecimentos que se desenrolaram entre a crise da sociedade feudal no século XIV e as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII. O primado da fé recuou diante da força crítica e otimista do saber científico. Os limites impostos pela natureza (e devidamente justificados pela ética religiosa medieval) foram cada vez mais vistos como algo intransponível aos seres humanos. Contra um mundo de “verdades reveladas”, assentado no trinômio particularismo-organicismo-heteronomia, construiu-se um outro pautado no trinômio universalidade-individualidade-autonomia, no qual a descoberta das verdades depende do esforço criativo do homem (MONDAINI, 2008, p.115).

De acordo com Rouanet (2003), a modernização é produto dos processos globais de racionalização que se deram nas esferas econômica, cultural e política, representando, de modo significativo, o aumento de eficácia. Assim, no âmbito econômico, a racionalização contribuiu para a formação de uma mentalidade empresarial moderna, baseada na previsão e no cálculo. Com o desaparecimento dos vínculos de subordinação feudal, abriu-se espaço para uma força de trabalho, facilitando a constituição do trabalhado assalariado. A dessacralização das visões de mundo vinculadas à religião deram vazio a outros olhares sobre a realidade, como a emergência da ciência.

No que tange à esfera política, tal racionalização conduziu a substituição da autoridade descentralizada pré-moderna pelo Estado absolutista e, mais tarde, pelo Estado moderno, dotado de uma administração burocrática racional. Esse processo acabou fortalecendo a noção de uma modernização funcional, defende o autor supracitado, em que racionalizar passou a significar, principalmente, a injeção de razão instrumental nos mecanismos decisórios da empresa ou do Estado.

No entanto, o contraponto desta percepção, expresso através da chamada modernização iluminista, também norteia os debates em torno desse processo histórico,

sendo que a ideia de eficácia passa a significar, também, a injeção de razão emancipatória no tecido social (ROUANET, 2003).

Desta feita, a percepção acerca do papel do Estado e da gestão da vida em sociedade sofreu o rebatimento das diferentes perspectivas de modernização, de modo que a própria compreensão do Estado moderno veio se constituindo em um conceito em disputa: ora frisado como legalidade abstrata, com ênfase na defesa dos direitos individuais, ora criticado a partir das contradições materiais de existência, que geram uma relação de desigualdade econômica e opressão política. Com isso:

[...] há na Ilustração⁵ temas típicos do liberalismo econômico – a supremacia do mercado, o *laissez faire*, a crença nas virtudes da competição, uma certa concepção do homem como ser movido predominantemente pelo interesse e pelo desejo do ganho. Mas há também uma segunda vertente, que acentua a igualdade em vez da liberdade, o dirigismo em vez da livre iniciativa, e a propriedade coletiva em vez da propriedade individual (ROUANET, 2003, p. 149).

Este embate de perspectivas repercutiu em diferentes visões de mundo acerca dos projetos societários, do papel do Estado e das relações entre as classes sociais. Essas reflexões embasaram a obra de diversos pensadores da modernidade, que destacaram temas relevantes para o campo dos direitos humanos.

Na esteira desse contexto, o Estado moderno foi referendado como uma espécie de pacto que, ao estabelecer as regras de convívio social e político, configurou-se como agente regulador da vida em sociedade.

Assim, o Estado moderno expressa as contradições do contexto histórico que lhe deu origem, uma sociedade marcada pelo potencial humanizador da liberdade individual, da razão como guia para a ação humana e, ao mesmo tempo, dilacerada pela luta de classes e pelo antagonismo entre interesses privados, individuais, expressos na legitimidade da propriedade privada, e os interesses coletivos, a defesa da ordem legal e da ideia de justiça (COSTA, 2006, p. 28).

Nesse debate, contribuíram significativamente os chamados contratualistas, que entre os séculos XVI e XVIII, basicamente, afirmaram que a origem do Estado e/ou da sociedade estaria em uma espécie de contrato. Assim, os homens viveriam,

⁵ Para Rouanet (2005), a Ilustração se refere a corrente de ideias que floresceu no século XVIII, já o Iluminismo designa uma tendência intelectual, não limitada a qualquer época específica, que combate o mito e o poder a partir da razão. Nesse sentido, o autor acredita que o Iluminismo é uma tendência trans-epocal, que cruza transversalmente a história e que se atualizou na Ilustração, mas não começou com ela, nem tampouco se extinguiu no século XVIII.

naturalmente, sem poder e organização, que surgiriam depois a partir de um pacto firmado por eles, que estabeleceria as regras de convívio social e de subordinação política (RIBEIRO, 2004).

Desta forma, os indivíduos entram no contrato social abandonando o estado de natureza para formarem a chamada sociedade civil. Dentre os expoentes do contratualismo estão John Locke (1632 – 1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778)⁶. Apesar de ambos discutirem a importância do pacto social para a organização da vida em sociedade, a leitura acerca da propriedade privada é polemizada de forma distinta por esses pensadores.

Considerando que a relação entre a concentração da propriedade privada e o papel do Estado é um tema importante para a compreensão das lutas dos povos e comunidades tradicionais do Brasil, optou-se por desvendar os fundamentos desse impasse na teoria do Estado moderno.

Em relação à contribuição de Locke, almejando romper com o absolutismo, e em sintonia com os ideais de liberdade da modernidade, o pensador em questão ponderou que a tarefa do Estado moderno residiria, principalmente, na defesa dos interesses individuais.

O marco para a construção de seu pensamento foi a Inglaterra no século XVII, ponto de partida para a discussão dos direitos de cidadania durante a primeira revolução burguesa da história, que se inicia em 1640 e tem sua conclusão em 1688, fazendo nascer o primeiro país capitalista do mundo. Nessa fase de transição, houve a dissolução do sistema feudal, mudanças nas estruturas econômicas e a constituição do Estado monárquico absolutista (MONDAINI, 2008).

A dinâmica do Estado absolutista acabou favorecendo a expansão de determinados setores burgueses em seu interior. Para Mondaini (2008), os setores burgueses emergentes passaram a pressionar a nobreza e, dessa contradição histórica, forjou-se o processo revolucionário liberal, modelo de transição ao capitalismo industrial.

Estavam abertas as portas para a ofensiva de uma tradição que se pautasse pela defesa da liberdade do indivíduo, limitando politicamente os poderes estatais. Chegava a hora do liberalismo e sua defesa implacável dos direitos civis. A palavra estava a partir de então com o filósofo inglês John Locke (MONDAINI, 2008, p. 129).

⁶ Thomas Hobbes (1588 – 1679) foi outro conhecido pensador da perspectiva contratualista, contudo, para fins de reflexão desta tese não foi citado.

Em sua teoria, de maneira hipotética, o filósofo inglês sugeriu que os homens viveriam no estado de natureza com absoluta liberdade. Contudo, para evitar conflitos contra a segurança, a liberdade e a propriedade, os indivíduos criaram um poder político a fim de conservá-las. Caberia, então, ao Estado proteger os direitos individuais, especialmente a propriedade privada. Segundo Locke:

Permite-se que pertençam os bens àqueles que lhes dedicou o próprio trabalho, embora anteriormente fossem direito comum a todos. E, entre os que se consideram como parte civilizada da Humanidade, que fizeram e multiplicaram leis positivas para a determinação da propriedade, ainda vigora esta lei original da natureza, para o início da propriedade do que antes era comum (...) (LOCKE, 1991, p. 232).

Para Locke “[...] a propriedade já existe no estado natural e, sendo uma instituição anterior à sociedade civil ou política, é um direito natural do indivíduo, a partir de seu trabalho” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010, p. 26). Nesse sentido, cabe ao Estado resguardar os direitos individuais e sua legitimidade depende do cumprimento de suas funções, ou seja, de garantir os interesses privados. Dentro da lógica expressa, os direitos de cidadania estão atrelados aos proprietários.

Registramos aqui que coube a John Locke duas grandes contribuições para a discussão do Estado moderno: a divisão de poderes entre o Legislativo e o Executivo e os limites do poder do Estado, a partir dos interesses do cidadão.

Segundo Montaña e Duriguetto (2010), a notoriedade da obra daquele pensador pode ser constatada na influência que exerceu sobre grandes movimentos históricos, como a Declaração da Independência dos Estados Unidos, de 1776, fruto da Revolução Americana; bem como na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, que constitui um dos primeiros atos da Revolução Francesa. Essas revoluções liberais, que contribuíram para o movimento de emancipação política da burguesia, apoiaram-se na doutrina dos direitos naturais, como a liberdade, a igualdade, a propriedade, etc.

No entanto, destaca-se que:

A cidadania para John Locke é um atributo da liberdade. Apenas os homens livres são cidadãos! A liberdade foi transformada em atributo da riqueza e da possibilidade de obtenção da propriedade. Assim, efetivamente livre para Locke é o cidadão proprietário. Essa transmutação da liberdade em liberdade de propriedade foi uma tarefa da astúcia política da burguesia que serviu para justificar os direitos políticos dos proprietários. O contrato social criava o Estado, e os indivíduos, aqueles considerados cidadãos, os proprietários, poderiam dissolver o Estado caso este não cumprisse suas funções, sendo a

função principal do Estado a defesa da propriedade privada (COSTA, 2006, p. 32).

A obra de Locke, ao destacar os direitos do cidadão, representou um instrumento político importante para a ruptura com o pacto de submissão que norteava o absolutismo. Entretanto a cidadania liberal tornou-se excludente, uma vez que os “cidadãos ativos” eram os proprietários. Em suma, a liberdade não se concretizou em autonomia emancipatória para amplos segmentos da sociedade.

Karnal (2008) ilustra essa polêmica ao refletir sobre os temas da liberdade e da cidadania a partir da Revolução Americana. Sua discussão destaca que o texto da Declaração de Independência, de 1776, é uma retomada dos princípios defendidos por Locke, com destaque para a instituição do governo como mecanismo de preservação dos direitos naturais. Contudo:

Tratava-se, tanto nos EUA nascentes como na matriz inglesa, de uma cidadania de cunho liberal, o que representava obter igualdade política para um grupo determinado. Esse grupo, aquele que dirigiu o movimento de Independência, foi beneficiado por essa cidadania. Para outros grupos, como os indígenas norte-americanos, a Independência representou uma sensível piora [...]. O avanço sobre as terras indígenas cresceu enormemente com a Independência dos EUA. A busca de liberdade dos colonos foi o início de uma dolorosa “trilha de lágrimas” para os indígenas (KARNAL, 2008, p.144).

Se a cidadania liberal defendida neste período pode parecer bastante limitada para os dias atuais, de alguma forma também já se configurava assim naquele momento. O Estado moderno ia se moldando a partir da lógica instrumental, voltada para a eficácia, nos termos de Rouanet (2003), caracterizando a racionalidade do capitalismo industrial que se iniciava.

No entanto, a chamada modernização iluminista, com seu projeto emancipatório voltado para a autonomia, também se fazia presente como uma força contra hegemônica. Tanto é que, conforme Karnal (2008), apesar de a Declaração de Independência Americana ter trazido, na prática, o controle político do país aos fazendeiros e comerciantes, a máxima “todos os homens foram criados iguais” carrega um caráter revolucionário que alimentou movimentos de luta pela ampliação da cidadania.

A situação de desprezo aos direitos de grupos diferenciados e subalternizados, como os indígenas e negros, fez com que, mesmo no século XX, a luta política ainda referendasse os princípios da Declaração do século XVIII.

[...] o famoso discurso de Luther King Jr (*I have a dream*, “Eu tenho um sonho”) demonstra que a argumentação utilizada por parte do movimento negro era, exatamente, a tradicional argumentação do século XVIII. Literalmente, Luther King afirma que nem a Independência nem o fim da escravidão significaram o fim das limitações à cidadania dos negros e cobra que os direitos expressos na Declaração de Independência sejam compreendidos amplamente (KARNAL, 2008, p. 151).

A forma como a cidadania liberal se configurou na modernidade impôs limites à universalização da autonomia ao gênero humano. Desta forma, apesar da grande contribuição de Locke para a configuração do Estado moderno, ficava pendente, em seu pensamento, a desigualdade existente entre os indivíduos e sua repercussão na organização política da vida em sociedade.

Isso porque, conforme refletimos, na “vertente liberal, o que está na origem do ato da vontade que cria o Estado não é a comunidade e os interesses públicos ou coletivos, mas o indivíduo e a defesa dos interesses particulares, a defesa da propriedade privada” (COSTA, 2006, p. 33). Dessa maneira, a ênfase nos ideais individualistas, nos interesses particulares, em detrimento do interesse comum, consagrou-se como um valor dentro do sistema capitalista, e a busca da autonomia foi perdendo cada vez mais espaço para a ótica utilitarista da eficácia na busca do lucro.

A trajetória do desenvolvimento econômico capitalista no ocidente atesta que os interesses particulares de grupos econômicos específicos têm prevalecido sobre as demandas da coletividade. As tensões existentes entre esse desenvolvimento e os impactos ambientais são exemplos deste paradoxo.

Para esta reflexão, podemos citar a colocação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)⁷, de 2014, o qual se destaca que as atividades de alto impacto ambiental têm causado mudanças substanciais na dinâmica do planeta, afetando a vida de bilhões de pessoas. Ainda que não agradem a autoridades públicas, dirigentes de grandes corporações, especuladores e representantes do mercado financeiro – tão zelosos por seus interesses particulares mais do que pelos coletivos – os fenômenos climáticos extremos estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano e não há mais como duvidar da contribuição humana para este fenômeno. A partir dessa constatação, seria necessário interromper imediatamente a emissão de gases de efeito

⁷ O IPCC é um órgão criado em 1988 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e pela Organização Meteorológica Mundial, com a função de estudar o problema das mudanças climáticas (CANTO, 2015).

estufa, produzidos principalmente pela queima de combustíveis fósseis (petróleo, carvão, gás natural, etc.) (CANTO, 2015).

Entre as graves repercussões do fenômeno em questão, está a queda na produção de alimentos, inclusive com impactos já registrados nas culturas de arroz, milho e trigo. De acordo com o relatório em tela, a perda de áreas agricultáveis devido ao calor excessivo deve aumentar as causas da instabilidade que já afeta um grande número de países. A fome e as migrações forçadas tendem a se multiplicar e trazer ainda mais sofrimento para milhões de pessoas, principalmente as que vivem nas nações mais pobres e desprovidas de uma boa infraestrutura para enfrentar os problemas criados por esse aquecimento (CANTO, 2015).

Esse dilema vivenciado pelos habitantes do planeta revela a precedência dos interesses privados do capital em detrimento do interesse comum. Os Estados nacionais, através dos seus projetos de desenvolvimento político-econômico, fortalecem esse arranjo produtivo que concentra renda e riquezas, gerando impactos ambientais de grande intensidade. Além dos povos tradicionais que vivem em contato com a natureza e provavelmente sofram estas pressões de forma mais intensa e direta, todos passarão a sentir tais consequências, acirrando os conflitos de classes, seja entre as nações ou entre as camadas de classes sociais.

No mesmo sentido, Costa (2006), ao discutir justamente os impasses do Estado capitalista, destacou mais um elemento importante para nossa reflexão: a especificidade do Estado moderno liberal transplantado para a América Latina, seguindo a influência teórica e política da Europa e, mais tarde, com a hegemonia dos Estados Unidos da América.

Para a autora, os ideais liberais que apresentavam aspectos emancipadores na Europa do século XVIII, servindo para a transformação das relações de poder político, chegaram à periferia capitalista atrelados ao sistema de dominação centrado numa relação personalista, impedindo a universalização do conceito de cidadania mesmo dentro dos limites da ordem capitalista.

A burguesia nos países periféricos não adquiriu caráter revolucionário nem quebrou o poder dos latifúndios e da velha oligarquia, não estabeleceu uma esfera pública como espaço de pactuação de interesses coletivos, mas manteve o Estado como espaço para a realização dos interesses privados das classes dominantes (COSTA, 2006, p. 41).

A denúncia das consequências da desigualdade entre os homens no processo de formulação do pacto social, que rege a vida em sociedade, também foi tarefa pioneira de um pensador clássico: Rousseau. Segundo Rouanet (2003), o único democrata integral da Ilustração foi Rousseau, para quem todo poder emanava do povo soberano, sendo esta soberania indelegável. Em geral, pontua ele, os filósofos da Ilustração, como os liberais do século XIX, temiam a participação política das classes populares.

Para Nascimento (2004), devido à condição social diferenciada de Rousseau perante a grande maioria dos pensadores do período, que pertenciam à burguesia, ele acabou se tornando um filósofo à margem dos grandes nomes do século XVIII. Contudo, nem por isso esteve afastado de polêmicas. A inovação de suas ideias, ao propor o exercício da soberania pelo povo, foi motivo para que o elessem como patrono da Revolução de 1789.

Diante de tamanha radicalidade, a obra de Rousseau contribui para a discussão da desigualdade social e política vivenciada na contemporaneidade e seu reatamento na fragilidade dos arranjos democráticos, que excluem das arenas decisórias amplos segmentos das classes subalternas, como os indígenas e outros povos tradicionais.

Assim como Locke, aquele contratualista partiu hipoteticamente do estado de natureza, porém afirmou que, em condições naturais e gozando dos meios necessários à sua sobrevivência, os homens viveriam em harmonia. Contudo, ao delimitar-se a propriedade privada, nasceu a desigualdade social (ROUSSEAU, 1999a).

Rousseau entendeu que o estado natural sofreu transformações a partir do processo de socialização humana, com a instituição da propriedade privada. É a propriedade privada que origina as desigualdades de acesso à riqueza, gerando rivalidade de interesses e concorrência, o que torna o egoísmo a motivação básica da vida social. Esse cenário é caracterizado pelo pensador como a sociedade civil (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

Nas palavras de Rousseau (1999a, p. 93):

(...) Ora, nada é mais meigo do que o homem em seu estado primitivo, quando colocado pela natureza a igual distância da estupidez dos brutos e das luzes funestas do homem civil, e compelido tanto pelo instinto quanto pela razão a defender-se do mal que o ameaça, é impedido pela sociedade natural de fazer mal a alguém sem ser a isso levado por alguma coisa ou mesmo depois de atingido por algum mal. Porque, segundo o axioma do sábio Locke, “não haveria afronta se não houvesse propriedade”.

Nestes termos, as reflexões de Rousseau põem em xeque a ordem política apresentada por Locke, que, ao defender o pacto como instrumento de organização da vida em sociedade, acaba por privilegiar os interesses dos proprietários, edificando um sistema de dominação econômica e opressão política.

Na obra *Do Contrato Social*, Rousseau estabelece os pressupostos para a formação de uma ordem política legítima, que se contrapõem às condições de desigualdade e opressão. Para tanto, destaca como imprescindível a distribuição mais equitativa da riqueza e da propriedade (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

Tal foi ou deveu ser a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico, destruíram irremediavelmente a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, fizeram de uma usurpação sagaz um direito irrevogável e, para o lucro de alguns ambiciosos, daí por diante sujeitaram todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria (ROUSSEAU, 1999a, p. 100).

A saída para esta situação de opressão foi formulada a partir da ideia da vontade geral, sendo que as leis, ao serem elaboradas em condições de igualdade, permitiriam ao Estado representar o interesse comum, público.

Só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado de acordo com a finalidade de sua instituição, que é o bem comum, porque, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi o acordo desses mesmos interesses que o possibilitou. O que existe de comum nesses vários interesses forma o liame social e, se não houvesse um ponto em que todos os interesses concordassem, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, somente com base nesse interesse comum é que a sociedade deve ser governada (ROUSSEAU, 1999b, p.85).

Para Rousseau, deveria existir espaço para o debate e confronto direto de ideias e interesses dos diferentes indivíduos, ao ponto que houvesse o esforço coletivo de traduzir o que há de comum nas vontades individuais, constituindo a vontade geral. Desta forma, o pacto destinado a reger as leis favoreceria um processo em que “cada um, unindo-se a todos, só obedece, contudo, a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes. Esse é o problema fundamental cuja solução o contrato social oferece” (ROUSSEAU, 1999b, p. 70).

O arranjo democrático apresentado por Rousseau foi fundamental para o questionamento da cidadania abstrata apresentada anteriormente por Locke. Isso porque, para Rousseau, as regras de convívio social não seriam justas e legítimas se descoladas das condições reais de vida dos indivíduos. Do contrário, o pacto se tornaria

um instrumento de opressão política. Em suma, “ele não se limita a combater os mitos econômicos do liberalismo, mas critica também as ilusões políticas do contratualismo liberal” (COUTINHO, 2008, p. 124).

Embora não tenha sido um defensor da igualdade absoluta, tal pensador argumentou que nenhum cidadão deveria ser rico a ponto de comprar outro e nenhum pobre o bastante para ser obrigado a vender-se. Sua obra acabou tendo influência significativa durante a Revolução Francesa e sobre tradições do pensamento revolucionário posterior (HELD, 1987).

Assim, o paradoxo existente entre a desigualdade social e o poder político no âmbito da democracia é um tema que emerge ainda no século XVIII, especialmente através da chamada modernização iluminista, conforme pontuou Rouanet (2003). Embora cada momento histórico tenha seu contexto específico – suas relações de forças, suas visões de mundo – entendemos que os ideais emancipatórios presentes neste debate ainda estão em construção no tempo presente, sendo a luta por direitos sociais e políticos uma expressão deste processo.

Empiricamente, uma série de disputas cerradas na contemporaneidade nos leva a refletir sobre a validade dessa colocação. A maior parte dos conflitos territoriais envolvendo os povos tradicionais, por exemplo, é engendrada pelo interesse econômico de grupos específicos e desembocam em uma situação de opressão política. O caso indígena é emblemático.

No Brasil, a regulamentação do processo de demarcação das terras indígenas está na “mira” do Poder Legislativo, no qual se propõe, especialmente por parte da Frente Parlamentar de Agropecuária (a chamada “bancada ruralista”) a revisão do trâmite de reconhecimento dos territórios tradicionais, que, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até hoje, contou com participação decisiva de organizações destes povos.

Dentre as propostas da bancada, consta a adoção das Forças Armadas na “mediação” dos conflitos no campo e a transferência da decisão sobre a demarcação de terras do Poder Executivo, conforme vige atualmente, para o Legislativo. Enfim, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 visa dar ao Congresso Nacional a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas e prevê a indenização dos proprietários de terras nas áreas demarcadas, fixando o ano de 1988, quando foi

promulgada a Constituição Federal, como marco para determinar quais são os territórios tradicionais⁸ ocupados por indígenas e quilombolas.

[Esta] medida prejudica especialmente grupos expulsos de suas terras originais e obrigados a ocupar novas faixas territoriais após 1988. “A PEC aprovada na comissão especial tornou-se um monstro”, critica o presidente da Funai⁹. “Os parlamentares defensores do uso do Exército no campo são os mesmos que pedem essas mudanças. Em um Congresso completamente anti-indígena, focado na monocultura e no agronegócio, seria um retrocesso perigoso (MARTINS, 2016, p. 24).

A influência dos interesses econômicos no arranjo democrático representa um enorme desafio para a consolidação do Estado de direito, fazendo com que, muitas vezes, as distintas esferas de poder do Estado, como Executivo, Legislativo e Judiciário, representem, em maior ou menor grau, os interesses privados da classe dominante, excluindo as classes subalternas sem representatividade dos processos de negociação política.

Outro exemplo diz respeito ao processo de formulação da Lei 13.123 de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional, duramente criticada por coletivos dos povos tradicionais. Tal Lei cria mecanismos para a legalização do acesso aos recursos naturais e aos saberes das comunidades tradicionais, sem, contudo, discutir de forma satisfatória com esses sujeitos critérios e consensos para esta pactuação. No processo desta pesquisa, com nossa participação nos encontros da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, puderam-se acompanhar as arbitrariedades desse trâmite. Outros coletivos organizados, como a Organização dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), também pautaram o mesmo impasse.

Os recursos genéticos da biodiversidade são encontrados em animais, vegetais ou micro-organismos, por exemplo, em óleos, resinas e tecidos encontrados em florestas e outros ambientes naturais. Já os recursos genéticos da agrobiodiversidade estão contidos em espécies agrícolas e pastoris. Comunidades de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares, entre outros, desenvolvem e conservam, por décadas e até séculos, informações e práticas sobre o uso desses recursos. Tanto o patrimônio genético quanto esses conhecimentos tradicionais servem de base para pesquisas e produtos da indústria de remédios, sementes, gêneros alimentícios, cosméticos e produtos de higiene. Por isso, podem valer milhões em investimentos. O Brasil é a nação com maior biodiversidade do

⁸ A discussão sobre o que são os territórios tradicionais é realizada no capítulo 2, item 2.2.

⁹ A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é o órgão oficial do Estado brasileiro responsável por coordenar e executar a política indigenista no país, em âmbito federal.

mundo e milhares de comunidades indígenas e tradicionais, por isso é alvo histórico de ações ilegais de biopirataria, crime que a nova lei deveria coibir e punir (ISA, 2015, p. 01).

Outras denúncias de violação de direitos também têm ocorrido nos processos de licenciamento ambiental para a construção de grandes empreendimentos, como o caso das mineradoras e usinas hidrelétricas. Tudo isso atesta que a condição de subalternidade econômica dos povos e comunidades tradicionais converte-se, em inúmeros momentos, em situação de opressão política.

Em suma, as tensões existentes acerca da inserção dos interesses privados, dos proprietários, na condução do poder político é um tema presente desde a obra dos contratualistas e ainda desafia os arranjos democráticos contemporâneos.

Para Coutinho (2008), é justamente a polêmica existente entre manutenção da propriedade privada e a construção do interesse público o principal limite das reflexões de Rousseau ao propor seu arranjo democrático.

Segundo Coutinho (2008), na obra *Discurso sobre a desigualdade*, Rousseau se opõe veementemente contra a sociedade fundada na propriedade privada, que chamou de sociedade civil, na qual se pode perceber a sociedade mercantil burguesa, então em ascensão. Assim, Rousseau mostra “como a raiz da desigualdade está na propriedade privada, na divisão do trabalho que a acompanha, nos conflitos de interesse e na desigualdade que emergem necessariamente da ação do mercado” (COUTINHO, 2008, p. 124).

No entanto, mesmo combatendo o capitalismo e a desigualdade de propriedade, Rousseau não transcendeu o horizonte da propriedade privada, pois:

[...] a base econômico-social de sua ordem democrática não implica a socialização da propriedade, mas sua repartição igualitária [...] a base econômico-social vislumbrada por Rousseau continua a se basear na propriedade individual (COUTINHO, 2008, p 128).

Somado a este, outro limite de sua obra se refere à sua posição idealista no momento da construção do interesse coletivo. Ainda que assuma um momento materialista em sua reflexão acerca da desigualdade, Rousseau termina por adotar uma leitura idealista do processo de elevação ao nível do interesse comum enquanto fruto de um momento essencialmente ético, e não como resultado da tomada de consciência de interesses objetivamente comuns, gerados no plano das relações sociais de produção da vida material e espiritual (COUTINHO, 2011).

Tanto é que este contratualista não admitia que a vontade geral fosse pactuada através da organização de facções e associações, já que, neste caso, tenderia a prevalecer a vontade particular de um grupo organizado (ROUSSEAU, 1999b). Contudo, argumenta Coutinho (2008), o pensador acabou não se atentando para a questão da emergência do pluralismo na sociedade moderna.

Embora Rousseau tenha sido muito perspicaz acerca da análise do pacto político que regia a vida em sociedade e a influência dos interesses privados na construção de tal pacto, a manutenção da propriedade individual, em última análise, acaba comprometendo a qualidade da democracia enquanto mecanismo da soberania popular.

Isso porque, em essência, o que move o capitalismo – modo de produção que se consagra na era moderna – é o interesse dos proprietários, que, ao concentrarem a propriedade privada dos meios de produção, inserem no campo político, no pacto que rege a vida em sociedade, seus interesses particulares. Esta é uma polêmica que emerge ainda no século XVIII e, malgrado as especificidades de cada contexto histórico, se reproduz nos arranjos democráticos contemporâneos.

O caráter utópico desse momento anticapitalista romântico presente em Rousseau não anula nem a grandeza nem a atualidade da sua proposta democrática, mas introduz nela as limitações e ambiguidades a que me referi: uma sociedade mercantil, ainda que não capitalista (como a que ele propõe), leva à conservação e, no limite, ao fortalecimento do interesse privado [...]
(COUTINHO, 2008, p. 128).

A problematização do Estado moderno a partir dos interesses privados de classe e das estratégias políticas para a superação desse dilema foi obra de Marx. Suas reflexões repercutiram tanto nos meios intelectuais como na organização política dos trabalhadores.

Consta que, em 1842, Marx ingressou como redator chefe do Jornal *Gazeta Renana*, periódico que exprimia a orientação da burguesia liberal no período de articulação de forças revolucionárias democrático-burguesas na Alemanha. Tal periódico sofreu com a censura política, fazendo com que seu redator-chefe se confrontasse com o Estado no cotidiano de sua ação na sociedade, expressando as relações existentes entre economia, política e direito (GORENDER, 1998).

Fato marcante para Marx foi a observação das mudanças nas relações de propriedade. Tal observação se deu a partir da realidade dos camponeses da época, que, pela lei consuetudinária feudal, eram livres para coletar lenha nos antigos bosques

comunais, entretanto, com o início de uma nova legislação inspirada no princípio burguês da propriedade privada, tal prática tornou-se um crime, sendo regulada pelos próprios agentes do Estado da época (GORENDER, 1998).

A partir dessas modificações, contrariando a ideia de que o Estado representa o interesse geral, Marx e Friedrich Engels (1820 – 1895), no texto *A Ideologia Alemã*, de 1845, destacam a existência de vinculação do Estado aos interesses de determinada classe social, isto é, da classe dominante. Expondo os fundamentos do materialismo histórico dialético, os autores destacam que as relações materiais que os homens estabelecem e o modo como produzem seus meios de vida formam a base de todas as suas relações (MARX e ENGELS, 1998).

Nessa lógica, “tanto os processos ligados à produção são transitórios, como as ideias, concepções, gostos, crenças, categorias do conhecimento e ideologias que, gerados socialmente, dependem do modo como os homens se organizam para produzir” (OLIVEIRA e QUINTANEIRO, 2002, p.31).

Podemos considerar que, para Marx e Engels (1998), a sociedade civil abarca todo o intercâmbio material entre os indivíduos, numa determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas, sendo, portanto, a base ou a estrutura.

A sociedade civil compreende o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas. Compreende o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e ultrapassa, por isso mesmo, o Estado e a nação, embora deva, por outro lado, afirmar-se no exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado (MARX e ENGELS, 1998, p. 33).

Nessa medida, identificar o Estado moderno como expressão do interesse geral é um equívoco, uma vez que o Estado corresponde ao aparato ideo-político que emerge a partir das relações tecidas no âmbito da sociedade civil. Desta forma, se a base material, ou seja, a sociedade civil se caracteriza no modo de produção capitalista a partir da divisão de classes sociais, o Estado espelha as contradições dos interesses de classe.

Em 1848, no célebre texto *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels afirmaram de forma contundente que:

Cada uma dessas etapas de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada por um progresso político correspondente. Classe oprimida sob o domínio dos senhores feudais, associações armadas e autônomas na comuna; aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia, depois, no período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia corporativa ou absoluta e, em geral, principal fundamento das grandes

monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou finalmente a domínio político exclusivo no Estado representativo moderno. O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa (MARX e ENGELS, 2008, p. 47).

Nesse primeiro momento de formulação do conceito de Estado, Coutinho (2011) alerta que a teoria política presente no *Manifesto* estava centrada em três pontos: 1) numa ideia “restrita” do Estado, que, identificado como o “comitê executivo” da classe dominante, vale-se da coerção/opressão para cumprir suas funções; 2) na concepção simplificada da luta de classes, através do binômio burgueses e proletários, expresso como uma “guerra civil mais ou menos oculta”, que levará a uma “explosão” e, por fim, 3) numa visão da revolução socialista como “revolução permanente”, que, ao gerar a constituição de um contra poder da classe operária, deve derrubar “violentamente” o poder burguês, substituindo-o por outro poder, que mais tarde chamou de “ditadura do proletariado”.

Essa primeira formulação reflete o movimento histórico do real, de acordo com as relações sociais observadas pelos autores, bem como uma primeira aproximação e sistematização do objeto que se desejava conhecer: o Estado moderno. A lógica de constituição do Estado foi agregando determinantes e desvendava-se que:

[...] é a esta propriedade privada moderna que corresponde o Estado moderno, adquirido pouco a pouco pelos proprietários privados através dos impostos, tendo caído inteiramente nas suas mãos por força do sistema da dívida pública e cuja existência depende exclusivamente, pelo jogo da alta e da baixa dos valores do Estado na Bolsa, do crédito comercial que lhes é concedido pelos proprietários privados, os burgueses (MARX e ENGELS, 1998, p. 73).

Na interpretação de Costa (2006), Marx entende que a sociedade capitalista se estrutura a partir da relação dialética entre a base produtiva, a organização das classes sociais, as normas jurídicas e os interesses que se fazem representar no Estado. Desta feita, o Estado liberal defende, por certo, a cidadania burguesa, com determinações de classe.

A lógica não poderia ser outra, pois o Estado, o sistema judiciário, assim como as crenças, a ideologia, etc, correspondem ao momento da superestrutura, que deriva da base, da estrutura, ou seja, da sociedade civil.

Sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a

sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa na vontade, e mais ainda, em uma vontade livre, destacada da sua base concreta. Da mesma maneira, o direito por sua vez reduz-se à lei (MARX e ENGELS, 1998, p. 74).

Por isso, no primeiro momento, a legalidade democrática foi rechaçada por Marx e Engels como espaço de disputa política para a revolução socialista. Contudo, Coutinho (2008) explica que em 1895, para a reedição de *As lutas de classe na França*, Engels teve a oportunidade de, diante daquele novo momento histórico, empreender uma autocrítica em relação às posições que assumira com Marx nas discussões realizadas entre 1848 e 1850.

Segundo Coutinho (2008), Engels entendeu que havia passado o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à frente de massas inconscientes, como outrora se cogitava. Havia chegado o tempo em que era necessário realizar junto das massas um trabalho longo e perseverante, já que o Estado não era mais visto como o “comitê das classes dominantes”, e sim como fruto de um contrato.

Decerto, o último Engels não abandona a antiga posição sua e de Marx sobre a natureza de classe de todo poder estatal. Essa determinação do Estado, cuja descoberta está certamente entre as maiores contribuições do marxismo à teoria política, continua a ter um papel decisivo nas novas formulações do Engels tardio. Mas ele vê agora que a dominação de classe não se manifesta apenas através da coerção (como “poder opressivo”), mas resulta também de mecanismos de legitimação que asseguram o consenso dos governados (ou seja, resulta também de um “pacto” ou “contrato”). Por outro lado, esses mecanismos de legitimação e obtenção do consenso se encarnam nas novas instituições que, graças em parte às lutas da própria classe operária, inscreveram-se no seio dos modernos aparelhos de Estado (parlamento eleito por sufrágio universal, partidos políticos legais e de massa, etc) (COUTINHO, 2008, p. 27).

Diante deste novo contexto, Losurdo (2015) complementa nosso debate afirmando que, em vez de apresentar-se imediatamente como econômica, a luta de classes foi assumindo formas políticas variadas, como revoltas operárias e populares, insurreições nacionais, repressão desencadeada pela reação interna e internacional recorrendo a instrumentos militares e econômicos, no entanto, longe de desaparecer, tem se tornado mais dura.

Ao reconhecer que, em certa medida, o Estado se “amplia”, embora não perca sua dimensão classista, podemos considerar que se abre a possibilidade de inserção de pautas diversas nos processos de pactuação, mediante disputas políticas.

É desta maneira que o protagonismo de diferentes coletivos populares, como os movimentos sociais, por exemplo, tem assumido a forma de luta política nos processos de negociação de demandas, sem, contudo, descolar-se do elemento econômico.

No Brasil, as pautas dos movimentos sociais dos povos e comunidades tradicionais direcionadas ao Estado incluem aspectos como educação, cultura, serviços de saúde, moradia, segurança e geração de renda. Contudo o atendimento de tais demandas implica na garantia da terra/território, principal bandeira de luta. Com isso, conclui-se que as dimensões cultural e política não estão dissociadas do aspecto econômico.

Garantir o território tradicional exige do Estado brasileiro uma política pública comprometida com a função social da terra, de modo que o acesso à terra seja democratizado. Como veremos adiante, o direito à terra, e ao território tradicional, foi previsto no texto constitucional de 1988, entretanto as pressões exercidas pelos ruralistas, que ocupam espaços estratégicos dentro do Estado, têm tornado essa disputa bastante acirrada. O cenário se agrava diante da importância que o chamado agronegócio¹⁰, modelo assentado na monocultura e no latifúndio, ocupa na economia do país.

As *commodities* têm lugar de destaque na balança comercial brasileira e, a cada ano, o agronegócio aumenta sua participação nas exportações, sendo que a soja é o principal item exportado. No primeiro semestre de 2015, o setor foi responsável por 46% das receitas com as vendas externas. No comparativo com 2014, para o mesmo período, teve um aumento de 3% (FREITAS, 2015).

Ainda no que se refere à conjuntura nacional, o Ministério do Trabalho e Emprego (2015) divulgou nota informando que, até junho de 2015, dos diferentes setores de atividade econômica brasileira, somente o setor agropecuário apresentou desempenho positivo.

A mesma lógica permanece para o início de 2016. Dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) mostram que as exportações do agronegócio brasileiro responderam por 33,1% do embarcado pelo país no primeiro trimestre de 2016. No total, foram US\$ 13, 4 bilhões referentes a oito produtos do agronegócio, sendo a soja em grão o principal destes produtos, o que representa um crescimento de 46,1% no comparativo com o ano anterior (ESTADÃO, 2016).

¹⁰ Uma discussão pormenorizada do agronegócio é realizada nos capítulo 2, item 2.2 e no capítulo 4, item 4.1.

Nos dados divulgados, outro produto de grande expressão na exportação foi a carne bovina, consequência de reabertura de mercados na China, Arábia Saudita e Irã. Só para o mercado chinês, são dezesseis frigoríficos habilitados para exportação no país. De acordo com esses dados, o saldo do primeiro trimestre de 2016 apontou um superávit de US\$ 8,4 bilhões na balança comercial, respondendo por um incremento maior no comparativo com anos anteriores (ESTADÃO, 2016).

É importante destacar que a pecuária de grande extensão também vem se apresentando como um modelo predatório da natureza no Brasil, bem como fonte de tensão sobre os territórios tradicionais, especialmente através do desmatamento.

Segundo Souza (2016), no final de 2015, a ministra do Meio Ambiente anunciou, em Brasília, um aumento da taxa de desmatamento referente ao período de julho e agosto de 2015. Os estados com maior índice foram Amazonas, com 54% de aumento, Mato Grosso, com elevação de 40% no índice e Rondônia, com 41% de crescimento. O anúncio foi feito próximo ao início da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em Paris (COP-21), causando certo constrangimento, já que a derrubada da floresta é uma das principais fontes de emissões de gases de efeito estufa no país.

Outro dado divulgado na ocasião foi o acréscimo na supressão de vegetação ao redor de áreas protegidas, principalmente em terras indígenas. A retirada ilegal da madeira visa a sua comercialização e o desmatamento segue vinculado à expansão da pecuária no país, conclui Souza (2016).

Os dados nos permitem ponderar a estreita relação existente entre o aparato estatal e os interesses de uma fração da classe dominante. Assim, as disputas travadas pelos povos e comunidades tradicionais, a partir de diferentes organizações populares e espaços públicos, carrega, além da dimensão política, uma dimensão econômica. Trata-se de distintos projetos políticos em disputa, tecidos no âmbito da sociedade civil, com vistas a influenciar/direcionar as ações estatais, visando, em última análise, repor ou transformar as relações de poder existentes.

Esse exercício de poder construído por um conjunto de indivíduos de uma classe determinada, no âmbito da sociedade civil, mas que rege as ações estatais, pode ser chamado de hegemonia. E é justamente esta a categoria central de análise desta tese, problematizada no próximo item.

1.2 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E HEGEMONIA EM GRAMSCI

O termo hegemonia foi originalmente uma categoria de uso militar, que segundo Pronko e Fontes (2012), passou a integrar a tradição marxista, sendo sistematizada por Antonio Gramsci (1891 – 1937). Esta categoria contribuiu “para explicar as formas específicas da produção e organização do convencimento em sociedades capitalistas e para pensar as condições das lutas das classes subalternas” (PRONKO e FONTES, 2012, p. 389).

Para Gramsci, a luta pela transformação das relações de opressão política e econômica existentes no sistema capitalista deveria ser travada no âmbito da sociedade civil, em detrimento da tomada abrupta de poder do Estado. Sua proposição nasceu da análise atenta que empreendeu das transformações econômico-políticas vivenciadas no início do século XX, na Itália.

A Itália, no final da guerra, foi palco de uma intensa luta entre partidos de esquerda e direita, que desembocou na vitória do fascismo em 1922 e na supressão de direitos políticos. Como membro, na época, do partido socialista italiano, Gramsci pôde acompanhar o refluxo do movimento operário e a expansão dos ideais fascistas entre as diferentes frações de classes sociais. Com isso, percebeu que o domínio da classe dominante era exercido através da conquista de certo consentimento sobre os quais se exercia a dominação (CARNOY, 2008).

Os processos de dominação impetrados pela classe dominante operavam no terreno político-cultural da hegemonia, escamoteando, suprimindo e marginalizando a história dos chamados grupos subalternos. Com isso, tais grupos tinham como característica a desagregação, a ausência de consciência política madura, a heterogeneidade e a multiplicidade (GRAMSCI, 2002; MONAL, 2003).

Ao desconsiderar a história, a vivência dos grupos subalternos, o Estado, a partir do ponto de vista da burguesia, seguia formulando suas concepções de direito, economia, educação, ética, etc, estabelecendo uma unidade no plano jurídico-formal e estendendo-a, ideologicamente, de forma unitária, para toda a sociedade (SIMIONATTO, 2009).

Apesar disso, a conjuntura da época também revelava outras transformações, como a conquista do sufrágio universal, a organização de partidos de massas, sindicatos e a proliferação dos meios de comunicação, apontando a possibilidade de mudanças nas relações de poder existentes, com certa socialização da política (COUTINHO, 2008).

O pensador italiano destacou que esta não era uma mudança universal, de todos os países e contextos, mas sitiada em países de capitalismo avançado, ou seja, nas sociedades ocidentais, como foram classificadas por ele.

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional (GRAMSCI, 1989, p. 75).

Ao reconhecer essa especificidade, Gramsci situou a sociedade civil como espaço de disputa, responsável pela construção e disseminação de visões de mundo, inserindo-a como um dos momentos do Estado, já que muitas pautas formuladas no âmbito da sociedade civil podem vir a influenciar as ações estatais e assim, o campo das decisões políticas.

Segundo Carnoy (2008), Gramsci assumiu os pressupostos marxistas a respeito das origens materiais de classe e do papel da luta e da consciência de classe na transformação social. Para tanto, destacou a hegemonia como o predomínio ideológico dos valores e normas sobre as classes subalternas. Ele percebeu que o Estado assumia “[...] parte dessa função de promover um conceito (burguês) único da realidade e, conseqüentemente, emprestou ao Estado um papel mais extenso (ampliado) na perpetuação das classes” (CARNOY, p. 91, 2008).

Diante dessa constatação, o processo revolucionário – de transformação da ordem vigente a partir da realidade das sociedades ocidentais – foi sendo compreendido como um longo caminho a ser trilhado na sociedade civil, algo processual, em detrimento da tomada violenta do poder, com a respectiva abolição da propriedade privada burguesa (GRAMSCI, 2000; COUTINHO, 2008).

As bases da revolução seriam construídas na sociedade civil, seguidas da ocupação de lugares estratégicos para a interferência nas relações de poder, como os parlamentos, por exemplo. “Essa nova estratégia para o Ocidente, que recebe nos *Cadernos* o nome de ‘guerra de posição’, traz a hegemonia e as alianças de classe como ideia fundamental (...)” (SIMIONATTO, 2004, p. 39).

De acordo com Gramsci (1989; 2000), na linguagem comum, no cotidiano, costuma-se relacionar o Estado com a sociedade política. Contudo, adverte, essa é uma concepção vulgar de Estado. A sociedade política, esfera de aparelhos burocrático-

coercitivos, é um dos momentos do Estado, sendo o outro a sociedade civil, espaço de construção de consenso. Está posta a ideia de “Estado Ampliado”, sumariamente apontada por Engels, mas aprofundada na obra de Gramsci.

Simionatto (2008), ao se referir à reflexão gramsciana, explica que, entre a estrutura econômica e o Estado com sua legislação e coerção, está a sociedade civil, representada pelos aparelhos privados de hegemonia, como igrejas, escolas, sindicatos, meios de comunicação, etc. É justamente nessa relação do Estado com o conjunto de instituições da sociedade civil que reside a ideia de ampliação do fenômeno estatal. Em conjunto, as duas esferas formam o Estado em sentido amplo, definido esquematicamente por Gramsci como “[...] Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2000, p. 244).

“Da concepção de ‘Estado ampliado’ decorre a tematização da sociedade civil, que, em sentido gramsciano, refere-se ao alargamento da esfera pública, espaço de construção da hegemonia e de formação de sujeitos políticos coletivos” (SIMIONATTO, 2008, p. 27).

A ampliação do conceito de Estado e sua relação dialética com a sociedade civil estão na base da construção da hegemonia. Para Simionatto (2008), a hegemonia é, ao mesmo tempo, direção ideo-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para se obter o controle social. “Na sociedade capitalista, a burguesia organiza o consenso (ativo e passivo) dos dominados mediante a disseminação de normas e valores, com grande incidência no terreno cultural” (SIMIONATTO, 2008, p. 20).

Corroborando essa interpretação, Semeraro (1999) destaca que, na discussão de Gramsci, apresenta-se de maneira clara a função que a sociedade civil ocupa dentro do Estado: é o lugar onde se decide a hegemonia. Assim, por se tratar de uma relação de poder político, de disputas de visão de mundo e de projetos societários, a sociedade civil gramsciana é destacada como parte da superestrutura.

A noção de superestruturas, como trincheiras protetoras do Estado sediadas na sociedade civil, aponta para uma original concepção de poder. O Estado seria mais um ente monopolizador dos meios da coerção física, constituindo-se também das agências ou aparatos dirigentes da vida social, como a escola, a Igreja, os sindicatos, as corporações profissionais, etc (GRUPPI, 1978).

Por enquanto, pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”,

que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI, 1968, p.11)

Desta forma, a maneira de encaminhar a conservação das relações de poder ou sua transformação assume estratégias distintas: no âmbito da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso; já, por meio da sociedade política, exerce-se sempre uma dominação fundada na coerção (COUTINHO, 2008).

A classe dominante busca exercer a hegemonia através de sua liderança política, moral e intelectual, impondo sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, moldando os interesses e as necessidades dos grupos subordinados (CARNOY, 2008).

Isso ocorre porque, segundo Gruppi (1978), o conceito de hegemonia é algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer. Assim, “os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias” (GRAMSCI, 1989, p. 34).

Ao identificar, no campo da produção do conhecimento, um elemento importante para controlar ou emancipar as massas, Gramsci (1968) assinalou o papel desempenhado pelos intelectuais na disputa pela hegemonia.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...] (GRAMSCI, 1968, p. 03).

O papel desempenhado pelos intelectuais/filósofos na organização da vida em sociedade já pôde ser observado no processo de construção do Estado moderno, conforme discorremos. Embora a modernidade carregue o potencial emancipatório iluminista, a racionalidade instrumental serviu de subsídio ideo-político aos ideais capitalistas e, especialmente para os povos colonizados, tal racionalidade converteu-se em forma de opressão.

A imposição de uma visão de mundo hegemônica como forma de controle político, servindo aos interesses econômicos de grupos específicos, fez-se uma

constante na modernidade. Tal visão suplantou a relação entre as classes sociais, burgueses e proletários, e também serviu de instrumento de disputa entre as nações, no contexto de expansão do capitalismo.

A interpretação eurocêntrica da modernidade acabou por forjar um mito em que a civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior, tal superioridade obriga a desenvolver os povos mais primitivos e o processo educativo deve ser aquele seguido pela Europa. Com isso, a violência é interpretada como um ato inevitável no processo civilizatório (Dussel *apud* SCHERER-WARREN, 2013).

Para superar as formações discursivas opressivas que nasceram de forma contraditória, na modernidade, é necessário “des-cobrir” a face oculta: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc (Dussel *apud* SCHERER-WARREN, 2013).

[...] o intelectual deve fazer uma análise crítica sobre o lugar de sua fala. [...] estar ciente que há uma memória oficial hegemônica como uma memória coletiva dos “de baixo” na pirâmide social, uma memória a partir dos centros de poder como uma memória a partir dos oprimidos, uma memória intelectual hegemônica como uma memória de saberes historicamente subalternizados (SCHERER-WARREN, p. 06, 2013).

Nesse sentido, a consciência da situação de subalternidade torna-se uma peça chave no processo de transformação política. A emergência dos coletivos organizados dos povos tradicionais no Brasil, a exemplo da Rede Puxirão – objeto deste estudo – exprime o esforço histórico desses grupos subalternos na retomada do discurso oficial hegemônico, desmistificando a ideia de “tradicional” como sinônimo do passado, como um povo em extinção.

O que se pauta é o reconhecimento de um modo de vida que caminha, de certa forma, na contramão dos valores dominantes, fundamentados em uma perspectiva de desenvolvimento econômico que “[...] transforma tudo – a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos – em mercadoria, e que não conhece outro critério que não seja a expansão dos negócios e a acumulação de lucros” (LÖWY, 2013, p. 80).

Por isso, a forma de compreender a realidade que nos cerca, as relações sociais vigentes, as perspectivas de futuro impactam na produção do conhecimento, na visão de homem e mundo e interferem na forma de conduzir ações políticas. Persuadir, no âmbito da sociedade civil, as diferentes frações de classes no sentido de convencê-las de que o desenvolvimento econômico nos marcos do capitalismo é uma estratégia que

beneficiaria a todos, de forma universal, é uma das manifestações da luta política na atualidade. E para isso, as classes sociais contam com os seus intelectuais.

De acordo com Martins (2011), Gramsci contribuiu na elaboração de um conceito de intelectual destacando a perspectiva classista, permitindo que identificasse o campo do trabalho intelectual como um espaço importante para a disputa pela hegemonia.

Os empresários – se não todos, pelo menos uma elite deles – devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe: ou, pelo menos, devem possuir capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica (GRAMSCI, 1968, p. 04).

Ao reconhecer o intelectual como quesito importante nos processos de disputa política, e conceber que todo sujeito não prescinde de uma visão de homem e mundo, Gramsci (1968) destacou que todos os homens são intelectuais, embora nem todos desempenhem na sociedade a função de intelectuais.

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual [...]. [...] Todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1968, p. 08).

Um dos desafios no enfrentamento da visão de mundo dominante, que submete os trabalhadores à condição de subalternidade econômica, política e cultural, implicando, em última análise, na manutenção do modo de produção capitalista, reside na necessidade de forjar intelectuais orgânicos vinculados à classe subalterna. “A elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos” (GRAMSCI, 1968, p. 10).

O intelectual orgânico é elaborado pela classe no seu desenvolvimento, podendo, com isso, ser tanto burguês quanto proletário. Já o intelectual tradicional estaria vinculado a um aparelho de hegemonia que não é, necessariamente, ligado a uma classe social (SIMIONATTO, 2004).

Assim, reconheceu-se que “os intelectuais de tipo urbano cresceram juntamente com a indústria e são ligados às suas vicissitudes” (GRAMSCI, 1968, p. 12), no entanto, os “[...] intelectuais de tipo rural são, em sua maior parte, ‘tradicionais’, isto é, ligados à massa social camponesa e pequeno-burguesa das cidades [...] ainda não elaborada e movimentada pelo sistema capitalista [...]” (GRAMSCI, 1968, p. 13).

Tal observação partiu das condições do contexto italiano. No período analisado por Gramsci, a Itália esteve marcada por intensos conflitos sociais, que acarretaram a baixa produtividade agrícola, o desemprego e a emigração em massa. Houve uma disparidade no desenvolvimento econômico, social e político entre as regiões norte e sul do país (SIMIONATTO, 2004).

Ao norte se erguia a bandeira do progresso, que atingia o setor industrial, já ao sul restavam as marcas dos problemas sociais, fruto da política de modernização conservadora assumida pelo Estado no processo de unificação. Dessa forma, o crescimento econômico facilitou a evasão do campo para a cidade, aprofundou as contradições existentes e desencadeou novos conflitos e antagonismos sociais (SIMIONATTO, 2004).

Gramsci concebeu uma análise que observou toda a região sul da Itália como uma zona colonial, que fazia do campesinato uma camada social particularmente submetida (DEL ROIO, 2007). Tal processo político-econômico de desenvolvimento do capitalismo foi acompanhado por um aparato ideológico correspondente, que lhe dava sustentação.

É bastante conhecida a ideologia difundida de forma capilar pelos propagandistas da burguesia entre as massas do Norte: o Sul é a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos no desenvolvimento civil da Itália; os meridionais são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o Sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas sim da natureza, que fez os meridionais poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros [...] (GRAMSCI, 1987, p. 139-140).

Contudo, na sua análise da *Questão Meridional*, Gramsci (1987) problematizou que o processo revolucionário dependia da articulação de uma frente única, da aliança operário-camponesa. Para isso, era importante compreender a formação histórico-cultural das classes subalternas e demonstrar os mecanismos de submissão disseminados pelas classes dominantes, que acabavam ofuscando as contradições

econômico-políticas que geraram todo o cenário social desigual da Itália, tornando a visão de mundo dos subalternos desagregada e episódica.

A burguesia setentrional subjugou a Itália meridional e as ilhas, reduzindo-as a colônias de exploração. O proletário setentrional, emancipando a si mesmo da escravidão capitalista, emancipará as massas camponesas meridionais subjugadas pelos bancos e pelo industrialismo parasitário do norte. A regeneração econômica e política dos camponeses não deve ser buscada numa divisão das terras incultas ou mal cultivadas, mas na solidariedade com o proletário industrial, que precisa, por sua vez, da solidariedade dos camponeses, que tem “interesse” em que o capitalismo não renasça economicamente a partir da propriedade fundiária, e tem interesse em que a Itália meridional e as ilhas não se tornem uma base militar da contra-revolução capitalista (GRAMSCI, 1987, p. 77)

A partir disso concluiu que “os operários fabris e os camponeses pobres são as duas energias da revolução proletária” (GRAMSCI, 1987, p. 72) e que “todo trabalho revolucionário só tem possibilidade de êxito quando se funda nas necessidades da vida e nas exigências da cultura dessas classes” (GRAMSCI, 1987, p. 73). Ou seja, destacou a necessidade da aliança operário-camponesa como mecanismo de unificação das classes exploradas e oprimidas sob o capitalismo.

Com isso, o objetivo político imediato residia na defesa de intelectuais críticos, na necessidade de proceder à fratura no bloco intelectual meridional conservador e assim possibilitar a organização do campesinato e sua aliança com a classe operária (DEL ROIO, 2007).

[...] os intelectuais orgânicos ao proletariado deveriam organizar as classes subalternas para o processo de luta pela libertação das condições de exploradas economicamente e dirigidas ético-politicamente, o que exigiria a construção de um novo bloco histórico, orientado pelos interesses e pelas necessidades das classes dominadas e dirigidas, que na Itália se encontravam divididas econômica e ideologicamente entre Norte e Sul [...] (MARTINS, 2011, p. 139).

Segundo Del Roio (2007), a partir da questão meridional italiana, Gramsci permite ampliar nosso raio de visão para uma questão meridional planetária, composta por uma imensa e diversificada zona colonial.

Tal colocação nos permite avançar para a discussão dos direitos das populações subalternas, como os povos originários, colonizados, repensando a cidadania abstrata apregoada pelo liberalismo como uma expressão dos valores da modernidade ocidental. Scherer-Warren (2013) destaca que estes valores foram incorporados em nosso país

com uma herança histórica que abarca o colonialismo, o racismo, a escravatura, o genocídio, a destruição cultural e a impunidade.

Para a autora citada, a articulação coletiva de grupos sociais subalternos, como os coletivos representativos dos indígenas, quilombolas, mulheres camponesas, etc, pode promover a ressignificação dos processos de colonização na América Latina, criando significados comuns nas lutas sociais, gerando combustível político para a superação dos legados históricos opressores.

Assim, em nosso entendimento, o papel desses coletivos, como os movimentos sociais, assume hoje uma função já destacada por Gramsci (1968) no início do século XX, quando tratou das atribuições do partido político.

Na construção de uma frente única revolucionária de luta entre proletários e camponeses, Gramsci (1968) defendeu que o partido tinha a função de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos e ponderou que todos os membros de um partido político devem ser considerados como intelectuais. Assim, a tarefa fundamental desse partido seria:

[...] elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-lo em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (GRAMSCI, 1968, p. 14).

Para Del Roio (2007), Gramsci concebe o partido revolucionário como um intelectual orgânico coletivo, articulado como um instrumento capaz de canalizar a insatisfação, a rebeldia dos subalternos, recompondo os fragmentos ideológicos de recusa da ordem dominante, contribuindo para a promoção de uma visão de mundo crítica, de uma reforma intelectual e moral, que negue a situação de subalternidade e conceba um novo projeto de vida social.

Esse movimento de cunho intelectual, com amplo rebatimento no campo político, é uma luta árdua e cotidiana, uma vez que “a classe burguesa situa-se como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a ao seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado se transforma: o Estado torna-se ‘educador’” (GRAMSCI, 1989, p. 147).

Apesar disso, considerando a diversidade de interesses e forças presentes no âmbito da sociedade civil, podemos concluir que existe espaço para a formulação e disputa de projetos políticos alternativos ao modelo dominante. Isso porque:

[...] toda época ou ambiente é contraditório e que alguém expressa e corresponde à própria época ou ambiente, não somente colaborando com as formas de vida oficial, como também combatendo-as implacavelmente. [...] Deve-se levar em conta a questão dos intelectuais e de seu modo de selecionar-se nas várias épocas de desenvolvimento da civilização (GRAMSCI, 1968, p. 64).

Embora a hegemonia compreenda as tentativas (bem sucedidas) da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para sobrepôr sua visão de mundo como universal, impondo seus interesses e necessidades aos grupos subalternos, ela não é uma força coesiva, pelo contrário, é preta de contrastes e sujeita aos conflitos (CARNOY, 2008).

Tal contradição também foi observada por Gruppi (1978) quando destaca que, na medida em que as classes sociais concorrem entre si para se apropriar do Estado, também competem pela influência da sociedade civil. Para tanto, pontua o mesmo, o projeto político das classes subalternas deve visar à separação de determinados aparatos ideológicos da sua aderência ao Estado, objetivando tornarem-se agências privadas de hegemonia sob sua direção.

Por isso mesmo, diante dos novos arranjos democráticos das sociedades modernas, a conquista da sociedade civil, da direção política, ou seja, do consenso, é o caminho para confrontos hegemônicos. “Sendo a realidade contraditória e a sociedade civil o espaço do antagonismo, pode-se encontrar brechas, pontos de cisão da hegemonia existente” (SCHLESENER, 2001, p. 29).

A possibilidade desta disputa reside, dentre outros fatores, no reconhecimento de que as instituições sociais existentes não se originaram, em sua totalidade, do domínio burguês, sendo possível fazer a listagem de um elenco diverso de contra-instituições, lembra Gruppi (1978).

Tomando a experiência da América Latina, podemos citar como exemplo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que ganharam expressão a partir de década de 1960, sendo experiências fundamentadas pela chamada Teologia da Libertação¹¹, corrente de esquerda da Igreja Católica que, a partir dos ensinamentos bíblicos, problematizava as situações de carência econômica e opressão política vivenciadas pelas classes subalternas. Os grupos populares formados nas periferias das cidades, e também em comunidades do campo, impulsionaram a criação de outros espaços públicos, como os clubes de mães e os conselhos comunitários.

¹¹ Mais elementos acerca da Teologia da Libertação são explorados no capítulo 4, item 4.1.

De acordo com Sader (1988), tinha-se como referência as carências materiais e as estruturas opressoras, contudo as CEBs contribuíram para a formulação de diversas interpretações da realidade, como contraponto ao discurso oficial dominante. Por isso, refere-se também a valores morais, como a superação do egoísmo, das injustiças e o reconhecimento da dignidade e da solidariedade.

Semeraro (2009) lembra ainda que a interlocução entre a esquerda latino-americana e o cristianismo popular levantava críticas profundas ao modelo dominante de desenvolvimento econômico. Tal matriz associou-se à descoberta e à valorização da cultura indígena e afro-americana, à efervescência de uma pluralidade de organizações populares e sujeitos nunca antes configurados entre os atores políticos.

Em suma, essa experiência de construção de um novo sujeito político coletivo, identificado como oprimido, serviu para a valorização da cultura popular em bases mais críticas e para tensionar os governos no sentido de ampliar o acesso aos serviços sociais básicos por parte daquela população que vivia em regiões de vulnerabilidade social. Embora estas tenham sido conquistas legitimadas dentro da ordem capitalista, serviram para a articulação de grupos sociais subalternos na sociedade civil, tensionando a sociedade política e, de certa forma, redefinindo as relações de forças em dada conjuntura.

Outro exemplo que pode ser destacado como uma conexão contra hegemônica é a luta empreendida pelos seringueiros no Brasil. Este segmento dos povos e comunidades tradicionais começou a articular-se na década de 1970, a partir da figura do conhecido Chico Mendes¹².

Liderança popular, Chico exercia o ofício tradicional de extração da borracha, portanto, sua atividade econômica, assim como de toda a comunidade de Xapuri, no Acre, dependia dos recursos naturais. Com a expansão do projeto de desenvolvimento econômico capitalista para aquela região, a floresta amazônica foi sendo devastada de forma predatória e sem controle, sendo gradativamente substituída pelas fazendas de gado e de monocultura.

Como forma de contestação, Chico Mendes e os demais seringueiros da região organizaram-se coletivamente e, através dos “empates”¹³, impediam a derrubada da

¹² Informações sistematizadas a partir de diversas fontes, como filmes, reportagens, etc.

¹³ Estratégia que os seringueiros e suas famílias adotaram de colocarem-se diante das árvores no momento da derrubada, a partir daí as lideranças do movimento tentavam dialogar com os “peões” e “jagunços”, explicando-lhes que a devastação da floresta submeteria ambos à situação de pobreza e risco, em curto e longo prazos (ALLEGRETTI, 2008).

floresta. A luta dos seringueiros tinha, no primeiro momento, um interesse econômico, relativo à subsistência material dos povos da floresta, mas essa pauta carregava uma dimensão universal, de interesse público, uma vez que denunciava a adesão do Estado a um projeto de desenvolvimento predatório da natureza que, coadunado com o interesse dos grandes fazendeiros, gerava violência, empobrecimento da população da região e sequelas ambientais irreversíveis. Ou seja, o Estado cumpria o preceito de garantia dos interesses individuais (propriedade privada) em detrimento do interesse coletivo.

Chico Mendes foi um dos mais influentes ambientalistas de sua época e mudou o paradigma do ambientalismo internacional, ao colocar as populações diretamente afetadas por projetos de desenvolvimento como centro do debate. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e o ideólogo das "reservas extrativistas", na qual a população tradicional que habitava a floresta teria o direito de manter seu modo de vida de coleta sustentável dos produtos florestais. "A reserva extrativista é a reforma agrária do seringueiro", ele dizia. Chico também falava que ele defendia a vida dos seringueiros, então, as seringueiras e a floresta amazônica, e assim se deu conta de que estava defendendo o Planeta inteiro. Um pensamento cada vez mais atual em relação a crise ecológica que toca a todos (MILANEZ, 2015).

Em função das correlações de força estabelecidas, Chico Mendes foi assassinado em 1988, mas, antes disso, mobilizou diversas instituições da sociedade civil para a causa ecológica e para a especificidade de vida dos povos da floresta. Entre os saldos desta luta, em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros, sujeito coletivo que exerce ainda hoje papel importante nas negociações e pactuações que envolvem a construção de políticas públicas direcionadas aos povos e comunidades tradicionais do Brasil.

Na análise das relações de força estabelecidas entre diferentes sujeitos coletivos e a ordem dominante vigente, observa-se que os fenômenos de ordem política e social podem sugerir estratégias tanto para a manutenção do projeto hegemônico quanto para a construção de conexões contra hegemônicas, ainda que correlatas a pautas específicas.

Nesta empreitada, alerta Gruppi (1989), a realização de um aparato hegemônico, isto é, de um aparato de direção, exige novos métodos de conhecimento da realidade e das contradições históricas, criando um novo terreno ideológico que determina uma reforma das consciências.

Isso já que “a luta pela emancipação das classes subalternas não se coloca apenas no terreno econômico, mas, dadas as condições de subalternidade a que historicamente foram submetidas, torna-se necessário o encaminhamento de uma ‘reforma intelectual e moral’” (SIMIONATTO, 2008, p. 24).

Essa reforma intelectual e moral refere-se a uma nova concepção de mundo (GRAMSCI, 1989) que, problematizada, supere os interesses particulares, articulando-os num projeto coletivo, ou seja, dando corpo àquilo que Gramsci chamou de “vontade nacional popular” (SIMIONATTO, 2009). Essa seria a grande função do partido político, que nos termos de hoje, também cabe para outros espaços de organização e articulação coletiva, como os movimentos sociais.

Esta nova visão de mundo deve ser capaz de problematizar as condições materiais de existência, desvendar seus rebatimentos no campo das relações sociais e do poder político estabelecido, imprimindo formas de contestação e tensionamento da ordem vigente, que acaba por excluir amplos segmentos sociais do acesso à renda e riquezas socialmente produzidas, bem como da construção dos pactos políticos que rejam o projeto de desenvolvimento econômico.

Em resumo, tomar a construção crítica de uma visão de mundo como instrumento para as lutas sociais implica reconhecer que a dimensão política da luta de classes está atrelada à dimensão cultural.

Dessa forma, Simionatto (2008) lembra que, para Gramsci, a cultura não se refere à simples aquisição de conhecimentos, pelo contrário, aponta para a necessidade da classe subalterna tomar partido, posicionar-se frente à história, compreender seu lugar na estrutura da sociedade de classes e buscar a emancipação.

Portanto, a cultura está relacionada com a transformação da realidade, uma vez que, parafraseando Gramsci, através da “conquista de uma consciência superior (...) cada qual consegue compreender seu valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e deveres” (SIMIONATTO, 2008, p. 20).

“Entendida de forma crítica, a cultura é instrumento de emancipação política das classes subalternas, o amálgama, o elo de ligação entre os que se encontram nas mesmas condições e buscam construir uma contra hegemonia” (SIMIONATTO, 2008, p. 24).

Atento as possibilidades de organização coletiva dos grupos sociais das classes subalternas, Gramsci (1989) destacou que o grau de homogeneidade, de autoconsciência e organização de tais grupos deve ser analisado em graus distintos, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva.

Dessa forma, o primeiro momento é o econômico-corporativo, em que se sente a unidade homogênea do grupo e o dever de organizá-la, mas ainda não se tem a unidade do grupo social mais amplo (GRAMSCI, 1989).

Já a segunda etapa é aquela onde se adquire a consciência de solidariedade de interesses entre os membros do grupo, mas ainda no campo meramente econômico. Nesse momento, defende o pensador, já se coloca a questão do Estado, mas apenas visando alcançar uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, ou seja, até reivindicar-se o direito de participar da legislação e da administração e, talvez, de modificá-las, mas dentro dos limites da ordem vigente (GRAMSCI, 1989).

O terceiro momento seria aquele em que se adquire a consciência de que os interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam a característica de grupo meramente econômico, podendo tornar-se também interesses de outros tantos grupos subalternos. Sobre esta etapa, defende ele:

Esta é a fase mais abertamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias germinadas anteriormente se transformam em “partido”, entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral (GRAMSCI, 1989, p. 50).

Esse momento, de intensa unidade política e aprofundada visão crítica da realidade, é decisivo para a construção de projetos políticos. Gohn (2007), ao discutir a temática dos movimentos sociais, destacou a importância da categoria projeto sociopolítico como instrumento de articulação e pactuação de objetivos, bem como uma visão de sociedade que se espera construir.

Para a pesquisadora citada, o projeto sempre existe sob a forma de uma visão de mundo, no entanto, o que falta, na maior parte das vezes, é um projeto para o movimento ou do movimento para a sociedade como um todo, em relação ao conteúdo intrínseco da problemática que o constitui. Ou seja, partir da imediatividade das demandas, geralmente de cunho econômico, para pautas universais, de perspectiva ético-política.

Semeraro (1999, p. 64) acrescenta que:

[...] é no interior dos movimentos sociais que os trabalhadores são chamados a criar o seu projeto de sociedade e começam a ensaiar práticas novas de poder e de política que estabelecem relações dialéticas entre intelectuais e povo, dirigentes e dirigidos, introduzindo formas de vida totalmente

diferentes das acomodações reapresentadas pelos métodos da “revolução passiva”¹⁴, tão caros aos grupos dominantes (SEMERARO, 1999, p. 64).

O lugar que a cultura ocupa nas reflexões de Gramsci contribui profundamente para a construção da noção de um projeto político contra hegemônico. Como vimos, na obra do pensador italiano transparece uma ideia de cultura forjadora da liberdade, capaz de propiciar a ultrapassagem da heterogeneidade e da imedaticidade da vida cotidiana, das lutas econômico-corporativas para lutas mais duradouras e universais, voltadas à construção de uma nova hegemonia (SIMIONATTO, 2008).

Diante de toda essa discussão, partimos do entendimento de que a luta dos movimentos sociais dos povos e comunidades tradicionais pode contribuir para o tensionamento das relações dominantes e para o debate político em torno de um projeto societário radicalmente democrático. As reivindicações destes sujeitos coletivos partem de demandas econômicas, com corte de classe, mas podem ultrapassar este momento, pautando questões de cunho universal, com rebatimento ético-político.

A cultura dos povos tradicionais denuncia que a terra não é uma simples mercadoria, pelo contrário, tem uma relação profunda com um organismo que ultrapassa as individualidades, sendo um bem comum, como a água e o ar, sinalizando para a necessidade da gestão coletiva do viver em sociedade. Dessa forma, as lutas anticoloniais e as lutas que os povos tradicionais estão travando para defender não apenas o próprio território, do qual dependem, mas as culturas que dependem diretamente da defesa territorial, são travadas na sociedade civil. Tais lutas impactam, em última análise, no questionamento do capitalismo, já que o capital busca exercer o domínio sobre o território¹⁵.

Essa prerrogativa está fundamentada na compreensão de que:

[...] há na sociedade civil espaço para a emergência da crítica, a elaboração de novas concepções de mundo e a luta por novas relações hegemônicas. A própria estrutura da sociedade e a característica dinâmica das relações de hegemonia abrem perspectivas de transformação (SCHLESENER, 2001, p. 21).

¹⁴ [...] revolução onde os principais sujeitos históricos são excluídos do processo e cooptados pela hegemonia de classes totalmente alheias aos seus interesses. Ocorre, neste caso, a hegemonia de uma fração do bloco dominante sobre as demais frações e uma ausência de hegemonia em face das classes subalternas. Manifesta-se, assim, a função de “domínio” e não de “direção”, ou seja, ocorre uma ditadura sem hegemonia (SIMIONATTO, 2004, p. 43-44).

¹⁵ Anotações da autora sobre a discussão realizada por Giovanni Semeraro, na palestra “Sociedade Civil e Gramsci”, proferida na Universidade Estadual de Ponta Grossa, em 31 de outubro de 2013.

Portanto, as correlações de forças existentes podem tornar-se novas relações hegemônicas, no sentido de processo, de alteração da conjuntura, das forças sociais predominantes em determinado momento histórico, revertendo-se em mudanças de cunho econômico, social, político e ético.

Tal dinâmica não ocorre de maneira abrupta, pelo contrário, é um movimento processual, que vai tecendo no âmbito da sociedade civil parcerias e alianças que, uma vez articuladas, passam a ocupar espaços estratégicos de debate e decisão políticas. Tecer essas relações é, sem dúvida, um exercício pedagógico.

A partir da contribuição do pensamento gramsciano para discutir a sociedade contemporânea, Luiz (2008) pondera que, na correlação de forças e de hegemonias, estabelecem-se relações pedagógicas que perpassam toda a sociedade, como as relações entre diferentes indivíduos, entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos. Tais relações servem para manter ou alterar uma situação. Portanto, “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica [...]” (Gramsci *apud* LUIZ, 2008, p. 43).

A autora adverte que, nesta busca de construção de uma contra hegemonia pelas classes subalternas, tanto as condições materiais quanto as culturais determinam a configuração de novas relações sociais e de novas relações entre Estado e sociedade. Por isso, conclui ela, esse não é um movimento que fluirá de modo mágico. Pelo contrário, só poderá ser alcançado através da inserção crítica de sujeitos concretos na prática social (LUIZ, 2008).

O indicador gramsciano de romper processualmente com relações de dominação nas diversas instâncias da vida social fortalece a argumentação de que é possível construir pedagogicamente relações sociais que contemplem valores sociais diferentes dos dominantes, não no sentido de inclusão total dos anseios, mas numa direção teleológica formulada pela classe subalterna (LUIZ, 2008, p. 48).

Corroborando as colocações já destacadas por Gruppi (1978) e Schlesener (2001), Luiz (2011) também entende que, sendo a posição hegemônica uma construção histórica, há a possibilidade de construção de relações contra hegemônicas através de um processo de “rupturas moleculares”. Assim, a socialização da política e do poder, a elevação cultural e o conhecimento crítico da realidade podem contribuir para uma nova visão de mundo, desarticulando a ideologia dominante.

De forma processual e molecular:

[...] sob um determinado invólucro político [...] se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta mais incoercível, as forças oficiais [...] (GRAMSCI, 2002, p. 328).

Portanto, apropriando-nos das reflexões elaboradas por Luiz (2011), entendemos as rupturas moleculares como ações concretas que, embora não rompam o contexto estrutural mais amplo em um primeiro momento, possuem expressão social nos processos orgânicos de grupos e movimentos. Assim, “[...] é molecular porque expressa uma luta que se insere no tecido social, sem perder de vista a totalidade da qual é fonte” (LUIZ, 2011, p. 121).

Nesse sentido podemos apontar a vivência dos movimentos sociais entre as décadas de 1960 e 1980 no Brasil. Através de um campo de reivindicações materiais, como emprego e renda, transporte, saúde, moradia, terra, etc, estes movimentos foram tecendo um conjunto de novas relações sociais que repercutiram na crítica do autoritarismo estatal (ditadura), mas também do autoritarismo social presente na própria sociedade civil (clientelismo, preconceito, etc). Por isso, tais movimentos também impactaram na criação de novos valores democráticos, ou seja, no campo ético-político (DOIMO, 1995; GECD, 1998/1999; DAGNINO, 2001).

A década de 1970 também foi o momento de emergência de movimentos sociais dos quais parte dos membros da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais iniciou sua militância, sua “peleia”, assim denominada por eles. É o caso, por exemplo, do Movimento dos Posseiros, do qual participavam os faxinalenses; o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Sem Terra (MST), dos quais participavam os ilhéus do Rio Paraná e o próprio Movimento Indígena. Estes foram espaços de relações pedagógicas na luta pela terra/território, que impulsionaram a articulação coletiva desses sujeitos, a problematização crítica da situação concreta em que viviam e a construção de bandeiras de luta em comum.

Da discussão até aqui realizada, podemos apontar que a sociedade civil, como espaço da hegemonia, apresenta possibilidades de construção de relações contra hegemônicas que são tecidas através de diferentes práticas pedagógicas e, processualmente, podem contribuir para a ruptura molecular das relações de poder estabelecidas.

Para tanto, é importante que haja a articulação dos grupos sociais das classes subalternas; a construção de uma visão crítica de mundo, através de práticas pedagógicas; a organização de uma vontade coletiva, que dê tessitura a um projeto

sociopolítico, com rebatimentos na modificação/transformação das relações de poder político, ou seja, com influência no Estado.

As diversas frentes de luta empreendidas pelos movimentos sociais no Brasil, com destaque para as articulações políticas recentes dos coletivos dos povos e comunidades tradicionais, têm contribuído para o fortalecimento de diversos grupos sociais étnicos que, enquanto grupos subalternos, vêm transcendendo uma situação de exclusão na esfera pública para outra condição, de visibilidade e reconhecimento de direitos, mesmo que submetidos a conflitos sociais intensos.

As articulações contra hegemônicas de tais grupos contribuem para a discussão política de temas centrais acerca do desenvolvimento capitalista no Brasil, como a questão fundiária. Conforme discutimos, a luta pela terra/território implica na redistribuição de renda e riquezas e na pactuação de novas prioridades econômico-políticas para além das propostas pela ordem dominante. Com isso, torna-se necessário discutir o cenário estrutural brasileiro e as relações de forças que permeiam as lutas dos povos e comunidades tradicionais no país. É a tarefa do próximo item.

1.3 O CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, a persistente concentração fundiária revela a hegemonia das classes dominantes na condução do projeto de desenvolvimento político-econômico. Desde a invasão de Portugal às terras brasileiras, ainda no século XVI, a forma de se apropriar da terra/território tem gerado conflitos e violência.

Apesar de diferentes contextos históricos e conjunturas políticas diversas, os conflitos no campo denotam que os interesses econômicos em torno da posse da terra se concretizam sob a coerção e extermínio de diversos povos ao longo de toda a história brasileira. Os povos e comunidades tradicionais têm sido, há séculos, vítimas contundentes das formas de apropriação da terra e da gestão da propriedade privada no país.

Na realização deste estudo, a observação das reuniões da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais nos permitiu compreender que a diversidade de pautas demandadas pelos povos tradicionais tem na luta pela terra/território sua unidade. A expropriação e as ameaças empreendidas aos territórios tradicionais são resultado do *modus operandi* do desenvolvimento capitalista no Brasil, que engendrou a modernização das relações econômicas assentadas no latifúndio e na monocultura,

forjando um bloco hegemônico de poder que atrela os interesses da elite ruralista conservadora ao setor industrial moderno, sob a égide do Estado.

A precariedade de acesso aos serviços sociais básicos, a situação de exclusão e violência sofrida cotidianamente pelos diferentes grupos sociais étnicos é a expressão das contradições inerentes ao desenvolvimento do sistema capitalista no país. Em última análise, a raiz do processo de subalternidade vivenciada pelos povos tradicionais encontra-se vinculada à forma de acumulação da propriedade privada da terra.

Em nome do progresso econômico, desde os tempos da colonização, percorrendo o Império e mais tarde a fase republicana, o Estado agiu deliberadamente na mercantilização do uso e da posse da terra, coadunando os agentes estatais aos interesses privados do capital.

Os recursos naturais, a começar pela terra, mas estendendo-se às florestas e às águas, foram concebidos como mercadorias, bens estratégicos para a consolidação das relações capitalistas e inserção do país, ainda que de forma dependente, na economia mundial.

Os relatos da colonização atestam que a exploração dos povos originários, assim como a subjugação da natureza, são uma face da modernização capitalista que se esboçava no centro do mundo, criando um mercado mundial. A colonização da América, o intercâmbio entre as colônias, o aumento dos meios de troca e das mercadorias deram ao comércio, à navegação e à indústria um impulso extraordinário, regimentando o novo modo de produção que nascia das ruínas da sociedade feudal (MARX e ENGELS, 2008).

Essa foi a lógica capitalista de dominação que se impunha às colônias, obrigando-as a ingressarem no modo de civilização burguês que se esboçava. “Assim como subordinou o campo à cidade, subordinou os países bárbaros e semibárbaros aos países civilizados, os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente” (MARX e ENGELS, 2008, p. 49).

Nessa perspectiva, os recursos naturais passaram a incorporar bens de mercado e toda a forma de vida dos povos originários foi desconsiderada. A subjugação da natureza aos projetos de desenvolvimento econômico é tamanha que, mesmo na atual conjuntura (2016-2017), uma série de impasses vivenciados no Brasil são expressão dessa visão de desenvolvimento. A construção de barragens para mineradoras e hidrelétricas, por parte do Estado e em parceria com o setor privado, são exemplos de

empreendimentos de grande porte que submetem os recursos naturais e os modos de vida tradicionais aos interesses do capital.

Podemos ponderar que esse modo de conceber o desenvolvimento econômico desconsiderou a vivência dos grupos sociais étnicos (enquanto grupos subalternos) e, a partir do ponto de vista da burguesia, o Estado formulou sua concepção de economia e estabeleceu uma unidade no plano jurídico-formal, estendendo-a para toda a sociedade como interesse geral (SIMIONATTO, 2009), apesar das diversidades socioculturais.

O pontapé desse processo tem início com a colonização. Retomando o cenário, destaca-se que, quando a expansão ultramarina portuguesa atingiu as terras brasileiras, encontrou aqui uma significativa população ameríndia. Embora não se saiba, ao certo, quantos índios viviam no território naquele momento, estima-se algo em torno de 4 milhões (CARVALHO, 2005).

A versão oficial, dominante, mais comumente divulgada da história brasileira relata este momento como o “descobrimento” do Brasil, ignorando toda uma organização social tradicional dos povos ameríndios que aqui viviam. Prova disso está nas comemorações empreendidas, no ano 2000, por ocasião dos “500 anos do descobrimento”.

A solenidade realizada em abril de 2000, em Porto Seguro, no estado da Bahia, contou com a manifestação de indígenas e de outros movimentos sociais, como o dos negros, sendo duramente reprimida pela polícia (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2016). Tal confronto só reafirma a postura majoritária coercitiva do Estado brasileiro em relação às demandas dos povos e comunidades tradicionais.

No espírito de contrapor outra versão ao chamado “descobrimento”, no sentido de compreender, a partir de uma visão crítica, seu próprio valor histórico e seus direitos (SIMIONATTO, 2008), as etnias Xavante e Mehinaku divulgaram uma Carta Aberta, endereçada aos presidentes do Brasil e de Portugal.

Estamos aqui com toda verdade de nossa Tradição. Sem rancor, sem raiva. Mas também não estamos comemorando nada. Esta não é nossa comemoração. Apesar de toda distância e dificuldade, viemos porque temos que falar com vocês. [...] Nossos antepassados, nossos avós aceitavam os “presentes” que vocês deixavam para enfeitar nosso povo e pensavam que era uma atitude de amizade verdadeira. Acreditavam que aceitando os presentes vocês iam nos respeitar [...]. Vivemos neste lugar há muito tempo, muito antes dele se chamar Brasil. Nossos ancestrais andavam aqui em liberdade... Hoje vivemos cercados, em pequenos pedaços de terra. Para todo lado que andamos existe sinais daquilo que vocês chamam progresso. Mesmo nossos territórios demarcados continuam sendo ameaçados pelos projetos de

desenvolvimento que não levam em consideração nosso pensamento e nossa vida [...] (CARTA DOS ÍNDIOS, 2016, s/p).

Na expansão das rotas comerciais, apesar da existência dos povos indígenas, as terras “descobertas” foram consideradas despovoadas. Para o colonizador, os indígenas não eram sujeitos humanos, tanto que, embora haja uma diversidade muito grande entre as etnias, como a língua e os costumes, existem relatos dos colonizadores que classificavam os índios, de forma reducionista, entre os de qualidades positivas e os de negativas, variando de acordo com o maior ou menor grau de resistência posto aos portugueses (FAUSTO, 2012).

A colonização do Brasil foi organizada através de duas instituições básicas: o Estado e a Igreja Católica. Ao Estado coube o papel de garantir a soberania portuguesa sobre a Colônia, dotando-a de um sistema administrativo e de estratégias de povoamento e fomento à mão de obra. A Igreja Católica, reconhecida como religião oficial do Estado, tinha a função de educar as pessoas e, através do “controle das almas”, contribuía de forma eficiente na veiculação da obediência, em sintonia com os interesses estatais (FAUSTO, 2012).

Durante a administração colonial portuguesa, a educação primária era muito precária e Portugal nunca permitiu a criação de universidades em sua Colônia, situação bem diferente daquela vivenciada por outras regiões, como as de colonização espanhola, por exemplo. O resultado disso foi que, já em 1872, meio século após a independência, somente 16% da população era alfabetizada (CARVALHO, 2005).

O aparato ideológico pregado pelo Estado, em parceria com a Igreja Católica, sustentava a percepção de que os indígenas e os negros eram povos “sem alma”, o que contribuía para justificar a catequização e as relações de exploração e violência impetradas durante a colonização e, mesmo mais tarde, em nome do progresso e do desenvolvimento.

Podemos sugerir uma analogia à reflexão de Gramsci (1987) quando destacou que o desenvolvimento do capitalismo na Itália veiculava uma visão de que o atraso da região sul correspondia às condições de inferioridade dos camponeses, esvaziando de conteúdo político as relações de opressão, tornando-as relações naturais.

O Estado, com participação decisiva da Igreja Católica, cumpria sua função de “educador” (GRAMSCI, 1989). Nessa lógica, os povos “civilizados” devem dominar, naturalmente, os povos “atrasados”. Nosso processo de colonização também contribuiu para legitimar, conforme destacou Scherer-Warren (2013), a visão eurocêntrica da

modernidade, na qual a civilização moderna, mais desenvolvida, toma para si a necessidade de desenvolver os povos mais primitivos, consolidando a violência como parte aceitável do processo civilizatório.

Em termos práticos, a colonização impôs como o primeiro modelo de uso e posse da terra o corte de pau-brasil, realizado pelos índios Tupinambá, em função das demandas do mercado externo. Ou seja, as terras indígenas passariam a ser utilizadas como respostas à demanda europeia (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2014).

O domínio sobre o Novo Mundo deu-se com o sistema empreendido pela monarquia portuguesa de desenvolvimento de mecanismos de uso e posse de terras, impedindo que as coroas francesa, holandesa e espanhola se apropriassem de parte da colônia. As disputas territoriais sempre estiveram presentes no Brasil, envolvendo os adversários externos, mas também internos, almejando o domínio fundiário (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2014).

Na disputa pelo domínio, a escravização dos povos indígenas foi uma relação de poder expressiva no início do período colonial. Neste processo “[...] a palavra catástrofe é a mais adequada para designar o destino da população ameríndia. Milhões de índios viviam no Brasil na época da conquista, e apenas entre 300 e 350 mil existem nos dias de hoje” (FAUSTO, 2012, p. 16).

As práticas de colonização foram movidas principalmente pelos interesses materiais, sendo a busca pelas especiarias, pelo ouro, madeira, drogas medicinais e, mais tarde, pelos negros africanos exemplos representativos. Colonizar significava, também, povoar o território e garantir a posse sobre o mesmo.

Temendo a investida de outros poderes europeus sobre o território recém “descoberto”, a partir de 1530, a Coroa portuguesa procurou consolidar sua hegemonia realizando o processo de colonização. Estabeleceu-se, para isso, as chamadas “capitanias” (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2014).

A região foi dividida em quinze partes e estas terras foram entregues a uma classe de nobres, pessoas que possuíam ligações com a Coroa portuguesa. Esses “donatários” se comprometiam em povoar, desenvolver e administrar as regiões sob sua responsabilidade, em nome de Portugal. Essa posse dava-lhes extensos poderes, tanto na esfera econômica e na arrecadação de tributos, como na esfera administrativa e judiciária (FAUSTO, 2012; FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2014).

O sistema de capitanias deixou como legado a proliferação de grandes propriedades: as sesmarias. Elas deram origem à formação de vastos latifúndios e a

opção pela grande propriedade ligou-se ao pressuposto da conveniência da produção em larga escala. “O sistema de sesmaria, iniciado na colônia, precisa muito ser reexaminado, uma vez que continuou a influenciar as relações de propriedade no século XXI” (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2014, p. 27).

Como aconteceu em toda a América Latina, o Brasil viria a ser uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minérios de grande importância. A política da metrópole portuguesa consistirá no incentivo à empresa comercial com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala, assentada na grande propriedade. Essa diretriz deveria atender aos interesses de acumulação de riqueza na metrópole lusa, em mãos dos grandes comerciantes, da Coroa e seus afilhados (FAUSTO, 2012, p. 21).

Ao lado da empresa comercial, do regime de grande propriedade, havia um terceiro elemento importante: o trabalho escravo. Com tudo isso, podemos afirmar que a concentração de terras e a violência estão na origem da propriedade privada da terra no Brasil, configurando a base estrutural sob a qual se desenvolve a agricultura capitalista, ou seja, o agronegócio na contemporaneidade.

Fausto (2012) lembra que, embora estivéssemos entrando na aurora dos tempos modernos, o trabalho escravo foi amplamente adotado na colonização. O comércio internacional de escravos, trazidos da costa africana, acabou se transformando em um dos grandes negócios lucrativos da colônia. O tráfico representou uma fonte importante de acumulação de riquezas, além de prover a força de trabalho para a grande lavoura de exportação.

Neste sentido, os negros que chegavam na Colônia para o trabalho escravo eram considerados mercadorias, propriedades dos senhores, sem quaisquer direitos básicos, inclusive à vida. Muitos foram castigados e espancados até a morte, equiparados a animais (CARVALHO, 2005).

Apesar disso tudo, tanto os indígenas quanto os negros resistiram de diversas formas à sujeição. As populações indígenas, diferentemente dos negros trazidos da África, tinham amplo conhecimento sobre seu território originário, o que tornava as fugas e a reorganização social um pouco mais viáveis. No entanto, muitos índios foram dizimados por epidemias (como sarampo e gripe) para as quais não tinham resistência biológica (CARVALHO, 2005; FAUSTO, 2012).

As populações africanas, pelo total desconhecimento acerca do território e pela falta de coesão, considerando que vinham de regiões diferenciadas, enfrentaram maiores

dificuldades nas estratégias de resistência. Ainda assim, os negros não aceitaram passivamente a situação de exploração e violência a que eram duramente submetidos.

A experiência dos quilombos ilustra esta resistência e há registros de uma diversidade deles em todo território, a exemplo de Palmares.

Fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores, resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e escravos desde os primeiros tempos. Os quilombos, estabelecimentos de negros que escapavam à escravidão pela fuga e recompunham no Brasil formas de organização social semelhantes às africanas, existiram às centenas no Brasil colonial. Palmares – uma rede de povoados situada em uma região que hoje corresponde em parte ao Estado de Alagoas – foi um destes quilombos, e certamente o mais importante. Formado no início do século XVII, resistiu aos ataques de portugueses e holandeses por quase cem anos, vindo a sucumbir em 1695 (FAUSTO, 2012, p. 25).

As formas engendradas de posse e uso da terra expressam os interesses econômicos presentes desde o período colonial e foram moldando as relações sociais e políticas no Brasil. Apesar do intento da Coroa em garantir a posse sobre o território, a vasta extensão trouxe uma série de implicações para a organização social e política do Brasil.

Segundo Fernandes, Welch e Gonçalves (2014) o exemplo crucial reside no sistema de sesmarias e na polêmica das terras devolutas. Os autores relatam que as sesmarias têm sua origem em uma espécie de direito agrário que, em fins do século XIV, promoveu o desenvolvimento rural por meio do cultivo de cereais, fomentou o uso de mão de obra no campo e ajudou a aliviar uma crise alimentar em Portugal, na época. A posse das terras era garantida aos nobres que efetivamente a cultivassem no tempo pré-estabelecido, do contrário, as terras deveriam ser devolvidas à Coroa. Essas terras devolvidas eram chamadas de “devolutas” e seriam, posteriormente, repassadas para outros nobres, sob as mesmas condições.

A mesma lei foi empregada pela Coroa portuguesa com o intuito de colonizar o vasto território brasileiro. Contudo, conforme explicam Fernandes, Welch e Gonçalves (2014), as exigências do sistema de sesmarias não tiveram efeito prático na Colônia, já que o abandono do cultivo não resultou em devolução, pois a fiscalização foi sempre precária e o sistema judicial frágil para produzir efeitos confiáveis.

Dessa forma, as sesmarias atribuídas a determinados nobres seguiram legitimando-se como as grandes propriedades e as terras devolutas aqui foram sendo

identificadas como aquelas ainda não doadas ou ainda não desenvolvidas. Para os autores citados acima:

Tratava-se de uma plataforma de lançamento do latifúndio em um sistema de plantio de monocultura para exportação para o que viriam a ser as grandes propriedades produtoras de *commodities*, as quais contribuiriam para a problemática da formação social do país (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2014, p. 28).

A problemática das terras devolutas está presente em uma série de conflitos territoriais no Brasil contemporâneo, envolvendo famílias de camponeses e de povos tradicionais que vivem há décadas ou séculos em territórios ocupados sem titulação legal, bem como setores do ramo privado que se apropriam de forma ilegal das terras públicas, gerando acumulação de riquezas e desigualdade social.

O estudo de Oliveira (2016), *Atlas da Terra Brasil*, com dados baseados no cadastro declaratório do INCRA, destaca a gravidade dessa situação quando revela que cerca de 60% dos imóveis existentes no país não possuem titulação de fato. Assim, a princípio, são terras públicas que deveriam, pela atual legislação brasileira, ser destinadas à reforma agrária, demarcação de terras indígenas e quilombolas ou à constituição de unidades de conservação ambiental. No entanto, declara o pesquisador, essas terras estão cercadas e o Estado não tem agido para resolver a situação.

É a partir dessa lógica que os movimentos sociais passaram a fazer a ocupação de terras como instrumento político para obrigar os que se dizem proprietários a mostrarem os documentos e fazer com que o Estado averigue a sua legalidade (OLIVEIRA, 2016).

A posse ilegal de terras no Brasil deu origem a uma prática muito difundida: a grilagem. O grileiro¹⁶ falsificava documentos referentes ao título de propriedades e os registrava oficialmente, muitas vezes em parceria com os oficiais dos cartórios, contribuindo para o aumento dos latifúndios (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2014).

Como veremos na sequência, no Paraná, muitos empreendimentos econômicos no ramo da extração da madeira e da monocultura foram legitimados a partir da

¹⁶ O termo grilagem vem da descrição de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis falsificados eram colocados em uma caixa com grilos, com o passar do tempo a ação dos insetos dava aos documentos uma aparência envelhecida (MARETTI, 2016).

grilagem, expropriando povos indígenas, quilombolas e faxinalenses dos seus territórios tradicionais (VANDRESEN, 2004; SONDA e BERGOLD, 2013).

Com isso, constata-se que, obviamente, os impactos da concentração fundiária repercutem nas dimensões econômica, política, cultural e social. Impressiona notar que a permanência do latifúndio no Brasil segue se legitimando em diferentes contextos políticos, ao longo dos séculos.

O fim do período colonial, em 1822, é um exemplo crucial dos processos de permanência dos interesses instalados no sistema econômico-político brasileiro. Segundo Carvalho (2005), a independência do Brasil foi negociada através da pactuação de interesses entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra. A escolha de uma solução monárquica, em vez de republicana, deveu-se ao entendimento da elite de que só a figura do rei poderia manter a ordem e a estabilidade das províncias que formavam a antiga colônia.

Diante disso, “[...] o Brasil, mais que qualquer outro país da América Ibérica, esta vasta região do continente americano que chega à modernização em compromisso com o seu passado, pode ser caracterizado como o lugar por excelência da revolução passiva” (VIANNA, 1996, p. 01).

O conceito de revolução passiva (ou revolução-restauração) evidencia os processos de modernização do Estado através de reformas que prescindem de revolução política (GRAMSCI, 2002). Ou seja, ao contrário de uma revolução popular, realizada “por baixo”, a revolução passiva abarca os momentos da “restauração” (enquanto reação à possibilidade de uma transformação radical e efetiva) e da “renovação” (as camadas dominantes assimilam parte das demandas populares, inclusive como forma de desmobilização política), enquanto instrumentos de renovação, mas sem ruptura com a ordem vigente (COUTINHO, 2007).

Isso porque “[...] nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista [...]” (GRAMSCI, 2002, p. 321).

Dessa forma, no Brasil o “povo” não teve papel decisivo na luta pela independência, comparado com o processo de outros países, como no caso da Revolução Americana, por exemplo, que vimos anteriormente. A recomposição das estruturas de poder marca o início da modernidade no Brasil. Em consequência, a oligarquia agrária não perdeu sua base de poder, pelo contrário, encontrou condições

para enfrentar a transição modernizando-se e irradiando-se pelos desdobramentos das oportunidades novas que surgiam (Fernandes, 2005).

A tranquilidade da transição facilitou a continuidade social. Implantou-se um governo ao estilo das monarquias constitucionais e representativas europeias. Mas não se tocou na escravidão, apesar da pressão inglesa para aboli-la ou pelo menos, para interromper o tráfico de escravos. Com todo o seu liberalismo, a Constituição ignorou a escravidão, como se ela não existisse (CARVALHO, 2005, p. 28).

Com a pressão da Monarquia Inglesa, os agentes imperiais passaram a atuar no sentido de acomodar suas demandas às necessidades do país diante do sistema político-econômico liberal. Assim, a abolição da escravatura deu-se posteriormente à regulamentação da “Lei de Terras”, em 1850, em um contexto em que já havia poucos escravos no país (FAUSTO, 2012; FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2014).

A Lei mencionada reafirmava o poder do Estado sobre a terra. Tal regulamentação determinou que as terras distribuídas pelo sistema de sesmarias seriam regularizadas, e a partir daí só poderiam ser acessadas através da compra de títulos. Na prática, a terra que estava em poder das elites rurais foi regulamentada pelo Estado e a classe subalterna foi impedida de acessá-la.

Segundo Carvalho (2005), aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Qual o saldo disso? Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos acabaram retornando a suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixos salários.

Com a Lei de Terras:

O país vivenciou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista. Nela se apoia a nossa lentidão histórica e a postergação da ascensão social dos condenados à servidão da espera, geratriz de uma sociedade conformista e despolitizada. Um permanente aquém em relação às imensas possibilidades que cria, tanto materiais quanto sociais e culturais (MARTINS, 2010, p. 10).

As opções político-econômicas descritas até aqui explicam a origem da questão agrária brasileira, que, segundo Nakatani, Faleiros e Vargas (2012), refere-se ao conjunto de inter-relações e contradições derivado da estrutura fundiária altamente concentrada que acaba condicionando também a concentração de poder econômico,

político e simbólico. Assim, criam-se estruturas de sujeição da população do campo e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra.

A transição política entre o fim do Império e a emergência da Primeira República – período de 1889 até 1930 – tornou os governos estaduais responsáveis pelas questões da terra, o que, por fim, acabou fortalecendo as elites locais. Isso porque, dentre outras coisas, tais políticos dependiam do apoio dessa elite na busca por votos (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2014).

Essas elites locais manipulavam os trabalhadores sob seu poder e influência, legitimando um sistema que ficou conhecido como coronelismo. Para Carvalho (1997), o coronelismo é expressão de uma forma de relacionamento político entre os fazendeiros e o governo, baseado em um sistema de barganhas. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, incluindo o controle dos cargos públicos, como o delegado de polícia até a professora primária. Em contrapartida, o coronel garante seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República, em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado.

Dessa forma, o coronelismo envolve um tipo de relação política presente entre os detentores de poder econômico e as classes subalternas, empobrecidas: o clientelismo. Carvalho (1997) explica que, de modo geral, o clientelismo indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, etc, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. Seu conteúdo varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos.

De algum modo, o clientelismo perpassa toda a história política do país e, na medida em que muda de parceiros, pode aumentar e diminuir ao longo do tempo. Em determinados contextos históricos, as relações clientelísticas dispensam a presença do coronel, mas continuam presentes nas relações entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Assim, por exemplo, deputados trocam votos por empregos e serviços públicos, em função de sua capacidade de influir sobre a esfera do Executivo (CARVALHO, 1997).

O clientelismo, enquanto instrumento político de dominação e apaziguamento dos conflitos de classe, tem servido, inclusive, para desmobilizar as lutas sociais empreendidas pelos movimentos sociais contemporâneos, conforme veremos adiante, através da experiência da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais.

No período mencionado, o imbricamento de interesses favoreceu o controle da elite rural sobre as terras. Somada à ação dos grileiros, o latifúndio seguiu reafirmando-se no país. Em função das barganhas políticas, os governos estaduais e federal evitavam o confronto com os latifundiários, mesmo nas terras com duvidosos títulos de propriedade (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2014).

Em relação às lutas sociais, Gohn (2003) destaca que, entre 1850 e 1900, registra-se uma série de movimentos messiânicos no país, mas que tiveram também cunho de lutas em torno da questão agrária e de resistência às oligarquias rurais, contudo, não apresentavam projetos políticos ou ideológicos claros.

Pela natureza da constituição econômico-política vigente naquele momento, os segmentos subalternos prescindiam de uma organização coletiva que possibilitasse a articulação de uma visão de mundo crítica, viabilizadora de um projeto político combativo. Nesse sentido, em 1930, observou Gramsci:

Na América do Sul e na América Central [...] encontramos na base do desenvolvimento desses países os quadros da civilização espanhola e portuguesa dos séculos XVI e XVII [...]. As cristalizações, ainda hoje resistentes nesses países, são o clero e uma casta militar, duas categorias de intelectuais tradicionais [...]. A base industrial é muito restrita, não tendo desenvolvido superestruturas complicadas: a maior parte dos intelectuais é de tipo rural e, já que domina o latifúndio, com extensas propriedades eclesiásticas, tais intelectuais são ligados ao clero e aos grandes proprietários. A composição nacional é muito desequilibrada mesmo entre os brancos, mas complica-se ainda mais pela imensa quantidade de índios [...]. [...] uma situação na qual o elemento laico e burguês ainda não alcançou o estágio da subordinação, à política laica do Estado moderno, dos interesses e da influência clerical e militarista. [...] Os eventos dos últimos tempos [...] no México, **no Brasil**, no Peru, no Chile, na Bolívia demonstram a exatidão destas observações (GRAMSCI, 1968, p. 21-22, *grifo nosso*).

A partir de 1930, há um reordenamento do arranjo estatal no Brasil e institui-se um governo central forte, sendo que, de certa forma, houve um rompimento do acordo oligárquico que vinha dominando a cena política até então. Tais mudanças políticas reduziram a influência da oligarquia rural, priorizando uma política desenvolvimentista, voltada para a industrialização (COSTA, 2006; COUTO, 2008).

Contudo, tendo como meta a manutenção da governabilidade, o governo Vargas retomou o pacto com a oligarquia cafeeira. Assim, além de contar com a influência de setores conservadores, as pactuações em torno da governabilidade passaram a contar também com novos sujeitos políticos emergentes, representados pelas classes sociais urbanas, tensionando as relações de forças (COUTO, 2008).

Tais classes foram sendo forjadas à medida que o Estado Novo (de 1937 a 1945) assumiu a tarefa de criação das bases capitalistas para um modelo urbano-industrial. Com isso, reforçou as relações capitalistas no campo, interveio na criação de uma infraestrutura necessária ao crescimento econômico e tratou de regular as relações capital-trabalho, viabilizando um sistema de proteção social focalizado nos trabalhadores formais urbanos. O populismo foi a tônica utilizada para apaziguar os conflitos de classe inerentes ao desenvolvimento do capitalismo (COSTA, 2006; COUTO, 2008; FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2014).

“A regulação do Estado na área social, durante o Estado Novo e no segundo governo Vargas, esteve dentro dos limites da construção da ordem capitalista no Brasil, aliada à dificuldade de modificar aspectos estruturais do país, como a questão da reforma agrária” (COSTA, 2006, p. 129). Em função disso, novas formas de organização foram criadas na luta pela terra e pela reforma agrária: as ligas camponesas, as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais (FERNANDES, 2016)¹⁷. Enquanto expressões de resistência política e de contestação da ordem, tais organizações foram sempre reprimidas em função do projeto econômico capitalista.

Considerando a histórica conciliação de interesses entre as diferentes frações da classe dominante no país, o processo de modernização deu-se em bases conservadoras. O desenvolvimento do capitalismo não provocou a ruptura com os setores mais conservadores da sociedade brasileira, como as elites rurais. Por isso, assim como Vianna (1996), Coutinho (2007) entende que a categoria gramsciana “revolução passiva” tem grande utilidade na compreensão dos processos políticos que envolvem o caminho brasileiro para o capitalismo.

Desta forma, o intento desenvolvimentista se consolidou tendo, de um lado, a dependência do capital externo e, de outro, a manutenção das forças econômicas conservadoras, como o poder dos latifúndios/latifundiários.

Costa (2006) lembra que, nos países dependentes do capital externo – como o caso brasileiro –, a coordenação das políticas econômicas e sociais sempre esteve atrelada aos países credores. No período do Império, o capital inglês ditou as regras e na fase da República, especialmente depois da Primeira Guerra Mundial, cresceu o poder dos Estados Unidos.

¹⁷ A discussão da organização política das lutas sociais no campo é realizada no capítulo 2.

O problema do desenvolvimento no Brasil, por um lado, estava ligado à forma de estruturação interna da sociedade, na desigual apropriação da renda, que dificultava a criação de um potente mercado interno, e na organização das forças políticas ligadas ao poder dos latifúndios. Por outro lado, havia as desigualdades dos termos de troca no mercado externo, fazendo a balança comercial registrar déficit comercial, de modo que o Estado estava sempre preso ao pagamento dos juros dos empréstimos externos, além de usar o mecanismo do câmbio para favorecer as rendas do setor agroexportador (COSTA, 2006, p. 133).

O passado colonial e as particularidades do desenvolvimento econômico no Brasil configuram o chamado capitalismo dependente, sendo este uma forma subordinada de integração à expansão mundial do capital, possibilitado pelas burguesias locais, em consonância com as burguesias no plano internacional. É um tipo de dominação externa que se conjuga a uma determinação interna, exercendo a exploração e expropriação sobre o trabalho e a massa da população local (FERNANDES, 2005).

Para Nogueira (1998), desde o final dos anos 1950 o Brasil estava mergulhado em um ciclo de transformações estruturais que alterava sua economia, a sociedade e sua cultura. Nesse período, convivia-se com um novo padrão de demanda societal por bens e serviços públicos que passaria a desafiar cada vez mais o Estado.

As mudanças estruturais, decorrentes da rápida industrialização e do crescimento urbano, ampliaram o mercado para os produtos agrícolas e a pecuária, o que influenciou certa alteração nas formas de posse da terra e de sua utilização. Na medida em que a terra ia ganhando rentabilidade, aumentava a expulsão dos posseiros ou agravavam-se as condições de trabalho no campo. As migrações contribuíram para a aproximação campo e cidade, viabilizando a percepção da situação de submissão e exploração vivenciada por setores da sociedade. Com este pano de fundo articulam-se contestações políticas que passam a promover uma leitura crítica da realidade vivenciada no país (FAUSTO, 2012).

A situação de crise econômica e o intento de frear qualquer impulso revolucionário culminaram no golpe empresarial-militar de 1964, encerrando a experiência democrática que iniciara em 1945¹⁸. Como se sabe, daí seguiu-se um regime com feições autoritárias. Do ponto de vista econômico, houve um extraordinário crescimento, com taxas relativamente baixas de inflação (o chamado “milagre

¹⁸ O contexto democrático de 1945 até 1964 foi mediado pelo pacto populista, com a incorporação centralizadora e tutelar dos setores e organizações populares na dinâmica das políticas estatais. Esse controle estatal, com mecanismos de tutela e subordinação, se constituiu em obstáculo para a organização autônoma da sociedade (GECD, 1998-1999).

econômico”), combinado com um cenário social desigual (COSTA, 2006; FAUSTO, 2012).

Os aspectos negativos do “milagre” foram principalmente de natureza social. A política econômica [...] privilegiou a acumulação de capitais [...]. Do ponto de vista do consumo pessoal, a expansão da indústria, notadamente no caso dos automóveis, favoreceu as classes de renda alta e média, mas os salários dos trabalhadores de baixa qualificação foram comprimidos. [...] Isso resultou em uma concentração de renda acentuada que vinha já de anos anteriores [...]. Outro aspecto negativo do “milagre”, que perdurou depois dele, foi a desproporção entre o avanço econômico e o retardamento ou mesmo abandono dos programas sociais pelo Estado (FAUSTO, 2012, p. 269).

O regime de 1964 ajudou a aprofundar as deformações típicas do capitalismo brasileiro, que se articulou (novamente) com os grupos dominantes mais atrasados e com o grande capital monopolista, promovendo modernização econômica sem, contudo, distribuir renda. O Estado centralizou decisões e subsidiou esforços expansivos, a produção industrial cresceu e a velha estrutura latifundiária foi contagiada pela racionalidade capitalista (NOGUEIRA, 1998; COSTA, 2006). E, mais uma vez, o Brasil seguiu a “lógica do conservar-mudando” (VIANNA, 1996).

Para fins de acumulação, o regime adotou uma política econômica voltada para a produção de bens de consumo duráveis, favoreceu empresas nacionais e estrangeiras, capitalizou e reprivatizou a economia, reduziu salários e estimulou o inchaço do sistema financeiro. Portanto, modernizou o país, mas encheu de artificialismos a estrutura produtiva, impondo um pesado ônus para a sociedade (NOGUEIRA, 1998).

A partir desse cenário, Coutinho (2007) relata que a ditadura perdeu rapidamente as bases de consenso, não somente entre as camadas médias, mas inclusive entre alguns segmentos da burguesia monopolista que a haviam anteriormente apoiado. Esse modelo econômico, marcado por um ciclo expansivo de curta duração, concentrador de renda, de riqueza e excludente foi abrindo falência. Dentre as consequências dele advindas, podemos apontar a grave crise inflacionária e recessiva que se estendeu pela década de 1980.

O diagnóstico percebia também que a crise, aos poucos, quebrava a própria base de sustentação política do regime, generalizava o descontentamento social e estimulava a exacerbação de demandas e reivindicações, em torno das quais começaria a se estruturar uma nova subjetividade política no país (NOGUEIRA, 1998, p. 104).

No contexto dessa crise de legitimação, os aparelhos da sociedade civil puderam de novo voltar à luz, hegemonizados por um conjunto de forças antiditatoriais, consolidando os pressupostos da “ocidentalização” da sociedade brasileira, em consonância com as reflexões destacadas por Gramsci (COUTINHO, 2007).

Portanto, a partir da década de 1970, no contexto de crítica ao modelo autoritário então vigente, os movimentos sociais e uma série de organizações e manifestações coletivas contribuíram para a discussão de certa cultura democrática e para novas formas de práticas políticas e novos formatos de sociabilidade (GECD, 1998-1999).

Neste momento de contestação, os segmentos que se organizavam iam entendendo que “fazer política não era mais uma atividade apenas do Estado ou dos partidos, mas de toda a sociedade” (GECD, p. 20, 1998-1999). Com isso, os diferentes sujeitos coletivos tinham como meta a ruptura com a forma tradicional de se exercer o poder, indicando a necessidade de se garantir o direito de participação da sociedade civil na definição do sistema. Entende-se que estava na pauta do debate a ampliação do Estado, nos termos da interpretação gramsciana.

Para Gohn (2005), a diversidade de movimentos sociais emergentes nesse período – como os movimentos populares, os movimentos de mulheres, dos ambientalistas, em prol da paz, dos homossexuais, etc – ajudaram a construir novos significados para a política, localizando-a no cotidiano, retirando sua exclusividade da representação institucional e do poder, enquanto instância centralizada no Estado. No campo, podemos destacar a experiência de articulação do Movimento Indígena (na década de 1970) e o do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, na década de 1980)¹⁹.

Entre as conquistas do período em tela estão: os direitos constitucionais; novos direitos; tematização de questões na esfera pública, que antes eram relegadas ao espaço privado; a instituição de múltiplos espaços públicos e a criação de novas sociabilidades (GECD, 1998-1999).

Dessa forma, o período de 1984 a 1989 representa um período de disputa de projetos políticos no país. Stedile (2016) destaca que este foi um período muito importante da conjuntura política nacional, que significou a derrota da ditadura e a articulação das classes subalternas em torno do projeto democrático, no entanto, pontua,

¹⁹ Mais aspectos da organização coletiva de tais movimentos são explicitados no capítulo 2.

tal projeto sofreu um processo de desmonte a partir de 1989, em decorrência da hegemonia burguesa, através do projeto neoliberal.

A disputa de projetos políticos se refere a uma conjuntura muito particular da luta de classes, que ocorre de tempos em tempos, quando a hegemonia do projeto em vigor entra em crise, se “quebra”, e as forças sociais ainda não conseguem consolidar um novo projeto societário, contra hegemônico (STEDILE, 2016).

A partir de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) e de Neto (2013), entendemos por projetos políticos os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos/classes sociais. Tais projetos não se reduzem a estratégias de atuação política em sentido estrito, mas expressam, produzem e veiculam significados que integram matrizes culturais mais amplas. Apresentam, pois, uma imagem da sociedade a ser construída, reclamam um conjunto de valores para justificá-la e privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la.

Portanto, a disputa de projetos políticos é permeada de tensões e conflitos que desenrola-se na esfera da sociedade civil, composta por seus diferentes “aparelhos privados de hegemonia”. Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) explicam que a sociedade civil é composta por uma heterogeneidade de sujeitos e interesses (dentre eles, os conservadores), que desenvolvem formatos institucionais diversos (associações, sindicatos, movimentos sociais, fóruns e coalisões) e uma pluralidade de projetos políticos, sendo alguns, inclusive, pouco democratizantes.

Essa diversidade de organizações e forças decorre de uma contingência histórica, fruto de um dado momento que envolve: o modelo de acumulação de capital; o tipo de regime político; os padrões culturais dominantes, hegemônicos; o marco jurídico e a correlação de forças entre as classes/grupos sociais. (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006).

No Brasil, a conjuntura política dos anos 1980 foi marcada, especialmente, pela disputa de dois grandes projetos políticos: o democrático participativo e o neoliberal (STEDILE, 2016; DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006).

O projeto democrático participativo foi gestado a partir da vivência e articulação de diferentes sujeitos políticos – como os movimentos sociais, sindicatos, intelectuais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e partidos políticos à esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT) – que contribuíram no esforço de elaborar e difundir um conjunto de ideias que tem como núcleo central a radicalização

da democracia. Isso significa que a participação da sociedade civil nos processos de decisão política assume um papel primordial, colaborando para a redefinição das relações de poder, fazendo do interesse público o fio condutor das ações estatais (GECD, 1998-1999; DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006).

A sociedade civil é, portanto, considerada parte do arranjo estatal mais amplo, pois abarca espaço de vocalização de demandas sociais, de articulação de interesses, de construção de bandeiras de luta coletivas e de agendas para nortear o planejamento de políticas públicas. As forças sociais em luta se organizam na sociedade civil, através da mediação de conflitos, pactuam consensos e passam a interferir (ainda que em pautas específicas e sob tensões) na condução da sociedade política. Nesses termos, o projeto democrático participativo contribui, em certa medida, para a ampliação do Estado no Brasil, nos termos da discussão colocada por Gramsci (1989, 2000), Coutinho (2008) e Simionatto (2008).

[...] desse conjunto de elementos constitutivos do projeto democrático participativo emerge uma noção de política ampliada, afirmada na multiplicidade de seus terrenos, seus sujeitos, temas e processos. O reconhecimento de “novas formas de fazer política”, a fórmula encontrada por vários analistas para designar a emergência de novos sujeitos políticos, como os movimentos sociais, que trouxeram para o âmbito público novas questões e reivindicam seu caráter político [...] (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006, p. 53).

Nesse projeto, o conceito de cidadania também se amplia, supera a perspectiva tradicional da vertente liberal (conforme discutimos anteriormente) e redefine-se. Enquanto expressão do aprofundamento democrático, a noção de “direito a ter direitos” sustenta a organização de novos temas/demandas sociais, como as lutas por moradia, educação, território, dentre outros (DOIMO, 1995; GECD, 1998-1999; GOHN, 2010; DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006) como parte das expressões do conflito capital-trabalho.

Os ecos destas conexões contra hegemônicas repercutiram no texto da Constituição Federal promulgada em 1988. Os direitos sociais foram universalizados, o direito à participação da sociedade civil na gestão social das políticas públicas foi legalmente garantido e demandas históricas foram pautadas, como a função social da terra e o direito de acesso e permanência nos territórios tradicionais indígenas e quilombolas.

Nos termos constitucionais, o direito à propriedade fica vinculado à sua função social. No Título Da Ordem Econômica e Financeira, Capítulo III, Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária (BRASIL, 2002, p. 117), consta:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, os seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores.

No que toca de forma específica às demandas dos povos e comunidades tradicionais, ganha destaque nessa Constituição o reconhecimento dado aos direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las e protegê-las, sob pena de intervenção do Ministério Público (Artigos 231 e 232).

Conforme o Ato das Disposições Constitucionais: “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 2002, p. 165).

No Título VIII, capítulo que versa sobre a Educação, Cultura e Desporto, nos artigos 215 e 216, garante-se o exercício dos direitos culturais, inclusive a proteção às manifestações das culturas populares, como indígenas e afro-brasileiras, bem como o patrimônio cultural brasileiro, material e imaterial, que incluem aí as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver (BRASIL, 2002). Essas prerrogativas passaram, também, a subsidiar legalmente a luta de diversos outros grupos sociais étnicos, como os faxinalenses, benzedeiros e benzedores, pescadores artesanais, povos de terreiro, etc.

Relaciona-se, ainda, à temática dos povos e comunidades tradicionais, mesmo que indiretamente, o Capítulo VI, Do Meio Ambiente, onde consta (Artigo 225) o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao Poder Público preservar e proteger o ecossistema e sua diversidade (BRASIL, 2002).

Contudo, apesar das conquistas de ordem jurídico formal, imensos desafios passaram a acompanhar a chamada Nova República brasileira. Além do desafio da institucionalização democrática, era necessário lidar com um legado histórico de

esgotamento do Estado Desenvolvimentista, de empobrecimento da sociedade e de respostas aos mais diferentes interesses e demandas, advindos dos setores e grupos sociais organizados.

Nogueira (1998) acredita que as dificuldades da transição deviam-se, em parte, ao caráter do novo governo, nascido de um vasto acordo de cúpula que, de certa forma, assumia compromissos e acomodações com setores do antigo regime. Diante disso, a transição democrática brasileira, de forma contraditória, abrigava, de um lado, a luta popular pela democratização e ampliação do Estado, e de outro, a pactuação com interesses particulares de grupos conservadores.

[...] embora fortalecendo-se e ganhando diversificação, a sociedade civil não era capaz de estabelecer maiores vínculos orgânicos com a sociedade política; da mesma forma, avançava a consciência democrática e ampliava-se a participação, mas inexistiam instâncias capazes de agregar e organizar em nível superior (político-estatal) os múltiplos interesses sociais e, especialmente, de dar vazão e operacionalidade às reivindicações populares (NOGUEIRA, 1998, p. 110).

O resultado desse processo pode ser visto ao longo da década de 1990, através da frágil operacionalização de direitos, da precarização das relações de trabalho, enfim, da crise do modelo desenvolvimentista. A partir de então, a hegemonia do neoliberalismo passou a impactar o rumo das políticas econômica e social no país, representando, de certa forma, a derrota política e ideológica da classe trabalhadora (STEDILE, 2016).

O projeto político neoliberal “articula-se a partir da necessidade de ajustar o Estado e suas relações com a sociedade ao que seriam as exigências de um novo momento das relações de acumulação capitalistas, marcado pela sua reconfiguração global” (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006, p. 54).

Para Bresser Pereira (1998), com a aceleração do desenvolvimento tecnológico ocorrida na segunda metade do século XX, o sistema mundial passou por uma profunda transformação. Com a redução dos custos de transporte e comunicação, a economia mundial globalizou-se e se tornou mais competitiva. Em consequência, os estados nacionais perderam autonomia e as políticas econômicas desenvolvimentistas foram consideradas sem eficiência. Pautou-se, a partir de então, a tarefa política de reformar o Estado.

Tal reforma administrativa partiu do entendimento de que o Estado havia crescido de forma distorcida, tornando-se inoperante diante dos desafios da atual conjuntura econômica. Para tanto, priorizou-se: a superação da crise fiscal; a delimitação do tamanho do Estado, com as privatizações e terceirizações; a centralidade do mercado na coordenação dos processos econômicos, com intervenção complementar do Estado e o fomento à criação de um setor público não estatal (BRESSER PEREIRA, 1998).

O mercado, como reorganizador da economia, estende seu poder de influência à vida social e política. A transferência da lógica de mercado para o Estado transforma os governos em “provedores de serviços” e os cidadãos em “clientes” e “usuários”, com os quais é preciso manter uma relação de eficiência no atendimento (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006).

No contexto do neoliberalismo, a categoria sociedade civil foi esvaziada de conteúdo político e passou a carregar uma carga de normatividade. Dela se abstraiu os conflitos de classe e a disputa por projetos políticos, remetendo-a à esfera homogênea da cooperação. Nesse sentido, a sociedade civil foi chamada para atuar juntamente com o Estado no atendimento das mazelas sociais, amenizando as expressões da questão social. Ganhou espaço a atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs), do voluntariado e da filantropia (SIMIONATTO, 2010).

Podemos concluir que, no projeto neoliberal, as concepções de cidadania, sociedade civil e participação expressam uma intenção despolitizadora e são, portanto, portadoras do que se pode chamar visão minimalista da política (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006).

Nessa conjuntura, os anos 1990 implicaram no refluxo de organização da classe trabalhadora, na fragmentação das lutas sociais, no aumento das ONGS e na despolitização da sociedade civil. Estes fatores, por certo, contribuíram para que, em 2002, mesmo com a vitória eleitoral do PT, em âmbito nacional, o projeto político da classe trabalhadora não se tornasse hegemônico (STEDILE, 2016).

Ao ponderar a questão da disputa de projetos políticos no Brasil, Stedile (2016) entende que a vitória do PT no pleito de 2002 significou uma vitória dos trabalhadores no campo eleitoral, contudo, devido ao refluxo da classe trabalhadora, o resultado das eleições dependeu, em grande parte, das alianças articuladas entre o Partido e setores da burguesia. Tal aliança influenciou a condução das políticas econômica e social. A Carta

aos Brasileiros²⁰, assinada e divulgada em junho de 2002 pelo, então, presidente Lula explicitou tais alianças a partir das ponderações feitas sob os rumos que o governo tomaria.

De 2003 até 2013, as ações do Estado foram conduzidas na perspectiva neodesenvolvimentista. Em relação às mudanças registradas no país, houve o crescimento da economia pela indústria, recuperou-se o papel do Estado frente ao mercado e se distribuiu renda procurando resolver as questões emergenciais dos setores mais pobres da classe trabalhadora. Contudo, não houve reformas estruturais (STEDILE, 2016).

As ações empreendidas foram importantes para solucionar os problemas de extrema pobreza, adquirindo ênfase a Política Nacional de Assistência Social²¹. Apesar de enfrentar a pobreza extrema, o governo não foi capaz de encaminhar soluções sustentáveis para a questão da desigualdade social.

[...] quase 59% de todos os postos de trabalho criados na primeira década dos anos 2000 teve como remuneração até 1,5 salários mínimos. É indiscutível que houve uma expansão na base da pirâmide social neste início de século, mas isso se deu nas ocupações de salário base pertencentes ao setor terciário e da construção e indústria extrativa. A reconfiguração do trabalho no país na última década deu-se por formas de inserção precária no mercado de trabalho. As desigualdades e assimetrias persistem, e a emergência social ocorrida no período tem ganhado um caráter predominantemente mercadológico, individualista, orientado ao consumo e conformista em relação à natureza e à dinâmica da atual fase de mudanças socioeconômicas por que passa o país (Pochmann *apud* VERDUM, 2012, p. 05)

Nesse período da dinâmica econômica brasileira, em que as taxas de crescimento têm sido relacionadas a uma retomada da presença estatal nos investimentos, aponta-se certa semelhança entre o nacional-desenvolvimentismo e o que alguns chamam de “neodesenvolvimentismo” (ACSELRAD, ALMEIDA, BERMAN, *et al*, 2012).

No nacional-desenvolvimentismo a ação do Estado esteve relacionada ao processo de industrialização do país, buscando uma internalização do controle sobre os processos de acumulação. Já o chamado “neodesenvolvimentismo” sugere um

²⁰ Disponível para leitura em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso: 20 abr. 2016.

²¹ A Assistência Social foi reconhecida pela Constituição Federal de 1988, no Artigo 194, como parte da seguridade social brasileira, foi detalhada enquanto direito do cidadão e dever do Estado na Lei N. 8.742 de 1993 e organizada através do Sistema Único de Assistência Social a partir de 2004, sendo devidamente regulamentado pela Lei N. 12.435, de 2011. Tal sistema dota a assistência social de caráter universal, apregoa a vinculação orçamentária para a área e frisa o controle social democrático, com participação dos usuários dos serviços ofertados.

aprofundamento da inserção internacional periférica, em que o Estado participa como garantidor da rentabilidade de projetos vinculados ao mercado de *commodities* e a exploração de recursos naturais, com a sua consequente demanda por obras de infraestrutura (ACSELRAD, ALMEIDA, BERMANN, *et al*, 2012).

De acordo com Fernandes, Welch e Gonçalves (2014), as disputas territoriais entre o agronegócio, os povos tradicionais e o campesinato têm crescido na últimas décadas, justamente em função do aumento de *commodities* (como a soja e a cana-de-açúcar). Somado ao *agrobusiness*, também são setores considerados estratégicos, nos investimentos voltados para o aquecimento das exportações, a energia e a mineração (ACSELRAD, ALMEIDA, BERMANN, *et al*, 2012).

Dessa forma, tem havido, por parte do governo, um incentivo a obras de infraestrutura de grande porte, inclusive, conforme denunciam Acselrad, Almeida, Bermann, *et al* (2012), com flexibilização da legislação brasileira. A onda de flexibilização das leis trabalhistas, próprias do projeto neoliberal, também se estende para o campo ambiental, segundo o estudo dos pesquisadores.

Assim, as reformas neoliberais geram condições tais para que as localidades passem a competir pela atração de capitais a qualquer custo. Governos locais, regionais e nacionais passam a buscar investimentos, mesmo que, para isso, seja necessário recorrer à flexibilização de suas leis urbanísticas e ambientais. Nesse quadro, os ganhos de produtividade se dão à custa da transferência dos danos ambientais e sociais a terceiros, o que acaba, por fim, penalizando os mais despossuídos (ACSELRAD, ALMEIDA, BERMANN, *et al*, 2012). Com isso, conclui-se que a questão ambiental apresenta uma dimensão política, de classe social.

Santos (2016) também contribui para compreendermos a dimensão de tal conjuntura quando destaca que este modelo adotado pelos países latinos assentou seu dinamismo na forma mais colonialista e predadora do desenvolvimento capitalista, com a exploração intensiva e extensiva dos recursos naturais, fortalecendo setores retrógrados do capitalismo nacional e os mais vorazes do capitalismo internacional. Como resultado, pondera, os povos tradicionais – como camponeses, indígenas, quilombolas e ribeirinhos – vêm sofrendo intensamente e, apesar disso, veicula-se como justificativa o “dano colateral inevitável do progresso”.

Diante desse quadro de desenvolvimento econômico do país, é o “velho” que se repõe, travestido de “novo”. Tais projetos de desenvolvimento vão se consolidando a partir da noção de dinamismo econômico e de inserção competitiva do país no mercado

mundial. Para isso, os modos de vida tradicionais e seus territórios preservados, vistos como expressões do atraso, devem ser superados, explorados e dinamizados, ainda que a custo dos processos de expropriação e violência. Reafirmando a visão eurocêntrica da modernidade, a violência (mais uma vez) se torna aceitável como parte da prosperidade econômica.

Acosta (2016) reforça essa percepção quando pondera que os governos progressistas dos países latinos, do século XXI, não avançaram muito além do modelo primário-exportador, baseado na exploração das riquezas naturais voltadas para o mercado externo. Tais governos não afetaram as estruturas de produção nem a propriedade dos meios de produção, não concretizaram a reforma agrária, agiram a partir de uma visão utilitarista em relação à natureza e, em diversos momentos, não asseguraram a mobilização e organização populares.

No caso brasileiro recente, podemos apontar duas grandes obras de infraestrutura que exemplificam toda essa discussão: a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e a barragem de mineração em Mariana, no estado de Minas Gerais.

A decisão da construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, deu-se em 1970, no período da ditadura militar, quando se defendia a ideia de um “Brasil-potência”, com a intenção de integrar a Amazônia aos mercados nacional e global de mineração e energia. Devido a uma série de conflitos e lutas, o projeto foi arquivado e retomado posteriormente, em 2010, mesmo à revelia de mobilizações em função da legislação ambiental, das Convenções Internacionais e da própria Constituição Federal de 1988, que protegem os direitos territoriais dos povos tradicionais (ACSELRAD, ALMEIDA, BERMANN, *et al*, 2012).

Belo Monte, a terceira maior hidrelétrica do mundo, é a obra mais controversa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)²² e, prevista com um orçamento de R\$ 30 bilhões, vem se consumando através de uma conturbada operação que abarca a suspensão da ordem jurídica, misturando público e privado, causando impactos ambientais e aos povos indígenas de contornos irreparáveis (SANTI, 2016).

²² O PAC foi criado em 2007, vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo como meta atuar no estímulo ao investimento privado em obras de infraestrutura (como setores logístico, de energia e infraestrutura social), com aporte financeiro a partir do Estado (BNDES como principal agente financiador), objetivando promover o crescimento econômico. No que compete aos povos tradicionais, uma das consequências mais nefastas do PAC se deu com a construção de rodovias, hidrovias e hidrelétricas que passaram a atingir cotidianamente seus territórios e modos de vida (VERDUM, 2012).

Além de envolver esquemas de corrupção, como propinas para financiamento de campanhas eleitorais²³, a execução da obra previa um Plano Emergencial para a readaptação das comunidades e povos atingidos. Tal Plano, de cunho clientelista, tem cooptado as lideranças indígenas e vem contribuindo para o extermínio das culturas e modos de vida tradicionais²⁴.

Em março de 2016, na audiência com a relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Direitos dos Povos Indígenas, realizada no Pará, com a presença de diversas etnias atingidas, a Procuradora do Ministério Público defendeu que: “a empresa reescreve as obrigações dela. Apresenta um documento para conseguir as licenças (do IBAMA²⁵) e, na hora de cumprir, não cumpre. E faz isso impunemente. Já pedi ao Judiciário que reconheça Belo Monte como uma ação etnocida” (XINGUVIVO, 2016, s/p).

O caso do rompimento da barragem de rejeitos da empresa Samarco, em Minas Gerais, elucida as polêmicas que envolvem o setor de mineração no país. O quadro mundial tem apresentado um aumento na demanda por minério de ferro e uma redução de reservas conhecidas. Dessa forma, o Brasil apresenta-se como protagonista no seu fornecimento, o que justifica o avanço sobre as minas e a atual discussão no Congresso Nacional (onde 19 Projetos de Lei sobre o assunto tramitam) acerca da flexibilização das regras do licenciamento ambiental para projetos de infraestrutura de grande porte (ACSELRAD, ALMEIDA, BERMANN, *et al*, 2012; GUETTA, 2016).

O rompimento da barragem citada deixou 19 mortos; percorreu com a lama 650 km entre a barragem de Fundão e o mar do Espírito Santo; atingiu 3,2 milhões de pessoas; 700 pessoas perderam suas casas; 11 mil pescadores e pequenos agricultores ficaram sem condições de trabalhar; 11 cidades registraram problemas no abastecimento

²³ Propina de Belo Monte foi de R\$ 150 milhões, diz Andrade Gutierrez, em reportagem publicada no jornal de veiculação nacional Folha de São Paulo, em 07 de abril de 2016 (CRUZ, ROCHA, COLON, *et al*, 2016).

²⁴ Em diferentes fontes de informação, como a Revista Carta Capital, o jornal El País e sites de movimentos sociais e organizações não governamentais de apoio aos direitos humanos no Brasil constam as violações impetradas pela empresa Norte Energia S. A., em parceria com o Estado, sobre as comunidades tradicionais. Tal violação consiste, entre outras coisas, no esvaziamento dos órgãos públicos correlatos aos direitos dos povos tradicionais, como o caso da FUNAI, e na cooptação clientelista através de bens de consumo, como doação de carros, motos, móveis e comida industrializada para os povos indígenas.

²⁵ O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, e tem como funções: exercer o poder de polícia ambiental, executar ações das políticas nacionais do meio ambiente, como licenciamento ambiental, monitoramento e controle ambiental, entre outras (IBAMA, 2016).

de água; 2 comunidades indígenas foram diretamente afetadas; a fauna e a flora foram dizimadas e rios ficaram estéreis (GUETTA, 2016; INESC, 2016).

As consequências aqui listadas corroboram os limites ambientais e sociais do projeto hegemônico vigente no país, que, ao buscar a inserção competitiva no mercado global, expande suas fronteiras atingindo territórios tradicionais. Assim, ao mesmo tempo em que legisla em favor de direitos dos povos originários, o Estado macula os dispositivos garantidos e age na contramão de conquistas históricas, como a “reparação do irreparável” extermínio de povos tradicionais, através da proteção de seus territórios e de seus modos de vida, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988. As últimas décadas têm sido expressivas nestas violações de direitos.

Segundo dados levantados pelo Instituto Socioambiental (ISA) (2016)²⁶, tomando como referência os últimos 30 anos, o governo de Dilma Rousseff (2011 – 2016), do PT, foi o que menos demarcou terras indígenas²⁷, e as que foram demarcadas, em grande parte, tiveram ampla mobilização e pressão por parte dos povos indígenas. Algumas demarcações, inclusive, são resultados de condicionantes dos processos de construção de grandes empreendimentos, como o caso da usina de Belo Monte, fruto do acordos pactuados pelo PAC.

Sobre a criação de Unidades de Conservação Ambiental (UC)²⁸, o referido governo também foi apontado como o que menos atuou nesse sentido em 21 anos. Além

²⁶ O ISA divulgou, durante o mês de junho de 2016, uma série de quatro reportagens com um balanço da política territorial do governo Dilma Rousseff, onde consta: 1. O que o governo Dilma fez (e não fez) para garantir a terra e áreas para conservação?; 2. O que o governo Dilma fez (e não fez) pelas Unidades de Conservação?; 3. O que o governo Dilma fez (e não fez) pelos territórios quilombolas?; 4. O que o governo Dilma fez (e não fez) pela reforma agrária? (ISA, 2016).

²⁷ O processo de demarcação, em sintonia com o Decreto nº 1775/96, é o meio administrativo para identificar e sinalizar os limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas. Esta regularização fundiária de terras indígenas tradicionalmente ocupadas compreende as seguintes etapas, de competência do Poder Executivo: 1. Estudos de identificação e delimitação, a cargo da FUNAI; 2. Contraditório administrativo; 3. Declaração dos limites, a cargo do Ministro da Justiça; 4. Demarcação física, a cargo da FUNAI; 5. Levantamento fundiário de avaliação de benfeitorias implementadas pelos ocupantes não-índios, a cargo da FUNAI, realizado em conjunto com o cadastro dos ocupantes não-índios, a cargo do INCRA; 6. Homologação da demarcação, a cargo da Presidência da República; 7. Retirada de ocupantes não-índios, com pagamento de benfeitorias consideradas de boa-fé, a cargo da FUNAI, e reassentamento dos ocupantes não-índios que atendem ao perfil da reforma, a cargo do INCRA; 8. Registro das terras indígenas na Secretaria de Patrimônio da União, a cargo da FUNAI; e 9. Interdição de áreas para a proteção de povos indígenas isolados, a cargo da FUNAI (FUNAI, 2016).

²⁸ As UC são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Estas áreas devem assegurar às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais e propiciar às comunidades do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. As UC estão sujeitas a normas e regras

disso, “[...] em 2011, seu primeiro ato em relação às UCs foi a edição de uma Medida Provisória (MP), depois convertida em lei, que desafetou uma área de mais de 83 mil hectares de sete UCs para implementação de hidrelétricas” (ISA, 2016, s/p).

No que tange à temática quilombola, contrário ao primeiro governo Lula, que foi considerado um marco no reconhecimento do direito à terra dos quilombolas²⁹, o governo Dilma seguiu perpetrando a mesma lógica. Segundo pesquisadores da área, consultados pelo ISA (2016), o que está por trás do desempenho ruim da gestão Dilma nessa área é a consolidação da aposta em um modelo de desenvolvimento baseado nas grandes obras e nas *commodities*.

A lentidão na regularização dos territórios quilombolas³⁰ seria fruto, também, de alianças com setores conservadores, com concessões à bancada ruralista no Congresso e a grandes empresas (ISA, 2016). Desde 2013, a política pública de titulação dos territórios quilombolas vem sofrendo cortes orçamentários, chegando a sofrer, no ano de 2016, um corte de 80% nos recursos destinados a desapropriações. A principal causa desse impasse se refere “[...] à dura, injustificável e racista oposição de boa parte do agronegócio e do senhorio ruralista decadente à efetivação do direito quilombola, pois

especiais, são legalmente criadas pelos governos federal, estaduais e municipais, após a realização de estudos técnicos e, quando necessário, com consulta à população. Tais áreas se dividem em dois grupos: Unidades de Proteção Integral (onde a proteção da natureza é o principal objetivo, por isso as regras e normas são mais restritivas) e Unidades de Uso Sustentável (áreas que visam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais e se dividem em categorias, sendo: área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva extrativista, área de proteção ambiental – APA e reserva particular do patrimônio natural – RPPN) (MMA, 2016).

²⁹ A partir do segundo mandato de Lula (2007 – 2010), os procedimentos foram burocratizados: vários ministérios e órgãos passaram a ser consultados sobre os processos fundiários e a Casa Civil começou a examiná-los e controlá-los em sua fase final, antecipando o que mais tarde aconteceria com as Unidades de Conservação e Terras Indígenas (ISA, 2016).

³⁰ De acordo com o Decreto nº 4.887 de 2003, para que uma comunidade tenha acesso à política de regularização de territórios quilombolas é necessário que ela se autorreconheça como um quilombo. O pedido de autodefinição é enviado à Fundação Palmares, que é a instituição responsável pela análise das informações e pela emissão da Certidão de Autorreconhecimento. Após emitir o certificado, a Palmares dá o suporte para que a comunidade adquira o documento definitivo de posse da terra, emitido pelo INCRA, ou seja, a titulação que garante a propriedade do território. O INCRA é responsável pelo levantamento territorial e estudos antropológicos e históricos, para a demarcação da área a ser titulada. Quanto ao trâmite, após a certificação, é necessário obter o título de propriedade do território, para isso, as comunidades interessadas devem entrar em contato com a Superintendência Regional do INCRA do seu estado. A partir daí, o Instituto inicia o estudo destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território. A etapa seguinte é a de análise dos dados coletados e elaboração do relatório final. Relatório aprovado, o INCRA publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. Segue-se então a regularização fundiária, quando não-quilombolas são removidos das terras demarcadas e os imóveis particulares, desapropriados. Somente após esse processo, chamado “desintrusão”, é concedido o título de propriedade à comunidade, que é coletivo, inalienável e em nome da associação dos moradores da área. O título é registrado no cartório de imóveis sem ônus financeiro para a comunidade beneficiada. Já foram emitidos 113 títulos desta natureza no país, são mais de 900 mil hectares distribuídos entre 183 comunidades, beneficiando cerca de 11.506 famílias quilombolas (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2016).

estes não aceitam que o Estado invista tempo e recursos em quilombos [...]” (PRIOSTE, 2016, s/p).

Qual o saldo disso tudo? Conforme dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, do INCRA, tendo como base o ano de 2014, existem, no território nacional, 5,7 milhões de imóveis rurais, somando 521,8 milhões de hectares. Os grandes fazendeiros detêm pouco mais de 2% do número de imóveis, que abrangem, entretanto, quase metade da área total (ISA, 2016). Assim, o que se impõe novamente na trajetória política do país é a “lógica do conservar-mudando” (VIANNA, 1996).

Os aspectos estruturais apontados aqui, neste trabalho, dão a dimensão dos conflitos e das relações de forças que se estabelecem na luta pela terra/território no Brasil. Partimos do entendimento de que as lutas sociais são parte inerente do modo de se produzir a vida em sociedade no capitalismo, uma vez que os interesses de classe movem as ações no campo econômico-político, direcionando os projetos que regem as ações estatais.

Assim, embora haja um projeto hegemônico vigente no país, atrelado aos interesses das classes dominantes, as classes subalternas resistem e, através de conexões contra hegemônicas, ainda que em nível “molecular”, mobilizam frentes de luta e conquistam espaços políticos importantes, almejando rupturas na ordem estabelecida.

Tomando a contradição como parte da realidade social, o cenário estrutural discutido tem forjado estratégias coletivas de resistência. Assim, nas últimas décadas, ganharam expressão os coletivos e movimentos sociais dos povos e comunidades tradicionais.

A partir de alianças estratégicas no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, conquistas foram registradas no que se refere ao reconhecimento dos modos de vida tradicionais, o que implica na proteção dos territórios. A luta desses grupos contra hegemônicos tem inserido nos marcos legais recentes seus projetos e modos de vida, configurando uma forma de disputa política.

[...] Existem muitas situações em que o uso comum está avançando, inclusive conquistando uma formalização legal que, antes, não se verificava. Importantes pautas reivindicatórias foram transformadas em lei nos últimos anos: a Lei do Babaçu livre, aprovada em 13 municípios, as leis de reconhecimento dos fundos de pasto e a Lei do Ouricuri livre, na Bahia; as leis do pinhão livre no Paraná, proposta pelos faxinais, inspiradas na mesma perspectiva da Lei dos Babaçuais; e as leis de acesso livre à biodiversidade, também no Paraná, que liberam o acesso para benzedeiras e outros que praticam a medicina popular (ACSELRAD, ALMEIDA, BERMAN, *et al*, 2012, p. 181).

Embora se registrem algumas conquistas recentes, o atual momento vivenciado no país acena para o acirramento dos conflitos, inclusive com a flexibilização de direitos adquiridos. Sobre este momento, Stedile (2016) argumenta que, a partir de 2013, o neodesenvolvimentismo veio se esgotando no país e abrindo espaço para três crises concomitantes. A primeira se refere à crise da indústria, cessando investimentos na produção e com queda no crescimento; a segunda é a crise social, que se observa através dos aumentos de ocupações no campo e nas cidades, na precariedade de oferta de serviços básicos, como transporte público, que tem gerado insatisfação coletiva; já a terceira crise é de cunho político, uma vez que setores da classe dominante “sequestraram” a democracia via sistema eleitoral, desta maneira, os poderes (especialmente o Legislativo) possuem vínculos orgânicos com as grandes empresas, com os capitalistas.

O recente processo de impedimento impetrado sob o governo Dilma Rousseff (PT) tem fortalecido setores hegemônicos da burguesia, como o capital financeiro e as empresas transnacionais. O que se aponta no horizonte é a dura e imediata retomada da agenda neoliberal, realinhando nossa economia aos Estados Unidos da América, priorizando cortes de gastos sociais (“Estado Mínimo”) e flexibilizando direitos trabalhistas (STEDILE, 2016).

Nesse contexto, o esvaziamento/desmonte de agências importantes de negociação e implementação de ações voltadas às demandas históricas das classes subalternas (como o INCRA, a FUNAI, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, etc)³¹ refletem a coalizão de forças que vêm se impondo cada vez mais na atual conjuntura.

A sociedade civil, com sua heterogeneidade, é o espaço que possibilita o debate político, a articulação de grupos sociais subalternos e a construção de relações contra hegemônicas, capazes de forjar uma correlação de forças e organizar um projeto político que responda às demandas históricas da classe trabalhadora. Os movimentos sociais são sujeitos coletivos importantes no debate político, na articulação de pautas comuns e na

³¹ Desde 2011 a FUNAI vem sofrendo recorrentes cortes orçamentários e chegou em 2016 com apenas 36% de sua capacidade total de funcionários (BARROS e BARCELOS, 2016). Em novembro de 2015 tanto a FUNAI quanto o INCRA tornaram-se alvo de uma CPI instalada no Congresso, que, com o objetivo de “investigar a atuação” destes órgãos “na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos”, tenta negar terras, direitos, a ancestralidade, a tradicionalidade dos povos indígenas (VALENTE, 2016). Sobre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o governo interino de Michel Temer (2016), do PMDB, tendo como justificativa otimizar a estrutura de gestão governamental, acoplou o Ministério do Desenvolvimento Agrário ao Ministério do Desenvolvimento Social e transferiu para a Casa Civil as secretarias responsáveis pelas políticas de reforma agrária (MATOSO, 2016).

construção das agendas de luta, momentos imprescindíveis da disputa por hegemonia política, sendo essa a discussão do capítulo 2.

2. ARTICULAÇÃO COLETIVA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL E POSSIBILIDADES DE DISPUTA DE HEGEMONIA POLÍTICA

[...] A pressão de baixo para cima, apesar de todos os obstáculos e reveses, desgasta implacavelmente, a partir das condições que a produzem, as estruturas de dominação prevaletentes. É a força imensa e global desse processo que faz que a realização de um mundo livre da dominação e da exploração deixe de ser uma visão e se converta em um projeto (MILIBAND, 1999, p. 500).

2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E DISPUTA POR HEGEMONIA

Na perspectiva desta tese, a hegemonia, enquanto mecanismo de direção ideopolítica, construído por um conjunto de indivíduos de uma classe determinada no âmbito da sociedade civil, é uma relação de poder processual que articula diferentes grupos sociais em função de seus interesses, visões de mundo e projeções societárias. Por se tratar de um processo, as disputas por hegemonia podem manifestar-se como pequenas rupturas nas relações sociais e políticas, direcionadas, muitas vezes, a pautas específicas, mas capazes de problematizar aspectos mais amplos das contradições do capitalismo.

Partimos, portanto, da compreensão de que, no capitalismo, tais disputas por hegemonia se relacionam aos interesses de classe, às lutas de classe. “O impacto das lutas é tão forte que exige o resgate de um enfoque em que os movimentos sociais são vistos no interior de contradições de classes, à luz das relações de força entre as classes sociais” (GRZYBOWSKI, 1991, p. 13).

Neste estudo concebemos que os movimentos sociais são espaços importantes para a articulação dos grupos sociais subalternos e viabilizam a construção pedagógica de novas práticas culturais e políticas, possibilitando “rupturas moleculares” no tecido social, impactando, em maior ou menor medida, as relações de poder vigentes.

Tais movimentos se organizam na sociedade civil enquanto sujeitos políticos coletivos, que podem vir a contribuir para a construção de relações contra hegemônicas, como forma de contestação da ordem vigente, especialmente no que se refere às situações de desigualdade social e opressão política, em sintonia com a dinâmica das classes em luta.

Sobre a luta de classes, ponderam Marx e Engels (2008, p. 45):

A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta.

De acordo com Miliband (1999), na visão marxista clássica os protagonistas da luta de classes são, de um lado, os proprietários dos meios de produção (capitalistas) e, de outro, os produtores (trabalhadores), que se encontram “engalfinhados” em um conflito que é determinado pela respectiva localização no processo de produção. Tal localização enseja a relação de exploração, que apresenta como característica a apropriação da mais valia³² pelo capitalista.

No entanto, alerta Miliband (1999), a exploração, enquanto um aspecto crucial da vida social, abarca uma relação correlata: a dominação. Para o autor, a classe dominante na sociedade de classes deixa de ser definida unicamente em termos de propriedade dos meios de produção, envolvendo outros aspectos da dominação, como os meios da administração e coerção do Estado e os meios para estabelecer a comunicação e o consenso. Esta é considerada a elite do poder. Esta elite busca exercer seu poder de dominação sobre a classe subordinada.

[...] A outra é a classe subordinada da sociedade capitalista, que compreende uma vasta maioria de sua população e cuja maior parte se compõe, pelo menos nas condições do capitalismo adiantado, dos trabalhadores e seus dependentes – a “classe trabalhadora”, propriamente falando, uma classe extremamente variada, diversa, dividida com base na ocupação, habilidade, gênero, raça, etnicidade, religião, ideologia, etc (MILIBAND, 1999, p. 481).

Corroborando tal pluralidade, Losurdo (2015) defendeu a ideia de “lutas de classes” (no plural), em detrimento da noção de “luta de classes” (no singular), ou seja, podemos ponderar que este pensador dialoga com Miliband (1999) no sentido de que mulheres, negros, homossexuais e outras minorias são também membros de uma determinada classe e estão situados em algum ponto da estrutura social de suas sociedades, sendo esta localização, inclusive, uma questão crucial para se determinar as maneiras pelas quais estes sujeitos vivenciam as situações de discriminação, exploração e opressão a que são submetidos.

³² Em suma, a extração de mais-valia é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo, em que o excedente toma a forma de lucro e a exploração resulta do fato de a classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário (BOTTOMORE, 2001).

É perfeitamente legítimo para as mulheres, os negros e outros dizer e sentir com grande intensidade que eles são, acima de tudo, mulheres, negros ou o que quer que seja, e que isso, mais do que qualquer coisa, é o que lhes dá sua identidade particular, por importante que seja sob vários aspectos, e não menos politicamente, não reduz a importância da classe como uma parte intrínseca do seu “ser social” – e, diria eu, como uma parte decisiva do seu “ser social”. É razoável e necessário ver o “ser social” como uma entidade complexa e contraditória na qual muitas identidades diferentes coexistem e por vezes colidem, e quanto mais rigorosamente a análise conseguir separar os indivíduos, mais complexo e variado o “ser social” está fadado a revelar-se. [...] O “ser social” é na verdade um conjunto múltiplo e complexo de elementos [...]. No entanto é a classe que influi e afeta mais profundamente todos os outros elementos (MILIBAND, 1999, p. 497-498).

Reconhecer a pluralidade das classes em luta implica identificar os diferentes espaços de disputa de hegemonia que se estabelecem na contemporaneidade. De um lado, através de um movimento “de cima para baixo”, a classe dominante procura defender, manter e fortalecer a ordem social vigente, em nome do interesse nacional, da democracia, etc. Do outro lado, na dinâmica contrária, “de baixo para cima”, está a classe subordinada atuando para modificar ou melhorar as condições nas quais a subordinação é vivenciada (ação reformista) ou para erradicar a subordinação (ação revolucionária) (MILIBAND, 1999).

Nessas lutas, podemos situar diferentes coletivos contra hegemônicos atuantes na sociedade contemporânea que, a partir de pautas que envolvem a questão da etnia e de gênero, por exemplo, reivindicam a erradicação da situação de subordinação e violência vivenciadas no capitalismo em função do lugar que ocupam na estrutura social.

Além dos coletivos dos povos tradicionais, mencionados em vários momentos deste trabalho, citamos aqui outro exemplo, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), que nasceu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2016).

Entre os princípios da MMM estão a organização das mulheres urbanas e rurais a partir da base e as alianças com movimentos sociais. Defendemos a visão de que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2016, s/p.)

Essas disputas constituem o aspecto contraditório que dinamiza a realidade social no contexto do capitalismo e torna a luta pela hegemonia um elemento decisivo para a construção e consolidação de projetos societários.

Na perspectiva de manter a ordem consolidada, a classe dominante se vale de um amplo espectro de instrumentos para implantar sua visão de mundo às classes subalternas, como os jornais, rádio, televisão, cinema, partidos, escolas, igrejas, intelectuais, associações e lobbies, assim como do próprio sistema político (MILIBAND, 1999). Conforme vimos anteriormente, foi justamente reconhecendo essa relação que, segundo Semeraro (1999), Gramsci definiu a sociedade civil como o espaço por excelência onde se disputa e se decide a hegemonia.

Reconhecendo a centralidade desta disputa para a configuração das relações de poder na sociedade destacamos a importância do papel dos movimentos sociais como ação transformadora (práxis) voltada para objetivos comuns (projeto), sob a orientação de valores em comum (ideologia) e sob uma organização diretiva (direção) (SCHERER-WARREN, 1984). Desse modo, os movimentos sociais das classes subalternas são espaços importantes na dinâmica da pressão “de baixo para cima” e podem romper aspectos da ordem vigente, consolidando práticas contra hegemônicas.

Tais movimentos são expressão contraditória das relações econômicas, políticas e culturais que os engendram e podem aparecer, na perspectiva de interpretação gramsciana, como “blocos históricos”³³, ou seja, como síntese dialética de elementos objetivos e subjetivos, de conteúdo e forma (GRZYBOWSKI, 1991).

Enquanto intelectuais orgânicos coletivos, os movimentos sociais podem canalizar a insatisfação e a rebeldia dos grupos sociais subalternos e mediados por uma visão crítica de mundo e pela recusa da ordem dominante e da situação de subalternidade vivenciada, sendo chamados a criar o seu projeto de vida social (SEMERARO, 1999; DEL ROIO, 2007). No mesmo sentido, Grzybowski (1991, p. 60-61) defende que:

A reapropriação da cultura popular, sua elaboração crítica enquanto negação da cultura dominante, a afirmação do perfil cultural dos trabalhadores, a incorporação de um novo saber obtido na luta e seu uso político pelos movimentos sociais são, sem dúvida, algumas das questões mais importantes

³³ De acordo com Simionatto (2004), para Gramsci o conceito de bloco histórico se refere à noção da articulação entre infraestrutura e superestrutura. Em anotações sobre a questão meridional, o pensador italiano empregou o conceito para indicar as alianças de classe e se refere especialmente ao bloco industrial-agrário. Já nos *Cadernos*, agregou à interpretação de bloco histórico outros componentes, como os intelectuais, o partido e o Estado.

que decorrem da irrupção das classes subalternas na arena política, do seu exercício da cidadania.

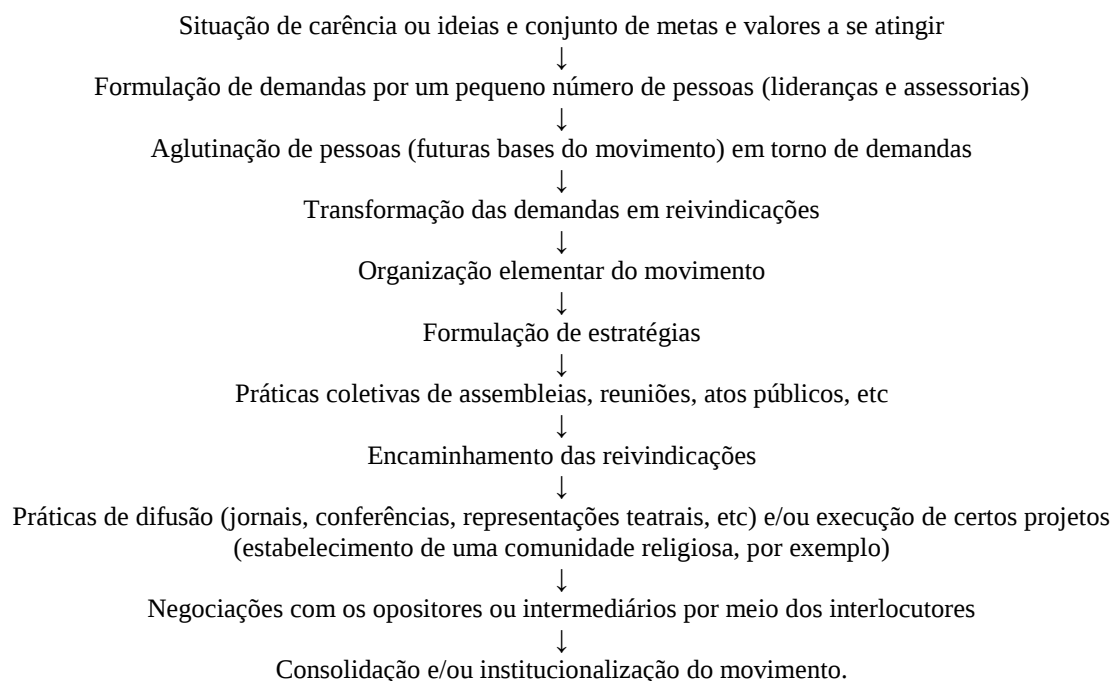
Os elementos apresentados aqui fazem parte da interpretação de movimentos sociais adotada neste estudo, contudo é importante destacar que não existe uma conceituação única do que são os movimentos sociais, pelo contrário, as definições variam conforme os paradigmas teórico-metodológicos adotados.

Assim, podemos apontar que existem movimentos dos grupos dominados, mas também dos dominantes, embora, historicamente, sempre tenham sido os grupos subordinados os que mais produziram lutas sociais (GOHN, 2007).

O impulso para a organização de um movimento social pode partir de uma demanda/carência não atendida, contudo, este é um primeiro momento das conexões estabelecidas entre os diferentes sujeitos e grupos sociais envolvidos, isso porque um movimento abarca outras dimensões e fases importantes.

A Figura que segue busca elucidar, esquematicamente e de forma geral, as etapas vivenciadas no processo de consolidação de um movimento social.

FIGURA 1 – Fases de um Movimento Social



Fonte: Gohn (2007, p. 266). Nota: Organização da autora.

De modo geral, o movimento social refere-se à ação dos sujeitos na história, por isso envolve um determinado modo de pensar e um fazer, sendo, portanto, uma práxis. De forma ampla, diz respeito às lutas sociais para a defesa de interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários, conservação de privilégios, obtenção ou extensão de benefícios e bens coletivos, etc (GOHN, 2007).

Partimos, portanto, da compreensão de que os movimentos sociais caracterizam-se como:

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. [...] Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política (GOHN, 2007, p.251).

A partir dessa conceituação, complementamos acrescentando que “a sociedade brasileira possui um repertório de movimentos e de lutas sociais primordialmente com caráter de classe” (SOUZA, 2005, p. 74). Isso porque “são lutas que interessam a uma infinidade de pessoas, independentemente de gênero, etnia ou sexo, mas que apresentam em seu bojo as contradições inerentes ao modo capitalista de produção” (SOUZA, 2005, p. 75)³⁴.

Adotamos essa compreensão a partir da observação das reuniões de articulação da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, em que, apesar das diferenças socioculturais entre os grupos sociais étnicos que compõem o coletivo, os conflitos vivenciados são tomados como parte dos problemas estruturais que continuam presentes no país, como a concentração fundiária, a vinculação de elites conservadoras ao poder estatal e as prioridades firmadas em virtude do projeto hegemônico de desenvolvimento econômico. Tais problemas são, portanto, expressões particulares do conflito capital-trabalho no Brasil.

³⁴ Em nosso estudo, e em nossa compreensão acerca do tema, os movimentos sociais são interpretados a partir da dinâmica de lutas de classes. No entanto, no sentido de que não existe uma teoria única para a discussão dos movimentos sociais, é importante destacar que, a partir de 1970, o caráter classista de tais movimentos (considerado macroestrutural e voltado para as carências econômicas) foi questionado por parte dos estudiosos do tema, em virtude das demandas pluriclassistas emergentes e das dimensões subjetivas que envolvem a ação social dos sujeitos, embasando a concepção dos chamados “novos movimentos sociais”. Para esta discussão consultar, por exemplo, Gohn (2007) e Scherer-Warren (2011; 2012; 2013).

Dessa maneira, apesar das diferenças de cunho étnico-social presentes entre os diferentes povos e comunidades tradicionais, esses sujeitos coletivos compartilham desafios semelhantes em função do lugar que ocupam na estrutura social, sendo especialmente relevantes a exclusão e a expropriação dos territórios. Tais desafios são engendrados a partir da dinâmica das lutas de classes no Brasil contemporâneo, conforme discutimos no capítulo 1.

Ainda no que compete à conceituação de movimentos sociais, trata-se de espaços não institucionalizados, ou seja, são uma ação coletiva fora da esfera estabelecida pelas instituições. Assim, caso se institucionalize, o movimento passa a caracterizar-se em outro formato, como uma Organização Não Governamental (ONG), por exemplo (GOHN, 2007).

A opção pela não institucionalização permite que tais movimentos atuem com certa autonomia, principalmente no que compete à proteção às ações de criminalização das estratégias de luta, impetradas pela classe dominante conservadora, especialmente nos momentos de embate, como no caso das ocupações de terra. Esse é, por exemplo, o caso do MST.

A organização de um movimento se dá no contexto das relações de forças estabelecidas em determinada conjuntura histórica, sendo este um processo dinâmico, os coletivos passam por momentos de avanços e recuos. Por isso, quando se objetiva conhecer um movimento social, além de suas características internas, é preciso analisá-lo externamente, ou seja, no cenário mais amplo em que ele está inserido.

Acredita-se que, na realidade histórica, sempre existiram e sempre existirão movimentos sociais, já que representam forças sociais organizadas num campo de atividades e de experimentação social, como fontes geradoras de criatividade e inovação sociocultural (GOHN, 2011).

Tais movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, favorecem a articulação de grupos sociais dispersos, fomentam a organização de uma identidade coletiva e podem ser decisivos na construção de projetos de sociedade (GOHN, 2011).

Apesar das distinções teórico-metodológicas presentes neste debate, existe um conjunto de categorias básicas que nos permitem analisar os movimentos sociais. A seguir sintetizamos, a partir da literatura disponível, alguns elementos centrais.

QUADRO 4 – Elementos Centrais das Categorias de Análise de Movimentos Sociais

Categoria	Descrição resumida
Demandas	Formuladas a partir de carências não atendidas, sendo relativas a bens materiais ou simbólicos. Envolvem também as utopias, enquanto perspectiva de um ideal a ser atingido. A agregação de demandas forma os repertórios dos movimentos sociais.
Composição	Pode ser de acordo com a origem social dos sujeitos, dada pelas classes e camadas de classes; pelo princípio articulatório que aglutina e quanto à localização (campo, cidade, periferia, guetos, etc).
Princípios articulatórios interno e externo	O princípio articulatório interno se refere às relações entre as bases demandatárias, lideranças e assessorias. O externo corresponde às relações entre os movimentos e outras instituições parceiras.
Força social	Obtida pela análise do cenário político mais amplo em que o movimento atua, através das redes e articulações estabelecidas, avaliando sua contribuição para o processo de mudança social e para a interferência nos processos de decisão política.
Cultura política	Construída ao longo da trajetória, a partir da experiência cotidiana. É gerada pelas práticas sociais, ideologias e representações.
Organização	Pode ser formal ou informal. A de cunho informal está mais presente nas etapas iniciais do movimento. A organização formal se impõe através das divisões de tarefas, funções, tempo de mandato, etc.
Práticas	Compõem-se de ações diretas e discursos. Podem ser mais organizadas e formais, como reuniões, assembleias, eventos, abaixo-assinados, etc. Ou mais informais, como acampamentos, ocupações, passeatas.
Projeto sociopolítico	Construído no plano das ideologias, está presente sob a forma de visão de mundo, dando direção ao movimento. Podem ser aperfeiçoados como uma proposta mais ampla para toda a sociedade.
Identidade	Decorre de seus projetos, firmando-se nas articulações, nos processos interativos. Confere caráter progressista ou conservador aos movimentos.
Cenário sociopolítico	Contexto mais amplo onde o movimento se desenvolve, fornece os elementos conjunturais que explicam as articulações e as correlações de forças existentes.
Opositores	São os sujeitos que detêm o poder sobre o bem demandado, com quem se negocia. São diferentes dos antagonistas, com quem existe uma “inimizade” política declarada.

Fonte: Gohn (2007, p. 255-263). Nota: Informações trabalhadas pela autora.

As categorias elencadas nos permitem analisar diferentes coletivos, identificando se eles organizam-se enquanto movimentos sociais. Tal tipologia é adotada neste estudo para fins de responder às questões de pesquisa, a saber: (1) A Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais constitui-se como movimento social? (2) Esse coletivo tem projeto sociopolítico? Se sim, como se deu a construção do mesmo? (3) A Rede Puxirão tem força para disputar hegemonia política no Paraná?

Existe consenso na literatura da área, e concordamos com a colocação de que os movimentos sociais têm contribuído para a consolidação da cidadania a partir da conquista de direitos e da viabilização de espaços alternativos de participação social, inovando o campo das práticas democráticas e contribuindo para a transformação de práticas sociais e culturais autoritárias presentes na sociedade brasileira (GOHN, 2001;

SOUZA, 2005; SCHERER-WARREN, 2006; DAGNINO, 2011; SCHERER-WARREN, 2012).

Embora estas ainda sejam conquistas dentro do marco da cidadania burguesa, tais direitos e espaços alternativos de participação são, também, ao mesmo tempo, produto das mobilizações sociais empreendidas pelos movimentos sociais das classes subalternas na construção do projeto democrático participativo, conforme exposto no capítulo 1.

Os dispositivos constitucionais que reconhecem os territórios tradicionais dos povos indígenas e quilombolas podem ser citados como conquistas dessa natureza, ainda que, nos marcos do capitalismo, o direito ao território tem servido de força propulsora para a organização da identidade coletiva desses grupos sociais e para as estratégias de resistência em relação às situações de violência e ameaças.

O arbítrio e a violência de grandes empresas, latifundiários, empreiteiros, grileiros e seus jagunços ou capangas, pela conivência do Estado e total impunidade, tendem a estar acima da legalidade instituída. Os mais elementares direitos são ignorados ou desrespeitados. [...] Nos movimentos, a oposição à violência e à arbitrariedade acaba moldando os próprios sujeitos das lutas. Muitos movimentos no campo se desenvolvem afirmando os direitos da lei instituída contra as práticas vigentes nas relações. O resgate dos direitos e da legalidade pelos trabalhadores em suas lutas molda sua identidade coletiva (GRZYBOWSKI, 1991, p. 55).

Tomando como exemplo a Rede Puxirão, é o caso do movimento dos Ilhéus do Rio Paraná que, conforme veremos no capítulo 3, com base nos marcos legais de proteção aos povos tradicionais e seus modos de vida, esse grupo social étnico que teve seu território expropriado em função da construção da barragem de Itaipu constituiu-se como identidade coletiva/sujeito de direitos e passou a pressionar as agências estatais ambientais para resgatar o direito de viver nos territórios tradicionais. Embora essa seja uma disputa em andamento, os relatos coletados nesta pesquisa atestam mudanças nas relações de poder local. Portanto:

Enquanto espaços de socialização política, os movimentos sociais permitem aos trabalhadores: em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais (GRZYBOWSKI, 1991, p. 59-60).

Frisamos aqui que entendemos por direitos, a partir das colocações de Pontes (2012), os poderes/deveres que refletem as necessidades dos homens e mulheres dentro de uma dada sociedade, que abarcam tanto bens materiais (como o direito de propriedade) como outros aspectos de cunho mais subjetivo (como o direito à dignidade, etc). Dessa forma, os direitos não resultam da criação abstrata por parte de técnicos no assunto, pelo contrário, enquanto expressão das necessidades humanas, são definidos pelas relações de forças engendradas na sociedade, as quais, atravessando o poder Legislativo, podem transformá-los em direitos positivados ou permanecer na sociedade como prática social, defende a autora.

É diante dessa interpretação que faz sentido defender a ação dos movimentos sociais na busca pelo “direito a ter direitos”, suscitando novos temas e demandas sociais como agendas de luta e fio condutor da articulação político-coletiva dos grupos sociais subalternos, configurando, portanto, um instrumento de possibilidade de disputa de hegemonia política.

A partir da perspectiva de análise gramsciana, a sociedade civil é o espaço por excelência onde as forças sociais se articulam e se confrontam, disputam hegemonia e lutam por reconhecimento social e direitos. Neste espaço, uma série de organizações coletivas tem contribuído para a construção/consolidação de relações sociais mais democráticas.

Esse processo articulatório, que envolve movimentos sociais, Igrejas, associações de bairro e profissionais, partidos, ONGs, universidades, etc, fomenta parcerias e contribui para a constituição das chamadas redes de movimentos sociais. A rede de movimento social:

[...] pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção [...] (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Para analisar as atuais experiências movimentalistas, Scherer-Warren (2012) propõe que, além dos elementos/categorias tradicionais utilizados no estudo dos movimentos sociais (conforme explicitado no Quadro 1), consideremos a noção de redes de movimentos sociais. Para tanto, defende ela:

Pretendemos ampliar o arcabouço teórico para a análise dos movimentos sociais, na medida em que consideramos a interação em redes de diversos atores e organizações da sociedade civil como algo constitutivo dos movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2012, p. 22).

Enquanto parte dos níveis organizacionais na sociedade civil³⁵, a rede de movimento social refere-se, ainda, à:

[...] articulação entre vários atores ou organizações [...] pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sociais e/ou sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, o movimento social, definido enquanto uma rede de caráter político, pressupõe a construção de uma identidade coletiva ou identificação grupal, a definição dos conflitos, de adversários ou opositores e um projeto ou utopia de mudanças [...] num contínuo processo de formação política, resultante das interações das múltiplas articulações [...] (SCHERER-WARREN, 2012, p. 25).

Destacamos que a articulação de diferentes movimentos sociais dos grupos sociais subalternos, na perspectiva de rede descrita, objetivando modificar/erradicar as condições de subordinação, é um instrumento político de confrontos contra hegemônicos. A partir dessas colocações, entendemos que a noção de rede movimento social contribui para discutirmos a articulação dos grupos sociais étnicos que compõem a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, enquanto coletivo analisado nesta tese.

Para fins de ilustração do conceito proposto, destacamos aqui que a experiência da Via Campesina, que pode ser citada como uma rede de movimento social.

La Vía Campesina es el movimiento internacional que agrupa a millones de campesinos y campesinas, pequeños y medianos productores, pueblos sin tierra, indígenas, migrantes y trabajadores agrícolas de todo el mundo. Defiende la agricultura sostenible a pequeña escala como un modo de promover la justicia social y la dignidad. Se opone firmemente a los agronegocios y las multinacionales que están destruyendo los pueblos y la naturaleza. La Vía Campesina comprende en torno a 164 organizaciones locales y nacionales en 73 países de África, Asia, Europa y América. En total, representa a alrededor de 200 millones de campesinos y campesinas. Es un movimiento autónomo, pluralista y multicultural, sin ninguna afiliación política, económica o de cualquier otro tipo (VIA CAMPESINA, 2016, s/p).

³⁵ Para esta estuda de movimentos sociais, existem, em linhas gerais, quatro níveis organizacionais na sociedade civil: 1. Organizações de base ou associativismo localizado (como ONGs e associações comunitárias locais); 2. Organizações de articulação e mediação política (são exemplos os Fóruns de representantes das organizações de base, associações nacionais, entre outros); 3. Mobilizações na esfera pública (caso das marchas ou manifestações no espaço público local, regional, nacional ou transnacional em defesa da cidadania ou em prol de direitos humanos, etc) e 4. Rede de movimento social. Para aprofundamento, consultar: Scherer-Warren (2006; 2012).

Ainda na década de 1990, a Via Campesina lançou a ideia de "Soberania Alimentar"³⁶ e fomentou um movimento popular global envolvendo diferentes setores como as populações urbanas pobres, grupos ambientalistas, grupos de consumidores, associações de mulheres, de pescadores, dentre outros, recebendo, inclusive, o reconhecimento e a parceria de governos (VIA CAMPESINA, 2016).

Enquanto uma rede de movimentos sociais, a Via Campesina veio se fortalecendo através da participação em novas formas de governança, é o que defende Scherer-Warren (2012). Durante o Fórum Social Mundial (FSM)³⁷, essa rede criou um espaço importante de articulação política, desembocando em inúmeros outros encontros e conferências. Em 2004, na sua IV Conferência Internacional, lançou o lema: "Globalizemos a luta, globalizemos a esperança", com a presença de representantes de 80 países. Nesse sentido, a Via Campesina tem, em diversos momentos, expandido suas ações e se solidarizado com a luta de outros coletivos, como os indígenas e quilombolas, que partilham dos mesmos valores e projetos comuns (SCHERER-WARREN, 2012).

Diante disso, como estratégia política, as redes de movimentos se fortalecem ao se apropriarem e participarem de espaços de governança como: nas organizações de base local (onde se consolidam as identidades coletivas, os símbolos/místicas das lutas e forjam-se os projetos/utopias), nos fóruns da sociedade civil (onde se amplia o diálogo e firmam-se coalizões em torno dos projetos de transformação) e nos espaços de parceria e/ou diálogo com o Estado e mercado, como são os conselhos gestores de políticas públicas e as conferências (SCHERER-WARREN, 2012).

Cabe-nos aqui realizar uma breve discussão acerca dos conselhos de políticas públicas, já que esta modalidade mais institucionalizada de participação tem sido apropriada pela Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais como um dos

³⁶ A soberania alimentar é o direito dos povos à alimentação saudável e culturalmente adequada produzida através de métodos sustentáveis e seu direito a definir seus próprios sistemas agrícolas e alimentares. Desenvolve um modelo de produção agrícola sustentável, que favorece as comunidades e seu ambiente. Ela coloca as aspirações, necessidades e estilos de vida daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas alimentares e políticas alimentares, à frente das exigências dos mercados e empresas (VIA CAMPESINA, 2016, tradução nossa).

³⁷ O primeiro FSM teve como objetivo se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos que, desde 1971, defende as políticas neoliberais em todo mundo. O Comitê Organizador do FSM 2001 foi formado por oito entidades brasileiras: Abong, Attac, CBJP, Cives, CUT, Ibase, MST e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Foi criado também um escritório **na cidade de** São Paulo que, desde 2000 até os dias de hoje, apoia e dá suporte ao processo FSM, ao seu Conselho Internacional e suas comissões e aos comitês organizadores dos eventos anuais. Além de integrarem o Conselho citado e suas comissões, as entidades que constroem o Fórum formam o chamado Coletivo Responsável pelo Escritório do FSM no Brasil (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2016).

mecanismos de luta pelo reconhecimento, por direitos e políticas públicas, através do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), na esfera federal, e do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (CPICT), no âmbito do Paraná³⁸.

A prática conselhistas materializa o direito de participação da sociedade civil na gestão social como parte do caráter democrático e descentralizado das políticas públicas no Brasil, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Por isso, está relacionada com as pautas e lutas empreendidas pelos movimentos sociais na década de 1970, no sentido de que fazer política deixa de ser uma atividade exclusiva do Estado e dos partidos (GECD, 1998-1999), passando a englobar parte da diversidade de coletivos/interesses presentes na sociedade civil nos espaços de discussão e de tomadas de decisão.

Os conselhos são instâncias que se particularizam no interior do sistema decisório das políticas públicas pelo seu caráter plural [...], dado que são compostas por representantes estatais, representantes da sociedade civil e de prestadores de serviços públicos. Essa composição torna o processo decisório mais permeável aos diversos interesses implicados na elaboração e execução das políticas públicas, favorecendo decisões mais justas e legítimas (ALMEIDA e TATAGIBA, 2012, p. 69).

Considerados como parte do sistema nacional, os conselhos de políticas públicas apresentam atribuições definidas legalmente no plano da formulação, deliberação e implementação das políticas setoriais em cada esfera de governo (municipal, estadual e nacional), compondo práticas no processo de planejamento e fiscalização das ações e serviços prestados na política de sua abrangência (como saúde, educação, assistência social, etc) (TATAGIBA, 2002).

A grande novidade destes arranjos institucionais reside no formato de sua composição, que é paritária, ou seja, conta com representações do governo e da sociedade civil, visando à democratização dos processos decisórios (TATAGIBA, 2002).

Enquanto espaços públicos de discussão e deliberação, o papel dos conselhos consiste em avaliar/aprovar orçamentos públicos, definir prioridades de investimento, traçar diretrizes de ação e propor políticas junto às esferas governamentais. Cabe,

³⁸ Questões mais detalhadas sobre esses conselhos em específico são mencionadas no próximo item, o 2.3, que trata da temática dos povos e comunidades tradicionais no país.

também, fiscalizar a aplicação de recursos e a execução de ações e serviços, tornando público o processo de implementação de políticas públicas (TATAGIBA, 2002).

Destaca-se que esses conselhos não substituem o papel e a importância de outras experiências de participação e mobilização políticas, como os movimentos sociais. Aliás, se almejam, de fato, caracterizarem-se como instâncias democráticas do processo de gestão das políticas públicas, os conselhos devem contar com a participação de representantes de movimentos sociais, uma vez que, conforme aqui defendemos, os coletivos são canais estratégicos de articulação das demandas “de baixo” e podem ser decisivos para a inscrição das pautas das classes subalternas nas agendas governamentais, contribuindo para o tensionamento das relações de poder que permeiam a gestão da máquina pública no país.

A experiência do CPICT/PR nos permitirá fazer uma reflexão nesse sentido, pois, além das representações governamentais, o Conselho conta com a participação de diferentes coletivos de povos tradicionais que compõem a Rede Puxirão (como faxinalenses, ilhéus, quilombolas, benzedeadas e benzedores, pescadores artesanais, etc), caracterizando-se, portanto, como um espaço de correlações de forças e de disputa de interesses.

Desde que foram implementados no Brasil, no início da década de 1990, os conselhos de políticas públicas se tornaram universo de inúmeras pesquisas científicas. De lá para cá, muitas conquistas foram apontadas e inúmeros desafios mapeados.

No que tange às conquistas, dentre outras, os conselhos contribuíram para: a descentralização das decisões, que tradicionalmente aconteciam nos “gabinetes”; o acesso às informações relativas à gestão de políticas públicas, contribuindo para a desburocratização da administração; o enriquecimento das agendas governamentais a partir da diversidade de demandas apresentadas pela sociedade; o avanço da democracia participativa no controle da política executada e na aplicação dos recursos; a possibilidade de as políticas terem um planejamento ascendente (de baixo para cima) e incorporação de novos atores sociais nas arenas decisórias que, historicamente, estiveram excluídos destes espaços no país (Raichelis, 1998; Tatagiba, 2002; Almeida e Tatagiba, 2012).

Apesar disso, ao avaliar o desempenho dessas instâncias, revela-se uma série de impasses acerca de sua efetividade na democratização da gestão social. Nesse balanço podemos citar: fragilidade no diálogo entre os conselheiros e sua base de origem, minando a representação democrática; falta de capacitação técnica para os

conselheiros acerca dos quesitos mais específicos, como os procedimentos orçamentários, por exemplo; resistência dos governos em partilhar, de fato, o poder de decisão; controle das informações por parte do poder público; ênfase nas rotinas internas (como discussão de regimentos, cadastramento de serviços, etc) em detrimento de assuntos políticos/interesses mais amplos; falta de assessoria jurídico-administrativa que dê respaldo legal às decisões tomadas; dentre outros (Raichelis, 1998; Tatagiba, 2002; Almeida e Tatagiba, 2012).

Embora estejam presentes de forma significativa em todo o território nacional, essa vitalidade dos conselhos e seu peso no redesenho das políticas setoriais parece vir acompanhada de sua baixa capacidade de incidir nas correlações de forças que conformam o jogo político em suas áreas específicas, destacam Almeida e Tatagiba (2012). Balizando os resultados de uma série de estudos, essas autoras ponderaram ainda que há uma baixa conexão entre os conselhos e os movimentos populares.

No campo das disputas por hegemonia, os conselhos são um dos instrumentos que podem favorecer o diálogo entre diferentes sujeitos e interesses, inscrevendo demandas sociais nas agendas governamentais. Contudo, enquanto parte do rito institucional-legal do Estado, carregam limites e não podem ser substitutivos de outros espaços de mobilização política desafiando o instituído. Pelo contrário, são justamente os movimentos de base que podem fortalecer a atuação dos representantes da sociedade civil nos conselhos, formulando demandas coletivas e dinamizando as relações de forças no âmbito de formulação das políticas públicas, possibilitando “rupturas moleculares contra hegemônicas”, ainda que em setores/pautas específicas.

A partir deste entendimento, com o objetivo de analisar a Rede Puxirão como possibilidade de disputa de hegemonia nas relações com o Estado no Paraná, propusemo-nos a refletir sobre o processo de articulação dos diferentes grupos sociais étnicos que compõem o coletivo, suas demandas, práticas, formas de organização, opositores, utopias/projeto sociopolítico e sua relação com o Estado. O Conselho de Povos Tradicionais do Paraná foi elencado como espaço importante para identificar a possível inserção dos interesses da Rede na negociação política com o Estado, via construção de pautas para políticas públicas.

Para responder a tal objetivo de pesquisa, torna-se necessário discutir a construção do sujeito coletivo em pauta, os povos e comunidades tradicionais e seus principais conflitos.

2.2 CONFLITOS TERRITORIAIS E ARTICULAÇÃO COLETIVA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

As lutas sociais dos povos e comunidades tradicionais no Brasil podem ser registradas desde o período da colonização, como as estratégias de resistência à violência e à exploração empreendidas pelos grupos indígenas e pelos negros escravizados, conforme pontuamos no capítulo anterior. Contudo, foi no século XX, na dinâmica do desenvolvimento do capitalismo e das relações de forças inerentes a este processo, que tais lutas começam a ganhar escopo, no cenário mais amplo das lutas pela terra.

A partir da década de 1930 no Brasil, uma série de movimentos migratórios, muitas vezes acompanhados por pesados investimentos em infra-estrutura (*sic*), modificou de forma contundente as relações fundiárias existentes no país. Esses movimentos se espalharam por todo o território nacional e atingiram, de uma forma ou de outra, os diversos povos tradicionais (LITTLE, 2002, p. 12)

Tanto os territórios indígenas quanto as terras de camponeses seguiram invadidas pela ação de grileiros e pela dinâmica do desenvolvimento capitalista. Com isso, a migração se deu como forma de sobrevivência e resistência desses povos, que procuravam se distanciar da cerca e do cerco do latifúndio. Os diversos enfrentamentos vivenciados a partir de então geraram mortes, massacres e genocídio (FERNANDES, 2016).

“A violência contra esses povos delimitaria as extensões históricas do latifúndio. Em todo o tempo e em todo o espaço, a formação do latifúndio frente à resistência camponesa determinaria a realidade da questão agrária” (FERNANDES, 2016, p. 02). Diante das consequências desse modo de produção, que atingiu a diversidade de povos do campo, destacamos que a face agrária da sociedade brasileira é socialmente diversificada e faz parte de uma complexa estrutura de classes (GRZYBOWSKI, 1991).

Essa face agrária inclui uma diversidade sociocultural que é acompanhada por uma extraordinária diversidade fundiária. Um dos núcleos mais importantes dessa diversidade são as múltiplas sociedades indígenas, com suas heterogeneidades de relacionamento, línguas e costumes. Ganham expressão, também, os remanescentes das comunidades de quilombos espalhados por todo o território nacional. Essa diversidade inclui, ainda, as chamadas “terras de preto”, “terras de santo”, “terras de índio” e outras

tantas formas de territorialização, como as mantidas por comunidades de caboclos, babaqueiros, pescadores artesanais, ribeirinhos, detentores de ofícios tradicionais, etc (LITTLE, 2002; ALMEIDA, 2004; SILVA, 2007).

A unidade política dessa diversidade de sujeitos reside justamente na luta pela terra/território, uma vez que os distintos povos do campo têm sofrido, enquanto classes subalternas, os impactos do modo de produção capitalista e de suas particularidades nos países periféricos, como a intensa e predatória exploração dos recursos naturais, conforme explicaram ACSELRAD, ALMEIDA, BERMANN, *et al* (2012).

A exploração destes recursos é parte da astúcia do capital, que atravessa as fronteiras entre as nações na busca pela ampliação dos lucros, criando mecanismos novos de acumulação, pontua Harvey (2010). De acordo com o autor, a expansão geográfica do capitalismo é bastante útil para a estabilização do sistema por criar demanda tanto de bens de investimento como de bens de consumo.

Essa expansão torna possível a acumulação mesmo diante de uma demanda efetiva em estagnação, uma vez que propicia o acesso a insumos mais baratos (como terra, matérias primas, insumos intermediários, força de trabalho) reequilibrando os custos de produção. A implicação disso é que os territórios não capitalistas são forçados não só a abrir-se ao comércio, mas a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias primas mais baratas, terras de baixo custo e assim por diante (HARVEY, 2010).

Essa lógica, denominada pelo autor citado de acumulação por espoliação, transforma bens que não são fruto do trabalho – como terra, água e ar – em mercadorias, acelerando a onda de privatizações. Como no passado, nos momentos inaugurais do capitalismo, o poder do Estado é utilizado com frequência para impor esse processo, mesmo contrariando a vontade popular (HARVEY, 2010).

No Brasil, a virulência dessa situação pode ser exemplificada pela tentativa do Poder Legislativo de regulamentar a venda de terras aos estrangeiros, através da retomada do Projeto de Lei 4.059 de 2012, pondo em xeque a soberania nacional. Segundo informe de Sampaio (2016), a ONU tem demonstrado preocupação com a aquisição de terras por estrangeiros, especialmente nos países da África e da América Latina. Isso porque situações desta ordem ocasionam, dentre outras coisas: o avanço do cultivo agrícola em áreas de proteção ambiental; o aumento da especulação imobiliária; o crescimento da venda ilegal de terras públicas; o aumento da grilagem de terras e da

biopirataria³⁹ na região amazônica; bem como a ampliação da produção de etanol e biodiesel, sem a devida regulação (SAMPAIO, 2016).

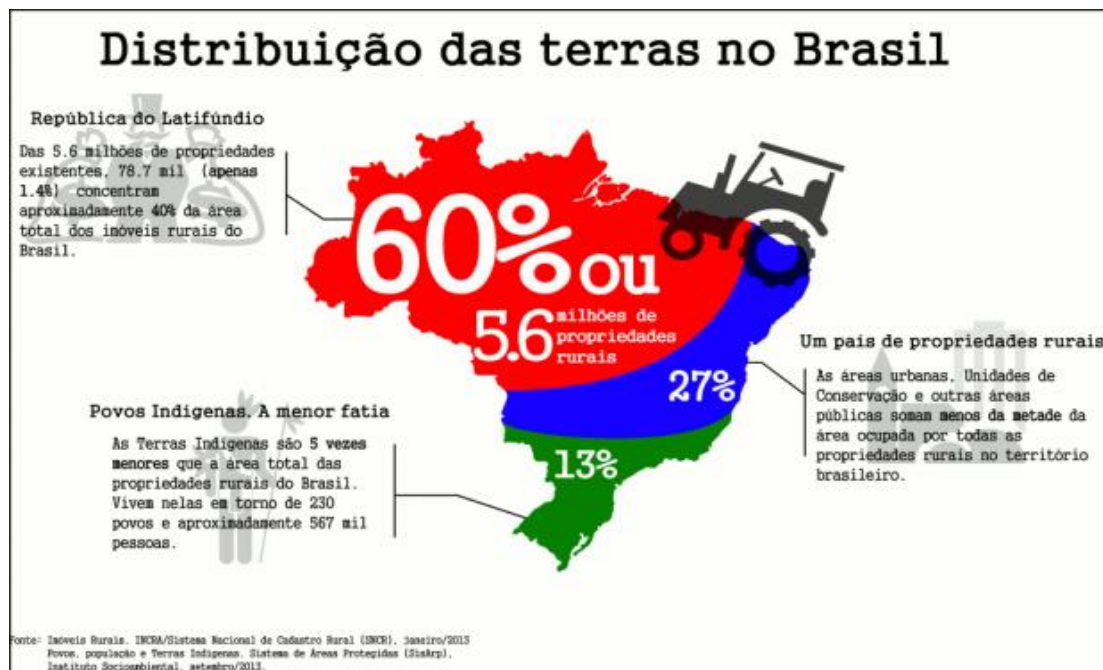
Nesta situação, vem ganhando expressividade o debate sobre a questão ambiental, que para Acselrad, Almeida, Bermann, *et al* (2012) relaciona-se tanto à privatização de fato de espaços não mercantis (como a poluição) quanto a à expropriação de áreas de uso comum e recursos territoriais de camponeses e povos tradicionais, com a finalidade de valorizar capitais excedentes.

Tal panorama nos permite compreender o cenário mais amplo no qual se desenrola a disputa territorial entre capital e campesinato. De acordo com Fernandes (2008), as propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, totalidades diferenciadas nas quais se produzem relações sociais diferentes e modelos divergentes de desenvolvimento.

A Figura 2, a seguir, baseada nos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), do INCRA, de 2013, nos dá um panorama da distribuição dos distintos territórios no país. A preponderância do latifúndio, enquanto território capitalista, fica explicitada nesta Figura e evidencia de forma ilustrativa o projeto hegemônico do capital para o campo.

³⁹ Os novos piratas não se apropriam apenas de plantas e animais, o que configura a biopirataria, mas também de conhecimentos que os povos originários, afrodescendentes e diversos camponeses têm de plantas e animais. Trata-se da etno-biopirataria. Um conhecimento coletivo inscrito na língua e na transmissão comunitária disponível a todos é suplantado pela ciência “civilizada” dos laboratórios, patenteada em função da propriedade privada e do mercado. O agronegócio, o transgênico, o biocombustível, a moderna extração de minérios, gás, petróleo, grãos, biodiversidade, água, etc têm conotações colonizadoras tanto quanto tem sido a extração do ouro, da prata, do açúcar, do café, do algodão, da borracha, da coca. E se hoje não se fala de colonialismo, não significa que esse sistema chegou ao fim: mudou apenas de nome e formas (SEMERARO, 2009, p. 29).

FIGURA 2 – Distribuição das terras no Brasil – 2013



Fonte: Valente (2016).

Para Fernandes (2008), os territórios capitalistas se destacam tendo como modelo de desenvolvimento o agronegócio que, resumidamente, organiza-se a partir de monoculturas em grande escala, com trabalho assalariado, intensamente mecanizado e com a utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas.

A partir de uma lógica distinta, situam-se os territórios não capitalistas, como o modelo de desenvolvimento do campesinato, que se dá a partir da produção de policulturas, em pequena escala, com predominância do trabalho familiar, com baixa mecanização na maior parte das vezes e com base na biodiversidade, sem uso de agrotóxico, resume Fernandes (2008).

Nessa perspectiva não capitalista, situam-se também os territórios tradicionais, caracterizados, dentre outros elementos, pela fraca acumulação de capital, dependência limitada de mercado, importância das relações de parentesco, tecnologias manuais de pouco impacto sobre a natureza, mantendo conservada a biodiversidade (DIEGUES, 2008).

Outro elemento importante dos territórios tradicionais se refere aos regimes de propriedade comum, lógica distinta das noções de terras privadas e públicas, destaca Little (2002). Nas sociedades indígenas, por exemplo, a noção de propriedade privada da terra não existe. Embora o produto do trabalho pudesse ser individual, ou familiar, o

acesso aos recursos era coletivo, ou seja, a terra e seus recursos naturais sempre pertenceram às comunidades que os utilizam, não existindo, dessa forma, escassez socialmente provocada de tais recursos (LITTLE, 2002).

Além dos territórios indígenas, há registros de inúmeras comunidades tradicionais que se organizam pelo uso comum da terra e dos recursos naturais. Os estudos de Little (2002); Almeida (2004) e Diegues (2008) fazem esses destaques e citam como exemplos os regimes de propriedade dos quilombos, as populações caiçaras do litoral brasileiro, as comunidades de ribeirinhos da Amazônia, os pescadores artesanais do litoral, dentre outros.

As populações extrativistas representam outros grupos sociais incluídos na categoria de tradicionais e tendem a ser reconhecidos pelos produtos que extraem e vendem no mercado – seringueiros, castanheiros, babaqueiros, pescadores –, apesar deste ser apenas um elemento de um complexo sistema de adaptação que inclui caça, pesca, agricultura, fruticultura e criação de pequenos animais [...]. No plano fundiário, o que marca os grupos extrativistas [...] é a apropriação familiar e social dos recursos naturais, onde as “colocações” são exploradas por famílias, os recursos de caça e pesca são tratados na esfera coletiva e a coleta dos recursos destinados ao mercado é feita segundo normas de usufruto coletivamente estabelecidas [...] (LITTLE, 2002, p. 09).

O uso comum da terra e dos recursos naturais também é uma característica dos grupos sociais étnicos que compõem a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, como ocorre, por exemplo, com os faxinalenses, que fazem uso comum da terra para a criação animal, conservação ambiental e extrativismo sustentável (erva mate e pinhão), mediante acordos comunitários.

Diante desta discussão, podemos concluir que o território não é uno, pelo contrário, é uma totalidade composta pela dimensão do espaço físico, mas também pelos produtos de criações sociais. Enquanto pluralidade, carrega dimensões materiais⁴⁰, sendo principalmente o espaço físico, mas também imateriais, a partir das relações sociais, por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias (FERNANDES, 2008).

É justamente por carregar uma dimensão imaterial, que envolve a utopia e a teleologia – que determinado grupo social constrói a partir de sua vivência num dado

⁴⁰ No estudo citado, Fernandes (2008) considera a existência de três tipos de territórios materiais, sendo o primeiro formado pelo país, estados e municípios; o segundo formado pelas propriedades privadas capitalistas ou propriedades não capitalistas; o terceiro tipo é formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder, sendo territórios fluxos ou móveis, controlados por diferentes sujeitos e produzidos nos territórios do primeiro e segundo tipos (como exemplo deste último, o autor menciona o narcotráfico, dentre outros existentes).

espaço e num dado tempo histórico – que os territórios podem se converter em instrumentos para se forjar projetos societários, ou seja, uma visão de mundo sobre os valores que regem a vida em sociedade.

Conforme destacamos no capítulo 1, e de acordo com os dados explicitados na Figura 2, o projeto hegemônico do capital se materializa também (e sobretudo) nas disputas territoriais, sendo o latifúndio uma expressão do domínio de classe. Embora os territórios capitalistas venham se impondo de forma hegemônica na trajetória nacional, as classes subalternas resistem e a partir da articulação política lutam por seus territórios, com seus modos de vida.

A difusão da ideia de que os territórios capitalistas são parte inerente do desenvolvimento econômico e do aprimoramento de técnicas científicas para o cultivo de alimentos, por exemplo, conforme fez crer a chamada “Revolução Verde”, explicitam que a relação de hegemonia opera, além da estrutura econômica e da organização política da sociedade, sobre as orientações ideológicas, modos de pensar e de conhecer (GRUPPI, 1978).

Portanto, as disputas travadas entre os distintos territórios (capitalistas e não capitalistas) podem ser compreendidas como disputas por hegemonia. Enquanto uma relação de poder processual, “molecular”, tais disputas articulam diferentes grupos sociais em função de seus interesses, visões de mundo e projeções societárias e, muito embora as lutas sociais dos grupos sociais subalternos não rompam o contexto estrutural mais amplo, possuem expressão política e inserem no tecido social perspectivas outras para além das disseminadas pela classe dominante (LUIZ, 2011). Essa luta implica a discussão da territorialidade.

De acordo com Little (2002), a territorialidade pode ser compreendida como o esforço coletivo que um grupo social empreende para ocupar, usar, controlar e criar identificação com uma parcela de seu ambiente biofísico, convertendo-a em seu território. Essa territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação depende de contingências históricas, sendo, portanto, um produto histórico de processos sociais e políticos.

Enquanto expressão da atividade humana, os territórios retratam as particularidades socioculturais presentes na sociedade. Por isso, os grupos sociais se utilizam dos saberes ambientais, das ideologias e identidades coletivas para estabelecer e manter seus territórios, defende Little (2002). Tais saberes/valores se expressam no regime de propriedade adotado, nos vínculos afetivos que os grupos mantêm com seus

territórios específicos, na história da sua ocupação guardada na memória coletiva, no uso social que se dá ao território e as formas de defesa desse território, conclui o autor citado.

Reforçando o argumento exposto, Silva (2007, p. 08) contribui apontando que:

Assegurar o acesso ao território significa manter vivos, na memória e nas práticas sociais, os sistemas de classificação e de manejo dos recursos naturais, os sistemas produtivos, os modos tradicionais de distribuição e consumo da produção. Isso, além de sua dimensão simbólica: no território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo, como a base material de significados culturais que compõem sua identidade social.

Em suma, as propriedades capitalistas (como as voltadas para o agronegócio) e as não capitalistas (nesse caso, as camponesas e os territórios dos povos tradicionais) são totalidades diferenciadas, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento e disputam, via conflitos, o território nacional.

Estamos destacando aqui os conflitos que perpassam os diferentes tipos de territórios, mas é importante destacar que, mesmo nas lutas territoriais dos povos tradicionais, existem conflitos internos entre os diferentes grupos sociais, como inúmeros casos registrados entre posseiros e indígenas, por exemplo (ATHIAS, 2007).

Na perspectiva das lutas mais amplas, os movimentos camponeses e indígenas têm resistido ao intento das empresas capitalistas nas lutas e disputas pelos territórios, pontua Fernandes (2008).

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, desde o latifúndio ao agronegócio, ocorre à base do contínuo processo de expropriação e exploração de povos tradicionais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, babaqueiros, pantaneiros, caiçaras, jangadeiros, pescadores artesanais, sertanejos, camponeses, dentre outros. Esses povos são chamados de tradicionais, mas não com a conotação de povos sem mobilidade histórica ou atraso tecnológico e econômico. São chamados tradicionais porque todas as mudanças e modernização não foram suficientes para mudá-los, no que diz respeito a suas culturas e relação com a natureza (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2014, p. 75).

O conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento da disputa territorial foi chamado por Fernandes (2008) de conflitualidade. Essa conflitualidade é um processo de enfrentamento permanente que explicita o paradoxo das contradições e desigualdades inerentes ao sistema capitalista.

Tal processo se evidencia no movimento de destruição e recriação de relações sociais: territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato.

Uma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão, os territórios do agronegócio e os territórios campestres e indígenas são distintos. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizações de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que, enquanto o agronegócio organiza seu território para a produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida [...] (FERNANDES, 2008, p. 285).

Contudo, tal diversidade não está dada para a sociedade como um todo. Isso porque, considerando que as lutas pelo território são expressão de projetos societários distintos, há a tentativa das classes dominantes de escamotear os conflitos de classe que perpassam as disputas territoriais, que tornam estes espaços permeados por múltiplos interesses e visões de mundo. Esse processo se dá através da negação do território como espaço plural, como fruto das relações sociais e dos modos de vida distintos dos povos, convertendo-o em mercadoria.

Neste sentido, argumenta Fernandes (2008), quando o território é concebido como uno, ou seja, apenas como espaço de governança, ignorando-se os diferentes territórios que coexistem num dado momento histórico, temos uma concepção reducionista, que serve como instrumento de dominação. Os diferentes órgãos governamentais e agências multilaterais têm se baseado, de forma preponderante, nessa concepção reducionista, desconsiderando a conflitualidade dos diferentes tipos de territórios contidos em determinado projeto de desenvolvimento territorial (FERNANDES, 2008).

Essa relação de força, que se expressa em diferentes concepções/visões de mundo, é fruto da dinâmica da sociedade de mercado que, segundo Pontes (2012), é composta por proprietários e não proprietários, latifundiários e camponeses, exploradores e explorados, incluídos e excluídos. Ou seja, por sujeitos coletivos com interesses distintos e, na maior parte das vezes, inconciliáveis, o que resulta em conflitos e disputas permanentes por hegemonia.

O exercício de um direito por um dos grupos integrantes da sociedade de mercado limita ou exclui o interesse do grupo contrário; isso resulta em conflitos e ações de resistência que colocam o direito em movimento. Exemplificando essa contradição, podemos citar a ocupação coletiva de uma terra rural, na qual temos cidadãos sem terras que, buscando cumprir a ordem constitucional da função social da propriedade, ocupam a terra, limitando

com essa ação o direito do proprietário capitalista de exercer a especulação sobre a terra ocupada, ou seja, o direito de dar função social à terra com a ação de ocupação confronta-se com o direito de especular do capitalista, conflito social que com frequência é levado ao Poder Judiciário (PONTES, 2012, p. 725).

O processo de expropriação territorial, gerado pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, forja sujeitos coletivos que, diante da situação de exploração e violência, resistem e criam formas de luta sociais. Assim, os coletivos dos camponeses e povos tradicionais, quando se colocam em movimento, expressam a capacidade criativa de transformação das relações sociais, articulando pautas comuns e estratégias de luta em tensionamento com os opositores.

Através de conexões contra hegemônicas, esses diversos sujeitos coletivos do campo têm contribuído para “rupturas moleculares” nas relações de poder estabelecidas, que se materializam nas disputas e conflitos territoriais. As ocupações de terras, os assentamentos da reforma agrária e as demarcações de territórios tradicionais são facetas concretas dessas disputas, dessas relações de poder.

Corroborando tal interpretação Acselrad, Almeida, Bermann, *et al* (2012) explicam que a valorização da diversidade étnica tem servido de conexão das demandas por reconhecimento de direitos territoriais de comunidades e povos tradicionais como forma de se contrapor ao processo hegemônico de territorialização. Nesse sentido, a noção de “terras tradicionalmente ocupadas” é utilizada por grupos que constroem seu projeto de modos de fazer, viver e criar, contrariando outros modelos de organização do espaço e exercício do poder sobre os recursos dos territórios, configurando-se, a partir do nosso entendimento, em instrumentos de contra hegemonia.

Nessa disputa, a luta pelo reconhecimento de direitos territoriais por parte destes grupos que operam com lógicas de territorialidades específicas tem representado um esforço de mudança nas regras do jogo adotadas pelo Estado e pelas corporações para a inserção do país nos circuitos internacionais de *commodities*, defendem Acselrad, Almeida, Bermann, *et al* (2012).

Podemos situar a década de 1940 como o período em que as disputas territoriais se intensificaram no Brasil, com o acirramento dos conflitos e das lutas pela posse e uso da terra, em que ganharam expressão os movimentos de posseiros em várias regiões, as ligas camponesas e os movimentos de boias frias. A partir de 1950, os sindicatos dos trabalhadores rurais se multiplicaram e a ala progressista da Igreja Católica passou a

contribuir com a organização dos camponeses (SOUZA, 2005; SCHERER-WARREN, 2011; FERNANDES, 2016).

As ligas camponesas foram exemplos de construção de sujeitos coletivos e de estratégias políticas de resistência ao processo de expropriação e expulsão da terra. Segundo Fernandes (2016), a origem destas ligas está associada à recusa ao assalariamento, sendo criadas em grande parte dos estados brasileiros, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essas organizações foram duramente reprimidas, tanto pelos governos como pelos próprios fazendeiros e seus “jagunços”.

Apesar disso, na década de 1960, essas ligas realizaram vários encontros e congressos, promovendo a criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária. A ação de tais ligas era definida justamente na luta pela reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra. Em suas ações, explica Fernandes (2016), os camponeses resistiam na terra e passaram a realizar ocupações.

Neste sentido, as décadas de 1940 até 1964 foram tempos de grandes conflitos e resistências nas lutas pela terra.

No norte e no sudoeste do Estado do Paraná, ocorreram diversos conflitos por terra. Na região de Porecatu aconteceu um enfrentamento armado entre posseiros e a polícia. Desde meados da década de 40, os posseiros estavam em luta com um grande latifundiário, que recebia proteção do governador do Estado, envolvido em negócios irregulares com a compra e venda de terras. No Sudoeste do Estado, também aconteceram manobras ardilosas com as terras devolutas, entre o governo e latifundiários, gerando conflitos com os trabalhadores que lá viviam (FERNANDES, 2016, p. 05).

Voltando nossa atenção para o Paraná, espaço de articulação política da Rede Puxirão, considera-se que, com sua emancipação político-administrativa em 1853, o estado inicia sua história agrária já convivendo com as bases do latifúndio, construídas pelas sesmarias e pelas grandes posses consolidadas pela Lei de Terras, de 1850⁴¹. Serra (2010) explica que, neste estado, quem pleiteava sesmaria via no acesso à terra apenas uma forma de demonstrar poder político, pois poucas vezes se fez presente o interesse pela exploração econômica da terra conquistada. Assim, a sesmaria esteve estreitamente identificada com a propriedade improdutiva no Paraná.

Nessa forma de ocupação territorial, aos trabalhadores rurais foi permitido que se estabelecessem em áreas não requeridas pelas sesmarias, sendo mais tarde expulsos

⁴¹ A discussão sobre os conflitos territoriais no Paraná será aprofundada nos próximos capítulos, 3 e 4, ao analisarmos a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais.

pelas frentes de ocupação que foram se instalando. Mesmo após a extinção do sistema de sesmarias, as apropriações irregulares de terras foram intensificadas com a “[...] conivência de pessoas diretamente vinculadas às esferas de poder dominante e, a pretexto de terem prestado algum serviço de utilidade pública, acabavam se apropriando de grandes extensões de terra [...]” (SERRA, 2010, p. 135).

O período que data de 1880 a 1930 ganha destaque pela exploração predatória dos recursos naturais, com a rápida eliminação de grande parte da vegetação natural, já que as atividades econômicas estiveram centradas, primeiramente, na exploração da erva mate e, posteriormente, na extração da madeira, ambas voltadas para a exportação (SONDA e BERGOLD, 2013).

Para ilustrar o debate, dentre tantos conflitos e disputas territoriais vivenciados neste período⁴² no Paraná, destacamos o processo de expropriação e resistência vivenciado pelo povo kaingang. As políticas de ocupação territorial apregoadas pelo governo estadual, em consonância com a história oficial dos colonizadores, afirmavam que as terras indígenas do terceiro planalto constituíam um imenso vazio demográfico, disponível de ser ocupado pelos pioneiros. Estimulava-se a necessidade de colonização dessas regiões sem, contudo, considerar as populações nativas (FAVARO, 2014).

Esteve aqui presente, portanto, a mesma racionalidade explicitada por Scheren-Warren (2013) nos processos de colonização, em que se consideraram os povos originários como primitivos, obstáculos ao progresso, sendo justificável a violência como forma de domínio.

No tocante a esse conflito específico no Paraná, relata-se que a exploração predatória dos recursos naturais pelos colonos sobre as terras indígenas do povo kaingang reduziu a área de caça, impactando na sobrevivência física dos mesmos. Concomitantemente, a caça era praticada de forma indiscriminada pelos colonos. Nessa situação, os indígenas iniciaram uma onda de saques aos sítios, furtando animais para alimentação. Quando pegos com o produto furtado, eram maltratados ou mortos, mesmo na presença de autoridades. Os caciques responsáveis pelos aldeamentos optaram pela revolta, considerando esta a única forma de recuperar suas terras e pôr fim às crueldades cometidas aos índios (FAVARO, 2014).

⁴² Para outras informações, consultar a pesquisa desenvolvida por Favaro (2014), que ilustra uma série de conflitos durante o período de ocupação territorial da região de Guarapuava, envolvendo agentes estatais, latifundiários e povos camponeses/tradicionais.

A partir de inúmeros embates e lutas envolvendo indígenas nessa região do estado, a primeira terra indígena reservada a esses povos no Paraná foi para a etnia kaingang, no município de Guarapuava: a Terra Indígena Marrecas (FAVARO, 2014).

Contudo, esta e outras demarcações negociadas neste período não significaram que os kaingangs tivessem assegurado seus territórios, pois a sociedade branca que vivia nos arredores continuou seu processo de expansão, ocupando pontos de áreas já demarcadas, gerando um constante movimento de reocupação de áreas indígenas (FAVARO, 2014).

A partir de 1930, os processos de ocupação e apropriação da terra para o desenvolvimento de projetos de colonização foram executados pelo Estado, que se uniu à classe empresarial e, em seguida, com a classe latifundiária tradicional. Nessa condição, o poder público atuou protegendo a ação de grileiros e acobertando crimes praticados contra posseiros e indígenas, acirrando ainda mais as situações de violência no campo (SERRA, 2010; SONDA e BERGOLD, 2013; FAVARO, 2014).

A dinâmica relatada adentrou as décadas seguintes e intensos conflitos territoriais envolvendo os povos do campo se desenrolaram no Paraná. Documento produzido e publicado no ano de 2015, pela Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁴³, relata uma série de crimes contra os direitos humanos impetrados pelo próprio Estado e destaca casos envolvendo os povos indígenas no estado em pauta.

Entre 1930 e 1960, o governo do estado do Paraná titula terras indígenas para empresas de colonização e particulares no oeste do estado. O governo de Moysés Lupion, em particular, notabiliza-se por práticas de espoliação de terras indígenas. Os interesses econômicos de proprietários se faziam representar nas instâncias de poder local para pressionar o avanço da fronteira agrícola sobre áreas indígenas. [...] Além das invasões propriamente ditas, eram comuns arrendamentos de terras que não obedeciam às condições do contrato – quando este havia – ocupando enormes extensões de terras indígenas; constituindo, em alguns casos, situação de acomodação das irregularidades [...] (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2015, p. 206).

Dessa forma, a trajetória agrária do Paraná é marcada pela forte relação entre os processos de apropriação da terra e de sua exploração econômica, desembocando em conflitos territoriais que se estabeleceram ao longo do tempo, coadunando os interesses

⁴³ A CNV foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, tendo por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 (CNV, 2016).

da classe dominante às ações empreendidas pelo Estado, em sintonia com o projeto nacional, conforme retratado no item 1.3.

Somado aos conflitos vivenciados pelos posseiros e pelos indígenas, destaca-se ainda a expropriação territorial do povo quilombola, outro grupo social étnico que compõe a Rede Puxirão.

Os estudos de Vandresen (2004) e Favaro (2014) mencionam a expropriação territorial da comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha – Fundão. Segundo essas fontes, em 1860, em testamento, foram deixadas aos escravos da Fazenda Capão Grande, em Guarapuava, 3.600 alqueires de terras. Além de uma porção deixada aos escravos, os proprietários da fazenda, que era resquício de sesmarias, deixaram os demais bens a um sobrinho.

Contudo, este sobrinho não aceitou que parte das terras fosse entregue aos escravos e passou a ocupá-las. Apesar de resistirem no território, as famílias dos escravos foram sendo expulsas de forma violenta à medida que fazendeiros se apropriavam destas terras, a partir da prática da grilagem. Anos mais tarde, entre 1973 e 1975, as terras foram adquiridas pela Cooperativa Agrária⁴⁴.

Estas famílias, dentro de uma escala hierárquica do poder local, estavam em desvantagem na luta pela posse das terras. Esse fato consolidou a expropriação de todos os descendentes dos escravos, cuja história já tinha mais de 100 anos, da fazenda Invernada Paiol de Telha – Fundão. Neste caso, é possível identificar diferentes grupos sociais envolvidos no conflito direta ou indiretamente, como fazendeiros, empresas, poder público, grileiros e descendentes de escravos. A expropriação à força, de forma violenta, retrata a realidade hostil que permeou o processo de expulsão dessas famílias e que marca a ocupação das terras da região (FAVARO, 2014, p. 44).

Esse conflito ganhou grande repercussão na década de 1990 e, como um exemplo da resistência na luta pelo território tradicional, os quilombolas voltaram a reivindicar suas terras de direito. Essas famílias que, diante da expropriação territorial, viviam em condições precárias nas áreas urbanas, acamparam na beira da estrada em frente ao território e, ainda que sofrendo ameaças e coações por parte da empresa que detém a posse formal da terra, obrigaram o Poder Público a retomar o debate sobre essa

⁴⁴ A Agrária é uma cooperativa agroindustrial localizada no distrito de Entre Rios, em Guarapuava, fundada na década de 1950, pelos Suábios do Danúbio (povo de etnia e cultura germânicas), com produção de soja, milho, trigo e cevada. Junto das *commodities*, atua também por meio de unidades de negócios, como Agrária Malte, Agrária Farinhas, Agrária Nutrição Animal, Agrária Sementes, Agrária Óleo e Farelo e Agrária Grits e Flakes. Em 2015, o faturamento da Cooperativa foi de R\$ 2,5 bilhões (AGRÁRIA, 2016).

disputa territorial, na perspectiva de garantir a efetividade de seus direitos, previstos na Constituição Federal de 1988 (VANDRESEN, 2004).

Todo este cenário de conflitos, pontuado aqui de forma sumária, forjou uma conjuntura de lutas pela terra e, assim, após a segunda metade do século XX, vários movimentos sociais do campo passaram a reivindicar a reforma agrária.

Destacando parte da trajetória desses movimentos, no sul do país, esses coletivos foram ganhando força justamente em função dos conflitos entre posseiros e grileiros e, ainda, entre os trabalhadores que tiveram suas terras alagadas pela construção de hidrelétricas, a exemplo de Itaipu – PR. Nesse período, surgem os primeiros focos do que mais tarde seria o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organizam-se o Movimento Indígena e o Movimento dos Seringueiros (SOUZA, 2005; MEDEIROS, 2007; SCHERER-WARREN, 2011).

Segundo Grzybowski (1991), o Movimento de Posseiros gerou lutas específicas e fragmentadas em diferentes regiões do país e, de maneira geral, o confronto está relacionado à terra disputada e às famílias de posseiros lá instaladas, conflito que decorre do processo de modernização de velhos latifúndios e expansão de empresas industriais, comerciais e financeiras que se territorializam.

Este confronto envolve três situações: movimentos localizados em áreas tradicionais, de ocupação antiga (Centro Sul); movimentos em áreas de fronteira agrícola, onde a expropriação se deu pela atuação de empresas agropecuárias (Amazônia, Centro-Oeste, Oeste da Bahia e Norte de Minas) e a região dos seringais, no Acre, com o Movimento dos Seringueiros, que reagiram à destruição da floresta pelas empresas agropecuárias (GRZYBOWSKI, 1991). Nessa categoria, encontra-se a disputa vivenciada pelos faxinalenses, que tem suas raízes no Movimento de Posseiros, na região de Guarapuava – PR, ainda na década de 1970.

No caso dos Atingidos por Barragens, Grzybowski (1991) relata que o processo de expropriação acontecesse através de projetos técnico-econômicos que denomina de “colonização do capital agroindustrial”. Assim, nas barragens, a expropriação é conduzida por empresas estatais, através dos projetos de geração de energia elétrica. As populações atingidas passam a lutar pela terra e pelo resgate de elementos socioculturais, definidores do grupo atingido.

Foram diversas as frentes desse tipo de luta no país e uma delas foi a de Itaipu, envolvendo a bacia dos Rios Paraná e Uruguai. O movimento de Itaipu, no início da década de 1980, teve sua organização articulada às CEBs e assessoria da Comissão

Pastoral da Terra (CPT). O movimento também possui expressividade na luta da Rede Puxirão, através do segmento tradicional ilhéus do Rio Paraná.

Já o Movimento Indígena representa uma fração heterogênea do campesinato brasileiro, para o qual a preservação de suas terras é condição fundamental para sua reprodução material e valores étnicos culturais, o que justifica sua presença no cenário de lutas pela terra (GRZYBOWSKI, 1991). A luta pela defesa dos territórios tradicionais e de sua identidade cultural é tensionada constantemente por grandes projetos como mineração, siderurgia, agropecuária, rodovias, barragens, dentre outros (SCHERER-WARREN, 2011).

O protagonismo do Movimento Indígena ganhou expressão a partir da década de 1970, na perspectiva de um movimento organizado e de uma identidade indígena coletiva. Segundo o estudo de Bicalho (2010), a diversidade de povos e línguas, as dimensões geográficas, as diferenças étnicas e culturais, assim como obstáculos impostos por diferentes políticas indigenistas são algumas das explicações possíveis para que esta articulação tenha ganhado força no país.

Como parte da dinâmica de “ocidentalização” da sociedade civil (COUTINHO, 2007), os coletivos indígenas compuseram as forças sociais que contribuíram para o questionamento das relações de poder autoritárias. Assim, “[...] as primeiras Assembleias Indígenas emergiram como uma resposta aos desmandos das políticas indigenistas do governo autoritário, principalmente quanto às invasões das terras indígenas” (BICALHO, 2010, p. 106).

Corroborando esta reflexão, Athias (2007, p. 121) defende que:

Os historiadores do movimento indígena são unânimes em assinalar que a história recente da resistência e luta dos povos indígenas inicia-se, na realidade, na década de 70 do século XX, com a realização das assembleias indígenas, das quais participavam os índios que já estavam em contato com a sociedade nacional. Essas assembleias representaram um espaço político para dar voz aos índios e o início de um processo que levou a uma mudança no pensamento brasileiro a respeito da existência dos índios.

Desta forma, a organização do Movimento Indígena, através das conexões entre as diferentes etnias que se encontravam nas mesmas condições, possibilitou a esses grupos sociais subalternos posicionarem-se, de alguma forma, frente à história, buscando construir rupturas contra hegemônicas (SIMIONATTO, 2008; LUIZ, 2011).

Nesse período, os governos militares implementaram um projeto de desenvolvimento integracionista que não considerava o direito dos povos indígenas à

manutenção de seus modos de vida e territórios tradicionais, sendo a construção da rodovia Transamazônica um bom exemplo. A rodovia “foi construída para assegurar o controle brasileiro da região [...] e para assentar em agrovilas trabalhadores nordestinos. Após provocar muita destruição e engordar empreiteiras, a obra resultou em um fracasso (FAUSTO, 2012, p. 269).

A expulsão destes grupos sociais étnicos dos seus territórios, em função dos empreendimentos capitalistas, gerou uma situação de “refugiados do desenvolvimento”⁴⁵, ou seja, comunidades inteiras expulsas de seus territórios em função dos projetos de desenvolvimento econômico e submetidas a intensos processos de violência e exclusão social.

[...] a expansão econômica do Brasil, nas últimas décadas, vem se fazendo através de uma ampla aliança entre Estado, capital estrangeiro e capital nacional, que visa à utilização máxima dos recursos naturais disponíveis e o desenvolvimento agropecuário de grande porte. Grandes investimentos são destinados à construção de grandes obras de infraestrutura, a projetos nos setores estratégicos e de ocupação agropecuária da Amazônia. Estes projetos, contudo, não integram as populações rurais mais carentes em que são implantados, mas as excluem. Justamente estes excluídos permitiram repensar estes modelos econômicos e possibilitaram as articulações entre luta pela sobrevivência e luta em defesa do meio ambiente (SCHERER-WARREN, 2011, p. 100).

A partir dessa condição concreta de vida, esses diferentes grupos sociais étnicos – que partilham conflitos, pressões, carências e demandas – passaram a compor uma coletividade. Em contraposição à situação de subalternidade política e carência econômica, produto do rumo tomado pelo desenvolvimento capitalista no Brasil associado ao contexto de autoritarismo político do período, emerge a noção “sujeito coletivo”, entendido enquanto coletividade na qual se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades (SADER, 1988; DOIMO, 1995).

Para Semeraro (2009), no Brasil, como na América Latina, em geral, este foi um movimento de cunho político-cultural em que o sujeito político emergente se identificava como “oprimido”, ou seja, como um sujeito espoliado e violado na sua dignidade, não pela sorte ou pela natureza, mas pela ação iníqua de incursões de

⁴⁵ Expressão utilizada pelo antropólogo Alfredo Wagner, da Universidade Federal do Amazonas, nas discussões realizadas no “III Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná”, realizado em Paranaguá – PR, nos dias 22 e 23 de maio de 2015, das quais a pesquisadora teve a oportunidade de participar.

predadores que há séculos os saqueavam. Esse “oprimido” se configura como produto do capitalismo e do sistema moderno de colonização disseminado pela burguesia.

A partir de fundamentos bíblicos, esses sujeitos foram se identificando como um povo escravizado em busca da libertação e da própria terra, através da elaboração de um cristianismo popular, sensível a esta condição social (SEMERARO, 2009).

Na presente perspectiva, a Teologia da Libertação impulsionou espaços de reflexão e organização política, especialmente através das CEBs. No início da década de 1980, as CEBs se multiplicaram em todo território nacional. Assim, estima-se que, em 1981, havia cerca de 80 mil delas, tanto no espaço urbano quanto no campo (SADER, 1988).

A organização dos grupos sociais subalternos fomentou aquilo que Semeraro (2009) identificou como a consciência popular latino-americana, que se forma na luta contra o que é desvalorizado, reprimido, interditado, impedido de se desenvolver, através da tarefa árdua de criar uma história inédita, não como derivação e imitação da “civilização” do dominador.

Essa consciência popular passa a fomentar uma nova visão de mundo que, nos termos gramscianos, pode se converter em instrumento de emancipação, em um campo de novas relações hegemônicas, ainda que moleculares. Esta “conscientização”:

[...] entre os pobres do hemisfério Sul quer dizer dar-se conta de ser subjugado e organizar-se politicamente para se libertar do colonialismo. Trata-se, portanto, de um processo que leva à “politização da consciência” de sujeitos históricos concretos ou, em outras palavras, “à socialização pedagógica da política”. Freire destaca continuamente que a “conscientização não é, e jamais poderia ser, um esforço intelectualista, nem tampouco individualista”, ao qual se chega pela via psicologista, idealista ou subjetivista. Conscientização, assim, é principalmente um acontecimento público, um corajoso “ato político” realizado junto com os oprimidos, uma ação que não se consuma no âmbito privado da consciência, mas na práxis que rompe o silêncio e a docilidade das massas (SEMERARO, 2009, p. 57).

Através dessa experiência, o processo de articulação dos grupos sociais subalternos foi impulsionado pelo utopianismo, enquanto crítica profunda das condições sociais de vida, pautando um projeto de mudança, como contraposição e melhoria da situação vivenciada pelos mesmos (SCHERER-WARREN, 2011).

Foi justamente a Teologia da Libertação que contribuiu para a construção deste conjunto de valores ético-políticos dos diferentes movimentos populares na América Latina. As vertentes mais progressistas da Igreja Católica estiveram comprometidas

com a noção de libertação dos pobres, dos oprimidos. Além das CEBs, a presença das pastorais cumpriu papel importante na formulação da cultura política dos movimentos sociais. Podemos citar como exemplos a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Portanto, o contexto de expansão do capitalismo no campo, excluindo parcela significativa de camponeses e atingindo comunidades inteiras, forneceu condições de articulação das lutas camponesas, indígenas e extrativistas pela preservação do meio ambiente (SCHERER-WARREN, 2011).

De acordo com Cruz (2012), foi na década de 1980, na América Latina, e de maneira mais específica no Brasil, no âmbito dos conflitos sociais do campo, que ganharam espaço novos sujeitos políticos protagonistas que emergiram nas arenas políticas, sendo denominados ou autodenominados “povos e comunidades tradicionais”. Tais sujeitos surgiram do entrelaçamento do campo ambiental e do campo de lutas por território e direitos culturais. Corroborando esta colocação, Vianna (2008, p. 214) relata que:

[...] Na década de 1980, iniciou o processo de incorporação do tema da sociodiversidade ou diversidade cultural, às discussões sobre conservação da biodiversidade no Brasil. [...] A aliança entre ambientalistas e movimentos sociais resultou no socioambientalismo. Os movimentos sociais foram incorporando a expressão “população tradicional” ao longo da década de 1990, em função da defesa de seus territórios, positivando argumentos dos conservacionistas, revalorizando suas identidades e sua autodeterminação.

O surgimento do chamado socioambientalismo deu-se com o processo de redemocratização do país e consolidou-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que propiciou condições favoráveis para a articulação dos movimentos social e ambientalista.

Santilli e Santilli (2009) destacam a Aliança dos Povos da Floresta como uma experiência precursora neste campo, que agregou povos indígenas, seringueiros, castanheiros e outras populações tradicionais que tinham seus modos de vida ameaçados pela ocupação desordenada e predatória da Amazônia. Destacaram-se como lideranças políticas Chico Mendes, já mencionado em outro momento deste trabalho, e Marina Silva⁴⁶, que mais tarde exerceria papel importante nos Poderes Legislativo e Executivo.

⁴⁶ Nascida em 1958 no Seringal Bagaço, no Acre, trabalhou no ofício de extração do látex no seringal, alfabetizou-se na adolescência e mais tarde ingressou, na companhia de Chico Mendes, na luta social pela preservação da floresta e do modo de vida tradicional dos seringueiros. Na década de 1980, ajudou a fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o PT. Na década de 1990 exerceu a função de

Fazendo frente a uma visão puramente preservacionista do meio ambiente, o socioambientalismo foi construído a partir da compreensão de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimento e de práticas de manejo ambiental. Esta compreensão está assentada na necessidade de reconhecer que um país tão desigual socialmente deve estar atento também, para além da sustentabilidade estritamente ambiental, como a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos, com a sustentabilidade social, na perspectiva da justiça social (SANTILLI e SANTILLI, 2009).

No entanto, o socioambientalismo não alcançou consenso pleno dentro do movimento ambientalista mais amplo. Diegues (2008) explica que o movimento conservacionista norte-americano, que vê nos parques nacionais, sem qualquer intervenção humana, a única forma de preservar a natureza, espalhou-se rapidamente pelo mundo, recriando a dicotomia “povos” e “parques”. Sobre isso, conclui:

Como essa ideologia se expandiu sobretudo para os países do Terceiro Mundo, seu efeito foi devastador sobre as “populações tradicionais” de extrativistas, pescadores, índios, cuja relação com a natureza é diferente [...]. É fundamental enfatizar que a transposição do modelo [...] de parques sem moradores de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas (DIEGUES, 2008, p. 39).

Portanto, além das consequências dos empreendimentos do desenvolvimento minerometalúrgico e de agroindústria, os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais também passaram a ser ameaçados por uma série de unidades de conservação ambiental (parques e reservas) que desconsideraram por completo a sociodiversidade.

O viés conservacionista se faz presente na perspectiva de atuação de muitos agentes estatais que implementam as políticas de meio ambiente no Brasil, como no caso do IBAMA. As demandas apresentadas pelos grupos sociais étnicos da Rede Puxirão, especialmente pelos ilhéus do Rio Paraná e pelos pescadores artesanais do

deputada estadual e senadora, com destacada atuação na área da sociobiodiversidade. Foi ministra do meio ambiente no governo Lula, entre 2003-2008, rompeu com o PT em 2009, filiou-se ao Partido Verde (PV) e depois ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), pelo qual disputou o pleito eleitoral para presidente da república em 2014. Em 2015 fundou oficialmente o partido Rede Sustentabilidade (SILVA, 2016).

litoral, ambos atingidos arbitrariamente pela criação de parques nacionais, permitirá retomarmos essa discussão posteriormente.

Ambiguidades apresentadas atestam a situação de invisibilidade social vivida por tais povos. Diante dessa situação de opressão, Scherer-Warren (2013) reafirma a importância da emergência de movimentos destes sujeitos e relata que, na América Latina, os grupos subalternos vêm transcendendo de uma situação de exclusão na esfera pública para a condição de vozes que ecoam para além de seus territórios, passando a impactar (ainda que com resistência) a legitimação dos “direitos originários”, como o caso dos indígenas, quilombolas, posseiros, dentre outros.

Nesse debate, Silva (2007) acrescenta que a diversidade destes povos se relaciona com processos históricos diferenciados, em que segmentos da sociedade brasileira desenvolveram modos de vida próprios e distintos dos demais, ocasionando riqueza sociocultural e, contraditoriamente, invisibilidade perante a sociedade e as políticas públicas de modo geral.

Apesar de toda a luta empreendida pelos povos e comunidades tradicionais, no campo de tensões sociais e políticas, Souza (2007) explica que a invisibilidade de tais sujeitos persiste e se deve ao silenciamento causado por pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e exclusão das arenas de debate e formulação de políticas públicas.

Como contraposição, tal processo tem culminado com o fortalecimento da luta das comunidades tradicionais pelo reconhecimento e direito ao território tradicional. Assim, as articulações das lutas territoriais têm mobilizado uma diversidade de sujeitos – como indígenas, quilombolas, mulheres camponesas, atingidos por barragens, sem terras, dentre outros – tendo a construção de pautas ancoradas em significados políticos e simbólicos como o princípio da função social da propriedade (SCHERER-WARREN, 2013).

Atestando a articulação e o fortalecimento dessas lutas étnico-sociais, Montenegro (2010) destaca que, na América Latina, nos últimos anos, uma série de encontros desses grupos tem sido realizados, como: IV Cúpula Continental dos Povos e Nacionalidades Indígenas de Abya Yala (no Peru, em 2009); Resolução de Povos Indígenas sobre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (Bolívia, em 2008); Declaração dos Conselhos Comunitários e Organizações Étnico-Territoriais Afro-Colombianas e Indígenas do Litoral Pacífico (na Colômbia, no ano de 2007); Declaração Política do Fórum Nacional “Tecendo Resistências pela Defesa de

Nossos Territórios” (México, em 2009); Acordos e Conclusões do X Encontro da União de Assembleias Cidadãs “Contra o Saqueio dos Bens Naturais e a Poluição, pela Soberania Alimentar e a Vida” (na Argentina, 2009); Carta dos Povos e Comunidades Tradicionais do Semiárido (no Brasil, ano de 2008); dentre outros.

Esses são alguns encontros recentes de articulação expressivos dos povos tradicionais, que têm permitido a superação da visão fragmentadora da luta. Nessa diversidade de encontros e debates, os diferentes movimentos sociais urbanos e rurais, indígenas e de defesa de direitos humanos compartilham a ideia de que os projetos desenvolvimentistas exercem uma estrita dominação sobre o território em seu conjunto e concordam, também, com a perspectiva de que é no arraigo das comunidades nos territórios em que reside sua força para resistir e para propor projetos de vida diferentes da lógica desses “exomegaprojetos” que vêm se impondo de forma exógena (MONTENEGRO, 2010).

Estes momentos de articulação e de construção de projetos políticos comuns são decisivos para a inserção dos povos tradicionais como classe em luta na disputa pelos territórios. Enquanto grupos sociais subalternos e desagregados (GRAMSCI, 2002, MONAL 2003), em função da lógica capitalista de dominação e colonização que se impôs fortemente sobre estes sujeitos, a construção de uma visão crítica a partir “de baixo” sobre as reais condições de vida, em função do lugar que ocupam na estrutura da sociedade de classes (SIMIONATTO, 2008), permite que os coletivos se coloquem como sujeitos políticos na disputa contra hegemônica.

Tal percepção está fundamentada na contribuição da teoria gramsciana, que, conforme explicitamos no item 1.2, reconhece que a dimensão política das lutas de classes está atrelada à dimensão cultural (SIMIONATTO, 2008).

Essa luta social tem repercutido na conquista de direitos, e lembramos aqui que nossa concepção de direitos está embasada no entendimento de que eles são expressão das necessidades humanas, portanto são definidos pelas relações de forças engendradas na sociedade, e não pela criação abstrata de técnicos no assunto (PONTES, 2012). Assim sendo, os direitos dos povos tradicionais são a expressão concreta das disputas que se realizam no cotidiano pela resistência nos territórios tradicionalmente ocupados, que são regidos por uma lógica distinta daquelas apregoadas pelos territórios capitalistas, conforme ensinou Fernandes (2008).

Como fruto dessas disputas, no campo das conquistas legais, além dos destaques já feitos no capítulo 1, item 1.3, ao retratarmos dispositivos da Constituição Federal de

1988, denotamos aqui a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, ratificada pelo Brasil em 2004, por meio do Decreto 5051.

Como pudemos constatar ao longo da pesquisa de campo realizada neste estudo, em que acompanhamos em diferentes momentos a Rede Puxirão (reuniões de grupos específicos, reuniões de articulação de base, encontros ampliados e reuniões do CPICT/PR, conforme Quadro 1) tal Convenção se tornou um instrumento político para os processos de identificação, denúncia e negociação envolvendo as demandas dos povos tradicionais e os agentes estatais.

A Convenção nº 169, sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho em 1989 [...] constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. [...] Aplica-se a povos em países independentes que são considerados indígenas pelo fato de seus habitantes descenderem de povos da mesma região geográfica que viviam no país na época da conquista ou no período da colonização e de conservarem suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas. Aplica-se, também, a povos tribais cujas condições sociais, culturais e econômicas os distinguem de outros segmentos da população nacional. A autoidentidade indígena ou tribal é uma inovação do instrumento [...], isto é, nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça (OIT, 2011, p. 08).

É justamente pela autoidentificação ou autodefinição que os diferentes grupos sociais étnicos foram se reconhecendo como sujeitos coletivos de direitos no Brasil. A depender da fonte bibliográfica, estima-se que existam até 25 milhões destes sujeitos no país, cuidando do território e de sua biodiversidade (25% do território nacional) (SILVA, 2007).

Em consonância com a discussão desta tese, consideramos que os dispositivos jurídicos conquistados denotam que o processo de democratização instaurado no país, apesar de apresentar limites, permite que as demandas articuladas no âmbito da sociedade civil impactem, em alguma medida, a sociedade política.

Essa linha de raciocínio fundamenta a hipótese por nós levantada nesta tese, que aqui relembramos: a Rede Puxirão tem contribuído para a articulação e o fortalecimento de diversos grupos sociais étnicos que, enquanto classes subalternas, vêm transcendendo de uma situação de exclusão na esfera pública para outra condição, de visibilidade e reconhecimento de direitos, mesmo que submetidos a conflitos sociais intensos, sendo que o produto dessa tensão tem contribuído para o posicionamento

contra hegemônico destes grupos, redefinindo as relações entre Estado e sociedade civil, ainda que em pautas específicas.

Na medida em que se forjam como sujeitos de direitos, os povos tradicionais se recolocam na esfera pública e galgam espaços institucionais de decisão política. Destacamos a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)⁴⁷, criada pelo Decreto 27 de 2004, de caráter deliberativo, composta de forma paritária⁴⁸ e responsável pela elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída por meio do Decreto n. 6.040, de 2007⁴⁹.

Essa Política busca promover o desenvolvimento sustentável das Comunidades Tradicionais através do reconhecimento, fortalecimento e garantia de seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, valorizando suas identidades e formas de organização (BRASIL, 2013). Com base na autodefinição, o documento evidencia quem são os povos tradicionais do Brasil:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2013).

O reconhecimento dessas identidades coletivas e a inserção formal de suas demandas e agendas de luta na institucionalidade governamental concretizam, ainda que

⁴⁷ Em maio de 2016, por meio do Decreto n°. 8.750, foi instituído o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, de caráter consultivo.

⁴⁸ São representantes da sociedade civil nesta Comissão: Conselho Nacional dos Extrativistas (CNS); Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Coordenação Estadual de Fundo de Pasto da Bahia; Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF); Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras; Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE); Associação dos Retireiros do Araguaia; Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU) e Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação (Rede Kôdya); Associação de Preservação da Cultura Cigana (APRECI) e Centro de Estudos e Discussão Romani (CEDRO); Associação Pomerana de Pancas e Associação Cultural Alemã do Espírito Santo; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão; União dos Moradores da Juréia e Rede Caiçara de Cultura; Rede Cerrado e Articulação Pacari de Plantas Medicinais do Cerrado; e Movimento das Catadoras de Mangaba do Sergipe (MMA, 2015).

⁴⁹ Além da Constituição Federal de 1988; do Decreto de ratificação da Convenção 169 da OIT; do Decreto 6.040 de 2007, os povos tradicionais são referendados por outros dispositivos jurídicos importantes, como a Convenção sobre a Diversidade Biológica, mediante o Decreto Legislativo n. 2 de 1992; a Lei 9.985 de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, dentre outros, que serão, em parte, evidenciados ao longo dos capítulos 3 e 4, na análise da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais.

num primeiro momento formalmente, a situação de ruptura com a subalternidade política vivenciada pelos povos tradicionais, através da invisibilidade social.

A partir das experiências apresentadas até aqui, podemos sugerir que estes povos, organizados coletivamente, têm evidenciado sua força social quando atuam através das redes e articulações estabelecidas, contribuindo para o processo de mudança social e para a interferência nos processos de decisão política (GOHN, 2007). A análise da Rede Puxirão nos permitirá refletir empiricamente sobre essa colocação.

Desta percepção também partilha o estudo de Almeida (2004), que, ao identificar diferentes movimentos sociais dos povos tradicionais no Brasil, destaca que tais mobilizações não representam apenas simples respostas a problemas localizados, pelo contrário, suas práticas tendem a alterar padrões tradicionais de relação política com os centros de poder e com instâncias de legitimação, possibilitando a emergência de lideranças que prescindem dos que detêm o poder local.

Nesse sentido, pondera, ainda que distantes da pretensão de serem movimentos para a tomada do poder político, esses coletivos generalizam o localismo das reivindicações e, mediante práticas de mobilização, aumentam seu poder de barganha com o governo e o Estado, deslocando os “mediadores tradicionais” (como os grandes proprietários de terras). Disso deriva a ampliação das pautas reivindicatórias e a multiplicação das instâncias de interlocução dos movimentos sociais com os aparatos político-administrativos, especialmente com os responsáveis pelas políticas agrárias e ambientais.

Os canais de interlocução, somados às lutas territoriais, alertam que a imposição da hegemonia elitista é incapaz de universalizar direitos, por isso mesmo uma rede de novas subjetividades políticas tem sido forjada na sociedade civil.

Essas redes, observa Semeraro (2009), incluem os Movimentos dos Sem Terra, Sem Teto, o Movimento Negro Unificado, os movimentos dos índios, dos migrantes, das mulheres, as cooperativas populares, as associações dos pacifistas, dos ambientalistas, a cultura *underground*⁵⁰, os levantes estudantis, inúmeras e diversas organizações da sociedade civil popular e sinalizam a existência de experiências de reinvenção da política e de formas de viver em sociedade.

Enquanto movimentos sociais em rede:

⁵⁰ Expressão que caracteriza um tipo de cultura que difere/confronta o modelo cultural dominante, preponderante na sociedade em geral (SIGNIFICADOS, 2015).

[...] Lutam para introduzir uma visão que visa ao controle popular das riquezas do território e dos serviços públicos, à soberania nacional, alimentar, energética, financeira, ao reconhecimento das etnias, à igualdade social e ao respeito das diversas culturas e religiões, aos direitos dos trabalhadores e das mulheres e à educação ecológica [...] (SEMERARO, 2009, p. 116).

Das colocações aqui sistematizadas, defendemos que a luta pelo território, com formas próprias de produção e consumo, bem como com a conservação da biodiversidade, tem levantado uma forma de resistência ao modelo econômico hegemônico, o que pode contribuir para o debate público de temas tão caros no Brasil, como a questão fundiária.

Diante disso, entendemos que os povos tradicionais, mediante as disputas territoriais aqui apresentadas, vêm formulando um discurso contra hegemônico, que pode se concretizar em um projeto político alternativo, ainda que permeado de contradições. Tal projeto pode se converter em instrumento de debate e construção de consensos, mesmo que provisórios e correlatos a temas específicos, tensionando as relações de poder vigentes.

Tal reflexão será feita a partir da análise da experiência de articulação da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, com vistas a problematizar este coletivo como instrumento político de disputa de hegemonia entre os povos tradicionais e suas relações com o Estado. Os capítulos que seguem buscam responder, a partir de elementos empíricos, com base nas categorias e conceitos até aqui explicitados, esse problema de pesquisa.

3. ARTICULAÇÃO COLETIVA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO PARANÁ: A CRIAÇÃO DA REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Os homem faziam roça, né, quebravam o milho, iam, fazia **puxirão**: quando não conseguia fazer uma roça no dia e por acaso Seo Ogênio inventava lá, nós pegava, ia tudo lá e fazia a roça pra ele no dia. Um **puxirão**. Tudo ficava com a roça feita. E assim corria. Um ajudava o outro (Quilombola da Comunidade Ivernada Paiol de Telha, em entrevista concedida a VANDRESEN, 2004, p. 41, *grifo nosso*).

3.1 TECENDO A REDE: ARTICULAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS ÉTNICOS SUBALTERNOS NO PARANÁ

As articulações tecidas pelos grupos sociais étnicos que compõem a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais não podem ser visualizadas desconsiderando o **cenário sociopolítico** mais amplo no qual se inserem, que fornecem os elementos conjunturais e as correlações de forças existentes (GOHN, 2007).

Assim como no cenário nacional, os conflitos territoriais no Paraná se relacionam com a concentração de terras e as opções político-econômicas adotadas pelo Estado. Conforme pontuamos anteriormente, o estado inicia sua história agrária convivendo com o latifúndio, em que a concentração de terras esteve relacionada, também, com o poder político das classes dominantes (SILVA, 2005; SERRA, 1991, 2010).

Portanto, a concentração fundiária revela a hegemonia das classes dominantes na condução do projeto de desenvolvimento político-econômico e a forma de se apropriar da terra/território tem gerado, ao longo do tempo, conflitos e violência.

No que tange à questão ambiental, desde o início a exploração de recursos florestais e minerais foi marcada pelo caráter imediatista e brutal, de forma predatória e causadora de impactos ambientais, contudo, ideologicamente alicerçada na convicção de sua inesgotabilidade. A exploração do pau-brasil e a lavra de ouro (no litoral e Vale do Ribeira paranaense e região de Curitiba nos séculos XVII e XVIII), assim como o plantio de cana no litoral e a criação de gado nas regiões de campos (como Palmas, Guarapuava e Lapa, nos séculos XVIII e XIX) são exemplos desse modelo (SALLES, 2016).

Seguindo a lógica de exploração imposta às colônias, no Paraná o critério para apropriar-se das riquezas naturais era a transformação do espaço em mercadoria, devido a isso, houve a concessão de terras para elites coloniais (e, posteriormente, nacionais), que as utilizavam, muitas vezes, com fins especulativos, ressalta Salles (2016).

Dessa forma, as primeiras pessoas que receberam sesmarias nos Campos Gerais foram “paulistas”, que inicialmente utilizaram as terras de forma especulativa (não estabeleciam atividades produtivas) percebendo a futura valorização decorrente do trânsito de tropas de muares e bovinos entre Viamão (no Rio Grande do Sul) e Sorocaba (em São Paulo). Tais terras configuraram o latifúndio pastoril escravista, que se alastrou por essas regiões entre o final do século XVIII e XIX chegando também à região Norte do Estado (SALLES, 2016).

Nesse modelo, a ocupação territorial se deu, obviamente, desconsiderando os povos originários e tradicionais que aqui viviam. Os tropeiros e pecuaristas foram fundamentais nesta dinâmica econômica e contou-se, ainda, com imigrantes estrangeiros⁵¹. Apesar disso, coloca Silva (2005), até o século XIX, não haviam se formado sociedades político-economicamente fortes, o que permite afirmar que é do Paraná Tradicional⁵² que emergia o poder político da época, exercido de forma oligárquica, tendo por base o latifúndio e a estrutura patriarcal das principais famílias criadoras de gado.

Esses grupos representavam, não só regionalmente, mas em parte do país, e com características específicas a cada uma delas, o caráter patrimonialista, clientelista e oligárquico das relações políticas, nas quais os cargos públicos eram nada mais do que uma extensão dos interesses privados. Mesmo com a República e até aproximadamente os anos 1930, esse fenômeno político pouco se alterou (SILVA, 2005, p. 62).

⁵¹ Como alternativa à falta de mão de obra, em função da proibição do tráfico de escravos, a imigração estrangeira ganhou expressão no estado, conformando uma colonização étnica muito variada. A princípio, com menos imigrantes do que os demais estados do Sul. Posteriormente, a partir das primeiras décadas do século XX, passou a receber maior volume, considerando inclusive os descendentes de alemães e italianos das antigas colônias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (SILVA, 2005).

⁵² A comunidade que historicamente se formou no litoral paranaense e no planalto curitibano ocupou todas as terras de campo que, em largas faixas cercadas por imensas florestas, vão desde Curitiba, pelos Campos Gerais, campos de Guarapuava, campos de Palmas até as atuais divisas entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Explorou erva-mate e as florestas de araucárias a ela associadas. Baseada nos latifúndios campeiros da criação de gado, nos engenhos de beneficiar erva-mate, nas serrarias de pinheiros, formou a sociedade paranaense tradicional [...] (SERRA, 1991, p. 17).

Destaca-se que houve uma ocupação diferenciada de três regiões do estado – compreendendo o Paraná Tradicional, o Norte e Sudoeste/Oeste⁵³ – e nossa reflexão está embasada no entendimento de que as situações surgidas no espaço agrário paranaense anteriores a 1930 servem de pano de fundo para a consolidação da estrutura fundiária pioneira que se dá, na prática, entre os anos de 1930 e 1960 (SERRA, 1991).

De 1930 a 1960, a propósito, são ocupadas muito mais terras do que nos aproximadamente 400 anos do período que se esgota em 1930 (400 anos, levando-se em conta que os primeiros indícios de ocupação do território paranaense datam do século XVI). Da mesma forma, é nos trinta anos do segundo período que ao ser intensificada a repartição da terra agrícola têm início os primeiros grandes conflitos no campo, envolvendo basicamente grileiros e pequenos posseiros. Tais conflitos vão surgir como resultado direto das irregularidades do processo de ocupação em andamento, apesar do empenho do Estado em estimular e ele próprio realizar projetos de colonização (SERRA, 1991, p. 08).

As frentes pioneiras de colonização, contando com o ramo empresarial privado, não foram suficientes para conter a onda de apropriação irregular da terra no período mencionado, nem a proliferação de focos de violência (SERRA, 1991).

Conforme documento publicizado pela CNV (2015), e já citado no item 2.2 deste trabalho, o governo de Lupion ganhou notabilidade pela expropriação territorial sofrida pelos povos do campo, com destaque para a questão indígena, no sentido de fazer avançar as fronteiras agrícolas. Conflitos acontecidos na região Norte (“Guerra de Porecatu”) e na região Sudoeste (“Levante dos Posseiros”) também marcaram este período.

Esses processos de colonização estavam, de um lado, vinculados ao projeto de desenvolvimento adotado, mas, de outro, eram uma forma de enfrentamento aos conflitos gerados na luta pela terra, especialmente pelos posseiros, organizada pelas Ligas Camponesas, nos anos 1950, e por diversos movimentos sociais, como mais tarde o MST (SERRA, 1991; SAPELLI, 2013).

Atesta essa repressão a atuação da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (criada pela Lei 177, em 1937), que tinha como foco reprimir os movimentos sociais e o Partido Comunista Brasileiro, que estavam vinculados a muitos sindicatos rurais no estado (Brunelo *apud* SAPELLI, 2013).

⁵³ Esta discussão pode ser aprofundada, entre outros trabalhos, nos estudos de SERRA (1991) e SILVA (2005).

[...] entre os apadrinhados do Sr. Lupion, quem conseguia o título de propriedade queria a terra “limpa”, o que significava livre de posseiros e outros “intrusos”. Para isso, existiam dois caminhos: apelar para a proteção do Estado, que deveria enviar tropas para desalojar os antigos ocupantes ou agir com as próprias mãos, contratando jagunços e “mata paus” para o trabalho de “limpeza”. Não importando o caminho, a violência era certa e via de regra os posseiros passaram a ser literalmente massacrados pelos agressores, no caso de se recusarem a abandonar a área “amigavelmente” (SERRA, 1991, p. 138).

Os conflitos no campo são expressão dos interesses econômicos em torno da posse da terra, que se materializaram sob a coerção e extermínio de diversos povos. Os povos e comunidades tradicionais têm sido, também no Paraná, vítimas contundentes das formas de apropriação privada da terra, sob a batuta do Estado.

Este momento de tensão ganha uma nova configuração a partir de 1960, em função do esgotamento das frentes pioneiras. Conforme Sapelli (2013), nos anos 1960, a política de desenvolvimento econômico esteve baseada na diversificação da agricultura e no incentivo à industrialização e, na década de 1970, o Paraná se integrou ao processo de desenvolvimento nacional, enfatizando a eficiência técnica em detrimento da política, com isso, aprofundou o entrosamento com a iniciativa privada e investiu na modernização agrícola e agroindustrial.

As disputas e os conflitos travados no campo, envolvendo camponeses e outros povos tradicionais, expressam o vínculo entre o aparato estatal, os interesses de classe e o desenvolvimento do capitalismo, conforme refletimos no capítulo 1.

Podemos perceber, a partir desses fatos, que as décadas de 1950, 1960 e 1970 se caracterizaram no Paraná por um processo de ocupação/concentração de terras, modernização conservadora da agricultura submetida à indústria por meio da organização de grandes complexos agroindustriais, por uma articulação do Estado para integração ao grande movimento do capital na reorganização da produção, também no campo, mas com expulsão dos que não se integraram e por uma correlação de forças entre diferentes classes sociais que se encontravam no campo (SAPELLI, 2013, p. 54).

Em consonância com o cenário nacional, conforme explicitaram os autores Grzybowski (1991), Little (2002) e Fernandes (2016), na discussão do item 2.2, no Paraná o processo de modernização da agricultura seguiu com a burguesia moderna agrária esparramando-se sobre os territórios remanescentes da agricultura camponesa, dos povos indígenas, quilombolas, faxinalenses, gerando lutas e disputas territoriais (SONDA e BERGOLD, 2013).

O Estado foi protagonista na mercantilização do uso e da posse da terra, coadunando os agentes estatais aos interesses privados, particulares. Os recursos

naturais, como a terra e as florestas, são tomados como mercadorias, bens estratégicos para a consolidação das relações capitalistas.

Assim, os territórios capitalistas (FERNANDES, 2008) se impõem de forma hegemônica e os povos tradicionais, enquanto grupos subalternos, resistem e lutam por seus territórios. Portanto, no Paraná, o contexto mais amplo no qual as lutas dos povos tradicionais se insere diz respeito à lógica colonial de dominação presente na ocupação territorial do estado, assim como ao projeto de modernização da agricultura, atrelado aos interesses do capital.

Essas opções político-econômicas evidenciam as correlações de forças que se estabelecem e passam a explicar as articulações que serão tecidas entre os povos do campo, conformando o **cenário sociopolítico** (GOHN, 2007) que impulsiona a criação da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais.

A luta dos posseiros, na região Centro Sul, é o registro inicial dessa articulação coletiva, que mais tarde passa a envolver outros grupos sociais e instituições parceiras. O *Assessor 1 da Rede Puxirão* – que atua com os movimentos sociais do campo desde a década de 1970 no Paraná – descreve essa trajetória e conta que, entre estes povos, não havia a preocupação com a documentação da terra, pois para eles aquele “*pedaço do mundo*” pertencia à comunidade.

Os conflitos têm início, principalmente, com a investida “*da indústria madeireira, ervateiras mecanizadas e indústrias beneficiadoras de madeira que entram nos territórios destes povos e eles levam certo tempo para perceber o processo de expropriação em curso*” (*Assessor 1 da Rede Puxirão*)⁵⁴.

Portanto, a oposição à violência e à arbitrariedade envolvendo a ação de grandes empresas, latifundiários, jagunços e a conivência do Estado acabou moldando os

⁵⁴ Conforme explicitamos no Quadro 2 e aqui retomamos para facilitar a leitura, os entrevistados serão identificados da seguinte forma: Estado – representante da Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, como “*SEJU, DEDIHC, Diretora Adjunta*”; representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Serviço Quilombola, Fiscal de Assistência Técnica de Extensão Rural, como “*INCRA, Serviço Quilombola, Fiscal de ATER*”; representante do Instituto Ambiental do Paraná, Departamento Socioambiental, como “*IAP, DSA, Agente profissional*”; representante do Ministério Público do Paraná, Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Constitucionais, como “*CAOP, MP/PR, Assessor técnico*”; Sociedade Civil – Assessorias da Rede Puxirão, como “*Assessor 1 da Rede Puxirão*” e “*Assessor 2 da Rede Puxirão*”; representante dos faxinalenses, como “*Faxinalense, Coordenador da Rede Puxirão*”; representantes dos ilhéus, como “*Ilhéu 1, Liderança na Rede Puxirão*” e “*Ilhéu 2, Liderança na Rede Puxirão*”; representante dos quilombolas, como “*Quilombola, Liderança na Rede Puxirão*”; representante das benzedadeiras, como “*Benzedeira 1, Liderança na Rede Puxirão*” e “*Benzedor 2, Liderança na Rede Puxirão*”; representante dos pescadores artesanais, como “*Pescador artesanal, Liderança na Rede Puxirão*”.

sujeitos das lutas (GRZYBOWSKI, 1991). Isso se deu, por exemplo, na região do município de Pinhão e “[...] *para outros faxinais, aqui de Candói pra baixo, São Mateus, aquela região até perto da Serra do Mar [...]. São os posseiros que resistem nos faxinais, assim que falavam, existem nos faxinais a sobrevivência e a resistência contra as madeiras [...]*” (Assessor 1 da Rede Puxirão).

A noção de resistência relaciona-se, dentre outras coisas, ao modo de vida faxinalense. A gênese dos faxinais ocorreu por meio da aliança entre indígenas e povos escravizados fugidos das fazendas dos Campos Gerais do Paraná e organizados nas matas mistas de araucárias, contando, posteriormente, com a agregação de parcela de camponeses sobreviventes de outros conflitos territoriais e genocídios praticados no estado (Tavares *apud* WEDIG, 2015).

Enquanto territórios tradicionais (DIEGUES, 2008), e na contramão dos chamados territórios capitalistas (FERNANDES, 2008), os faxinais se caracterizam pelo uso comum da terra para a criação animal, com o criadouro comum, e pelas terras de plantar, que estão localizadas fora do criadouro e são utilizadas individualmente (SAHR e CUNHA, 2005; WEDIG, 2015).

Em nossa compreensão, os territórios faxinalenses expressam uma relação de força contra hegemônica no processo de ocupação territorial do Paraná, no sentido de que:

[...] Eles podem ser considerados testemunhos de uma identidade socioeconômica, que não deriva da elite dos grandes proprietários. De outro lado são também singulares, pois se caracterizam por um intenso entrelaçamento entre a utilização humana e preservação da natureza, e com isto podem ser interpretados como exemplos de uso sustentável (SAHR e CUNHA, 2005, p. 90).

Além dos “*posseiros que resistem nos faxinais*”, outros povos e grupos, como indígenas e quilombolas, seguiram enfrentando os conflitos intensos decorrentes da expropriação territorial no Paraná. Essa expropriação é produto do divórcio entre o trabalhador e a terra, por meio da apropriação de seus instrumentos de trabalho pelo capitalista (Kautsky *apud* SERRA, 1991).

Nesse caso, a expansão do capital no campo invadiu os territórios indígenas e quilombolas submetendo-os, de forma violenta, à lógica capitalista e ceifando seus modos de vida.

Ali no interior de Laranjeiras tem um conflito de colonos com indígenas, com terras indígenas que o Lupion deu pra seus comparsas, nos anos 1940, e depois essas terras foram parar pela imobiliária na mão de pequenos, médios e grandes agricultores. No tempo que eu acompanhei lá, um branco comprou uma área e acabou com as sepulturas deles, no intuito de expulsar os índios dali. [...] A terra dos Quilombolas, dos quase 30 anos que eu acompanho esse processo, teve uma época que o Bispo mandou me chamar que os alemães queriam fazer um acordo, eles pagavam, mas era uma ninharia, pra acabar com o conflito! Quer dizer, comprar baratinho! E eu disse assim: eu não vou nem responder isso, mas garanto a vocês que isso jamais iria funcionar, é o território a questão, eles estão chorando aquilo que clama ao céu, foi roubado deles! A terra foi roubada! [...] (Assessor 1 da Rede Puxirão).

A mediação desses conflitos, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, ocorreu através da atuação da CPT, embasada na perspectiva da Teologia da Libertação, conforme nos relatou, em entrevista, o *Faxinalense*, *Coordenador da Rede Puxirão*. Através da CPT desenvolveram-se trabalhos de assessoria aos “*posseiros que resistem nos faxinais*” e estavam sofrendo a expropriação territorial por parte de grandes empresas/latifundiários e aos quilombolas da comunidade Invernada Paiol de Telha, na região de Guarapuava, conforme já destacamos no capítulo 2, item 2.2, ao relatarmos parte dos conflitos territoriais no Paraná.

A modernização na agricultura, a “Revolução Verde” e o contexto político ditatorial criaram condições conjunturais para uma relação de resistência forjada no campo, ainda que não hegemônica, evidentemente. Nas lutas de resistência, as CEBs e a CPT, impulsionadas pela Teologia da Libertação, são “contra instituições” (GRUPPI, 1978) que exerceram papel crucial na articulação política dos grupos sociais subalternos no Paraná.

De acordo com Villalobos e Rossato (1996), o próprio surgimento da CPT no Brasil esteve diretamente relacionado às tensões inerentes criadas pelo projeto de desenvolvimento levado à cabo pelos governos ditatoriais, que almejavam integrar e modernizar as diferentes áreas do país, em consonância com o movimento do capital, contendo de forma repressiva os conflitos sociais e agrários. A CPT nasce vinculada a uma perspectiva progressista da Igreja Católica e:

O objetivo desta Comissão seria acompanhar os principais focos de tensão (Norte e Centro-Oeste), com o intuito de defender os posseiros ou os trabalhadores rurais contra os latifundiários, a exemplo do Conselho Indígena Missionário, CIMI, que vinha atuando na defesa dos índios frente à invasão dos latifundiários e mineradores. Em um breve espaço de tempo, esta

Comissão percebe que os conflitos atingiam outros estados do Brasil, tais como São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, etc (VILLALOBOS e ROSSATO, 1996, p. 24).

No Paraná, a atuação da CPT teve início na década de 1970, a partir do trabalho de base desenvolvido com cerca de 10 mil famílias que tiveram suas terras inundadas pela construção da hidroelétrica de Itaipu, na região fronteira de Itaipu (GRZYBOWSKI, 1991; VILLALOBOS e ROSSATO, 1996; SOUZA, 2005;).

Tem registro que desde 1930 já habitava gente lá [...] achamos que tinha até antes, mas nessa data já tinha gente estruturada mesmo ali. [...] Quando deu a enchente de Itaipu, foi fechada a hidrelétrica em 79, o rio começou a alagar as ilhas onde a gente morava. [...] Ali o pessoal foi expulso e foram pro MASTRO, que era o início do Movimento dos Sem Terra, chamado de MASTRO, porque chegava lá, plantava a bandeira e dizia: “Agora vamo até onde Deus quiser” [...]. Daí surgiu o MASTRO e o Movimento dos Ilhéus, amparado pela Pastoral da Terra na época, que daí a Igreja deu suporte, a gente fez um acampamento dentro do INCRA, em Curitiba. De 12 mil família, 2.170 família decidiu lutar em movimentos, o resto, de medo da repressão, por causa da ditadura, não foram [...] (Ilhéu 2, Liderança na Rede Puxirão).

Lembramos aqui que a década de 1970 foi definida por Coutinho (2007) como expressiva no sentido da “ocidentalização” da sociedade civil brasileira, de forma que diferentes coletivos populares articulados passam a impactar, em certa medida, as relações políticas, tornando-se um marco para a organização dos movimentos sociais no país.

A sociedade civil é, portanto, o espaço por excelência onde as forças sociais se articulam e se confrontam, disputam hegemonia e lutam por reconhecimento social e direitos (SEMERARO, 1999; SIMIONATTO, 2008), sendo esta a compreensão que nos embasa para identificarmos as relações de forças que se articulam no Paraná a partir de então.

No quesito povos tradicionais, discussão ainda embrionária no período, no cenário nacional ganha notoriedade a articulação política do Movimento Indígena e dos Seringueiros, conforme posto no capítulo 2. No Paraná, além da organização indígena e dos quilombolas, que ganham certa expressividade a partir da Constituição Federal de 1988, a organização dos “*posseiros que resistem nos faxinais*” e dos atingidos por barragens vai ganhando escopo, fomentando a base do que mais tarde se torna a

composição da Rede Puxirão, que será construída a partir da origem social dos sujeitos e dos elementos aglutinadores (GOHN, 2007).

*Havia naquele momento algumas unidades de mobilização, grupos organizados lutando por direitos, que vinham de um período anterior, décadas de 80 e 90, mas não estavam objetivados como movimentos sociais. A gente tinha o movimento indígena, com uma bagagem já anterior, o movimento quilombola que vem forte desde a constituinte de 88 [...], os outros movimentos aqui no Paraná tinham um perfil muito localizado [...]. Por exemplo, os ilhéus do Rio Paraná. Eles se organizaram enquanto movimento desde a década de 80, desde o fechamento da primeira comporta de Itaipu, tem uma trajetória de luta e resistência desde a década de 80. Agora a categoria que eles se atribuíam, ou era atribuída a eles por movimentos confessionais, ONGs, universidades... Era a categoria de posseiros. Ainda que chamassem eles de ilhéus, **não era no sentido de uma identidade étnica coletiva, mas era uma noção mais vinculada a uma categoria do Estado**⁵⁵, oficial, que é o posseiro, aquele que vive na terra, mas não tem a escritura, o título da terra, estavam em litígio e saíram. Mas eles já estavam em processo de mobilização desde aquela época, agora assumir a identidade de ilhéus foi um processo posterior [...] e foi uma grande novidade pra eles entenderem que eram considerados pela legislação, e eles mesmos se consideraram pela **auto declaração, como um povo tradicional**: os ilhéus do Rio Paraná! Então eles já existiam. Os faxinalenses também! Eu lembro que antes de eu atuar com os faxinalenses eu já vivenciava vários conflitos, mas não dava conta que eles eram faxinalenses! Isso em 98, 99 e 2000... Eu me via participando de situações onde tinha uma luta específica, mas eu não conseguia identificar que era. Então **já existiam essas unidades de mobilização**, esses grupos organizados, **mas de forma atomizada**, então eles não conseguiam se constituir enquanto um movimento social (Assessor 2 da Rede Puxirão).*

As lutas dispersas dos diferentes grupos sociais étnicos no Paraná podem ser analisadas na perspectiva de que a ideologia dominante, operando no terreno político-cultural da hegemonia, age para suprimir a história dos subalternos, contribuindo decisivamente para a fragmentação da luta (GRAMSCI, 2002; MONAL, 2003). Portanto, “[...] as classes subalternas, por definição, não são unificadas [...]” (GRAMSCI, 2002, p. 139), apresentam como característica, de saída, a desagregação, a ausência de consciência política madura, a heterogeneidade e a multiplicidade (GRAMSCI, 2002; MONAL, 2003).

⁵⁵ Ao longo dos capítulos 3 e 4 diversos depoimentos coletados nas entrevistas semiestruturadas contêm grifos em negrito que destacam trechos importantes para as categorias temáticas analisadas, portanto, quando destacados referem-se a grifos nossos.

*[...] Tinha sido feito uma pesquisa, pelo IAP, que identificou poucos faxinais, um pouco mais de 30. E isso foi uma furada, porque depois o movimento identificou mais de 200! Essa identidade que eles tinham [de posseiros], que foram pressionados pelas madeiras, a gente trabalhava com eles na resistência, nos conflitos da posse! Não tinha trabalhado a identidade [de faxinalense]! Foi de 2000 pra cá que isso aconteceu. Quer dizer, recuperar aquilo que pra eles estava claro, mas **para o Estado não era visível!** Não era visível que era a cultura desses povos! (Assessor 1 da Rede Puxirão).*

Ao desconsiderar a história, a vivência e a cultura dos grupos subalternos, o Estado, a partir do ponto de vista da hegemonia dominante, formula suas concepções de direito, economia, educação, ética, etc, estabelecendo uma unidade no plano jurídico-formal e estendendo-a, ideologicamente, de forma unitária, para toda a sociedade (SIMIONATTO, 2009).

Neste caso, os conflitos de classes e a diversidade sociocultural dos povos são ofuscados, sendo esta uma forma de controle político e manutenção da ordem vigente. Negar, por exemplo, a identidade faxinalense, reduzindo-a a um conflito jurídico de posse da terra é uma forma de justificar a extinção de um modo de vida em detrimento da modernização econômica, do projeto capitalista para o campo. Portanto, é uma forma de relação de poder, de disputa por hegemonia.

No entanto, o conflito entre as classes, enquanto uma relação contraditória própria do capitalismo, como motor da história, movimenta as relações sociais (MARX e ENGELS, 2008) e torna a sociedade civil o espaço do antagonismo, sujeita a pontos de cisão da hegemonia existente (SCHLESENER, 2001), criando condições de alteração das relações de forças, mesmo que de forma “molecular” (LUIZ, 2011), em dadas conjunturas e sobre temas específicos.

Na década de 1990, o fortalecimento do movimento dos “*posseiros que resistiam nos faxinais*” culminou com o reconhecimento da existência do modo de produção autossustentável denominado “Sistema Faxinal”, por meio do Decreto Estadual 3.446 de 1997, que criou as Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR)⁵⁶, parte do Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Em 2004, em função da mobilização e das parcerias que vinham sendo travadas no trabalho

⁵⁶ De acordo com o Artigo 1 do Decreto 3.446, de 1997, as ARESUR abrangem porções territoriais do Estado caracterizadas pela existência do modo de produção denominado “Sistema Faxinal”, com os objetivos de criar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção da araucária angustifolia (pinheiro do paraná) (SIA, 2015).

desenvolvido com o “Sistema Faxinal” foi criada a “Rede Faxinal”, coletivo que envolveu representantes de órgãos do governo, pesquisadores, ONGs e comunidades faxinalenses (SAHR e CUNHA, 2005).

A partir do fortalecimento das comunidades faxinalenses foi organizado o I Encontro dos Povos dos Faxinais, no ano de 2005, na cidade de Irati – PR, com o lema “*Terras de Faxinal: resistir em puxirão pelo direito de repartir o chão*”. Este Encontro culminou na organização do Movimento Articulação dos Povos Faxinalenses (APF), um dos coletivos que impulsionaram a criação da Rede Puxirão.

FIGURA 3 – Bandeira do Movimento Articulação dos Povos Faxinalenses – 2015



Fonte: Paraná (2016).

A organização da APF, movimento social faxinalense, foi um dos acontecimentos marcantes para a posterior articulação da Rede Puxirão, conforme relata o *Faxinalense*, Coordenador da Rede:

*[...] Antes da Rede já existiam algumas comunidades tradicionais com certo grau de organização, tipo nós os faxinalenses, os ilhéus do Rio Paraná, os quilombolas da região de Guarapuava... Era esses três segmentos. E existia, até certo ponto, um pouco de organização. Nós, os faxinalenses, estava um pouco mais organizado, porque a APF já tinha nascido em 2005 e a Rede foi em 2008, né? Já tinha três anos de APF, então a gente estava um pouco mais organizado. E aí esses três segmentos começaram a discutir uma forma de envolver outros segmentos do estado do Paraná, **para também se articular** (Faxinalense, Coordenador da Rede Puxirão).*

Desde o final da década de 1970, a CPT teve papel importante no assessoramento das lutas pela terra no estado, contudo, o pluralismo que emergia das demandas que envolviam os povos tradicionais passou a não encontrar respaldo no trabalho desenvolvido por esta Comissão, gerando uma dissidência. Essa dissidência se converteu em rompimento “[...] quando o coordenador regional da CPT declarou publicamente o apoio aos quilombolas do Paiol de Telha, em conflito com colonos alemães pela terra” (WEDIG, 2015, p. 133).

O trabalho da CPT esteve, desde o momento de sua fundação, vinculado à ala progressista da Igreja Católica, que, na perspectiva da Teologia da Libertação, buscou refletir sobre os “problemas sociais”, posicionando-se ao lado “dos pobres”. Com esta opção surgiu o trabalho de base, que encontrou resistência dentro da própria Igreja, por parte da chamada ala conservadora. As críticas da ala conservadora culminaram com a retaliação do Vaticano, acusando a Teologia da Libertação de ser uma “teologia marxista”. Uma das formas de exercer esta retaliação foi nomeando bispos conservadores, que passaram a fazer frente ao trabalho de base desenvolvido pelos setores progressistas da Igreja (VILLALOBOS e ROSSATO, 1996).

Diante dessa situação, as divergências que foram aparecendo no processo de assessoria aos diferentes grupos sociais étnicos envolvidos em conflitos fundiários gerou a criação de outra organização de apoio aos movimentos sociais: o Centro Missionário de Apoio ao Campesinato (CEMPO), criado no ano de 2007, em Guarapuava – PR.

A gente participava na Pastoral da Terra, foi um tempo, depois deu um impasse [...], então a gente resolveu criar o Centro Missionário de Apoio ao Campesinato. Esse Centro estimulou a questão dos três eixos que a gente já tinha começado a trabalhar na Pastoral da Terra, que é: Movimentos Sociais, Comunidades Tradicionais e Agroecologia [...] (Ilhéu 2, Liderança na Rede Puxirão).

O CEMPO passou a atuar⁵⁷ com os diferentes grupos e movimentos sociais do campo, evidenciando que as consequências do projeto político-econômico adotado no estado atingiram a diversidade de povos, tornando a face agrária da sociedade socialmente diversificada, compondo uma complexa estrutura de classes (GRZYBOWSKI, 1991).

⁵⁷ A dinâmica e as práticas de atuação do CEMPO/Rede Puxirão serão discutidas na próxima categoria temática, item 3.2.

Assim, embora os grupos sociais étnicos tenham trajetórias específicas, são também membros de uma determinada classe e estão situados em algum ponto da estrutura social, sendo esta uma questão crucial para se determinar as maneiras pelas quais estes sujeitos vivenciam as situações de exploração e opressão (MILIBAND, 1999) em que os conflitos que envolvem a luta pelo território e a questão ambiental apresentam-se como elemento aglutinador, justificando a **composição** (GOHN, 2007) do coletivo que passará a articular a Rede Puxirão.

*Quando surgiu o Centro de Apoio ao Campesinato [...] em discussão com os grupos de base, que a gente faz levando as demandas, acolhendo, fazendo a partilha, vendo como tá numa região, como tá em outra, no encontro entre movimentos, né? [...] A gente comentava bastante do nosso movimento dos ilhéus do Rio Paraná [...], que o pessoal tava nos assentamento, acampamento... Então, **agregar** o pessoal, né? Aí despertou aquela questão assim, mas existe o quilombola, os faxinalense, que já estavam despertando, os indígenas... E daí um assessor nosso na época falou, “você fala tanto dos ilhéus, desse povo... E está dentro do Movimento dos Sem Terra, como é isso?” Daí eu falei, “não, esse povo nosso existe e tá aí jogado, **disperso**, foi isso que aconteceu”. Então aí ele falou “Vamos fazer o seguinte, você participa do setor de povos e comunidades tradicionais”. Aí na primeira discussão tava quilombola, faxinalense e ilhéus [...], nós começamos a discutir e planejar, do conhecimento da gente... Nós conhecemos o nosso movimento, agora, indígena e outros, tem muito mais... Como trabalhar essa questão e **unificar a nossa luta**? Porque a demanda do quilombola, pelo que eu tô vendo... Foi uma discussão que fluiu no primeiro momento, na primeira reunião... O faxinalense é conflito com a questão ambiental, com a legislação... Os ilhéus é a mesma coisa, questão ambiental, de território... O quilombola na mesma situação... E pode ter mais comunidades, os indígenas, né? Que **não estão agregados** nesse sistema, e aí **a gente tá perdendo essas forças**. Aí que surgiu a ideia da gente criar um primeiro encontro pra nós discutir isso (Ilhéu 2, Liderança na Rede Puxirão).*

Os encontros fomentados com o apoio do CEMPO serviram de espaço para uma reflexão crucial acerca da condição de subalternidade vivenciada pelos povos e comunidades tradicionais no Paraná: agregar os povos dispersos e unificar a luta, uma vez que “[...] as classes subalternas, por definição, não são unificadas [...]” (GRAMSCI, 2002, p. 139).

A aglutinação desta diversidade de sujeitos é, portanto, uma estratégia de luta política pela terra/território, uma vez que os distintos povos do campo têm sofrido, enquanto classes subalternas, os impactos do modo de produção capitalista com suas

particularidades, como a intensa e predatória exploração dos recursos naturais (ACSELRAD, ALMEIDA, BERMANN, 2012).

*A Rede Puxirão surgiu de uma demanda dos povos que tavam lutando individualmente, né? Daí foi pensada **uma forma de lutar junto**, nós tinha um processo de **articulação** do povo do quilombo com os faxinalense, do resgate da terra, da cultura e essa discussão toda. Nós era vinculado a CEMPO, que é uma ONG que tava trabalhando essa questão, e através da CEMPO nós pensamo de formar a Rede Puxirão, e com a Rede **ter uma luta coletiva dos povos**, porque a questão dos povos é uma só: **a luta pelos direitos** (Quilombola, Liderança na Rede Puxirão).*

A partir da condição concreta de vida, estes diferentes grupos sociais étnicos passam a compor uma coletividade, em contraposição a situação de subalternidade política e carência econômica, produto do desenvolvimento capitalista e das relações políticas que expressam os conflitos de classe. “Muitos movimentos no campo se desenvolvem afirmando os direitos da lei instituída contra as práticas vigentes nas relações. O resgate dos direitos [...] em suas lutas molda sua identidade coletiva” (GRZYBOWSKI, 1991, p. 55).

Nesta dinâmica inicial de articulação dos grupos sociais étnicos subalternos, colaborou de maneira decisiva a conjuntura nacional⁵⁸, em especial, a medida de criação da CNPCT, conforme contextualizamos no capítulo 2.

*[...] Os Faxinalenses tinham me indicado para a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, através do Decreto 6.040, do presidente Lula [...], lá eu acabei conhecendo quase todos os povos do Brasil que estavam reconhecidos na Comissão, que eram quinze povos. Acabei conhecendo e vi que a coisa era muito grande, muito ampla, e **aí eu fui me dar conta também de que parte daquele povo estava no Paraná**. Isso facilitou, daí quando nós propusemos a Rede eu tinha já essa noção, de trazer isso... Com ajuda também **dos pesquisadores, da Universidade, do CEMPO, do Instituto Equipe**. Com essas assessorias nós conseguimos chamar os outros, conseguimos identificar quantos mais outros povos tinha no Paraná [...] (Faxinalense, Coordenador da Rede Puxirão).*

Nessa trajetória, foram se delineando os **princípios articulatórios** (GOHN, 2007), sendo os **internos** as relações tecidas entre os grupos que iam se organizando (faxinalenses, quilombolas e ilhéus), identificando outros povos tradicionais pelo

⁵⁸ As implicações da conjuntura política nacional serão discutidas no capítulo 4, na categoria temática 4.2 que explicita a relação com o Estado.

estado, fortalecendo as bases e dialogando com lideranças. Nos quesitos **externos**, os primeiros grupos de povos tradicionais passaram a firmar parcerias que, além do CEMPO, contavam também com o apoio da ONG Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP)⁵⁹ e com pesquisadores e universidades, como bem destacou o *Faxinalense*, *Coordenador da Rede Puxirão*.

A partir disso, dois acontecimentos marcaram a criação da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais: (1) a realização do I Encontro Regional dos Povos e Comunidades Tradicionais, em 2008, na cidade de Guarapuava – PR, e (2) a aproximação dos grupos sociais étnicos com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), conduzido pelo antropólogo e professor Alfredo Wagner, da Universidade Federal do Amazonas.

No I Encontro dos Povos Tradicionais estavam presentes representantes dos grupos: faxinalenses, quilombolas, ilhéus, pescadores artesanais, cipozeiros e indígenas (Xetá, Guarani e Kaingang). Ao final do evento, a Carta Aberta divulgada destacou:

[...] Vimos por meio desta carta manifestar nossa existência coletiva, organizada em grupos, associações e movimentos sociais em distintos territórios do Paraná e, no litoral norte de Santa Catarina (REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 2008, p. 01).

De acordo com a Rede Puxirão (2013), a invisibilidade social é uma das principais características dos povos e comunidades tradicionais na região sul do país. A inexistência de estatísticas oficiais fez com que os grupos levantassem dados preliminares numa tentativa de afirmar sua existência coletiva em meio a tensões, disputas e pressões que ameaçam seus direitos, garantidos pela Constituição Federal de 1988 e demais convenções internacionais.

O I Encontro definiu que a Rede Puxirão era um espaço de articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais, criado diante da necessidade desses sujeitos em contarem com uma articulação entre as diferentes comunidades (VANDRESSEN, 2014). O nome “puxirão” espelha este objetivo, pois diz respeito a uma prática social tradicional dos povos do campo, quando as pessoas se reuniam coletivamente para o trabalho na roça e finalizavam as atividades com uma grande festança comunitária,

⁵⁹ O IEEP é uma ONG, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1994, com sede em Irati – PR, a partir das demandas de associações de agricultores, assalariados urbanos, pastorais sociais e representantes de movimentos sociais que buscavam fortalecer sua representação e assessoria na região (IEEP, 2015).

fortalecendo os laços de solidariedade entre os membros do grupo (DIARIO DE CAMPO, 2014).

Os depoimentos desta pesquisa possibilitam compreender parte da trajetória de vida destes povos, que desagregados, tiveram suas identidades sociais ofuscadas e negadas pelo Estado, o que nos permite reconhecê-los como grupos sociais étnicos subalternos, no sentido das discussões trazidas por Gramsci (2002), Monal (2003) e Simionatto (2009).

Diante disso, a criação da Rede Puxirão é, portanto, um momento importante da articulação coletiva destes grupos e da inserção de um novo sujeito político nas disputas políticas travadas na sociedade civil no Paraná.

Apesar das especificidades dos grupos, esses povos passam a se unir por meio dos conflitos que se assemelham (VANDRESSEN, 2014). Os conflitos vivenciados são expressões do modo de produção capitalista, como implicações da concentração da propriedade privada da terra, que gera tensões e violência no campo, conforme discutimos nos capítulos 1 e 2 deste trabalho.

São exatamente tais conflitos que caracterizam o princípio articulatório que define a **composição** da Rede Puxirão e promove a aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno de demandas (GOHN, 2007), compondo as primeiras etapas da organização de um movimento social.

A Carta Final deste I Encontro evidencia essa unidade na diversidade:

[...] Nossos territórios estão sendo tomados por grileiros, fazendeiros e empresários inescrupulosos que, movidos por interesses privados, promovem “limpezas étnicas e ambientais” manipulando e associando-se a políticos, governos, juízes, promotores e meios de comunicação, tentando intimidar nossas lideranças por meio de ameaças, repressões, tentativas de homicídio e assassinatos encomendados. Por outro lado, ong’s e poderes públicos, mascarados com o discurso da preservação e conservação ambiental, nos negam os direitos constituídos “de ir e vir”, do “livre acesso aos nossos territórios e aos recursos naturais tradicionalmente utilizados” por nós, povos e comunidades tradicionais (REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 2008, s/p).

A dinâmica de organização da Rede Puxirão acompanha a discussão trazida por Scherer-Warren (2013), na qual se observa que a articulação coletiva de grupos sociais subalternos, como os coletivos indígenas, quilombolas, de mulheres camponesas, dentre outros, tem contribuído para a resignificação dos processos de colonização, criando significados comuns nas lutas sociais para a superação dos legados históricos opressores.

Na medida em que foram se fortalecendo e entrando em contato com outros povos em escala nacional, através da participação dos faxinalenses na CNPCT, os grupos sociais étnicos do Paraná se aproximaram do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), vinculado à Universidade Federal do Amazonas. Esse Projeto auxiliou o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) na identificação das comunidades tradicionais no Brasil, em decorrência da criação da CNPCT, vinculada a estes Ministérios (VANDRESEN, 2014).

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) tem como objetivo dar ensejo à auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Com o material produzido, tem-se não apenas um maior conhecimento sobre o processo de ocupação dessa região, mas sobretudo uma maior ênfase e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem. Tais movimentos sociais consistem em manifestações de identidades coletivas, referidas a situações sociais peculiares e territorializadas. Estas territorialidades específicas, construídas socialmente pelos diversos agentes sociais, é que suportam as identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. A força deste processo de territorialização diferenciada constitui o objeto deste projeto. A cartografia se mostra como um elemento de combate. A sua produção é um dos momentos possíveis para a auto-afirmação social [...] (PNCSA, 2015, p.01).

As ações deste Projeto se estenderam a diversas regiões do Brasil, inclusive ao Paraná. Até 2014, haviam sido construídos treze fascículos de cartografia social com faxinalenses, quilombolas, cipozeiras e cipozeiros, pescadores artesanais, ilhéus, benzedeiros e benzedores (MONTENEGRO, 2014).

FIGURA 4 – Capacitação para a realização das cartografias sociais promovida por PNCSA/UFPR/Rede Puxirão – 2011



Fonte: Rede Puxirão (2016c).

As cartografias sociais são reconhecidas pelos grupos sociais étnicos subalternos como instrumentos políticos que contam a “*história do povo*”, até então ofuscada, reprimida pelas forças hegemônicas dominantes. Ao se reconhecerem como povos tradicionais, ou seja, como “sujeitos coletivos”, os grupos se fortalecem e a Rede Puxirão vai sendo tecida.

*[...] E aí resolvemos fazer as cartografias, **escrever a história do povo**. [...] E aí nós fizemos nossa cartografia dos ilhéus, e os quilombolas fizeram, eu ajudei na construção também, os faxinalenses, as benzedeiiras, os pescadores, os cipozeiros e assim... E fomos unificando. E essa luta de unificação foi um avanço pra gente [...] Então a Rede é um pouco isso, o fortalecimento da luta (Ilhéu 2, Liderança na Rede Puxirão).*

O início do processo de construção das cartografias sociais se dá com a solicitação da comunidade ou movimento social. Pesquisadores do PNCSA deslocam-se até as comunidades para mediar a construção. A partir de uma oficina que envolve a comunidade em geral, os participantes vão sistematizando, num mapa artesanal, as características que julgam fundamentais para descrever e compreender a realidade da comunidade.

No material elaborado pela comunidade, aparecem autodefinições, práticas culturais, conflitos e ameaças vivenciados, conquistas, entre outros. O produto é

sistematizado na forma de um mapa, onde são localizadas as informações julgadas importantes pela comunidade. O resultado é uma cartilha rica em informações que se converte em instrumento de autodefinição e negociação com os diferentes órgãos envolvidos na implementação de políticas públicas⁶⁰.

*Essa questão da cartografia é importante, o governo não conhece as pessoas, né? O sistema só reconhece documento. Uma pessoa sem identidade não é nada, mas uma identidade sem pessoa, não precisa nem ter a pessoa muitas vezes, não é assim? Então **a cartografia funciona como um documento que diz “existe esse povo aqui”**. Onde que tá? Não se sabe, mas tá aqui no documento, daí o governo reconhece, o sistema reconhece o que tá no documento. Então, essa é outra coisa que avançou com a Rede Puxirão, esses encontros, intercâmbio das comunidades e cartografia social. Foi um avanço muito grande, até para o Ministério Público poder se espelhar nesses documentos e **conhecer um pouco a história do povo** (Ilhéu 2, Liderança na Rede Puxirão, 2015).*

Na medida em que a “*história do povo*” foi sendo recontada pelos povos, articulava-se a constituição do sujeito coletivo: os povos e comunidades tradicionais do Paraná. A partir do I Encontro de 2008, outros grupos sociais foram forjando-se coletivamente. Como, por exemplo: “*Em 2008, lá em Guarapuava, um grupo de pescadores foi participar de uma reunião da Rede Puxirão, eram oito, da Ilha do Superagui, e lá eles pensaram no movimento, né?*” (Pescador Artesanal, Liderança na Rede Puxirão).

Além dos pescadores artesanais, outro grupo forjado pela dinâmica dos encontros foi o das benzedeadas e benzedores: “*Foi num encontro faxinalense que nós fizemos [...] e tinha as oficinas, né? Na oficina que eu participei tinha esses conhecimento das benzedeadas e acabamos falando das parteiras também, que tavam esquecida. E com isso tivemos a ideia do movimento*” (Benzedor 2, Liderança na Rede Puxirão).

Fazendo a analogia com um tear artesanal, o entrelaçamento dos diversos povos/grupos cria uma “trama” com certa “uniformidade”, sendo esta a busca do reconhecimento dos modos de vida tradicionais, que dependem dos territórios. À medida que cresce esta “trama”, a Rede Puxirão vai sendo tecida pelos povos tradicionais do Paraná.

⁶⁰ Descrição feita a partir de informações coletadas nas reuniões, em especial na reunião de pesquisadores da cartografia social, realizada de forma paralela no III Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais, em maio de 2015, com a presença do professor Alfredo Wagner, coordenador do PNCSA.

E a gente vai acabar tendo a adesão de outros grupos, o Fórum Paranaense das Religiões de Matriz Africana, que vai somar efetivamente, porque os ciganos são de um outro grupo político aqui no Paraná, a representação deles é vinculada ao PSDB, ligada ao Beto Richa, e aí você vai ter um grupo cooptado pela direita e disso vem a dificuldade de manter o contato com o movimento cigano. Os indígenas eventualmente participavam, o Movimento Indígena tem uma leitura desse processo que é assim... Uma autodefesa. Sempre desconfiava: “Será que isso é coisa de governo querendo pegar a gente pela lateral? Montar essa Rede pra chamar a gente pra dentro?” Então dá pra perceber que o Movimento Indígena mantém distância, mas manda emissários, sempre vai participar alguém, observa, colabora. Isso vai se fortalecendo no segundo encontro também, o Movimento Indígena manda representante. No primeiro tinha também, Kaingang, Xetás. Mas não efetivo, de adesão à Rede Puxirão, mais pra ver como é, né? Dá pra dizer que o Movimento Indígena nunca esteve exatamente dentro da Rede. E aí as Religiões de Matriz Africana vão estar dentro da Rede, mais pra entender o que é esse espaço que começava a ganhar toda uma repercussão naquele momento [...] (Assessor 2 da Rede Puxirão).

Dos diferentes grupos que se inserem na “trama” da Rede Puxirão, podemos observar que são protagonistas, especialmente, aqueles que ainda não haviam conquistado (ou conquistado recentemente) reconhecimento jurídico-formal enquanto povos tradicionais, como os faxinalenses, ilhéus, benzedeiros e pescadores artesanais. Para os grupos que tinham uma trajetória de luta política mais antiga, como os indígenas, a Rede se torna uma parceira, já que este Movimento “*nunca esteve exatamente dentro da Rede*”, conforme conta o Assessor 2 da Rede Puxirão.

Ainda assim, nos momentos de mobilização política⁶¹ uma diversidade de povos/grupos/movimentos esteve articulada na Rede Puxirão, fazendo de sua composição um encontro da diversidade. O Quadro 2 indica esta composição formada a partir do ano de 2009 e sintetiza as informações gerais acerca de cada grupo/movimento.

⁶¹ As práticas da Rede e os momentos de mobilização e negociação com o Estado serão discutidos nas categorias 3.2 e 4.2, respectivamente.

QUADRO 5 – Composição da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais

Síntese dos Grupos Sociais Étnicos Subalternos
Faxinalenses: mobilizados na Articulação dos Povos Faxinalenses (APF), movimento criado em 2005, no I Encontro dos Povos dos Faxinais, em Irati – PR, conta com a participação de comunidades faxinalenses de várias regiões do Paraná e demandam o reconhecimento legal dos faxinais; a proteção dos recursos naturais (florestas e águas) face ao desmatamento e a contaminação por agrotóxicos; políticas públicas que respeitem a especificidade dos povos; garantia de sustentabilidade social, ecológica e econômica das comunidades; demarcação das ARESUR (PNCSA, Povos dos Faxinais, 2007). Contam com uma estimativa populacional de 40.000 pessoas (REDE PUXIRÃO, s/d) e tem como lema: “Na luta pela terra, nascemos Faxinalenses!” (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).
Ilhéus: atingidos pela construção da barragem de Itaipu, fundaram o Movimento Ilhéus do Rio Paraná (MOIRPA), em 1983, buscando reparação pela expropriação territorial sofrida. Na década de 1990, em virtude da criação do Parque Nacional da Ilha Grande e da Área de Preservação Ambiental Federal do Rio Paraná, parte da comunidade que resistiu nas ilhas passou a sofrer novamente um processo de expropriação territorial. Realizaram o I Encontro dos Ilhéus do Rio Paraná no ano de 2011, em Alto Paraíso – PR (DOCUMENTO FINAL, 2015). A estimativa populacional levantada pelo movimento é de 10.000 pessoas (REDE PUXIRÃO, s/d) e os lemas entoados são: “Ilhéus do Rio Paraná, unidos vamos lutar!” e “Águas para vida e não para morte!” (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).
Quilombolas: demandam o reconhecimento e a titulação dos territórios tradicionais; políticas sociais e infraestrutura para as comunidades e denunciam os conflitos e violências sofridos, em especial por parte de fazendeiros e grandes empresas que atuam no ramo do agronegócio (PNCSA, Comunidade Quilombola, 2008; 2009). Criaram, em 2009, a Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná (FECOQUI) e identificaram 86 “comunidades negras rurais quilombolas” no estado, com estimativa de 20.000 pessoas (REDE PUXIRÃO, s/d). O lema deste movimento é: “África, seu povo se levanta!” (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).
Benzedeiras e Benzedores: este grupo social nasceu a partir dos Encontros da APF, já que muitos faxinalenses exerciam as práticas tradicionais de cura (como benzimentos e uso de plantas medicinais) e culminou na criação do Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA), fundado em 2008, no I Encontro Regional das Benzedeiras, Rezadeiras, Curadores, Costureiras e Parteiras, em Irati – PR (MASA, 2008; PNCSA, 2012). Os principais conflitos vivenciados são: repressão dos conhecimentos e práticas tradicionais de cura por pessoas ligadas a instituições religiosas e a “medicina oficial”, bem como as disputas pelo acesso aos recursos florestais medicinais, restringidos pela privatização dos territórios e desmatamento (REDE PUXIRÃO, s/d).
Pescadores artesanais: estão organizados no Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR), fundado em 2009, a partir do I Encontro dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Sul do Brasil, em Guaraqueçaba – PR. Este Movimento tem como objetivo dar visibilidade e encaminhar as demandas derivadas dos conflitos vivenciados, especialmente: concorrência desleal da pesca industrial predatória, com crescente escassez de recursos pesqueiros, repressão de órgãos ambientais públicos (IBAMA), em função da criação de Unidades de Conservação, como o Parque Nacional de Superagui, desconsiderando por completo a cultura e as práticas tradicionais existentes. Estes sujeitos indicam a existência de uma população aproximada em 10.000 pescadores artesanais no litoral do PR (MOPEAR, 2012; REDE PUXIRÃO, s/d). Seu lema: “Na terra ou no mar, nós vamos lutar!” (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).
Indígenas: representados pela Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPIN-Sul), organizada em 2006, agregando povos do PR, SC e RS, das etnias Guarani, Kaingang, Xokleng, Xetá e Charrua, no intuito de acumular forças políticas para se contrapor às ameaças e agressões dos setores da sociedade anti-indigenistas (WEDIG, 2015). Dados do CIMI revelam a presença de 93 Xetás, 3.500 Guaranis e 10.000 Kaingangs no Paraná. Os principais conflitos pontuados pela ARPIN-Sul são: garantia de acesso ao território tradicional; deficiência nos serviços de saúde prestados; deficiência na execução da política de educação diferenciada de acordo com a cultura dos povos (REDE PUXIRÃO, s/d).
Cipozeiras e Cipozeiros: organizados através do Movimento Interestadual das Cipozeiras e Cipozeiros (MICI), fundado no ano de 2008, em Garuva – SC (WEDIG, 2015), conta com algo em torno de 10.000 membros, entre o litoral do Paraná e de Santa Catarina. Os principais conflitos se referem ao impedimento do livre acesso ao cipó-imbé e outras fibras da floresta utilizadas para a produção de

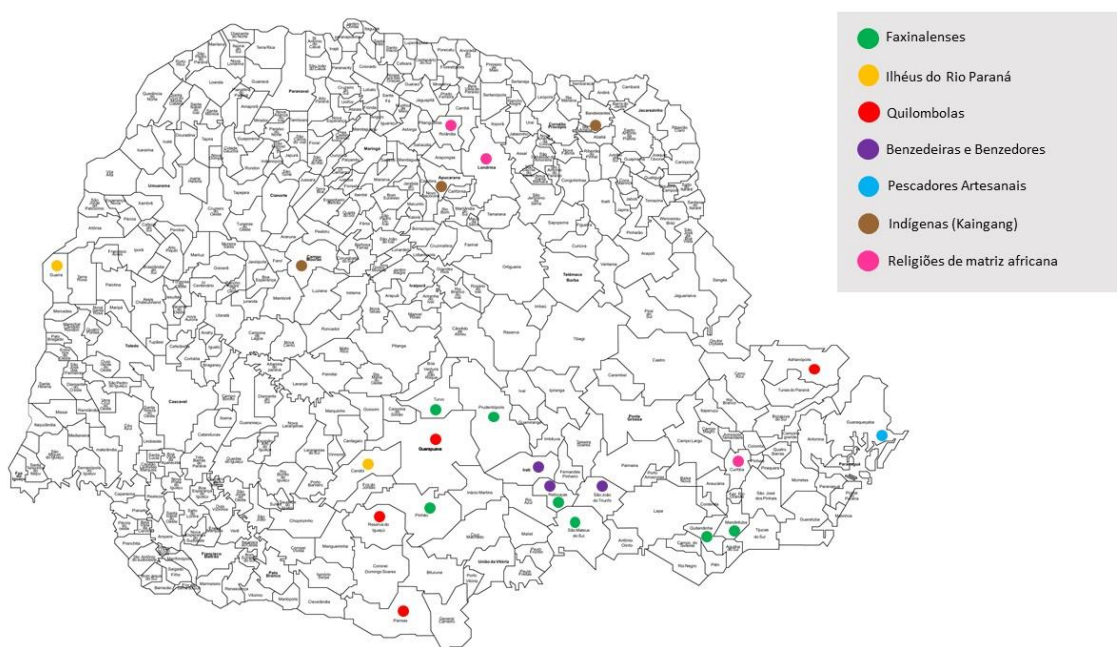
artesanatos e ao fim das restrições impostas pelos órgãos públicos ambientais (IBAMA e IAP) para a coleta dos produtos (REDE PUXIRÃO, s/d).

Religiões de matriz africana/Povos de Terreiro: grupo de religiosos que, por ocasião da criação do Fórum Nacional das Religiões de Matriz Africana, em função da realização da II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, articulou e fundou o Fórum Paranaense das Religiões de Matriz Africana (FPRMA), em 2009. Atua agregando diferentes grupos afetos à área (como os terreiros, tendas, instituições, etc) no sentido de reivindicar e apoiar a implantação de políticas públicas de inclusão social e promoção das comunidades de religiões de matriz africana em âmbito estadual (REDE PUXIRÃO, s/d). Seu lema: “Quem é de axé diz que é!” (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).

Nota: organização da autora.

Quanto à localização destes grupos/movimentos no estado, a Figura 5 aponta, esquematicamente, os grupos identificados e permite ao leitor visualizar a distribuição deles sobre o território. Devido à dinamicidade de participação dos grupos/movimentos nos encontros e mobilizações da Rede, optou-se por situar, na Figura, aqueles com os quais nos encontramos no decorrer desta pesquisa (entre os anos de 2013 – 2016) durante nossa participação nas reuniões de articulação e do CPECT/PR.

FIGURA 5 – Localização parcial dos Grupos Sociais Étnicos Subalternos da Rede Puxirão no Paraná – 2016



Fonte: Diário de Campo (2013, 2014, 2015, 2016). Nota: Organização da autora.

Frisamos mais uma vez que a localização disposta na Figura 5 não contempla a totalidade da distribuição espacial dos diferentes grupos sociais étnicos subalternos da

Rede Puxirão no Paraná, uma vez que a opção adotada foi destacar os grupos/movimentos com os quais a pesquisadora manteve contato no processo de pesquisa. O Anexo A deste trabalho apresenta um mapa, do ano de 2013, organizado pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná (ITCG) que retrata outras informações sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais no estado.

Entendemos que o encontro entre estes diferentes povos tradicionais no Paraná pode contribuir para o debate dos direitos das populações subalternas, como os povos originários, colonizados, repensando a cidadania “abstrata” liberal, parte dos valores da modernidade ocidental. A violência e a invisibilidade social vivenciada pelos povos tradicionais evidenciam que estes valores foram incorporados em nosso país com uma herança histórica, que abarca o colonialismo, o racismo, a escravidão, o genocídio, a destruição cultural e a impunidade, conforme defendeu Scherer-Warren (2013).

Também no Paraná, o contexto de expansão do capitalismo no campo, excluindo e atingindo grande parte das comunidades tradicionais, forneceu condições de articulação das lutas camponesas, indígenas e extrativistas pela preservação do meio ambiente (SCHERER-WARREN, 2011). Estas lutas reforçam a relação da questão agrária com os conflitos socioambientais (SONDA e BERGOLD, 2013).

[...] é tudo muito parecido, todo mundo tem no sangue que tem que preservar a biodiversidade, isso é uma coisa que corre na veia de todos nós, povos e comunidades tradicionais. Mas o costume prático, cada um tem o seu. Mas essa coisa de preservar a biodiversidade, os recursos naturais... De modo geral, até onde eu fiquei conhecendo, é costume mesmo, é identidade isso, sabe? (Faxinalense, Coordenador da Rede Puxirão).

Esta dinâmica de contínua expansão da burguesia moderna agrária no estado, esparramando-se sobre os territórios remanescentes da agricultura camponesa, dos povos indígenas, quilombolas e faxinalenses, indica que as lutas e disputas pela terra/território estão presentes desde a colonização e pujantes na atual conjuntura (SONDA e BERGOLD, 2013).

A trajetória de articulação dos povos e comunidades tradicionais do Paraná, através da criação da Rede Puxirão, nos permitiu problematizar a visão do “tradicional” como um povo com práticas arcaicas, rudimentares, em pleno contato com a natureza. O povo tradicional que conhecemos neste processo de pesquisa é composto por sujeitos

históricos que, através da tradição e diante das condições concretas de existência, reinventam seu modo de vida, preservando valores que os identificam.

A solidariedade e o trato responsável com os recursos naturais se confrontam com a ideologia dominante, fazendo do Estado e do seu modelo de desenvolvimento econômico o maior antagonista dos povos e comunidades tradicionais. Enquanto grupos subalternos, esses sujeitos resistem a duras pressões e violência, contribuindo de forma decisiva com a discussão de questões tão pertinentes para a contemporaneidade, como a mercantilização da terra e de demais recursos naturais.

Diante disso, a Rede Puxirão é considerada um sujeito coletivo que pode vir a contribuir para as relações de disputa de hegemonia política no Paraná, no sentido de que vem favorecendo a articulação de grupos sociais dispersos (GOHN, 2011). Se esta Rede tem força social, ou não, para empreender essa disputa, depende da análise de outros elementos que a compõem, conforme discutiremos nas próximas categorias temáticas analisadas. No momento, a partir dos dados aqui apresentados, podemos indicar sua capacidade de articular os grupos sociais étnicos subalternos no estado.

É importante salientar que as relações de forças estabelecidas em determinada conjuntura histórica, aspecto dinâmico de toda realidade social, geram impactos nos espaços de organização coletiva e, dessa forma, os grupos sociais e/ou movimentos sociais passam por momentos de avanços e recuos. Essa dinâmica é constatada também na experiência de articulação da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais.

*[...] a Rede teve muito forte até 2012, mais ou menos. Depois começou a ter algumas mudanças, até ali na coordenação. Um assessor foi embora, mais gente que tinha dos projetos também saíram [...]. Teve gente dos ilhéus, uma liderança dos quilombola também... A coordenação da Rede ficou meio sozinha... E aí [...] já não tinha o mesmo jeito de conduzir as reuniões, a mesma técnica, igual o outro grupo tinha. É um perfil muito diferente e o pessoal começou se desanimar, porque não se via mais avanço. Alguns apoiadores também saíram e daí a Rede Puxirão já não tinha mais aquela cara de movimento, né? E o pessoal **começou a dispersar**. E a gente vê ela como um grande apoio para as comunidades, um ponto de encontro, mas a gente tá vendo que tem que reconstruir ela de novo (Pescador Artesanal, Liderança na Rede).*

A relação das bases, lideranças e assessorias tem um papel importante na articulação de um movimento social, e a sustentabilidade política da Rede Puxirão sofreu certo impacto diante de mudanças nesses **princípios articulatórios** (GOHN, 2007). Alguns grupos têm permanecido de maneira assídua nas reuniões da Rede e

outros se fazem representar em momentos específicos, como nos encontros ampliados, realizados com menos frequência, conforme discutiremos na próxima categoria, que abarcará as práticas.

[...] os indígenas estão mais organizados politicamente há mais tempo, então a Rede se torna pra eles um espaço pequeno, sabe? Quando eles vêm pros encontros eles colocam que vão participar, mas que sabem que as pautas deles estão à frente, mas querem ajudar os outros povos. Mas eles mesmo, como povos indígenas, estão muito à frente... Eles participam da Rede por uma questão de solidariedade, mas, na verdade, eles não precisam da Rede. Eles têm o método deles pra negociar com o governo, ocupam e tal... Os quilombolas de certa forma também. Ah, e tem outra coisa: estão juridicamente reconhecidos na Constituição Federal! Os quilombolas também! Então, pra esses dois segmentos, a Rede é de certa forma pequena (Faxinalense, Coordenador da Rede Puxirão).

A trajetória prévia de luta política e de reconhecimento jurídico de alguns grupos, como os indígenas e quilombolas, fez com que a Rede Puxirão se tornasse um espaço privilegiado para os demais povos, que foram “se descobrindo tradicionais” na medida em que recontavam a “a história do povo”. Para estes grupos, como os faxinalenses, ilhéus e benzedeiros, principalmente, a luta pela conquista de direitos os forjou como sujeitos políticos. *“[...] Esses dois povos, indígena e quilombola, estão reconhecidos hoje, os outros estão assim ainda na invisibilidade nesse lado jurídico [...]. Eles estão na Constituição e nós estamos apenas num Decreto, através da Comissão Nacional” (Faxinalense, Coordenador da Rede).*

A luta por reconhecimento jurídico é uma expressão dos conflitos de classe, uma vez que os direitos são expressão das necessidades humanas, definidos pelas relações de forças engendradas na sociedade, as quais, atravessando o Poder Legislativo, podem se transformar em direitos positivados ou permanecer na sociedade como prática social (PONTES, 2012). Mesmo quando positivados, o caminho para a materialização de direitos em políticas públicas continua, permanentemente, tensionado pelos interesses de classe que se fazem representar no Estado.

Nesse sentido, a busca pelo “direito a ter direitos” suscita novos temas de debate e agendas políticas de ação, podendo dinamizar, de alguma forma, as relações sociais estabelecidas na sociedade.

A luta dos povos tradicionais por direitos e políticas públicas no Paraná fez com que a Rede, ao articular-se na esfera da sociedade civil, passasse a dialogar com a

sociedade política. As parcerias travadas com o Estado foram instrumentos políticos de construção da visibilidade social dos grupos subalternos. Essa é uma discussão que faremos no capítulo 4, por hora, destacamos que as mudanças na conjuntura política dos governos também trouxeram consequências para o processo de articulação da Rede Puxirão, havendo a suspensão de projetos que subsidiavam economicamente as ações das assessorias políticas e o deslocamento das comunidades para os encontros, sendo esse um desafio/recuo vivenciado.

Olha, eu venho faz tempo... Eu me lembro que antes a casa ficava mais cheia na reunião da Rede, era povo! Agora foi diminuindo. Um pouco acho que por falta de recurso [...]. Como é o caso dos cipozeiros, que antes participava bem. O pessoal da pesca também, não é sempre que consegue sair [...] Mas eu vejo que hoje em dia tem menos. Diminuiu, mas não parou, né? (Benzedeira 1, Liderança na Rede).

Esta categoria temática contribuiu para responder o objetivo específico que traçamos de sistematizar a trajetória da Rede Puxirão, apontando as articulações tecidas entre os povos tradicionais no Paraná e indicando a composição do coletivo, um dos elementos importantes para a construção de um movimento social.

A “trama” tecida pela Rede Puxirão indica uma das etapas de constituição de um movimento social, sendo a construção de ações sociopolíticas por sujeitos sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política (GOHN, 2007).

Assim como no cenário nacional, no Paraná os conflitos territoriais derivados da estrutura fundiária capitalista, com a concentração da propriedade privada da terra e submissão dos recursos naturais à lógica do mercado, alimentam, contraditoriamente, a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores e objetivos comuns (SCHERER-WARREN, 2012) que, ao contraporem-se à ordem dada, tecem uma Rede que se emaranha pelos nós: APF, MOIRPA, FECOQUI, MASA, MOPEAR, ARPIN-Sul, MICI e FPRMA.

Da condição de invisibilidade, de subalternidade, fruto do modo de produção capitalista com seu modelo de desenvolvimento econômico, estes grupos passaram a recontar a “*história do povo*” e “*agregar*”, “*articular*” aqueles que estavam “*dispersos*”, fortalecendo as lutas por direitos no Paraná. Por isso, nesta tese, identificamos tais povos como grupos sociais étnicos subalternos, no sentido da

abordagem gramsciana, sendo a articulação de grupos sociais das classes subalternas um elemento importante no processo de disputa de hegemonia política.

Além do momento da articulação dos grupos sociais subalternos, a disputa por hegemonia política abriga uma dimensão cultural, ou seja, aponta para a necessidade da classe subalterna tomar partido, posicionar-se frente à história e compreender seu lugar na estrutura da sociedade de classes (SIMIONATTO, 2008), através de uma visão crítica de mundo. Sobre isso, discorreremos na próxima categoria temática de análise.

3.2 NA “PELEIA” A GENTE APRENDE: UM NOVO OLHAR PARA A SITUAÇÃO DE SUBALTERNIDADE VIVENCIADA PELOS GRUPOS SOCIAIS ÉTNICOS NO PARANÁ

Nesta tese, conforme fundamentamos no capítulo 1, especialmente item 1.2, a sociedade civil é concebida como espaço privilegiado de disputa por hegemonia, onde se dá a construção e disseminação de visões de mundo. Portanto, a categoria hegemonia contribui para desvendar as formas de produção e organização do convencimento em sociedades capitalistas e para pensar as condições das lutas das classes subalternas (PRONKO e FONTES, 2012).

Essa prerrogativa está embasada na reflexão gramsciana, em que o social e o político estão atravessados pelo princípio da totalidade, evidenciando que estas duas esferas não são tratadas desvinculadas do fator econômico, pelo contrário, a política não aparece como simples reflexo da economia, mas como esfera mediadora entre a produção material e a reprodução da vida humana, explica Simionatto (1998).

Assim, a luta política pela transformação da realidade das classes subalternas não se esgota no terreno econômico, pois, dadas as condições de subalternidade intelectual às quais estiveram submetidas, torna-se necessário um novo projeto cultural que propicie o desenvolvimento de uma vivência democrática descolada do domínio ideológico da classe dominante (SIMIONATTO, 1998; 2008).

Isso porque a hegemonia dominante atua como predomínio ideológico de valores e normas sobre as classes subalternas, promovendo um conceito único da realidade, o que contribui para a perpetuação da estrutura de classes (CARNOY, 2008; SIMIONATTO, 2008).

A forma como se concebe e se conduz o projeto político econômico do capital é uma relação de hegemonia. Ao menos duas polêmicas podem ser citadas aqui para

ilustrar o domínio ideológico da classe capitalista sobre a sociedade civil, forjando uma concepção de mundo que camufla os distintos interesses de classe e se sobrepõe, de forma artificial, como uma visão unitária, universal.

A primeira delas se refere à submissão da natureza à lógica de mercado, na qual a racionalidade capitalista, ao travestir os recursos naturais na forma de mercadoria, reifica a água, a terra, as florestas e os alimentos, tornando-os meramente bens de consumo e ofuscando toda uma cadeia de relações sociais que atravessa a privatização dos recursos naturais, com seus conflitos, formas de exploração e violência, que são expressões inerentes a este processo.

Os conflitos territoriais envolvendo os povos tradicionais, conforme discutimos em vários momentos deste trabalho, são partes destas expressões. Assim também a concentração de riquezas, como a permanência do latifúndio, dinamizada pela monocultura, com o exemplo já citado da soja e de seu impacto na balança comercial brasileira.

Na mesma dinâmica, atua ainda o padrão exacerbado de consumo que se criou na sociedade atual, com a cultura do descarte, que impacta diretamente no esgotamento dos recursos naturais e no aumento da poluição. O uso irracional da água, o impacto (no ambiente natural e nas relações políticas) da exploração do petróleo, a gestão ineficiente do lixo produzido, o endividamento das famílias e outros tantos temas cruciais para a sustentabilidade da vida são facetas importantes do mercado de consumo capitalista e ainda insuficientemente debatidas na sociedade civil.

À medida que estas pautas vão assumindo espaço de debate, forja-se o discurso da “economia verde” e do “desenvolvimento sustentável” como estratégias de legitimação deste modelo mediante uma gestão “responsável” dos recursos naturais. Contudo, esse discurso se utiliza de um apelo moral para, em última análise, manter a mesma estrutura que recria a desigualdade social e a subalternização de amplos setores sociais: a concentração da propriedade privada.

Tal discurso é uma saída ideológica que os interesses do capital encontram para, mais uma vez, legitimar-se hegemonicamente. Os meios de comunicação, enquanto “aparelhos privados de hegemonia”, reforçam esta perspectiva ideológica e contribuem para a manutenção desse modelo, que favorece o capital e é implementado com apoio decisivo do Estado.

Essa engrenagem, presente em diferentes conjunturas do capitalismo, foi observada por Gramsci (2000, p. 265):

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. [...] A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento – de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica.

Os caminhos alternativos, contra hegemônicos, desagregados na “nuvem de poeira individual e inorgânica” criam uma concepção aparente de que não existem outros modelos para além daquele apresentado pelo capital. Aqui situamos a segunda polêmica que nos ajuda a compreender as disputas que envolvem as concepções de mundo dominantes e subalternas: a compreensão que se tem dos momentos de crise no capitalismo.

Nesse contexto, pondera Simionatto (1998), as relações Estado/sociedade formam uma cultura que substitui a relação estatal pela livre regulação do mercado e a classe burguesa busca eliminar os antagonismos entre os distintos interesses de classe mediante a construção de um “consenso”, em nome da falsa visão universal da realidade social. Procede-se, continua a autora, uma “reforma intelectual e moral” sob a direção da burguesia que, em nome da crise geral do capital, consegue socializar uma “cultura da crise”, que se transforma em base material do consenso e, portanto, da hegemonia. Disso podemos concluir que “a crise é um modo de governo” (SAFATLE, 2016, s/p).

[...] esses governos são apenas repetidores de uma mesma política global, que parece saída da mesma cabeça, feita com maior ou menor intensidade. Nossas discussões são sobre intensidades da mesma política, sobre se tais direitos serão ou não desmontados, sobre qual a intensidade dos cortes, não sobre caminhos alternativos. [...] O que significa que essa crise que aparece diariamente nos jornais não passará. Ela ficará continuamente como um fantasma a justificar toda “austeridade”. Haverá sempre um corte na previdência a fazer, uma restrição orçamentária a impor, gordura a cortar em uma “reestruturação permanente de tudo” que só não mudará uma coisa: a defesa da elite patrimonial, os rendimentos da oligarquia financeira. [...] O discurso da austeridade não se sustenta em algum dado de realidade, mas na tentativa de impor uma ética por trás de conjuntos de práticas de governo. Por isso, é no terreno ético que o combate deve iniciar (SAFATLE, 2016, s/p).

Considerar o terreno ético como espaço de combate implica no reconhecimento da cultura como uma dimensão da luta de classes. A dimensão cultural aponta, portanto, para a necessidade das classes subalternas tomarem partido, posicionarem-se frente à

história, compreendendo seu lugar na estrutura da sociedade de classes e buscando a transformação da realidade (SIMIONATTO, 2008).

Partimos do entendimento de que a luta por reconhecimento e direitos travada pelos povos e comunidades tradicionais na sociedade civil é uma dimensão da luta de classes na contemporaneidade. As pautas desta luta, ancoradas na problematização do sistema capitalista, podem se converter em posicionamento contra hegemônico. Para tanto, é necessário que estes grupos sociais étnicos construam uma visão de mundo crítica, a “partir de baixo”, capaz de dissipar a “nuvem de poeira individual e inorgânica”.

Esse novo olhar para a condição de subalternidade vivenciada pelos povos e comunidades tradicionais no Paraná tem um marco importante: a construção da identidade social faxinalense.

A fundação da APF, movimento social faxinalense, em 2005, conforme retratou a categoria temática 1 – “Tecendo a Rede: articulação dos grupos sociais étnicos subalternos no Paraná” – teve como pano de fundo o questionamento, por parte dos faxinalenses, do discurso oficial do Estado, através do levantamento realizado pelo IAP, em 2004, que diagnosticava a extinção gradativa dos faxinais no Paraná enquanto “*um sistema arcaico e anti-produtivo*” (*Representante do Estado, INCRA*).

Segundo Souza (2010), a produção hegemônica sobre os faxinais, ao focar o aspecto produtivo (o chamado criador comum), deixava de identificar outras características peculiares deste grupo étnico (como os saberes tradicionais, por exemplo) e a autoidentidade, corroborando as estatísticas oficiais de extinção/decadência dos mesmos (SOUZA, 2010). Como forma de se contrapor ao discurso oficial adotado pelas agências estatais, a APF, em parceria com pesquisadores, realizou o Mapeamento Social dos Faxinais entre 2007 e 2008.

Os dados levantados pelo IAP, em 2004, atestavam a existência de 44 remanescentes de faxinais no Paraná, já o Mapeamento conduzido pela APF identificou 227 faxinais, em pouco mais de 30 municípios visitados no estado (SOUZA, 2010; DIÁRIO DE CAMPO, 2014). O exercício de compreender os sentidos atribuídos aos faxinais pelos próprios faxinalenses, como mecanismo de ressignificação de sua identidade, constitui-se em fonte de novas situações sociais que tensionam as interpretações consolidadas sobre o tema (SOUZA, 2010), evidenciando a construção “a partir de baixo” de uma nova relação social entre este grupo social étnico e a sociedade política.

A partir desse processo, o coletivo faxinalense se fortalece e suas práticas servem de “*esteio*” para a luta e organização dos demais grupos sociais étnicos da Rede Puxirão, numa espécie de relação pedagógica com a elevação desses grupos subalternos à condição de protagonistas de sua própria história (GRAMSCI, 2006).

O Movimento Faxinalense vai organizar um Dossiê de Denúncias contra as violações dos seus direitos, depois este Movimento faz a lei estadual, aprovada na Assembleia. Isso tudo cai de forma muito entusiasmada para os outros Movimentos! “Nossa vocês conseguiram lei estadual que reconhece? Estão aprovando leis municipais!” Então o Movimento Faxinalense age como um esteio, vai abrindo essa relação com o Estado, abrindo as portas para o reconhecimento. E, como havia uma articulação a partir do CEMPO, já não era mais CPT, essa organização vai agregando estes links, que estavam fragilizados, assim, no sentido de juntar! Não era mais só o MST nas reuniões, o MPA, o MAB. Eram outros movimentos que ocupavam aquele espaço ali das reuniões do CEMPO, com a notícia de que o Movimento Faxinalense estava sempre galgando, com certa velocidade, que admirava a todos. “Olha quanta conquista! Os direitos estão aparecendo!” Isso em razão da organização, do Movimento Social, das propostas que estão sendo colocadas... (Assessor 2 da Rede Puxirão).

A experiência de organização da APF guiou a construção das **práticas** da Rede Puxirão, sendo que estas se caracterizam como ações diretas e discursos, podendo ser **formais** (como as reuniões, assembleias e eventos) ou **informais** (como ocupações, marchas e acampamentos) (GOHN, 2007).

A trajetória da Rede Puxirão atesta que o coletivo articula diferentes grupos sociais étnicos subalternos e desenvolve sua agenda de luta mediante **práticas formais e informais**, de acordo com cada conjuntura. Um dos momentos centrais de articulação política se dá nas reuniões de base, que reúne as principais lideranças de cada grupo social étnico subalterno (DIÁRIO DE CAMPO, 2014).

As reuniões de base são realizadas com o apoio de duas organizações já citadas, o CEMPO e o IEEP, principalmente em Guarapuava – PR. Estas são organizações não governamentais que atuam na assessoria política e no apoio financeiro aos movimentos sociais, através da captação de recursos, via projetos (DIÁRIO DE CAMPO, 2014).

A primeira destas reuniões aconteceu em 1995 (ainda sob a liderança da CPT, antes da fundação da Rede Puxirão) e, desde então, tem certa periodicidade, a cada dois ou quatro meses, sendo que, a partir de 2007, conta com o apoio do CEMPO. Quanto à dinâmica, duram dois dias e contam com dois momentos. No início do primeiro dia, a

reunião começa com a chamada “mística”, quando o grupo trabalha, a partir de textos bíblicos, temas correlatos às diversas situações de opressão vivenciadas. As comunidades trazem suas bandeiras, partilham símbolos, alimentos, cantorias e fazem a análise de conjuntura, que algumas vezes é realizada por algum dos militantes e outras por alguma assessoria política do movimento (DIÁRIO DE CAMPO, 2014).

FIGURA 6 – Mística realizada na reunião de base da Rede Puxirão, Fundação Rureco – Guarapuava /2010



Fonte: Rede Puxirão (2016d).

Os movimentos sociais compreendem a “mística” como expressão da cultura e dos valores, parte constitutiva da experiência construída na luta pela transformação da realidade social. Esse momento expressa o que são e o que querem estes sujeitos das mudanças sociais (BOGO, 2012), configurando-se como uma prática importante para a construção de um novo olhar, “a partir de baixo”, sobre a situação de subalternidade vivenciada na sociedade capitalista.

No âmbito dos movimentos sociais, este momento pode ser percebido como parte da construção processual e “molecular” de uma nova hegemonia pelas classes subalternas, na medida em que esta “[...] construção [...] mais do que uma estratégia de luta [...] do ‘assalto’ frontal, deve ser uma nova categoria de interpretação da realidade, um processo que permite a participação política e a transformação moral e intelectual das massas” (SEMERARO, 2001, p. 82).

Segundo o *Faxinalense*, Coordenador da Rede Puxirão, este momento “*deve servir pra deixar o caboclo indignado, quando perceber que está sendo explorado, roubado, entra pro movimento e isso alimenta, é o fermento da luta*” (DIÁRIO DE CAMPO, 2015), evidenciando que “os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias” (GRAMSCI, 1989, p. 34).

O primeiro momento dessa reunião de base objetiva problematizar as situações gerais de conflito e fortalecer a disposição do grupo. Abaixo, para ilustrar, segue a letra de uma das canções entoadas (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).

Irá chegar um novo dia, um novo céu, uma nova terra, um novo mar. E neste dia os oprimidos, numa só voz, a liberdade irão cantar (refrão).
Na nova terra, o negro não vai ter corrente, e o nosso índio vai ser visto como gente. Na nova terra, o negro, o índio e o mulato, o branco e todos vão comer no mesmo prato.
Na nova terra, os povos todos irmanados, com sua cultura e direitos respeitados, farão da vida um bonito amanhecer, com igualdade no direito de viver.
Na nova terra, a mulher terá direito, não sofrerá humilhação nem preconceito. O seu trabalho todos vão valorizar, nas decisões ela irá participar.

A “mística” é o ânimo para enfrentar as dificuldades da luta política e fortalecer os laços de solidariedade entre os sujeitos, “[...] não somente ajuda a transformar os ambientes e cenários sociais; acima de tudo, impulsiona e provoca mudanças por fora e por dentro dos sujeitos [...]” (BOGO, 2012, p. 476).

Nestas mudanças, os grupos sociais subalternos retomam seu lugar como protagonistas históricos nas relações sociais, conforme atesta a *Benzedeira*, Liderança na Rede Puxirão: “*Antes eu era reprimida, me escondia, tinha medo de ser presa, agora que conheço meus direitos, que sei do meu valor, quero ser reconhecida*” (DIÁRIO DE CAMPO, 2014). Desta forma, mediante a “conquista de uma consciência superior (...) cada qual consegue compreender seu valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e deveres” (SIMIONATTO, 2008, p. 20).

Ainda no que compete à dinâmica das reuniões de base, após a “mística”, o grupo é dividido em três setores (VANDRESEN, 2014):

1. Povos e Comunidades Tradicionais: membros da Rede Puxirão.
2. Movimentos Sociais históricos: composto por movimentos sociais que possuem uma trajetória mais longa de luta, como MST, MAB, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

3. Agroecologistas: o elemento que aglutina este setor é o da produção agroecológica, são famílias que mantêm uma organização social por meio da articulação das experiências locais de agroecologia presentes em trabalho de sindicatos, associações e grupos de agricultores.

Nesse momento, cada grupo sistematiza seus conflitos, demandas e encaminhamentos. No segundo dia de reunião, há uma plenária geral, na qual os setores resumem os principais pontos trabalhados, definem estratégias de ação e repassam informes.

Como toda articulação política sofre os rebatimentos da conjuntura mais ampla, entre os anos de 2014 e 2015, principalmente, as reuniões de base passaram a contar, gradativamente, com a participação quase que exclusiva do setor Povos Tradicionais, ou seja, com os membros da Rede Puxirão, mantendo a periodicidade dos encontros (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).

Algumas hipóteses para este “esvaziamento” foram aventadas pelos próprios entrevistados, durante o processo de pesquisa: de acordo com o *Ilhéu 2* tem havido nos últimos anos certa desmobilização dos movimentos populares, em parte pela cooptação de lideranças pelo governo e também como consequência das políticas sociais compensatórias, que amortecem os conflitos de classe e influenciam no esgarçamento das lutas políticas; o *Pescador Artesanal* pontua a finalização de projetos de extensão com as comunidades, em parceria com as universidades estaduais do Paraná, em função da alteração da conjuntura política no estado, que remuneravam assessorias e financiavam a realização dos encontros; a *Benzedeira 1* também destaca a falta de recursos, o que inviabiliza o deslocamento dos diferentes grupos para as reuniões. Estas questões vão sendo explicitadas ao longo das análises.

Apesar disso, acreditamos que a riqueza desses encontros fecunda-se na compreensão de que a ruptura com a situação de exclusão das classes subalternas, enquanto movimento processual, é uma relação pedagógica, na medida em que grupos e segmentos absorvem as experiências amadurecendo concepções e práticas autônomas (LUIZ, 2011). Na vivência da Rede Puxirão, por exemplo, “[...] *tem os encontros pra gente discutir os problemas, falar o que tem de ruim, o que tem de bom, o que o movimento avançou. [...] A gente sempre coloca que as nossa reunião é troca de experiência* (Benzedor 2, Liderança na Rede Puxirão).

Daí decorre nossa concepção de que os diferentes coletivos populares organizados, como os movimentos sociais, são espaços importantes para a articulação

dos grupos sociais subalternos e contribuem decisivamente para a construção pedagógica de novas práticas culturais e políticas, criando possibilidades de rupturas moleculares no tecido social, impactando, em maior ou menor medida, as relações de poder vigentes.

No quesito práticas pedagógicas, os movimentos permitem aos diferentes sujeitos e grupos sociais o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar (GRZYBOWSKI, 1991). A Rede Puxirão:

*[...] **reúne as pessoas** e cada pessoa aprende um pouco mais aqui. Cada um que vem aqui [...] quando fala, a pessoa marca, guarda na cabeça o que ouviu. Fica sabendo de coisas que acontecem, tira dúvida de alguma coisa, faz um esclarecimento, **aprende muito**. [...] É um grande encontro, de rever, de reconhecer e uma **troca de experiência** entre os movimentos. Se eu for falar com um dentro de outro movimento, ele me repassa as dificuldades, as conquistas e **as formas que usaram pra conseguir sair daquele problema que tavam enfrentando e que às vezes tá acontecendo no nosso movimento e a gente não sabe como encaminhar**. Então aqui dentro da Rede, se você for juntar tudo, [...] a troca de experiência, de aperfeiçoamento, de você aprender as coisas, de tirar dúvida... Eu acho que dá um livro! Por isso que a gente sempre tem que convidar mais pessoas, porque **se vim, vai aprender mais!** (Benzedeira 1, Liderança na Rede Puxirão).*

Enquanto um campo de exercício político e pedagógico, os movimentos sociais permitem “[...] a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações, [...] a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais” (GRZYBOWSKI, 1991, p. 59-60).

*A Rede proporcionou a gente **conhecer a vida dos outros segmentos, a cultura, porque a gente mesmo às vezes tem preconceito, por não conhecer**. E isso, pra nós, é uma riqueza grande! Se alguém perguntar: como é o pescador artesanal do litoral? A gente sabe falar! **São pessoas simples, humildes, que sofre as consequências com a legislação do meio ambiente, são muitas vezes atropelados pelo sistema, preso e estão lutando pela vida, simplesmente pela comida, pela saúde, pela liberdade! É por isso que o pessoal luta!** Os cipozeiro a mesma coisa, os quilombolas a mesma coisa, os ilhéus a mesma coisa, os faxinalenses também... Enfim, **todo mundo na peleia lutando pelo território e pra garantir a sustentabilidade da vida** (Ilhéu 2, Liderança na Rede Puxirão).*

Retomando as colocações de Simionatto (2008), entendida de forma crítica, a cultura é instrumento de emancipação política das classes subalternas, o elo de ligação

entre os que se encontram nas mesmas condições e buscam construir uma nova realidade social, uma contra hegemonia. Assim, “*conhecer a vida dos outros segmentos*” permite que os diferentes grupos sociais étnicos subalternos compreendam que, apesar das especificidades de cada povo, “*a peleia*”, “*a luta pelo território e pela sustentabilidade da vida*” é o amálgama, o elo entre os que se encontram na mesma situação: oprimidos e “*atropelados pelo sistema*”.

Teve muita contribuição assim, [...] a gente que fez parte da discussão, dá uma visão diferenciada de que a gente não tá sozinho na luta, né? Porque antes da Rede se pensava que era só o MST, e tinha os indígena e nós quilombola, e só, né? Mas depois da discussão que a gente foi fazendo na Rede nós vimos que tinha mais gente que estava sendo desfavorecido na questão da luta coletiva. E isso deu um avanço! (Quilombola, Liderança na Rede Puxirão).

Com isso, estruturam-se as ações da Rede Puxirão, “[...] a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade [...]” (GOHN, 2007, p. 251), conformando um dos elementos que compõem um movimento social.

[...] Todos os segmentos tradicionais têm esse conflito territorial. A tomada, a grilagem, a invasão dos territórios de todos os povos tradicionais foi muito grande no passado, na época da ditadura militar, com a Revolução Verde. Dali pra cá houve muita perda dos territórios tradicionais e agora, obviamente, com a criação da Rede, é a pauta número um! E é eixo número um também da Política Nacional. Todos os povos tradicionais que conheço, no Brasil todo, têm essa questão do território como bandeira principal, porque realmente é um problema muito grande. Mas é uma situação muito truncada, difícil de resolver devido ao modelo do Brasil, de concentração de terra (Faxinalense, Coordenador da Rede Puxirão).

A “*peleia*” revela para os diferentes grupos “*que a gente não tá sozinho na luta*” e “*que tinha mais gente que estava sendo desfavorecido na questão da luta coletiva*” e isso contribui para a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores e objetivos em comum, como “*esse conflito territorial*”, “*essa questão do território como bandeira principal*”.

Esses objetivos definem as situações que devem ser combatidas, perfazendo um elemento importante daquilo que Scherer-Warren (2006) indicou como rede de movimento social. Retomando a discussão do capítulo 2, para a autora citada, a constituição da rede de movimento social implica, entre outras coisas, a articulação

entre vários atores ou organizações e a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem as situações sociais antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Pressupõe, portanto, a construção de uma identidade coletiva e a definição dos conflitos.

A Rede é o nosso varal, onde nós vamos pendurando todas as lutas, aí a gente consegue dar visibilidade pra todos, num só foco. [...] Aqueles que tão pendurados no varal dessa luta têm visibilidade. Assim, vai o faxinalense lá no Ministério Público e diz: “Através da Rede Puxirão, tem também o ilhéu, o quilombola, isso e aquilo...” Depois vai o ilhéu lá e diz: “Tem ainda o faxinalense, tem o pescador, tem...” A Rede é isso! [...] Mesmo nas audiência, isoladamente, a gente fala da Rede Puxirão de Povos, dessas demandas. Porque, olha, o quilombola sofre, o ilhéu sofre, o outro lá também... É todo o conjunto! (Ilhéu 2, Liderança na Rede Puxirão).

Conforme viemos pontuando, as disputas de poder carregam uma dimensão cultural, que se caracteriza como uma visão de mundo construída nas relações sociais que se dão na dinâmica das classes no capitalismo. Para Gohn (2008), a cultura é concebida como os modos, formas e processos de atuação dos sujeitos na história, na qual ela se constrói. Está se modificando constantemente, mas, ao mesmo tempo, é influenciada sistematicamente por valores que sedimentam tradições e são transmitidos de geração em geração.

Com isso, a cultura, enquanto visão de mundo, pode justificar a estrutura de classes dada ou questioná-la, desvendando os interesses divergentes que fundamentam os âmbitos da vida social, como o papel do Estado, as legislações/direitos, a dinâmica de execução das políticas públicas, etc.

A gente não conhecia, até aprendeu a falar mal de alguns povos, né? São coisas lá de trás, mas que tem até hoje. Essa discriminação do negro, do índio... E daí abriu muito assim a nossa visão, né? E essa questão da troca de experiência, de saber como vive o outro povo, que tem o mesmo problema que o meu de território, mas que tem uma outra cultura de lidar com o recurso natural (Faxinalense, Coordenador da Rede Puxirão).

A construção dessa visão de mundo crítica, que desvende os interesses de classe, pode ser edificada pelos grupos sociais subalternos na sociedade civil, em espaços de articulação política como os movimentos sociais, por exemplo. Isso ocorre através do que estamos chamando aqui de práticas pedagógicas, que se caracterizam como

processos sociais que permitem a esses grupos se unirem, realizando trocas de experiências, questionarem a visão de mundo dominante e agirem de forma a criar mudanças nas relações sociais, redefinindo os papéis estabelecidos na ordem capitalista entre dirigentes e dirigidos (SEMERARO, 2001).

Essa perspectiva crítica:

[...] é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas (GRAMSCI, 2006, p. 388).

Na longa trajetória de luta dos povos e comunidades tradicionais do Brasil, que remonta o período de invasão das terras brasileiras pela metrópole portuguesa e ganha escopo no espectro mais amplo das lutas pela terra na segunda metade do século XX, conforme discutimos nos itens 1.3 e 2.2, criou-se como “verdade” a noção de que os povos “civilizados” devem dominar, naturalmente, os povos “atrasados”.

Nesse processo, a civilização moderna, mais desenvolvida, toma para si a necessidade de desenvolver os povos mais primitivos (SCHERER-WARREN, 2013) e o saber ocidental dominante impera sobre muitos planos (econômico, social, cultural), fazendo desaparecer o saber local, através da negação, do não reconhecimento da sua existência (SHIVA, 2003).

As ações violentas impetradas pelos colonizadores sobre os povos indígenas e negros na trajetória brasileira são exemplos claros desta concepção de mundo, que se recria na contemporaneidade através de inúmeras maneiras, como por exemplo, no preconceito contra a diversidade religiosa praticada pelos grupos de religiões de matriz africana⁶².

Além do domínio econômico, este saber ocidental, que fundamentou os processos de colonização, arraigado na racionalidade instrumental (ROUANET, 2003), exerceu domínio sobre os modos de pensar, convertendo os interesses do capital em sistemas universais, tanto de produção econômica como de formas de conhecer a realidade. Os saberes e povos locais foram processualmente direcionados a negar seus

⁶² Segundo o jornal O Globo, fiéis do candomblé e da umbanda (que somam quase 600 mil pessoas, de acordo com o Censo de 2010) são os mais atacados no Brasil em função da intolerância religiosa. De janeiro até julho de 2014, foram vítimas em 22 das 53 denúncias recebidas pelo Disque 100, da, então, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência. Em 2013, foram 21 registros feitos por adeptos das religiões de matriz africana, em um total de 114. Em 2014, mais uma vez, este grupo foi o que mais somou números de agressões e denúncias. (GLOBO, 2016.)

modos de vida a partir de um aparato ideológico de “enganos sobre si mesmos”, no sentido de aderir ao progresso e ao crescimento.

Essa relação foi denominada por Shiva (2003) como “monoculturas da mente”, fazendo desaparecer da percepção a diversidade de alternativas, no sentido de que “a uniformidade e a diversidade não são apenas maneiras de usar a terra, são maneiras de pensar e de viver” (SHIVA, 2003, p. 17), impondo os interesses particulares de grupos/classes como interesses de toda a sociedade, apesar dos conflitos e diversidades que operam na realidade social.

Nascidos de uma cultura dominadora e colonizadora, tais sistemas modernos de saber são, eles próprios, colonizadores (SHIVA, 2003) e, em consonância com os interesses econômicos, servem de instrumento ideológico para a subalternização política, na perspectiva de consolidação do capitalismo. “A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico [...]” (GRAMSCI, 2000, p. 271).

Disso decorre que a desagregação das classes subalternas é reforçada pela cultura colonizadora e dominadora do capital e desvendar esse aparato pela via da articulação política, na “*peleia*”, é parte da arte de educar a si mesmas e do interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis (GRAMSCI, 2006), apresentando-se, no caso desta tese, como um novo olhar para a situação de subalternidade vivenciada pelos povos tradicionais.

[...] a ida pra Comissão Nacional me abriu muito a visão. Alguns povos desses que estão a nível nacional, como o pessoal das religiões de matriz africana, de terreiro, os índios também... Quando criança, na família toda, a gente ouvia falar muito mal desses povos. Isso é uma coisa que vem lá da época dos portugueses, que negro só faz coisa errada, que índio só faz coisa errada. E eu me criei escutando isso e tinha isso na cabeça também! Preconceito que colocaram na nossa cabeça e veio, veio, veio passando de geração. E eu fui descobrir lá na Comissão que não é assim. Os índios têm o jeito deles de manifestar a fé, conforme sua cultura. E os das religiões de matriz africana também, mas que foi dada outra interpretação. Lá eu vi que não era assim e fiquei até com vergonha. Daí com esse momento surgiu a ideia da Rede, e pra mim foi muito bom, porque eu já estava com esse conhecimento mais amplo e aí fui ver quais eram os povos que estavam aqui no Paraná. Daí a gente foi vendo, tipo indígenas, quais regiões, ciganos, pescador artesanal, quilombola... Tem em nível nacional, estão nos quatro cantos do Brasil e tinha aqui no Paraná também (Faxinalense, Coordenador da Rede Puxirão).

O “*preconceito que colocaram na nossa cabeça e veio, veio, veio*” é uma expressão do que Gramsci (2006) identificou como “senso comum”, “[...] isto é, a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral [...]” (GRAMSCI, 2006, p. 114), sendo que sua característica fundamental se refere ao fato “[...] de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, conforme a posição social e cultural [...]” (GRAMSCI, 2006, p. 114).

Essa subalternidade, que aparece na privação do conhecimento pleno das situações e do processo histórico, não é resultado de uma incompetência, pelo contrário, é componente da própria subalternização material imposta pelo capital, explica Martins (1989). O capital não priva as classes subalternas apenas de mercadorias, mas as priva, também, “[...] do conhecimento e do saber adequados à compreensão e à explicação do capitalismo” (MARTINS, 1989, p. 106).

Em função disso, a visão de mundo – a perspectiva da qual os sujeitos sociais procedem à leitura da realidade – é um ato político e se caracteriza como uma dimensão de disputa por hegemonia. Problematicar os preconceitos atribuídos pelos processos históricos aos diferentes povos tradicionais no Brasil e negar essa concepção, já que não é sua, representa aspectos da ruptura com a situação de “submissão, subordinação intelectual”.

[...] Este contraste entre o pensar e o agir, isto é, a coexistência de duas concepções de mundo, uma afirmada por palavras e a outra manifestando-se na ação efetiva, nem sempre se deve à má-fé. [...] Não pode deixar de ser a expressão de contrastes mais profundos de natureza histórico-social. Isto significa que um grupo social, que tem sua própria concepção do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, de modo descontínuo e ocasional – isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico –, toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é a sua, e a afirma verbalmente, e também acredita segui-la, já que a seguem em “épocas normais”, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada. É por isso, portanto, que não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também elas, fatos políticos (GRAMSCI, 2006, p. 97)

Enquanto “fatos políticos”, as interpretações e identidades atribuídas pelo Estado, como o caso faxinalense já explicitado, ou amplamente disseminadas na forma de senso comum (no sentido gramsciano), conforme relato do *Coordenador da Rede Puxirão*, produzem uma versão, uma concepção de mundo sobre os povos tradicionais

corroborando a decadência e extinção dos mesmos (SOUZA, 2010). Tal concepção tem relegado estes povos à condição de subalternidade, ou de invisibilidade, conforme expressão que aparece em diversos trechos das entrevistas.

Essa concepção de mundo hegemônica atua anulando as diversidades e, por meio de uma violência simbólica, que se dá em grande medida com os discursos oficiais, reforça a condição de subalternidade política destes povos. É por isso que um novo olhar, a produção de um novo saber sobre essa condição, pode ser considerado um instrumento (dentre outros) nos processos de disputa de hegemonia política.

Já citamos no item 1.3 o caso “do descobrimento” do Brasil como um discurso oficial que representa uma violência simbólica, cultural, sobre a história dos povos tradicionais, especialmente indígenas. O *Ilhéu 2, Liderança na Rede Puxirão* retrata mais um exemplo dessa violência cultural impetrada pelo discurso oficial do Estado e ilustra a capacidade que as trocas de experiências e de mobilização política possuem no questionamento das “verdades”.

*Acho que foi no governo Lula ainda que fizeram os encontros regionais, teve quatro no Brasil, o nosso teve aqui em Curitiba, que reuniu todos os povos tradicionais da região sul e ali foi muito discutido os pontos para as políticas públicas. [...] Descobri que o pessoal aqui do Candói, da Aldeia que os fazendeiros dizimaram, é kaigang. O Candói, que era o cacique, tá no hino da cidade que ele se matou, mas eu conheci um véinho que disse que armava gaiola pra pegar onça aqui nos mato e conheceu o índio, esse cacique, mas o véinho já morreu, sabe? Mas ele falou que **a história era outra**, que esse Candói os fazendeiro amarrou no rabo de duas mula xucra e soltou no campo pra correr, quer dizer, morreu despedaçado, né? Que a história do hino diz assim, que “o cacique guerreiro, ao ver sua terra invadida, finca o punhal no peito e ceifa sua própria vida”. O hino diz isso aí, mas **a gente acaba descobrindo que as coisas são diferentes do que passam pra nós, né?** (Ilhéu 2, Liderança na Rede Puxirão).*

Diante dos mais de 500 anos da luta indígena no Brasil, resistente a conflitos, massacres e etnocídios provindos de diferentes frentes vinculadas ao projeto do capital (como fazendeiros, mineradores, agentes estatais, etc), o que significa para o “cacique guerreiro” (liderança política dentro da tribo/aldeia indígena) desistir da luta pelo território? O discurso oficial se utiliza de um apelo moral (“ceifa sua própria vida”), de forma ardilosa, para submeter a luta indígena à derrota.

As “prosas”, os “contos”, as “cantigas” populares carregam em si uma dimensão de resistência e apresentam um novo olhar sobre a situação de subalternidade, revelando que a “*a história era outra*”. Neste sentido, Martins (1989, p. 116) comenta que a cultura popular pode contribuir para romper o silêncio dos pobres, inscrito “na verdade histórica da dominação”. As metáforas presentes nestas expressões culturais, como a narração em terceira pessoa, presente, dentre outras, na chamada música caipira, típica das populações camponesas pobres, mestiças de ascendência indígena, fala de si e por si através de um personagem, sendo que esta cisão reproduz no plano da cultura a violência que tirou do índio, do mestiço, subjugados pelo fazendeiro branco, a língua e a fala.

Nesse sentido, conforme nos ensinou Grzybowski (1991), a reapropriação da cultura popular, sua elaboração crítica enquanto negação da cultura dominante, a incorporação de um novo saber, de um novo olhar obtido na luta (na “*peleia*”) e seu uso político pelos movimentos sociais são algumas das questões mais importantes que decorrem da irrupção das classes subalternas na arena política.

A superação desse “*preconceito que colocaram na nossa cabeça e veio, veio, veio*” nos leva a indicar que:

[...] a tomada de consciência daquilo que acontece [...] e não se deixando levar pelos impulsos instintivos [...] fornece à própria ação uma direção consciente. Este é o núcleo sadio do senso comum, que poderia ser chamado de bom senso e que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente. Torna-se evidente, assim, por que não é possível a separação entre a chamada filosofia “científica” e a filosofia “vulgar” e popular, que é apenas um conjunto desagregado de ideias e opiniões (GRAMSCI, 2006, p.98)

Na vivência das lutas políticas nos movimentos sociais, “*a gente acaba descobrindo que as coisas são diferentes do que passam pra nós*”, por isso, estes espaços de articulação são por aqui identificados como intelectuais orgânicos coletivos, que contribuem para a problematização do “senso comum” e para a construção do “bom senso”, como uma nova forma de conceber a situação de subalternidade e projetar formas de superação/transformação da realidade (ou de aspectos dela) vivenciada.

A análise gramsciana contribuiu na elaboração de um conceito de intelectual destacando a perspectiva classista, permitindo que identificasse o campo do trabalho intelectual como um espaço importante para a disputa pela hegemonia (MARTINS,

2011). Portanto, “[...] a própria filosofia da práxis⁶³ é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir [...]” (GRAMSCI, 2006, p. 388).

Os depoimentos até aqui retratados nos permitem visualizar que os movimentos sociais, enquanto intelectuais orgânicos coletivos das classes subalternas, permitem aos grupos sociais, através das trocas de experiências e da luta política, a reflexão crítica sobre a realidade social mais ampla, sendo, portanto, um momento de formação.

Porque, se a gente não tiver um pouco de formação, pra ter uma linha de discussão, a gente não discute! [...] Vamos dizer assim, se você toca de dizer: eu quero saber um pouco da Rede Puxirão, mas se você não for atrás, não procurar informação, não vai ter o conhecimento que precisa! O meu irmão é muito do contexto histórico, de levantar a luta, as dificuldade. Mas vamos dizer assim, uma ação, pra gente ter uma visão de como a gente vai transformar, ele é meio devagar. Daí eu comento com ele: e você, o que tá fazendo realmente? Daí ele diz: “pois é, eu já fiz e tal...” Não é que já fez, né? A gente tem que ter a noção do que fez, do que pode fazer e como vai fazer. [...] E pra nós nisso a Rede foi muito importante! [...] (Quilombola, Liderança na Rede Puxirão).

A formação política que se realiza nas relações dentro dos movimentos sociais, mediante “a noção do que fez, do que pode fazer e como vai fazer” é, também, parte das práticas pedagógicas vivenciadas nos processos de rupturas moleculares. Por isso, além das reuniões de base, a Rede Puxirão promoveu, em parceria com universidades e ONG’s, encontros de formação e oficinas de direitos.

A Figura 6, que segue, permite-nos visualizar uma dessas experiências, mas ao longo da trajetória da Rede foram organizadas inúmeras oficinas desta natureza, envolvendo os faxinalenses, ilhéus, pescadores artesanais e benzedeiros, principalmente (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).

⁶³ [...] Nos Cadernos, Gramsci completa a sua assimilação do materialismo histórico, que nomeará mais tarde de “filosofia da práxis” (COUTINHO, 2009, p. 34). O marxismo é concebido como filosofia da práxis, o que implica afirmar uma filosofia que não só possibilita interpretar o mundo, mas também guia sua transformação, através de uma ação crítica e criativa (BOURGUIGNON, 2008, p. 61).

FIGURA 7 – Folder de Divulgação de Oficina de Direito Étnico realizada em Parceria com a Rede Puxirão – Curitiba/2011



Fonte: Rede Puxirão (2016e).

Portanto, no que compete às **práticas formais** (GOH, 2007) da Rede Puxirão, além das reuniões de base explicitadas, que reúnem as principais lideranças de cada grupo social étnico subalterno, com certa periodicidade, somam-se os encontros específicos dos segmentos/grupos sociais étnicos (de acordo com a dinâmica de cada movimento social), as oficinas de direitos, os encontros ampliados (que além das lideranças de cada grupo social étnico, contam com a participação dos demais militantes em geral), oficinas de cartografia e reuniões com representantes/setores do governo e com o Ministério Público⁶⁴ (DIÁRIO DE CAMPO, 2014).

Para fins de ilustração, a Figura 7 destaca um momento dos encontros específicos do grupo das benzedeiras.

⁶⁴ As reuniões com representantes/setores do governo serão abordadas na categoria 4.2, que versa sobre a relação com o Estado.

FIGURA 8 – II Encontro das Benzedadeiras do Centro Sul do Paraná – Rebouças/2012



Fonte: Rede Puxirão (2016f)

Conforme demonstram os depoimentos coletados, tais práticas conformam um processo pedagógico de educação não formal.

A educação não-formal [...] envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais (GOHN, 2008, p. 98)

A observação das reuniões de base, entre 2013 e 2015, assim como de algumas reuniões de grupos sociais étnicos (faxinalenses e benzedadeiras), permitiram-nos constatar que a aprendizagem política dos direitos contribuiu para que esses povos se reposicionassem na esfera pública e, a partir de outra visão acerca de sua condição social, passassem a dialogar com agentes estatais, compreendendo seu lugar na sociedade de classes.

*Qual é o nosso direito? Direitos Iguais? O pessoal fala em direitos iguais, mas **não tem direitos iguais!** [...] **Não é assim que funciona.** A gente foi aprendendo qual é o nosso direito, qual o direito do ICMbio, da Força Verde. Se nós tem o direito de viver na ilha, ou não. Então **a gente foi descobrindo que nós tem direito, nós somos nativos, povos e comunidades tradicionais, ilhéus tradicionais** (Ilhéu 1, Liderança na Rede Puxirão).*

Conforme nos colocou anteriormente Pontes (2012), os direitos, enquanto poderes/deveres que refletem as necessidades dos sujeitos dentro de uma dada sociedade, não resultam da criação abstrata por parte de técnicos. Pelo contrário, são expressão das necessidades humanas e, por isso, definidos pelas relações de forças engendradas na sociedade, na dinâmica das lutas de classes.

A percepção de que “*não tem direitos iguais*” contribui para que muitos movimentos sociais no campo se desenvolvam afirmando os direitos da lei instituída contra as práticas vigentes nas relações sociais. Dessa forma, “o resgate dos direitos e da legalidade pelos trabalhadores em suas lutas molda sua identidade coletiva” (GRZYBOWSKI, 1991, p. 55), contribuindo para a construção de uma visão de sociedade e para a definição de seu caráter conservador ou progressista.

[...] Na minha finada mãe tinham aplicado uma multa de 10 mil e deram 48 horas pra ela recorrer, e a minha mãe índia não sabia de lei, nem falar direito ela falava. Aí meu irmão pegou um advogado pra recorrer. Aí fizemos oficina [de direitos] em Guaíra, junto com o pessoal do ICMbio, e eu levei minha mãe lá, mostrei pra eles minha família. Aí o chefe lá do Parque viu, falei pra ele que era ela que eles tinham multado e tinham dado 48 horas pra recorrer. Aí ele falou: “Mas não pode uma coisa dessa, como isso?” Daí eu falei: “Pois é!” Mas foi ele mesmo que mandou o pessoal da Polícia Federal, do Ministério Público, fazer esse levantamento e passando por cima da lei. E foi depois da gente citar as leis, falar pra eles é que foram reconhecendo e viram que, na verdade, a gente tem esse direito. Hoje eles falam que os ilhéus tradicionais podem continuar lá. Mas antes eles queriam tirar de lá sem direito a nada! (Ilhéu 1, Liderança na Rede Puxirão).

Ao desconsiderar a história, a vivência dos grupos subalternos, o Estado, a partir do ponto de vista da classe dominante, segue formulando suas concepções de educação, ética e direito, etc, estabelecendo uma unidade no plano jurídico-formal e estendendo-a, de forma persuasiva, para toda a sociedade (SIMIONATTO, 2009). Nesse sentido, retomar o direito instituído e evidenciar os interesses divergentes que se expressam no campo legal é parte da construção de uma visão social crítica acerca da dinâmica societária.

Foi com a participação na Rede que a gente ficou conhecendo os direitos que as pessoas têm! [...] Sempre a comunicação é mais a favor do agronegócio, né? Gostam de mostrar como se fosse muito bonito, só a parte bonita, né? Tentam encobrir. Como o Movimento dos Sem Terra, daí só mostram a coisa feia, briga e tal. Agora a parte

boa dos Sem Terra, que planta agroecológico, que enfrenta o agronegócio, eles não mostram não! [...] Os movimentos nosso é nesse sentido, melhorar para as comunidades tradicionais, apoiar a parte da cultura (Benzedor 2, Liderança na Rede Puxirão).

Além das reuniões de base realizadas com certa periodicidade, em 2008 se deu o I Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais. Conforme destacamos na categoria temática anterior, item 3.1, já em 2009 foi realizado o II Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais, no município de Pinhão – PR. “[...] *A gente aprendeu muito nesses encontros, como a Lei 169 da OIT; a Lei 6.040, que ampara os povos e comunidades tradicionais. Tudo isso a gente aprendeu participando dessas reuniões e encontros [...]*” (Ilhéu 1, Liderança na Rede Puxirão).

Nesse II Encontro ampliado, a Rede Puxirão fortaleceu sua organização e mais esse momento pode ser considerado como um processo pedagógico na medida em que se caracteriza “[...] em ações coletivas de reciprocidade, em reconhecimento de problemas comuns, de associação e de multiplicação de forças, através da ocupação de posições e consequente socialização da política [...]” (LUIZ, 2001, p. 116), conforme nos permite visualizar a Carta Final deste Encontro.

Desejamos partilhar nesse momento, os resultados de nosso Encontro com toda a sociedade e as instituições do Estado, destacando a força da diversidade étnico e cultural mobilizada em organizações, fóruns, movimentos sociais, associações, federações que têm se articulado de forma permanente para discutir, propor, elaborar e monitorar políticas públicas junto ao Governo do Estado do Paraná (REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 2009, p. 01).

Na medida em que evidencia a força da diversidade étnica e cultural no Paraná, a experiência da Rede Puxirão corrobora o entendimento de que “[...] toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica [...]” (Gramsci, *apud* BUTTIGIEG, 2003, p. 47), já que essa relação existe no conjunto da sociedade, em todo indivíduo em relação a outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, elites e seguidores, etc (BUTTIGIEG, 2003).

A partir de toda esta dinâmica a Rede Puxirão sistematizou sua forma de **organização**, que, segundo Gohn (2007), pode ser **informal** ou **formal**. A organização informal costuma estar presente nas etapas iniciais de um movimento social e, à medida

que avança, o movimento formaliza suas dinâmicas de luta através das divisões de tarefas, funções, etc.

Observamos que a organização da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais se dá nos moldes formais, de acordo com as colocações de Gohn (2007). Essa formalização se dá, não no sentido da instituição de pessoa jurídica, mas no sentido de divisões de tarefas e funções.

As reuniões de articulação continuaram sendo feitas com apoio do CEMPO. Inspirada na organização que a APF já havia adotado, a Rede passou a atuar com a seguinte dinâmica (VANDRESEN, BUTI e SOUZA, 2014):

- Coordenação Executiva: responsável pela articulação política, realizando estratégias e tarefas de representação e negociação junto aos órgãos do Estado e a relação com outros movimentos sociais.
- Secretarias: responsáveis pela assessoria técnica (como elaboração de projetos), política (articulação com as comunidades), jurídica e de comunicação.
- Setor Financeiro: administração financeira e contábil dos projetos envolvendo a Rede.

Essa organização formal acabou contribuindo para o aprendizado político dos próprios movimentos sociais específicos, conforme relata o *Pescador Artesanal, Liderança na Rede Puxirão*:

A importância da Rede Puxirão foi na organização, pra esse começo, a gente não tinha noção nenhuma de movimento, os pescadores eram muito desorganizados. Cada um falava uma língua, as associações que tinham não representavam nada, as reuniões não levavam a nada, não se começava uma pauta pra depois passar pra outra! Era um rolo só! Não se encaminhava nada. E, depois da nossa participação na Rede, a coisa mudou, a gente teve força, a Rede teve um papel importante na parte política, uma coordenação política, um apoio nesse sentido [...]. [...] E foi através da Rede que se levantaram muitos movimentos, não foi só o dos pescadores não! (Pescador artesanal, Liderança na Rede Puxirão).
(Pescador artesanal, Liderança na Rede Puxirão).

O aprendizado de como se organizar, se mobilizar foi sendo construído, também, através das trocas de experiências. Além da trajetória prévia da APF, outros coletivos “vão importar pra dentro da Rede estratégias de luta que até então eram desconhecidas”, conformando um novo “padrão de relações políticas”.

[...] E vai ser muito importante esse contato com as religiões de matriz africana porque eles vão importar pra dentro da Rede estratégias de luta que até então eram desconhecidas pelo Movimento Faxinalense. Então vai ter muitas trocas entre os movimentos e vão definindo um padrão de relações políticas dentro da Rede. Quando os indígenas vêm, quando as religiões de matriz africana vêm eles vão trazer sua bagagem, sua forma de fazer a luta (Assessor 2 da Rede Puxirão).

Nesta troca de experiências, a Rede Puxirão diversifica suas formas de mobilização política, assim “[...] a gente começou a fazer os encontros, marcar com o Ministério Público, fizemos acampamento na frente do Palácio Iguaçu, pra denunciar as injustiças, né? Deu mais visibilidade, é ‘A Rede Puxirão’[...]” (Ilhéu 2, Liderança na Rede Puxirão). Além dessas **práticas**, a Rede atuou ainda através de “visitas aos órgãos de governo do estado, ocupação da Assembleia Legislativa do Paraná e criação de uma Frente Parlamentar e de um Grupo de Trabalho para a discussão e criação de uma política estadual de povos tradicionais”⁶⁵ (Assessor 2 da Rede Puxirão).

FIGURA 9 – Acampamento e Marcha dos Povos Tradicionais do Paraná – Curitiba/2010



Fonte: Rede Puxirão (2016g).

⁶⁵ Esta discussão será explorada no item 4.2, através do debate sobre a relação da Rede Puxirão com o Estado no Paraná.

Ainda no quesito **práticas**, em 2015, na cidade de Paranaguá, a Rede Puxirão realizou o III Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais. Na ocasião, os movimentos sociais que compõem a Rede e os pesquisadores parceiros lançaram o livro “Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil”, fazendo um balanço das conquistas e desafios desse coletivo⁶⁶ (DIÁRIO DE CAMPO, 2015). Como fruto desse Encontro, a Rede Puxirão, apoiada por pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do Instituto Federal do Paraná (IFPR), organizou o Curso de Formação de Lideranças para Povos e Comunidades Tradicionais, realizado ao longo do ano de 2016, em Curitiba.

FIGURA 10 – Folder de Divulgação do Curso de Formação de Lideranças realizado pela Rede Puxirão – Curitiba/2015



Fonte: Arquivo da autora.

Nesta categoria temática, buscamos evidenciar que os processos de disputa de hegemonia, que se realizam primordialmente no âmbito da sociedade civil, abarcam como mecanismo de luta, como “fatos políticos”, a produção de “consensos” via disseminação de visões de mundo. A hegemonia dominante atua, nesse sentido, fazendo prevalecer suas concepções sobre noções centrais da vida social, como a ética, a economia, a política, o sistema jurídico, etc, desta forma, a perspectiva da cultura ganha centralidade nas disputas por hegemonia.

⁶⁶ As pautas debatidas neste III Encontro serão contempladas na análise das demandas dos povos tradicionais, que será melhor explicitada no próximo capítulo, item 4.2, na relação com o Estado.

A cultura, em sentido gramsciano, se refere ao conhecimento dos processos históricos, da dinâmica das lutas de classes e do papel dos sujeitos na construção da realidade social (GRAMSCI, 1968, 2006; SIMIONATTO, 2008). Por isso, os coletivos organizados, como os movimentos sociais, são considerados espaços pedagógicos importantes para a crítica da cultura dominante e para a construção de uma visão alternativa, contra hegemônica, capaz de desvendar os valores e concepções gerados pelo projeto do capital.

A construção de uma visão crítica de mundo, de um objetivo comum articulado aos interesses dos grupos subalternos como instrumentos imprescindíveis das lutas por hegemonia, não são pontos de partida destes processos de disputa, assegurados por sujeitos e conteúdos pré-definidos, pelo contrário, representam “[...] uma construção em processo, uma articulação sempre submetida à reelaboração e renovação, concebida como base para uma ação política coletiva na direção da transformação social” (DAGNINO, 2000, p. 72).

E é justamente esse processo de articulação, elaboração e renovação de visões de mundo e de ações políticas que esta categoria buscou evidenciar. As práticas e formas de organização empreendidas pela Rede Puxirão na cotidianidade das lutas, na *“peleia”*, contribuíram para *“as troca de experiência”*, *“porque se vim, vai aprender mais”*, desmistificando o *“preconceito que colocaram na nossa cabeça e veio, veio, veio”*.

Ao perceber que *“a história era outra”*, estes grupos sociais étnicos subalternos tecem uma visão de mundo mais crítica, um novo olhar sobre suas situações de vida concreta e identificam *“que a gente não tá sozinho na luta”*, unificando uma pauta de luta em comum, já que *“todos os segmentos tradicionais têm esse conflito territorial”*. A vivência pedagógica evidencia que *“a gente tem que ter a noção do que fez, do que pode fazer e como vai fazer”* e, a partir disso, organizam-se em movimento social, *“na peleia lutando pelo território e pra garantir a sustentabilidade da vida”*, ou seja, no cenário das lutas políticas por hegemonia.

Neste capítulo 3, através das duas categorias temáticas de análise, buscamos elucidar a trajetória de articulação política dos povos e comunidades tradicionais no Paraná, mediante a construção da Rede Puxirão. Ao Tecer a Rede (item 3.1) destacamos o processo que forja a construção de um sujeito coletivo que, antes *“disperso”* e *“desagregado”*, passa a articular-se através do fortalecimento dos grupos sociais étnicos subalternos. Mediante a vivência político-pedagógica de aprendizagem na peleia (item 3.2), vislumbramos também nuances importantes de negação da cultura dominante e

incorporação de um novo saber, germinando questões que implicam na irrupção das classes subalternas na arena política (GRZYBOWSKI, 1991).

As duas categorias temáticas trabalhadas neste capítulo 3 nos permitiram analisar o âmbito interno da Rede Puxirão e já trouxeram elementos importantes que nos permitem identificar este coletivo como uma “rede de movimento social”, sendo: o cenário sociopolítico das lutas travadas no Paraná; sua composição e princípios articulatórios; práticas e formas de organização (GOHN, 2007), bem como a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores e objetivos comuns, os quais definem as situações antagônicas que devem ser combatidas, num contínuo processo de formação política (SCHERER-WARREN, 2012).

O capítulo 4, que segue adiante, analisa o âmbito externo da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, discute a construção de seu projeto sociopolítico e a relação estabelecida entre essa rede de movimento social e o Estado, no intento de evidenciar as possibilidades de disputa de hegemonia política.

4. A REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E AS POSSIBILIDADES DE DISPUTA DE HEGEMONIA POLÍTICA NO PARANÁ

Não se pode esquecer, portanto, que as populações submetidas a um capitalismo imposto com força têm resistido e defendido a própria terra, as próprias raízes étnicas, a própria cultura e identidade, a produção e o comércio solidário, o espírito coletivo, a alegria de viver e as festividades transmitidas até hoje por tradições seculares de sociabilidade popular e praticamente universais em todos os países da América (SEMERARO, 2009, p. 121).

4.1. O PROJETO DE “VIDA” E O PROJETO DE “MORTE”: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO SOCIOPOLÍTICO CONTRA HEGEMÔNICO

Conforme demarcamos ao longo desta tese, partimos do entendimento de que a sociedade é dinamizada pelos conflitos decorrentes das lutas de classes, tais conflitos se encontram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta contínua, ora disfarçada, ora aberta, implicando na transformação das relações sociais ou na manutenção do *status quo* (MARX e ENGELS, 2008; MILIBAND, 1999).

Estas lutas são cercadas por uma pluralidade de interesses que se materializam em diferentes espaços de disputa de hegemonia. De um lado, a classe dominante procura defender, manter e fortalecer a ordem social vigente, em nome do interesse nacional, da democracia, etc. De outro, como força contrária, está a classe subordinada atuando para modificar/erradicar as condições nas quais a subordinação é vivenciada (MILIBAND, 1999).

Conforme discutimos no capítulo 1, o advento da modernidade carrega esta dinâmica de embate de forças sociais e as discussões empreendidas pelos contratualistas representam, de certa forma, a batalha de ideias, a disputa de visões de mundo sobre o papel do Estado e os valores que regem a vida em sociedade.

A emergência do liberalismo, com destacada contribuição de Locke (1991), representou a ascensão histórica da burguesia como nova classe social e sua consolidação como classe dominante, acompanhada por uma superestrutura política de natureza liberal, resguardando os direitos individuais, considerados como direitos naturais (COUTINHO, 2006; MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

Esse processo acabou fortalecendo a noção de uma modernização funcional, com a injeção de razão instrumental nos mecanismos decisórios do Estado. No desfecho, valores típicos do liberalismo econômico, como a supremacia do mercado, a

crença nas virtudes da competição, a noção do homem como um ser movido pelo interesse do ganho (ROUANET, 2003) foram se disseminando de forma hegemônica na sociedade.

Apesar disso, como toda época ou ambiente é contraditório, as forças sociais atuam colaborando com as formas de vida oficial, mas contemplam, ainda, as condições para combatê-las implacavelmente (GRAMSCI, 1968), daí podemos pontuar que “[...] há também uma segunda vertente, que acentua a igualdade em vez da liberdade, o dirigismo em vez da livre iniciativa, e a propriedade coletiva em vez da propriedade individual” (ROUANET, 2003, p. 149).

Esta segunda vertente, chamada por Rouanet (2003) de modernização iluminista, como contraponto à razão instrumental, passa a significar a injeção de razão emancipatória no tecido social. Desta forma, a trajetória do Estado moderno veio se constituindo como um movimento em disputa, hegemonicamente frisado como legalidade abstrata, com ênfase nos direitos individuais, mas ao mesmo tempo, criticado a partir das contradições materiais de existência, que geram uma relação de desigualdade econômica e política.

De acordo com a fundamentação que apresentamos no capítulo 1, no campo dos pensadores clássicos, em parte com o contratualista Rousseau (1999a; 1999b), mas depois ganhando escopo com Marx e Engels (1998; 2008), assim como em Gramsci (2000), passa a se desvendar os diferentes interesses que permeiam o Estado Moderno e se configuram, nos marcos do capitalismo, como lutas de classes, no conflito capital-trabalho.

A percepção de que o aparato estatal se sustenta com base na sociedade de classes, e esta vive em constante tensionamento, implica em reconhecer que o poder político se encontra permanentemente em disputa, embora a classe dominante exerça, peremptoriamente, a hegemonia sobre as forças produtivas e sociais.

Assim sendo, tal disputa constitui o aspecto contraditório que dinamiza a realidade social no contexto do capitalismo e torna a luta pela hegemonia um elemento decisivo para a construção e consolidação de projetos políticos, inclusive anticapitalistas.

É, portanto, conforme discutimos no item 1.2, no âmbito da sociedade civil, nos diferentes “aparelhos privados de hegemonia” (como escolas, igrejas, partidos, meios de comunicação, sindicatos, etc) que as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja,

buscam ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso, mediante relações de forças (COUTINHO, 2008).

Lembramos aqui que a noção de projetos políticos adotada neste estudo, conforme apresentamos no item 1.3, refere-se ao conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos/classes sociais (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006; NETO, 2013).

Tais projetos abarcam estratégias de atuação política, mas expressam, produzem e veiculam também significados que integram matrizes culturais mais amplas, apresentando uma imagem da sociedade a ser construída, por isso, abarcam um conjunto de valores para justificá-la e meios (materiais e culturais) para concretizá-la (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006; NETO, 2013).

De acordo com a discussão do capítulo 1, a lógica privatista do capital se materializa no projeto político neoliberal, que ganhou força a partir das décadas de 1970 e 1980, chegando com maior expressividade na América Latina a partir de 1990, em função das orientações preconizadas pelo Consenso de Washington⁶⁷.

A classe dominante, operando formas de produção e organização do convencimento nas sociedades capitalistas (PRONKO e FONTES, 2012), veiculou o entendimento de que o Estado se encontrava em crise, relacionada aos custos das demandas sociais (COSTA, 2006). E assim, diante dos desafios da conjuntura econômica, era necessário tomar medidas no sentido de: superar a crise fiscal; delimitar o tamanho do Estado (via privatizações e terceirizações); estimular a centralidade do mercado na coordenação dos processos econômicos e fomentar a criação de um setor público não estatal (BRESSER PEREIRA, 1998).

Desta forma o projeto neoliberal seguiu reafirmando-se como o projeto político hegemônico e se legitimou, inclusive ideologicamente, a partir da justificativa de certa necessidade de ajustar o Estado, e suas relações com a sociedade, às exigências de um

⁶⁷ Evento realizado em 1989, nos Estados Unidos da América, que recomendou a convergência de pensamento sobre as políticas públicas dos anos 1980, a partir dos governos de Ronald Reagan e George Bush, para a América Latina. A partir de 1990 as premissas neoliberais apregoadas foram se disseminando pelos países latino-americanos, centradas em pontos como: 1) disciplina fiscal; 2) priorização/focalização do gasto público; 3) realização de uma reforma tributária; 4) estabelecimento de taxas de juros positivas; 5) apreciação e fixação do câmbio, para torná-lo competitivo; 6) desmonte das barreiras tarifárias e paratarifárias, para estabelecer políticas comerciais liberais; 7) liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro; 8) privatização das empresas públicas; 9) ampla desregulamentação da economia; e 10) proteção à propriedade privada. Seus resultados foram desastrosos, levando à crise, à insolvência econômica e à estagnação econômica dos países da região, além da concentração de renda (MARTINS, 2016).

novo momento das relações de acumulação capitalistas, marcado pela sua reconfiguração global (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006).

Isso ocorre porque, conforme vimos, “[...] a burguesia organiza o consenso (ativo e passivo) dos dominados mediante a disseminação de normas e valores, com grande incidência no terreno cultural” (SIMIONATTO, 2008, p. 20). Diante do discurso “da crise” e da necessidade de estabilidade os “aparelhos privados de hegemonia” a serviço da classe dominante (com destaque para os grandes meios de comunicação) veiculam a saída neoliberal como a única forma de se garantir o desenvolvimento econômico, com competitividade, e a estabilidade política no país.

Nessa direção tem agido, tradicionalmente, o Estado brasileiro e as opções políticas adotadas tem incidido com grande intensidade sobre as classes subalternas, via sucateamento das políticas sociais e ameaças aos direitos dos trabalhadores. No caso dos povos e comunidades tradicionais, sujeitos desta pesquisa, incidem ainda de forma direta e imediata a flexibilização das políticas ambientais⁶⁸, de acordo com o explanado nos capítulos 1 e 2.

Conforme vimos, o modelo primário-exportador, baseado na exploração predatória e intensiva das riquezas naturais, voltado para o mercado externo, assentado no latifúndio e na monocultura (ACSELRAD, ALMEIDA, BERMANN, *et al*, 2012; LÖWY, 2013; FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2014) transforma terra, água, ar e conhecimentos tradicionais em mercadorias, acelerando a onda de privatizações (HARVEY, 2010) e acirrando conflitos violentos no campo, como uma das faces das lutas de classes na contemporaneidade. Essa tem sido uma dimensão bastante expressiva do projeto neoliberal no Brasil.

Contudo, embora venha se colocando de forma hegemônica, o projeto neoliberal não anula a articulação e a organização de projetos alternativos, contra hegemônicos, já que os processos de disputa por hegemonia estão prenhes de contradições e sujeitos a conflitos (CARNOY, 2008), uma vez que a sociedade civil, como espaço do antagonismo, apresenta brechas, pontos de cisão da hegemonia existente (SCHLESENER, 2001), lançando mão de um conjunto de contra instituições (GRUPPI,

⁶⁸ A atual conjuntura política do país tem demonstrado a virulência do projeto neoliberal sobre os direitos das classes subalternas. No dia 22 de novembro, de 2016, lideranças indígenas de diversos povos, acompanhados de outras comunidades tradicionais, como pescadores artesanais, quilombolas e quebradeiras de coco, cercaram o Palácio do Planalto na tentativa de ocupação. O movimento é parte do protesto contra a PEC 241-55, que congelará investimentos públicos em áreas como saúde e educação; a PEC 215, que retira do Executivo a exclusividade de demarcar terras indígenas; e o Projeto de Lei 4059/12, que libera a venda de terras para estrangeiros (CARTA CAPITAL, 2016).

1978), que são germinadas como forças de resistência ao domínio político-cultural burguês.

Relembramos aqui que a disputa de projetos políticos se refere a uma conjuntura muito particular da luta de classes, quando a hegemonia do projeto em vigor entra em crise e as forças sociais ainda não conseguem consolidar um novo projeto societário, de forma mais ampla (STEDILE, 2016). Uma série de sujeitos coletivos, como movimentos sociais e organizações populares, que marcaram presença no Brasil desde as décadas de 1970 e 1980 evidenciam estas disputas.

A construção de novos formatos de sociabilidade, de novas formas de fazer política (GECD, 1998-1999; DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006) e o reconhecimento da sociedade civil como espaço de resistência e de pactuação política são dimensões de uma contra hegemonia (ainda que em nível molecular), cujo processo de estruturação não ocorre somente a partir do campo econômico, mas também no campo das ideias e dos valores, pois, conforme discutimos, a luta pela hegemonia, na perspectiva gramsciana, encerra em si um debate sobre a cultura (SIMIONATTO, 1998).

Mesmo que, obviamente, tais experiências de mobilização popular não tenham se consolidado como um projeto político hegemônico as mesmas alimentaram um conjunto de crenças, de concepções de mundo acerca de outro modelo de sociedade. Tais concepções, enquanto utopias, são importantes nas fases de formação das “vontades coletivas”, já que são capazes de tecer a crítica ao existente e “[...] desta crítica tem-se um processo de distinção e de modificação no peso relativo que os elementos das velhas ideologias possuíam [...]” (GRAMSCI, 2000, p. 288).

A utopia é uma dimensão importante do projeto político das classes subalternas, já que, segundo Vázquez (2001), as utopias respondem a aspirações de grupos/classes sociais que se mostram críticos em relação à determinada realidade social, e por isso supõe certa ideologia.

Não existe utopia pura, à margem da visão crítica e dos valores que a orientam, caso se aspire a realizar na alternativa social a realidade criticada. Neste sentido, toda utopia supõe ou traz emaranhada certa ideologia. Mas, pelo contrário, nem toda ideologia conduz a determinada utopia. Certamente, uma ideologia conservadora, que aceita e justifica a realidade presente, não necessita de uma visão crítica e, portanto, da utopia como alternativa a ela. Por outro lado, a ideologia de uma classe oprimida e explorada, que não aceita o que é e inspira sua destruição, desemboca na utopia de uma sociedade melhor na qual espera se realizem os princípios e valores negados ou inexistentes na realidade presente (VÁZQUEZ, 2001, p. 363-364)

Diante deste debate, e a partir das colocações de Gohn (2007), consideramos o **projeto sociopolítico** como um dos elementos centrais de um movimento social, que se constrói no plano das ideologias, estando presente sob a forma de visão de mundo, dando direção ao movimento. Se aperfeiçoado, pondera a autora citada, este projeto pode representar uma proposta mais ampla para toda a sociedade.

As críticas construídas pelos movimentos populares no período mencionado encontram eco nas bandeiras de luta contemporâneas, e é justamente nesta trajetória que situamos os elementos que compõem a noção de **projeto sociopolítico** (GOHN, 2007) da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais.

Conforme evidenciamos no item 3.1, na categoria temática Tecendo a Rede, o registro inicial de articulação coletiva dos grupos sociais étnicos subalternos no Paraná tem como marco a luta *“dos posseiros que resistem nos faxinais”*, que mais tarde desembocou na organização da APF, movimento faxinalense. A trajetória de mobilização dos posseiros contou a assessoria da CPT, organização inspirada pela Teologia da Libertação, conforme nos relataram o *Faxinalense, Coordenador da Rede Puxirão* e o *Assessor 1 da Rede Puxirão*.

Além dos faxinalenses, outros movimentos sociais que compõem a Rede Puxirão tiveram um vínculo importante no processo de organização política com a CPT, e mais tarde com o CEMPO, como os ilhéus e quilombolas, conforme pudemos demonstrar no capítulo 3.

Como pontuamos anteriormente, a Teologia da Libertação levou a interlocução entre a esquerda latino-americana e o cristianismo popular, contribuindo para a construção de críticas ao projeto político dominante, assim como para a valorização da cultura indígena e afro-americana, com a efervescência de uma pluralidade de organizações populares (SEMERARO, 2009).

Esta experiência fomentou uma concepção de mundo contra hegemônica, que passou a orientar a ação política de diferentes sujeitos coletivos e está na base de uma expressão que, com frequência, passamos a acompanhar nas reuniões da Rede Puxirão: *“projeto de Deus”* (DIÁRIO DE CAMPO, 2014; 2015).

[...] Eu comecei a participar das pastorais, sempre das pastorais sociais, onde a vida das pessoas tá em jogo! [...] A minha participação é daquele que acredita em Deus, mas que tem que fazer alguma coisa pra salvar o ser humano da opressão! [...] Eu não tenho mais dúvida disso, que o projeto de Deus é um projeto céu e terra! [...] Não há “o” projeto de Deus, há projeto pra nós aqui na

terra construir. Não tem um projeto pronto, nós é que temos que construir, de acordo com nosso conhecimento, nosso envolvimento e nossa fé. Eu falo nas reuniões nossas que na humanidade existem dois projetos: um que é o mais social, humano, solidário e tem o outro, que é o capitalista, que só pensa no lucro. Pra esse não importa a vida, não importa o ser humano, só o lucro, mesmo que seja pra beneficiar dois ou três. [...] O caminho é esse, e tá em construção, não tá pronto! E quem tá aí vai ter que se mexer! [...] Um projeto que seja solidário, onde não haja explorador e explorado, que não haja individualismo. Nesse projeto a gente tá tentando envolver gente e construir ele! Isso é o que a gente chama de projeto de Deus, o contrário disso não é o projeto de Deus, mas que está aí também rolando os dois juntos e cada passo se chocam! Cada passo a gente se enfrenta, porque uns querem conduzir de um jeito e nós queremos de outro. Daí a gente é ameaçado de morte, é caluniado [...] por causa disso tudo, desse entendimento [...] (Faxinalense, Coordenador da Rede Puxirão).

O “projeto de Deus” é uma construção social derivada da militância nas pastorais sociais, vinculadas à dinâmica da Teologia da Libertação, que se desenvolveu na América Latina. O próprio CEMPO, ONG apoiadora da Rede Puxirão, é uma dissidência desta dinâmica, pois tem suas origens na CPT, conforme já discurremos.

Embora movido pela religiosidade, este tal projeto possui uma dimensão histórica, já que “*Não há ‘o’ projeto de Deus, há projeto pra nós aqui na terra construir. Não tem um projeto pronto, nós é que temos que construir*”, via o engajamento político de sujeitos coletivos, movimentos sociais, na medida em que “*a gente tá tentando envolver gente e construir ele!*”, a partir de estratégias de atuação política (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006; NETO, 2013).

Os conceitos que embasam a concepção do “projeto de Deus” estão em sintonia com um conjunto de ideias presentes na chamada “utopia da libertação” na América Latina, via Teologia da Libertação.

Segundo Scherer-Warren (2011), apesar das diversidades regionais e das vivências específicas dos diferentes povos latino-americanos, um conjunto de ideias básicas podem ser apontadas: valoriza-se o compromisso com a realidade histórica, o que implica uma avaliação das condições de existência da maioria populacional, que se encontra submetida a situações de opressão e miséria, daí a busca por mecanismos de libertação; tem como princípio orientador a opção pelos pobres e parte do pressuposto de que o homem é sujeito de sua história, portanto, engajado em movimentos sociais reconstrói sua dignidade.

Embora haja uma intensa correlação de forças dentro Igreja Católica, envolvendo a Teologia da Libertação⁶⁹, Löwy (1991) defende que a opção em favor dos pobres no cristianismo pela libertação se traduz, na prática, pelo engajamento de diversos sujeitos, como membros das comunidades de base, agentes pastorais, padres, etc, pela constituição de associações de bairro nas favelas, formação de oposição de lutas de classes nos sindicatos, organização de movimentos de camponeses e defesa de prisioneiros políticos contra a tortura.

Este impulso de contestação das relações de exploração e de construção de frentes de luta pela transformação social repercute no conjunto de crenças e de visões de mundo sobre o que deve ser a vida em sociedade (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006; NETO, 2013), que toma corpo na dinâmica da Rede Puxirão como utopia de uma nova sociedade: *“Um projeto que seja solidário, onde não haja explorador e explorado, que não haja individualismo”*.

Através do *“projeto de Deus”* evidencia-se, também, a força opositora: *“o capitalista, que só pensa no lucro. Pra esse não importa a vida, não importa o ser humano, só o lucro, mesmo que seja pra beneficiar dois ou três”*.

“O outro, que é o capitalista” expressa a relação com os **opositores**, sujeitos com quem se negocia, já que estes detêm o poder sobre o bem demandado (GOHN, 2007), sendo este mais um elemento das categorias de análise de movimentos sociais, sintetizadas no Quadro 1, item 2.1. É importante registrar que esta negociação se dá mediante intensos conflitos e correlações de forças entre as classes, pois enquanto visões de mundo diferenciadas estão *“rolando os dois juntos e cada passo se chocam! Cada passo a gente se enfrenta, porque uns querem conduzir de um jeito e nós queremos de outro”*

⁶⁹ Em relação às raízes da Teologia da Libertação, Scherer-Warren (2011) relata que sua origem está atrelada a uma série de acontecimentos, nos 1960 o Documento do Conselho Vaticano II recomendou uma doutrina com orientação social, reconhecendo a validade das experiências diárias e da mudança, ocasionando certa reorientação no ativismo católico. Somado a isso, consta deste período a encíclica *Populorum progressio*, dirigida à América Latina, com orientações no sentido da superação da miséria e da injustiça. A partir de então, dois acontecimentos marcaram o processo de radicalização da Igreja latino-americana, que passa a comprometer-se com “os pobres”: a II Conferência do Episcopado Latino-americano, em 1968, em Medellín, na Colômbia; e a III Conferência do Episcopado Latino-americano, em 1979, em Puebla, no México. Este conjunto de medidas acirrou as relações de forças dentro da própria Igreja Católica e três correntes se delinearam: 1. a dos conservadores (Igreja Tradicionalista); 2. a dos moderados/progressistas (Igreja Modernizadora); e 3. a ala radical/progressistas radicais (Igreja Profética). A terceira corrente esteve vinculada a Teologia da Libertação, contudo, de forma minoritária, já que a corrente dos moderados consagrou-se como hegemônica dentro da Igreja, daí decorrem as tensões e relações de forças.

Corroborando a discussão do capítulo 2, os **opositores** da Rede Puxirão, agentes dos “projetos opressores”, são identificados através do agronegócio e de representantes estatais, vinculados ao projeto do capital para o campo, conforme evidencia a Carta Final do I Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais:

Denunciamos os **projetos opressores**, como o agronegócio do pinus, eucalipto, soja, fumo, e milho e a grande pecuária que expulsam nossas famílias dos territórios, destroem nossa cultura e a biodiversidade. O equívoco e falta de sensibilidade de setores governamentais e ambientalistas em relação à criação de Parques e Reservas de proteção integral em territórios tradicionalmente ocupados desconsiderando a presença humana em áreas de preservação. As grandes propriedades tomadas pelos monocultivos, afetam e muitas vezes destroem nossos povos e comunidades, bem como, impedem nossa reprodução social e cultural (REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 2008, p. 01, *grifo nosso*).

Em nossa interpretação, os conflitos territoriais materializam e expressam as disputas de **projeto sociopolítico** entre a Rede Puxirão e seus **opositores**, já que os territórios tradicionais e os capitalistas são distintos, totalidades diferenciadas nas quais se produzem relações sociais diferentes e modelos divergentes de desenvolvimento (FERNANDES, 2008).

*O agronegócio, com o latifúndio, é a concentração de terra e de poder, dominar os trabalhadores pra fazer girar a economia, economia que fica concentrada pra uns e todo o resto trabalha. Vão administrando, excluindo e cada vez capitalizando mais e provocando mais exclusão. A partir da exclusão, faz a dominação pela necessidade da população, porque o cara excluído não tem pra onde ir, se obriga a trabalhar pelo preço que acha. Isso aí é um **projeto de morte** mesmo! De escravidão. E agora, usando esse negócio de veneno na comida, acabou mesmo consolidando o **projeto de morte**! Porque isso aí mata desde os animais até os seres humanos. **E isso aí não é pra transforma o mundo pra melhor não, é só por dinheiro mesmo. Mundo melhor é quando todos têm vez, voz e vida!** Que possa caminhar livre, em liberdade, fazer o que gosta, se divertir também. Onde todo mundo tem as coisa que precisa. Aí sim vai valer a pena! Mas enquanto tiver gente passando fome, gente morrendo de peste e doença, um pouco de gente com tanto que não sabe nem o que faz e a maior parte na miséria... Esse não é o mundo que a gente sonha, nem é o mundo que a gente deseja pra ninguém! E é por isso que **a gente tem que continuar lutando**, tá ativo nas peleia. Entrar nos espaços públicos, tentar fazer a diferença. Não dá pra parar, só quando morre mesmo (Ilhéu 2, Liderança na Rede Puxirão).*

É importante destacar aqui que durante o processo da pesquisa, na observação sistemática das reuniões (de 2013 até 2015) e no estudo dos documentos, não identificamos de forma direta o **projeto sociopolítico** da Rede Puxirão, ou seja, não

aparecem nas falas dos militantes e nas Cartas Finais dos Encontros realizados algo como a expressão “o projeto da Rede Puxirão é ...”, contudo, enquanto um conjunto de interesses, de concepções de mundo e representações do que deve ser a vida em sociedade a orientar a ação dos sujeitos (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006; NETO, 2013) tal projeto existe e vai sendo delineado no depoimento dos entrevistados.

*A ganância do agronegócio é assim: se eles pudessem ser dono do mundo, seriam, né? **A terra é uma fonte de vida, eu respeito ela como mãe terra.** Tudo vem dela: a água, a comida, a roupa que nós veste e o remédio também, tudo vem dela! [...] Eu acho que Deus fez o sol, a lua, a gente... tudo numa irmandade. [...] **O projeto de Deus é isso, direitos iguais pra todos e todas.** Porque diz que o tar de viver em comum era assim: eu podia chegar na tua casa e pegar uma galinha ali, você não era dono! Ninguém dizia nada! Ia ali pegava um cavalo e usava... Tem um companheiro meu que falou que na comunidade dele era assim também. [...]. Na minha casa as criação é assim! Tem um vizinho meu que pega por conta meu cavalo, eu não ligo! Depois sorto no mato e me conta. A minha vivência é assim (Benzedor 2, Liderança na Rede Puxirão).*

O conjunto de crenças que se evidencia nos depoimentos expressam significados que integram matrizes culturais mais amplas, apresentando uma imagem da sociedade a ser construída (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006; NETO, 2013): “*salvar o ser humano da opressão! [...] onde não haja explorador e explorado, que não haja individualismo*”; “*Mundo melhor é quando todos têm vez, voz e vida!*” e “*direitos iguais pra todos e todas. [...] viver em comum*”.

Estas crenças podem ser situadas no cenário mais amplo das lutas sociais na América Latina, onde um “projeto popular” de sociedade foi sendo fermentado, mediante “[...] uma concepção alternativa de mundo onde se cruzam matrizes marxistas e religiosas, componentes indígenas e africanas, uma disputa de valores recriados a partir de diversas tradições políticas e culturais” (SEMERARO, 2009, p. 10).

As raízes da Rede Puxirão, conforme pudemos elucidar no item 3.1, estão assentadas nesta tradição cultural, especialmente pelo vínculo com a CPT, que esteve embebida nos valores disseminados pela Teologia da Libertação.

Este projeto popular, alternativo de sociedade não é uma criação linear e não se desenrola mediante um evento específico ou um momento extraordinário, pelo contrário, é socialmente construído no interior dos movimentos sociais, através do ensaio de práticas novas de poder e de política (SEMERARO, 1999), sendo, portanto, molecular, no sentido que “[...] modificam as relações sociais fundamentais e novas

forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta mais incoercível, as forças oficiais [...]” (GRAMSCI, 2002, p. 328).

Desta forma, na perspectiva da totalidade, esta disputa se assenta no terreno econômico, mas carrega uma dimensão cultural. Uma nova concepção de mundo, que oriente a ação política dos sujeitos/classes sociais, via projeto político coletivo capaz de disputar hegemonia, exige a construção daquilo que Gramsci chamou de “vontade nacional popular” (SIMIONATTO, 2009).

Esta “vontade”, enquanto uma consciência coletiva, “[...] só se forma depois que a multiplicidade se unifica através do atrito dos indivíduos [...]” (GRAMSCI, 2000, p. 333), daí decorre a centralidade dos espaços de articulação coletiva dos grupos subalternos.

Esta seria a grande função do partido político, o “moderno Príncipe”, segundo expressão de Gramsci (2000), que nos termos de hoje entendemos caber para outros espaços de organização e articulação coletiva, como os movimentos sociais, conforme já defendemos no capítulo 1.

[...] O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna (GRAMSCI, 2000, p. 18).

A construção desta “vontade coletiva nacional popular”, enquanto nova hegemonia (COUTINHO, 2009), não é algo que ocorre espontaneamente, é parte da atividade árdua e cotidiana dos espaços de organização política popular, que atuam para descolar a ideologia dominante que fora, de forma persuasiva, inculcada na visão de mundo dos subalternos, mediante o movimento de superação do “senso comum” e de construção do “bom senso” (GRAMSCI, 2006).

Já que o projeto político dominante do capital não é parte do “*mundo que a gente sonha, nem é o mundo que a gente deseja pra ninguém*” cabe aos diferentes coletivos populares, como os movimentos dos povos e comunidades tradicionais, “*continuar lutando, tá ativo nas peleia*”.

Segundo a reflexão de Gramsci, este processo de ruptura com a ordem vigente não ocorrerá de forma abrupta, já que os grupos subalternos sempre sofrem a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam, e toda unificação que buscam construir é continuamente quebrada pela iniciativa das classes dominantes, desta forma

“só a vitória ‘permanente’ quebra, e não imediatamente, a subordinação” (Gramsci *apud* SEMERARO, 2014, p. 67). Conclui-se que a ruptura nunca é instantânea, mas sim uma atividade política difícil, demorada e processual (SEMERARO, 2014).

Nesta trajetória de luta, Gramsci considerou os perigos da fragmentação dos grupos populares subalternos, mas reconheceu que “todo sinal de iniciativa autônoma da parte dos grupos subalternos deveria, portanto, ser de valor inestimável [...]” (Gramsci *apud* SEMERARO, 2014, p. 68).

É aí que os movimentos sociais dos grupos sociais subalternos, denunciando as contradições do sistema e o aprofundamento das divisões de classe, projetam um conjunto de novas relações sociais, um projeto alternativo de sociedade (SEMERARO, 2014), “uma forma superior e total de civilização moderna”.

Tais movimentos:

[...] se organizam local e mundialmente com a intenção de romper o capitalismo e construir um projeto alternativo de sociedade e de civilização. Inúmeras atividades desencadeadas pela Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), as organizações indígenas, a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), o Grito dos Excluídos, o Fórum Social Mundial (FSM), a Rede Jubileu Sul, o Fórum das Américas, a Assembleia Popular, a Marcha Mundial das Mulheres, a Consulta Popular, o Movimento Unificado dos Negros, as pastorais sociais, mobilizações de estudantes, práticas de educação popular, protestos, consultas e plebiscitos (Alca, Vale, tarifas energéticas, Petróleo, Ficha limpa, Propriedade da Terra, Clima, entre outros), revelam uma atuação de primeira linha das forças populares no âmbito da sociedade civil (SEMERARO, 2014, p. 72).

É neste espectro de lutas que situamos a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais. Ao sistematizar a trajetória da Rede Puxirão no Paraná, tarefa cumprida no capítulo 3, pudemos visualizar a articulação dos grupos sociais étnicos subalternos no estado (item 3.1), que mediante a construção de um olhar crítico sob sua condição concreta, através de práticas político-pedagógicas (item 3.2), torna-se um sujeito coletivo de luta no âmbito da sociedade civil.

Com isso, a trajetória dos diferentes coletivos e movimentos sociais que compõem a Rede partilham de um conjunto de representações e de visões sobre a sociedade que demarcam um posicionamento contra hegemônico sobre a ordem vigente, e no nível molecular, como parte da “atividade política difícil, demorada e processual de quebra da subordinação” (SEMERARO, 2014) indicam como elementos do seu **projeto sociopolítico** uma sociedade justa socialmente e radicalmente democrática (“*onde não*

haja explorador e explorado”; “quando todos têm vez, voz e vida!”; “direitos iguais pra todos e todas”), assentado na problematização de aspectos cruciais do modelo vigente, como a mercantilização da vida, da natureza (“*A terra é uma fonte de vida, eu respeito ela como mãe terra*”).

Tem três pontos que eu vejo fundamental, pra luta de nós pobres, eu acho assim, nessa coisa, que os quatro elementos, a água, a terra, o ar e o fogo são inalienáveis da vida, não só dos homens e das mulheres, de todos os animais, da harmonia da criação, e isso não deve e não pode ser mercadoria. Essa é uma esperança, um sonho grande, e enquanto eu existir quero defender isso. Então tem três pontos pra isso: primeiro, tem que haver espaço de debate com a comunidade [...], precisa se reunir com frequência, pra fazer a prosa, falar da vida, da política [...] e fazer o debate. O segundo ponto: nem todo mundo tem a mesma chance de estudar, e a gente precisa se formar, no sentido de estudar, de ler muito e ter elementos pra defender a vida naquele grupo que você participa, porque senão vai chegar um momento, como esse que a gente tá vivendo agora, que você não tem elementos pra entender a situação e discutir. [...] O terceiro deles é uma mística, uma espiritualidade que realmente te alimente! Uma mística que te dê coragem de dizer que “enquanto viver, eu quero lutar”. Posso até errar, nos embates, na luta, mas prefiro errar, ser derrotado, perseguido, do que tentar acertar sem os povos do meu lado, sem a comunidade comigo! [...] (Assessor 1 da Rede Puxirão).

Este **projeto sociopolítico**, como um aspecto da atividade política processual de construção de uma “vontade coletiva nacional popular”, se coloca em movimento na dinâmica das relações sociais, mediante a práxis⁷⁰ política, que abarca: “nosso conhecimento, nosso envolvimento”; “se formar, no sentido de estudar, de ler muito e ter elementos pra defender a vida”; “Entrar nos espaços públicos, tentar fazer a diferença” e “coragem de dizer que ‘enquanto viver, eu quero lutar’”.

A práxis política é, neste sentido, um ingrediente fundamental para a construção de um projeto político alternativo aos ditames do capital pelas classes subalternas, e segundo Vázquez *apud* Bouguignon (2008), abrange a atividade político-ideológica das classes sociais que tem como meta transformar a organização e direção da sociedade, interferindo nas ações do Estado e em sua relação com a sociedade civil.

⁷⁰ Práxis [...] é processo decorrente da prática social humana. Expressa processos de criação e transformação de um sujeito coletivo e, como atividade objetiva, é orientada por uma finalidade de transformar matérias-primas presentes no mundo natural, social e cultural, na medida em que se transformam em objetos de atenção de um ser que é social e historicamente determinado. Através da práxis o homem se transforma, pois atua, objetiva-se, expressa-se de forma crítica e criativa e abre-se, enquanto potencialidade, ao responder às possibilidades e desafios que o movimento da realidade natural, social e histórica lhe coloca (BOURGUIGNON, 2008, p. 69).

Esta práxis envolve, portanto, a posição de classe que os sujeitos ocupam na sociedade e exige posicionamentos que expressem a diversidade de interesses, por isso, coloca em choque propósitos políticos contraditórios (conservação *versus* transformação das relações sociais) e culmina na mobilização e participação social dos diferentes grupos sociais (BOURGUIGNON, 2008).

A finalidade de transformar o *“projeto de morte”*, que se expressa na *“concentração de terra e de poder, dominar os trabalhadores [...], excluindo e cada vez capitalizando mais e provocando mais exclusão [...], [...] faz a dominação pela necessidade da população [...] E agora, usando esse negócio de veneno na comida [...]”* abarca a utopia.

É importante levar em conta que a utopia envolve duas dimensões, dois planos. No primeiro abarca a *“[...] imagem ou projeto de um futuro melhor, que se contrapõe ao presente real [...]”* (VÁZQUEZ, 2001, p. 370) e no segundo, a orientar uma ação efetiva, se expressa *“[...] na consciência dos homens [...] e inspira determinada prática”* (VÁZQUEZ, 2001, p. 370).

Em consonância com esta interpretação destacamos a observação de Scherer-Warren (2011) de que a construção de um projeto de transformação no âmbito dos movimentos sociais deve, também, se dar em torno de duas perspectivas: 1. a utopia de construção de uma nova sociedade, no sentido de se transformar a partir de um processo gradual, em que novas relações societárias vão sendo construídas e 2. o objetivo específico em torno do qual se trava a luta.

Complementa esta colocação a noção gramsciana de que as metas da *“vontade”* devem ser *“concretas”* e *“racionais”*, ou seja, teleologicamente planejadas, a partir das condições objetivas da realidade histórica (GRAMSCI, 2000; COUTINHO, 2009).

Na experiência da Rede Puxirão, além da perspectiva utópica (*“onde não haja explorador e explorado”, “quando todos têm vez, voz e vida!”*, *“direitos iguais pra todos e todas”, “a água, a terra, o ar e o fogo são inalienáveis da vida [...] e isso não deve e não pode ser mercadoria”*), a prática efetiva e o objetivo específico se materializam na luta pelo território.

O que move essa nossa luta é a volta do território todo! Porque a volta do território todo é 1.245 alqueire, que tá em processo de titularização e mais 2.300 alqueire que nem entrou em processo. Então daí isso é uma transformação da sociedade, porque esse território tá na mão dos latifundiários, com soja e milho transgênico, e se retomar nós vamos produzir o alimento saudável, né? Se você for

*lá hoje naquele pedacinho que nós tamos já tem abóbora, batata doce, mandioca... Então onde era soja já virou mandioca, batata doce, então pra nós isso é um avanço e essa é a nossa visão. A volta do território para que os negros da Invernada tenham dignidade! A diferença é grande porque a questão da volta do território, enquanto... vamos dizer assim pequeno [agricultor]... Nós tamos pensando em plantar hortaliças, cebola, que já tamo plantando, e **pensando no nosso auto sustentando, não é no lucro**. Primeiro tamo pensando no que nós vamo comer, depois vê o comércio. **E é agroecologia que a gente faz**. Daqui mais um tempo já tamo colhendo nossa primeira produção agroecológica lá. Nada de produto químico, só adubo orgânico, e isso é muito bacana (Quilombola, Liderança na Rede Puxirão).*

Estes povos, submetidos a um capitalismo imposto com força, têm resistido e defendido a própria terra/território, suas raízes étnicas, modo de produzir, sua cultura e identidade, transmitidos por tradições seculares de sociabilidade popular (SEMERARO, 2009). Por isso, é no arraigo das comunidades nos territórios que reside sua força para resistir e para propor projetos de vida diferentes da lógica hegemônica que vem se impondo (MONTENEGRO, 2010).

Desta forma, a luta pelo território é um meio material (além de cultural) para a busca e construção de um projeto societário alternativo, enquanto uma imagem da sociedade a ser construída (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006; NETO, 2013). Esta luta conforma aquilo que Fernandes (2008) denominou de conflitualidade, ou seja, um processo de enfrentamento permanente, que evidencia as contradições e desigualdades típicas do sistema capitalista.

A conflitualidade pressupõe disputas e conflitos territoriais, uma vez que uma classe não se realiza no território de outra classe, ou seja, os territórios campestres e tradicionais são distintos dos territórios do agronegócio e sustentam relações sociais diferenciadas (FERNANDES, 2008).

Neste sentido, enquanto os territórios do agronegócio produzem para o mercado/lucro, ou seja, se organizam para a produção de mercadorias, os territórios campestres e tradicionais se ocupam de sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida (FERNANDES, 2008). Diante da conflitualidade, as disputas territoriais envolvendo os povos tradicionais são, também, uma dimensão das disputas de **projetos sociopolíticos**, pois a conquista dos territórios tradicionalmente ocupados “é uma transformação da sociedade, porque esse território tá na mão dos latifundiários”.

Como forma de enfrentamento, os diferentes grupos sociais étnicos subalternos sustentam um conjunto de valores ético-políticos contra hegemônicos, que designamos aqui pela expressão “projeto de vida”, que ilustra esta categoria temática, emerge das falas dos sujeitos de pesquisa e evidencia a contraposição ao “*projeto de morte*” (“*concentração*”, “*exclusão*”, “*dominação*” e “*veneno na comida*”), vinculado ao agronegócio e ao latifúndio, **opositores** dos grupos sociais étnicos subalternos.

E em diferentes territórios, a cultura podia ser um pouco diferenciada, mas o conflito era o mesmo! A madeireira, agora o agronegócio, que rompe com as culturas tradicionais e ameaça estas culturas. Se a gente não freiar isso, muitas culturas tradicionais vão se acabando, vão morrer. Então pra muitos povos os conflitos de enfrentamento têm os mesmos opositores, né? (Assessor 1 da Rede Puxirão).

O “projeto de vida” se organiza a partir da percepção de que os territórios tradicionais são condição *sine qua non* da existência coletiva destes povos, que utilizam deste espaço “[...] para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida [...]” (FERNANDES, 2008, p. 285).

Este projeto se sustenta na utopia de que um “*Mundo melhor é quando todos têm vez, voz e vida!*” e a relação com a terra, contrariando a lógica mercadológica do capital, é concebida como “*uma fonte de vida, eu respeito ela como mãe terra*” e para isso “*[...] a gente precisa se formar, no sentido de estudar, de ler muito e ter elementos pra defender a vida*”.

No “projeto de vida” o modo de cultivar a terra “*é agroecologia que a gente faz*”, viabilizando a sustentabilidade dos recursos naturais, os saberes ancestrais e a diversidade alimentar, dando “vida”, continuidade aos saberes gerados e transmitidos pela tradição. Ou seja, a existência coletiva dos povos e comunidades tradicionais.

A agroecologia [...] constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) “que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura” (Leff, 2002, p. 42) (GUBUR e TONÁ, 2012, p. 57).

No Brasil, o termo agroecologia passou a ser utilizado em 1989, ao longo da década de 1990 foi ganhando espaço e nos anos 2000 os movimentos sociais, em

especial os vinculados a Via Campesina, incorporaram o debate agroecológico à sua estratégia política (GUBUR e TONÁ, 2012).

Por isso, além de um conjunto de práticas, com uma dimensão tecnológica, que supõe não usar agrotóxicos na produção, a agroecologia é também considerada um movimento social, que envolve relações em diversos âmbitos, social, econômico, cultural e político. Envolve, de um lado, uma relação mais harmoniosa com a natureza, mas abarca, ainda, a valorização das sementes tradicionais (as chamadas “sementes crioulas”), a interação com outros saberes e práticas tradicionais, como a pesca artesanal, a coleta extrativista, o quintal, etc. Desta maneira, a diversidade, em contraponto a monocultura, é a palavra chave de um sistema agroecológico (PACHECO, 2016).

*[...] Nosso trabalho é resgatar a cultura e preservar e defender a natureza dos agrotóxicos, porque **nós trabalhamos com agroecologia** e com plantas medicinais, que hoje em dia as que tão na beira das estradas já não dá pra pegar, porque tem veneno. E proteção das fontes de água do monge João Maria, pra deixar os olho d'água livre de veneno e de lixo, plástico e lata... Ter distância de veneno, porque alguns dos remédio são meio perto de lavoura. Manter as árvore em volta, pra que pegue sombra e as energia das árvores. E também valorizar os faxinais, lutar contra a destruição, porque tem muito remédio que tem só no faxinal, como os remédio de árvore, esse não tem como manter no quintal. Alguma coisa a gente mantém no quintal [...], mas o mais graúdo é lá no faxinal mesmo. Zelar pra ser mantido, né? Porque tem muitos em extinção já, tão desmatando demais [...]* (Benzedeira 1, Liderança na Rede Puxirão).

Em nossa interpretação, a agroecologia, como um aspecto deste “projeto de vida”, pode ser identificada como mais uma prática político-pedagógica vivenciada pelos grupos sociais étnicos subalternos, uma experiência de organização coletiva que se viabiliza através das brechas, dos pontos de cisão da hegemonia existente (SCHLESENER, 2001).

Como abarca, além do momento prático e tecnológico, as dimensões social, política e cultural, a vivência da agroecologia depende dos territórios tradicionais e as disputas territoriais, por sua vez, são lutas concretas associadas a uma luta anticapitalista. Desta forma, a agroecologia conforma uma prática contra hegemônica dos povos e comunidades tradicionais.

Agroecologia é maneira de viver e é a linguagem da natureza [...]. Não é uma mera proposta de tecnologia ou de produção prática [...] não pode ser

aplicada da mesma forma em todos os territórios. [...] Se baseia em princípios [...] para compartilhar semelhanças na diversidade de nossos territórios, é praticada de muitas maneiras diferentes, e cada setor contribui [...] com sua realidade e cultura local, respeitando a Mãe Terra e os valores comuns [...]. Práticas de produção agroecológica (como consórcio, a pesca tradicional e transumância pastagem, integração de culturas, árvores, animais e peixes, adubação verde, compostagem, uso de variedades de sementes locais e raças locais de gado, etc.) se baseiam em princípios ecológicos como a preservação do solo e da vida, reciclagem de nutrientes, gestão dinâmica da biodiversidade e conservação da energia em todas as escalas. A agroecologia reduz drasticamente o uso de insumos adquiridos externamente que devem ser comprados na indústria. Além disso, não há pesticidas, hormônios artificiais, geneticamente modificados ou outras novas tecnologias perigosas [...] Os **territórios são um pilar fundamental da agroecologia**. Povos e comunidades têm o direito de manter seus próprios relacionamentos espirituais e materiais com suas terras [...] têm o direito de proteger, desenvolver, controlar e reconstruir suas estruturas sociais habituais e manejar suas terras e territórios, incluindo as áreas de pesca, tanto politicamente quanto socialmente. Isto implica no reconhecimento pleno de suas leis, tradições, costumes, sistemas e instituições de posse e é o reconhecimento da autodeterminação [...] (VIA CAMPESINA, 2016, s/p, *tradução nossa, grifo nosso*).

Gubur e Toná (2012) corroboram esta perspectiva contra hegemônica da agroecologia quando defendem que esta forma de produzir e viver não se restringe meramente ao desenvolvimento de experiências de agriculturas de base ecológica, já que incorpora processos de organização social que se orientam pela luta política de transformação social, apontando para a construção de um projeto alternativo de campo que, em última análise, é incompatível com o sistema capitalista.

Portanto, o “projeto de vida” espelha a perspectiva de território para viver e se coloca em choque com o “*projeto de morte*”, que fundamentado pelo projeto do capital para o campo, baseado na concentração de terras, na monocultura e no uso predatório dos recursos naturais, impacta na “morte” da sociobiodiversidade.

Estes territórios para viver, que se ocupam da existência, do desenvolvimento das dimensões da vida, são os chamados não capitalistas (FERNANDES, 2008), onde se inserem os territórios tradicionais. Os grupos sociais se utilizam dos saberes ambientais, das ideologias e identidades coletivas para estabelecer e manter estes territórios. Os valores criados neste processo se expressam no regime de propriedade, nos vínculos afetivos com seus territórios específicos, na história da sua ocupação presente na memória coletiva, no uso social que se dá ao território e nas suas formas de defesa (LITTLE, 2002).

Como características, retomando o que colocou Diegues (2008), os territórios tradicionais possuem fraca acumulação de capital, dependência limitada de mercado,

importância das relações de parentesco, tecnologias manuais de pouco impacto sobre a natureza, mantendo conservada a biodiversidade.

É, também, característica destes territórios o uso comum das terras (LITTLE, 2002), com uma lógica diferenciada da propriedade privada burguesa. Estes elementos apresentados compõem a noção do “*tar de viver em comum, [...] A minha vivência é assim*”; “*um povo em comum [...] entrosamento mesmo*” presente nos diferentes grupos sociais étnicos subalternos da Rede Puxirão.

*[...] A minha vontade era que a gente voltasse pras terra de novo, é isso. Mas não volta mais... [silêncio]. A nossa luta lá menina, era muito bom! Não sei se porque a gente era jovem, fica lembrando, né? [...] Você se alegrava de tá fazendo o bem pro outro. [...] Hoje tá meio difícil, aqui nesse mundo individualista. Porque **lá era assim, um povo em comum**, “vamo fazer isso”, e todo mundo tinha prazer em tá junto. E **não tinha preço de mão de obra**, tá somando pra fazer as coisas, não tinha disso não. Hoje é tudo por dinheiro! Mas não sei não, hoje se voltasse, acho que o pessoal já perdeu isso, esse vínculo, mesmo se voltar, acho que isso não resgata mais. [...] Lá era assim: **a gente matava uma criação, repartia com todo mundo**, até onde alcançava. Depois outro fazia isso. E não tinha esse negócio do tô dando pra devolver, porque todo mundo tinha. [...] **Não tinha assim também aquele negócio de planta grandes roça pra vende, fazer dinheiro. Não! Plantava pra alimentação, sobrava, aí vendia! No mais, era entrosamento mesmo [...]. Essas fogueira, de São Pedro, São João... Tinha tudo isso! Folia de Santo Reis. Baile de família tinha todo sábado**, começava quando tava escurecendo e ia até o outro dia! [...] O povo era muito simples. Eu penso assim, é sonho, mas eu penso: se a gente resgatasse, a gente voltava a viver um pouco mais, [...] porque a gente não aproveita nada dessa vida nesse mundo atribulado! A vida é quando você se alegra, tem felicidade de tá junto com as outras pessoas, pra mim a vida é isso! Eu penso assim. O que passa disso é ilusão, não é riqueza, é passageiro [...] (Ilhéu 2, Liderança na Rede Puxirão).*

A extinção dos chamados territórios tradicionais (LITTLE, 2002; DIEGUES, 2008) implica na “morte” dos grupos sociais étnicos subalternos, pois assegurar o território significa manter vivos, na memória e nas práticas sociais, o manejo dos recursos naturais, os sistemas produtivos e a dimensão simbólica da vida destes povos, pois no território estão impressos os acontecimentos/fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo e os significados culturais que compõem sua identidade social (SILVA, 2007).

[...] Eu fui criado dentro das Ilhas. Tanto que, quando eu vou ali pra Ilha do Rio Paraná... A turma aqui do Candói comenta que, quando vão pra fora, na hora que volta parece que o mundo tá se abrindo assim... É bem assim que eu sinto quando chego lá! Eu vou me encontrando, sabe? É bem assim! Parece que tá no paraíso. Por que será que a gente sente isso, né? (Ilhéu 2, Liderança na Rede Puxirão).

Dessa incompatibilidade irreconciliável entre territórios, mediadas pelas crenças, interesses e concepções de mundo é que situamos as disputas de **projetos sociopolíticos** que envolvem os interesses do capital, projeto hegemônico, e os interesses dos povos e comunidades tradicionais do Paraná, que em nível “molecular”, expressam suas perspectivas contra hegemônicas de luta.

O enredo desta disputa é construído cotidianamente na sociedade civil, pelas ações de resistência nos territórios tradicionais, que exigem mobilização, diálogo entre os grupos subalternos e com as agências estatais, formação política e embates, conforme fomos observando no percurso desta pesquisa (DIÁRIO DE CAMPO, 2013; 2014; 2015; 2016).

Considerando que a sociedade civil é composta por uma heterogeneidade de sujeitos e interesses (inclusive conservadores) e uma pluralidade de projetos sociopolíticos, sendo alguns pouco democratizantes (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006), os embates envolvem situações de confronto, ameaças e violência.

Nessa caminhada, “a gente se enfrenta [...] é ameaçado de morte, é caluniado [...] por causa disso tudo, desse entendimento”. Essa correlação de forças na luta pelos territórios no Paraná é uma constante na trajetória dos diferentes grupos sociais étnicos subalternos e assim “[...] são tudo parecido, os pescador, cipozeiros, benzedeiros, os índio... Tudo tem ameaça!” (Benzedor 2, Liderança na Rede Puxirão).

As ameaças vivenciadas deixam transparecer, como bem se sabe, que o projeto do capital se consolida de forma hegemônica e coloniza agências estatais a seu favor.

*A repressão é a mesma, muda um pouco o inimigo. Por exemplo, pra nós os pescadores industrial era um conflito, um inimigo, pros indígenas já é o **agronegócio**. São **grandes empresas** também, os **fazendeiro** que vão invadindo a terra deles. E ataca a gente também outros, antes era o **IAP**, o **IBAMA**, hoje também tem o **ICMbio**. Então a própria política, do jeito que vai, não beneficia nada nas comunidades tradicionais. E daí isso tem o mesmo sentido para os outros também. (Pescador Artesanal, Liderança na Rede Puxirão).*

Evidente está que o projeto sociopolítico da Rede Puxirão, aqui demonstrado a partir de um conjunto de valores, crenças e concepções de mundo que atravessam as falas dos sujeitos de pesquisa, não constitui, por si só, a “vontade” capaz de realizar “uma forma superior de civilização”, ou seja, um projeto contra hegemônico capaz de enfrentar os ditames do capital.

Contudo, ao considerarmos a disputa por hegemonia um processo gradual, uma atividade política difícil, demorada (SEMERARO, 2014) travada no âmbito da sociedade civil, reconhecemos que os diferentes movimentos sociais populares, como a Rede Puxirão, quando organizados coletivamente, podem construir pactos políticos contra hegemônicos, a partir de crenças em comum, que espelham utopias e alimentam a ação política dos grupos subalternos, ainda que, a princípio, em pautas específicas.

Deste tensionamento, aspectos das relações sociais vigentes podem ser combatidos e novas forças políticas podem influenciar indiretamente, com pressão lenta, mas de forma incontida, as forças oficiais (GRAMSCI, 2002). Para tanto, além da utopia, como projeção societária, a luta política exige ação, organização política.

[...] O projeto deve ser entendido por todo elemento ativo, de modo que ele veja qual deve ser sua tarefa na realização e na efetivação; que o projeto, sugerindo uma ação, torna possível prever-lhes as consequências positivas e negativas, de adesão e de reação, e contém em si as respostas a estas adesões ou reações, vale dizer, oferece um terreno de organização. Este é um aspecto de unidade de teoria e prática (GRAMSCI, 2000, p. 285).

No conjunto de elementos para a construção de um projeto sociopolítico dos povos e comunidade tradicionais no Paraná, a partir da experiência da Rede Puxirão, a utopia de uma sociedade “*onde não haja explorador e explorado*”; “*quando todos têm vez, voz e vida!*”; “*direitos iguais pra todos e todas*”; “*a água, a terra, o ar e o fogo são inalienáveis da vida [...] e isso não deve e não pode ser mercadoria*” implica no engajamento político dos diferentes grupos sociais étnicos subalternos e em medidas práticas, efetivas, objetivos específicos (VÁZQUEZ, 2001; SCHERER-WARREN, 2011), como “*a volta do território todo*” e o “*povo todo organizado*”.

Organização, eu almejo organização. Eu queria no futuro ver nós organizados, no estado, como setor sul e sudeste, não só no Paraná, mas nos outros estados também. Nós, principalmente aqui no sul e sudeste, ainda estamos muito desorganizados e a gente acaba perdendo muito com isso, os setores mais organizados, as outras regiões mais organizadas, puxam pra lá e ganham com isso, como norte, nordeste. Por isso a minha vontade é ver esse povo todo

***organizado! E pra nós da pesca eu queria ver um território demarcado, com ordenamento pesqueiro, com organização e representação, que fosse atingido. Que o povo possa compreender que sem luta, sem organização e sem união a gente não vai chegar a lugar nenhum!** Temos conquistas com o nosso movimento aqui, o MOPEAR, aqui no litoral, mas temos mesmo é muita coisa pra conquistar ainda. Temos também muita coisa encaminhada já (Pescador Artesanal, Liderança na Rede Puxirão).*

Nesta categoria temática procurou-se elucidar mais um dos elementos centrais dos processos de disputa de hegemonia política. Conforme já defendemos em outros momentos deste trabalho, as disputas por hegemonia pressupõem: 1. a articulação dos grupos sociais das classes subalternas; 2. a construção de uma visão crítica de mundo, através de práticas pedagógicas; 3. a organização de uma vontade coletiva, que dê tessitura a um projeto sociopolítico; 4. com rebatimentos na modificação/transformação das relações de poder político, ou seja, com influência no Estado.

Os pressupostos 1 e 2 foram discutidos no Capítulo 3 e a presente categoria temática – O Projeto de Vida e o Projeto de Morte – tratou de discorrer sobre os elementos para a construção de um projeto sociopolítico contra hegemônico a partir da experiência da Rede Puxirão.

Ao longo da análise desta categoria temática frisamos que, no decorrer da pesquisa, não encontramos evidências que demarcassem de forma direta e unívoca o projeto sociopolítico da Rede Puxirão. No entanto, partimos do entendimento de que este projeto não se caracteriza como um documento formal e nem sempre se evidencia na unidade direta de opiniões e visões, pelo contrário, é construído a partir de um conjunto de interesses e concepções de mundo que se evidenciam através da utopia e ganham concretude na ação política.

O fato de não evidenciarmos de forma direta o projeto sociopolítico da Rede Puxirão não anula a existência de elementos que compõem este importante instrumento de luta pela hegemonia, como esperamos ter demonstrado ao longo desta análise a partir da expressão “projeto de vida”, como um tema que emergiu dos conteúdos das entrevistas com os grupos sociais étnicos subalternos.

Com isso, consideramos ter respondido nossa segunda questão de pesquisa, que versa sobre a existência, ou não, de um projeto sociopolítico da Rede Puxirão. Os dados mostram que tal projeto existe e foi construído a partir da trajetória de luta dos diferentes grupos sociais étnicos da Rede Puxirão, que mobilizados em movimentos sociais, forjaram-se coletivamente nos embates e projetaram um conjunto de valores e

crenças que embasam a ação política, via organização e luta pela permanência e/ou retomada dos territórios.

A Rede Puxirão, enquanto uma rede de movimentos sociais, ao agregar os diferentes grupos sociais étnicos subalternos que se encontravam “*dispersos*” propiciou a unificação da luta através de um conjunto de forças sociais que buscam a transformação das relações sociais vigentes sob a batuta do capital.

A retomada do território é uma estratégia de luta pela transformação destas relações vigentes e implica, em última análise, em modificações na estrutura de poder. Ou seja, as disputas territoriais são lutas concretas, assim como a luta por demais direitos (saúde, educação, trabalho, entre outros) e estão associadas a uma luta anticapitalista, já que o projeto sociopolítico dominante neoliberal não é capaz de garantir condições dignas de vida para os povos.

Da reflexão feita até aqui fica a questão: a articulação dos grupos sociais étnicos no estado, com um novo olhar sobre as condições de subalternidade vivenciadas e os elementos (utópicos e práticos) do projeto sociopolítico da Rede Puxirão serão suficientes para a inserção dos povos tradicionais no cenário de disputa de hegemonia política do Paraná?

A resposta a esta indagação central virá na sequência, por meio da análise da relação da Rede Puxirão de Povos e Comunidades com o Estado.

4.2 RELAÇÃO COM O ESTADO: ALGUNS AVANÇOS E MUITA DIFICULDADE

De acordo com a discussão inicial desta tese, abordada no capítulo 1, a concepção de Estado, em si mesma, está envolta por disputa. De um lado, podemos apontar a noção de Estado como um ente político requerido para garantir certa estabilidade social mediante a proteção dos direitos individuais, incluindo o zelo pela propriedade privada, viabilizando a ordem e as condições favoráveis para a dinâmica do mercado, que atua como mecanismo regulador da vida social (ROUANET, 2003; COSTA, 2006; MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

Como contraponto, a vertente crítica desvenda que tal “estabilidade” está assentada no controle e na coerção que os interesses dos proprietários (classe dominante), via Estado, exercem sobre a ampla maioria dos indivíduos, que no capitalismo, enquanto classes subalternas, encontram-se em situação de exploração

econômica e opressão político-cultural (ROUANET, 2003; COSTA, 2006; MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

A primeira vertente, caracterizada pelos ideais liberais embebidos na obra de Locke, foi reconhecida como portadora de aspectos emancipadores na Europa do século XVIII, uma vez que tecia críticas ao poder centralizado do Estado absolutista, abrindo espaço para uma nova configuração social (COSTA, 2006; MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

Contudo, a novidade dos limites ao poder do Estado, em detrimento dos interesses dos cidadãos, e de seus direitos individuais, sucumbiu às condições concretas de existência impostas pelo modo de produção capitalista, que concentrou a propriedade privada e relegou os não proprietários (a imensa maioria da população) à condição de explorados⁷¹. A cidadania, portanto, se torna abstrata, uma vez que o Estado age em favor do capital e dos proprietários, cumprindo seu papel de zelador da propriedade privada (COSTA, 2006; MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

Os relatos históricos das condições de trabalho do operariado nos primórdios do capitalismo nos permitem enxergar a situação de exploração vivenciada pelos trabalhadores, mediante as duras e extensas jornadas de trabalho; a falta de higiene, que tornava os espaços laborais absolutamente insalubres e a baixa remuneração, que inviabilizava a subsistência de suas famílias⁷². Diante de tudo isso, a resistência operária

⁷¹ Sustenta esta conclusão o estudo publicado pela ONG britânica Oxfam, em janeiro de 2017, no relatório “Uma economia a serviço dos 99%”, onde se destaca que oito pessoas concentram em suas mãos a riqueza equivalente de outros 3,6 bilhões, a metade mais pobre da população mundial. A organização atribui a responsabilidade por essa situação, que qualifica de “extrema, insustentável e injusta”, ao atual modelo econômico, que atua a serviço do 1% mais rico da população. Neste relatório apontam-se, especialmente, as grandes empresas acusadas de estarem “a serviço dos mais ricos” e de se guiarem por um único objetivo: maximizar a rentabilidade de acionistas e investidores. Em 2015, as dez maiores empresas do mundo obtiveram um faturamento superior à receita total dos governos de 180 países, e claro, esse crescimento não foi distribuído entre as camadas da sociedade. Esse modelo econômico, indica ainda o relatório, é baseado numa série de falsas premissas, entre as quais está a ideia de que a riqueza individual extrema não é prejudicial, mas um sintoma de sucesso, ou que o crescimento do PIB deve ser o principal objetivo da elaboração das políticas. As premissas equivocadas incluem acreditar que os recursos do planeta são ilimitados ou que o atual modelo econômico é neutro do ponto de vista do gênero (EL PAÍS, 2017).

⁷² Desde seus primórdios, a exploração do trabalho é parte da dinâmica e da natureza do capital, assim, para ilustrar registra-se aqui que no mês de dezembro de 2016 o Brasil foi a primeira nação a ser condenada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos por não prevenir a prática de trabalho escravo moderno e de tráfico de pessoas. Entre 2003 e 2016 foram registrados 3.053 casos de situações de trabalho análogas à escravidão, com 46.177 escravos/trabalhadores libertados. Desde 2003 o país começou a publicar o “Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo”, mais conhecida como a “Lista Suja do Trabalho Escravo”, que reúne nomes de empresas ou pessoas que colocaram trabalhadores em situações degradantes ou forçadas de trabalho. No entanto, essa importante ferramenta, reconhecida internacionalmente, não foi publicada pelo governo Michel Temer no último ano, o que pode sinalizar um retrocesso maior a caminho (CARTA CAPITAL, 2017a).

foi se convertendo em luta política, transformando-se em sindicatos de trabalhadores fabris, entre outras formas de contestação (SINGER, 2008).

As instâncias organizativas do operariado foram reprimidas com violência pelo Estado, através de proibições regulamentadas pelos Parlamentos (como aconteceu na Inglaterra e na França, por exemplo), mediante reclamações dos capitalistas (SINGER, 2008). Tais proibições foram tornando o cenário político cada vez mais tenso e violento e as relações de forças foram deixando evidente o papel central que o Estado exercia no estabelecimento do sistema capitalista. Foi justamente neste cenário que, no século XIX, Marx e Engels (2008) denunciaram no *Manifesto do Partido Comunista* o caráter de classe do Estado e ponderaram a luta de classes como o motor da história, como já apresentamos no capítulo 1.

Considerando a contradição como o movimento inerente da realidade social, a dinâmica de organização política dos trabalhadores implicou, em diferentes momentos da história, em instrumento de pressão sobre o Estado e, de certa forma, em disputa com a classe dominante.

Neste sentido, Singer (2008) entende que as primeiras leis fabris, com todas suas deficiências, foram os primeiros direitos sociais conquistados na era do capitalismo industrial (como a limitação de idade para o trabalho infantil e a regulação da jornada de trabalho, entre outras medidas), apesar disso, alerta o autor:

A conquista de direitos sociais, em geral, nunca pode ser considerada definitiva, enquanto o antagonismo de classe permanecer e provocar reações dos setores mais conservadores da sociedade, que nunca se conformam com a concessão de direitos que, a seus olhos, são privilégios injustificados (SINGER, 2008, p. 226).

A face coercitiva do Estado, inclusive o sistema burocrático e legalista, para além do militar, tornou-se um instrumento de repressão da classe trabalhadora, contribuindo para a legitimação do projeto hegemônico do capital. Apesar disso, as forças sociais das classes subalternas seguiram agindo a partir de estratégias de resistência e de disputas políticas⁷³.

Ainda que tais disputas não tenham galgado força social suficiente para transformar a condição de subalternidade imposta pelo capitalismo a amplos setores

⁷³ Para obter maiores informações sobre os levantes, motins e organizações políticas dos trabalhadores na trajetória do capitalismo consultar Singer (2008), onde consta um resgate histórico da luta do movimento operário por direitos sociais.

sociais, a inovação das formas de lutas coletivas configurou um terreno político complexo.

Desta forma, além da face coercitiva do Estado expressa na “sociedade política” (GRAMSCI, 2000), as correlações de forças passaram a se dar em diferentes espaços, nos chamados “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, nas instâncias as quais os indivíduos aderem voluntariamente e que, de forma sutil (ou não), se tornam mecanismos de construção de visões de mundo, de “consenso”, mediante a diversidade de interesses presentes na sociedade civil, como os meios de comunicação, as escolas, sindicatos, associações científicas e artísticas, igrejas, entre outros (SIMIONATTO, 2004; COUTINHO, 2008).

A partir de tal complexidade, a classe dominante se apropria destes mecanismos “privados” da sociedade civil, impondo sua visão, seu projeto societário de forma hegemônica e universal (SIMIONATTO, 2009), ainda que não abra mão dos mecanismos coercitivos. Neste sentido, a luta pela hegemonia, no âmbito do capitalismo, tem no terreno da sociedade civil seu principal espaço de disputa, já que as classes subalternas também se utilizam desta instância para a articulação coletiva e luta política, sem perder a confiança em sua força social e no futuro.

[...] no que se refere aos Estados mais avançados, onde a “sociedade civil” tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna. Assim como nesta última ocorria que um implacável ataque de artilharia parecia ter destruído todo o sistema defensivo do adversário (mas, na realidade, só o havia destruído na superfície externa, e, no momento do ataque e do avanço, os assaltantes defrontavam-se com uma linha defensiva ainda eficiente), algo similar ocorre na política durante as grandes crises econômicas: nem as tropas atacantes, por efeito da crise, organizam-se de modo fulminante no tempo e no espaço, os atacados tampouco se desmoralizam, nem abandonam suas defesas, mesmo entre as ruínas, nem perdem a confiança na própria força e no próprio futuro (GRAMSCI, 2000, p. 73).

No sentido de compreendermos a dinâmica contemporânea de disputa por hegemonia política envolvendo os povos e comunidades tradicionais cabe a provocação: “[...] O que significa Estado? Só o aparelho estatal ou toda a sociedade civil organizada? Ou a unidade dialética entre o poder governamental e a sociedade civil?” (GRAMSCI, 2006, p. 263).

É justamente a partir desta unidade dialética que as classes subalternas, mediante formas de organização coletiva, têm buscado mobilizar no âmbito da sociedade civil

uma diversidade de sujeitos políticos, com destaque aqui para as redes de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2012), no sentido de garantir o reconhecimento de direitos e a redefinição das relações políticas, mediante a interferência na dinâmica estatal, ainda que em pautas, a princípio, específicas.

Estas pautas específicas demandadas pelos movimentos sociais são parte das “pequenas lutas cotidianas”, que embora não convertam de pronto às relações de poder estabelecidas podem culminar “em transformação molecular das bases do Estado”.

[...] Nosso Partido [...] coloca-se à frente das massas também em suas pequenas lutas cotidianas pelo salário, pela jornada de trabalho, pela disciplina industrial, pela moradia, pelo pão. [...]. A medida do êxito do Partido no seu conjunto, [...] de transformação molecular das bases do Estado democrático será a medida de nossos progressos no caminho da revolução, permitindo a passagem para uma fase subsequente de desenvolvimento (GRAMSCI, 1987, p. 107).

Em relação ao partido, a discussão realizada no capítulo 1, item 1.2, destacou que enquanto um intelectual orgânico coletivo, o partido é compreendido como o espaço capaz de canalizar a insatisfação e a rebeldia dos subalternos, recompondo os fragmentos ideológicos de recusa da ordem dominante, no sentido de apontar um novo projeto de vida social (GRAMSCI, 1968; DEL ROIO, 2007). Conforme fundamentamos, na contemporaneidade, diferentes coletivos populares, como os movimentos sociais, por exemplo, assumem a função outrora designada ao partido tradicional⁷⁴.

Ao longo deste trabalho, em diversos momentos, demarcamos as “lutas cotidianas” dos povos e comunidades tradicionais no Brasil como parte da dinâmica das lutas de classes na contemporaneidade, travadas na sociedade civil, com vistas a impactar as ações estatais e as relações de poder vigentes, ainda que de forma “molecular”.

Em acordo com o que já discutimos, são exemplos desde o Movimento Indígena, na década de 1970, como também a experiência dos Seringueiros, na década de 1980, e mais recentemente a organização dos coletivos Quilombolas, entre tantos outros povos que vêm se autoreconhecendo como comunidades tradicionais, com formas próprias de organização social e tendo no acesso aos seus territórios condição inexorável de

⁷⁴ O recorte da tese não contempla a abordagem dos partidos formais, mas nesta concepção gramsciana indicada, na noção de partidos estão incluídas outras formas de organização social e política, conforme esclarecemos acima, o que permite ao estudo fazer esta aproximação conceitual.

reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica (BRASIL, 2013; SILVA, 2007).

Em nosso debate, a concepção do Estado Amplo, no sentido de “[...] Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2000, p. 244), sustenta nossa interpretação de que as lutas dos povos e comunidades tradicionais, enquanto grupos sociais étnicos subalternos, têm mobilizado um conjunto de sujeitos e de valores no campo da sociedade civil, fomentando “consenso” entorno de pautas correlatas, que tensionam a ordem vigente, como a função social da terra e a problemática da mercantilização dos recursos naturais, que fere a autonomia dos povos.

As lutas territoriais tem sido, portanto, a estratégia de enfrentamento ao projeto hegemônico do capital, que de forma dura reage se apropriando dos “aparelhos coercitivos e burocrático-executivos” do Estado (GRAMSCI, 2000).

Esta ação coercitiva se desenrola no âmbito da coação e da ameaça física⁷⁵, mas também na dimensão legalista. Na esfera federal, as recentes medidas de desmonte das estruturas administrativas voltadas para a regularização fundiária, como o caso do INCRA, da FUNAI e do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, já citadas em outro momento, dão o tom da posição do Estado brasileiro diante das demandas dos povos camponeses e tradicionais.

Ainda no que tange estas ameaças legalistas, não bastasse à polêmica da PEC 215, que sugere transferir ao Congresso Nacional a palavra final sobre as demarcações de terras indígenas, o atual Ministro da Justiça e Cidadania autorizou a criação de um Grupo Técnico Especializado (GTE), por meio da Portaria nº 68/2017, que altera parte do atual modelo de demarcação de terras indígenas, vigente desde 1996, já que inclui um novo trâmite a esta pauta, no intuito deste Grupo “fornecer subsídios em assuntos que envolvam demarcação de terra indígena” (RACISMO AMBIENTAL, s/p, 2017).

⁷⁵ Em 2016, o relatório “Em Solo Perigoso”, da ONG Global Witness, traz o Brasil no topo do ranking de assassinatos violentos provocados por disputas de território rural. No ano de 2015, 185 pessoas morreram em situações de violência no campo em todo mundo, sendo que o número é 59% maior do que o de 2014. Só no Brasil, foram 50 assassinatos. Neste relatório, a ONG alerta para a falta de investigação de crimes relacionados a conflitos de terra no Brasil e pede maior proteção para ativistas da causa. O texto cita a história de Isídio Antônio, que era líder de uma comunidade de pequenos produtores do Maranhão e uma das vítimas mais recentes. Depois de receber diversas ameaças de morte por denunciar a extração ilegal de madeira, Isídio acabou assassinado e o crime não foi solucionado. Os dados do “Em Solo Perigoso” revelam ainda que, em 2015, 40% das vítimas contabilizadas em todo o mundo eram indígenas (BBC, 2017).

Além de alterar a tramitação burocrática das demarcações, à revelia de consulta aos povos diretamente interessados, desrespeitando as orientações da OIT 169, da qual o Brasil é signatário, a experiência deste GTE⁷⁶ é bastante similar ao chamado “Grupão”, criado no início dos anos 1980, no crepúsculo da ditadura militar, que tinha como missão emitir pareceres sobre os territórios identificados e delimitados pela FUNAI nos processos de demarcação. Na prática, o “Grupão” acabou por retirar da FUNAI a autonomia do processo de demarcação das terras indígenas e terminou estagnando as demarcações e homologações, conforme apontaram ativistas e pesquisadores da área naquele momento (RACISMO AMBIENTAL, 2016).

A investida da “sociedade política”, ou seja, dos “aparelhos coercitivos e burocrático-executivos” (GRAMSCI, 2000) contra as demandas dos povos e comunidades tradicionais no Brasil, em sintonia com o projeto hegemônico do capital, comprova que a conquista de direitos nunca pode ser considerada definitiva, já que o antagonismo entre as classes provoca reações dos setores mais conservadores da sociedade civil, que não se conformam com os direitos conquistados (SINGER, 2008).

A partir daí faz sentido propor que, além das alianças, das pactuações e das “lutas cotidianas” travadas pelas classes subalternas na sociedade civil, estes grupos ocupem “posição”, também, na sociedade política, visando romper processualmente as relações de dominação e contemplando “[...] valores sociais diferentes dos dominantes, não no sentido de inclusão total dos anseios, mas numa direção teleológica formulada pela classe subalterna” (LUIZ, 2008, p. 48), por isso mesmo, de forma “molecular”, nos termos gramscianos.

Este processo de ocupar “posições” no âmbito da “sociedade política” tem como pré-requisito a articulação, a tomada de “posições” no âmbito da sociedade civil, esfera da mediação de interesses e de construção do “consenso”. A experiência de luta dos movimentos sociais no Brasil e a influência nos processos de regulamentação dos direitos sociais, com destaque para a Constituição Federal de 1988, podem ser analisadas à luz desta interpretação. O reconhecimento dos territórios tradicionais dos povos indígenas e quilombolas, inscrito no texto da Carta Magna, é fruto de uma ampla

⁷⁶ Depois de críticas do Ministério Público Federal e da FUNAI, o Ministério da Justiça revogou no dia 20 de janeiro a Portaria MJ 68/2017 ao publicar a Portaria MJ 80/2017. O atribulado e inconsulto processo de aprovação, revogação e substituição da medida que visa alterar o processo de demarcação de terras indígenas, elogiado por Michel Temer, é por si só violador de direitos. Ele demonstra a dificuldade do governo brasileiro em dialogar com os povos indígenas e respeitar outros modos de vida (CARTA CAPITAL, 2017b).

mobilização política na sociedade civil, ainda que não estejam isentos de conflitos, ameaças e possíveis retrocessos.

Lançando nosso olhar ao terreno paranaense, no que compete aos povos e comunidades tradicionais, de acordo com as análises realizadas nos itens 3.1; 3.2 e 4.1 desta tese, podemos considerar que a experiência da Rede Puxirão conquistou, progressivamente, espaço na sociedade civil mediante o encontro e a articulação entre diferentes grupos sociais étnicos subalternos (*“uma forma de lutar junto”, “ter uma luta coletiva dos povos”, “essa luta de unificação foi um avanço pra gente”, “todo mundo na peleia lutando pelo território e pra garantir a sustentabilidade da vida”, etc*), assim como o diálogo e a parceria entre tais grupos, ONGs e universidades (como a CPT, o CEMPO, o IEEP, a Terra de Direitos e os pesquisadores envolvidos com a cartografia social, entre outros), produzindo um campo de influência que, a princípio, gerou um reposicionamento destes povos diante de sua própria história (*“a história era outra”, “conhecer um pouco a história do povo”, “escrever a história do povo”*) e no processo de questionamento da ordem vigente, do projeto hegemônico dominante (*“o projeto de vida” versus “o projeto de morte”*).

Estes são aspectos, ainda que no nível “molecular”, daquilo que, nas palavras de Coutinho (2008, p. 58), Gramsci indicou como “guerra de posição”:

[...] onde o Estado é restrito, o movimento revolucionário se expressa através da “guerra de movimento”, ou seja, como choque frontal, como algo explosivo e concentrado no tempo. [...] quando o Estado já se ampliou, o centro da luta de classe está na “guerra de posição”, isto é, numa conquista progressiva (ou processual) de espaços no seio e através da sociedade civil.

Ainda que não possamos afirmar que a articulação coletiva dos povos e comunidades tradicionais no Paraná, via Rede Puxirão, tenha modificado as relações de forças no âmbito da sociedade civil, podemos aferir que esta experiência trouxe uma nova dinâmica para a configuração política do estado, uma vez que inseriu na esfera pública um sujeito coletivo até então “invisível socialmente”.

As conexões, os *“links inimagináveis”* entre estes diferentes grupos mobilizados na sociedade civil impulsionaram determinada **força social** (GOHN, 2007) e a Rede Puxirão, aos poucos, foi galgando “posição” em diferentes esferas, inclusive nas agendas de governo.

[...] O que garantiu o início da discussão da criação da política estadual de povos e comunidades tradicionais foi o Fórum de Religiões de Matriz Africana. Por que ele consegue dar esse passo? Por que ele leva a Rede junto? Isso acontece lá pelo fim de 2009 e começo de 2010. O que vai acontecer é que, **a gente vinha desde 2008 reforçando junto ao governo estadual espaços de diálogo e de construção da política estadual e de um conselho de povos e comunidades tradicionais, mas o Requião era enfaticamente contrário a isso, não queria saber!** Eu presenciei algumas vezes o próprio Requião falando isso: “Não quero saber de conselho, não vou fazer conselho!” [...] Eram só secretarias que recebiam, mas de maneira tímida, como a SEED e outras, né? Mas aí acontece um episódio que vai mudar a cena e que é bem interessante. Numa das escolinhas de governo que o Requião tinha ele resvala na língua dizendo o seguinte, que tinha ocorrido a parada da diversidade na semana anterior e ele foi na escolinha e falou assim: “Então, esse movimento gay, esse pessoal aí, tem que ver se agora não vão reivindicar questão de tratamento pra câncer do seio...”. Algo mais ou menos assim ele disse, enfim, uma fala muito depreciativa! Não recordo exatamente as palavras, mas foi nesse sentido, muito ofensivo mesmo! E o pessoal das religiões de matriz africana é também do movimento LGBT⁷⁷, e esse grupo foi pra cima do Requião com a faca no pescoço! Tanto é que saiu no jornal, no Fantástico e tal. O Requião foi escrachado por ter falado isso. E o que isso tem a ver com a Rede? Como era o grupo das religiões de matriz africana, eu lembro que uma das lideranças me ligou e disse “**Cara, vamo pra cima, vamo articular, o Requião fez uma fala infeliz, a gente tá denunciando isso e já tem uma lista de jornalistas querendo propagar essa notícia, vamos botar a Rede junto!**”. Aí ligamos para as lideranças de cada movimento [da Rede Puxirão] e nisso as religiões de matriz africana e o movimento LGBT foi pra cima e aquilo ficou tão desgastante pro Requião que naquele momento ele sentou pra negociar e perguntou “**O que vocês querem?**”. Só que naquele momento já não era mais só o movimento LGBT. Daí a gente vê que tem links aí inimagináveis. O que tem haver o faxinalense com LGBT? Mas eram links que a gente não conseguia imaginar, mas a gente está vivendo isso, né? Tanto que as reuniões da Rede se davam em Curitiba onde tinha a sede do movimento LGBT. A gente usava essa sede. Então **foi uma aliança, uma coalizão entre os movimentos que propiciou resultados que eram inimagináveis.** Nessa mesa de negociação o Requião falou “Então tá, o que vocês querem pra parar com isso?”, aí o pessoal falou “Que se crie uma política para o movimento LGBT e uma política para os povos tradicionais”. Aí **ele foi obrigado a ceder e vai criar uma comissão e falar disso um dia na escolinha dele e os movimentos estavam presentes** (Assessor 2 da Rede Puxirão).

⁷⁷ LGBT é uma sigla que designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. No Brasil, o movimento nasceu no final dos anos 1970, predominantemente formado por homens homossexuais, mas logo nos primeiros anos de atividade as lésbicas começaram a se afirmar como sujeito político e nos anos 1990 travestis e depois transexuais passaram a participar também. No início dos anos 2000, são os e as bissexuais que começaram a se fazer visíveis e a cobrar o reconhecimento do movimento (PRÉ-UNIVESP, 2017). Entre as ações do movimento que ganhou notoriedade está a “parada gay” ou “parada da diversidade” ou “parada do Orgulho LGBT”, uma grande marcha que tem levado milhões de pessoas as ruas nas diferentes cidades do Brasil em apoio à causa LGBT.

Relembramos aqui que a **força social**, um dos elementos centrais das categorias de análise de movimentos sociais, apresentada no Quadro 1, no capítulo 2, é visualizada pela análise do cenário político em que o movimento atua, por meio de redes e articulações estabelecidas, avaliando a contribuição deste processo para a mudança social e interferência nos mecanismos de decisão política (GOHN, 2007).

A esta altura do trabalho, com os dados coletados até aqui, podemos afirmar que a Rede Puxirão é uma rede de movimentos sociais, nos termos apresentados por Scherer-Warren (2012), que aqui relembramos: articulação de sujeitos coletivos e organizações em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem situações antagônicas que devem ser combatidas e transformadas, pressupõe, ainda, a construção de uma identidade coletiva, a definição de conflitos e opositores e um projeto de mudanças, envolve, também, a contínua formação política, decorrente das múltiplas articulações tecidas.

Os *“links que a gente não conseguia imaginar, mas a gente está vivendo”* são conectados na esfera da “sociedade civil” e a partir do *“vamo pra cima, vamo articular”* a Rede pressiona a esfera da “sociedade política” e *“aquilo ficou tão desgastante pro Requião que naquele momento ele sentou pra negociar”*.

O processo inédito de inscrição da agenda de lutas políticas dos grupos sociais étnicos subalternos no âmbito governamental representa, em nossa compreensão, a dinâmica da tomada de “posições” em lugares estratégicos, tanto no âmbito da “sociedade civil” (*“uma aliança, uma coalizão entre os movimentos que propiciou resultados que eram inimagináveis”*) quanto na “sociedade política” (*“ele foi obrigado a ceder e vai criar uma comissão e falar disso um dia na escolinha dele e os movimentos estavam presentes”*).

Neste sentido, para Semeraro (2001), a “guerra de posição” desloca o centro político para o terreno da sociedade civil, já o Estado, para superar a crise de autoridade, precisa levar em conta a trama “privada” da sociedade civil em expansão. Neste sentido, a *“coalização entre os movimentos”* acabou, em certa medida, interferindo nos mecanismos de decisão política e demonstrando que a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais seguia construindo sua **força social** (GOHN, 2007) no estado do Paraná.

Uma experiência concreta desta força se deu com a criação, por meio da Resolução nº 02/2011 SEJU/SERC, de um Grupo de Trabalho (GT) que tinha como

finalidade elaborar o anteprojeto de lei para instituição do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná (REDE PUXIRÃO, 2016a).

FIGURA 11 – Primeira reunião do GT de discussão da criação do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais e da política estadual da área – Curitiba/2011



Fonte: Rede Puxirão (2016a).

A primeira reunião deste GT contou com a participação de representantes da Rede Puxirão, de parceiros, como a Terra de Direitos⁷⁸, com representantes do Estado, como a Secretaria de Cultura (SEC), a Secretaria de Educação (SEED), a (já extinta) Secretaria de Relações com a Comunidade (SERC), o IAP, a EMATER e o Ministério Público Estadual, com vistas a dar “prosseguimento a elaboração do anteprojeto de lei, dentre outros encaminhamentos organizativos do GT [...]” (REDE PUXIRÃO, 2016a, s/p).

[...] O Requião chama cada um dos movimentos, benzedeiros, quilombolas, faxinalenses, religiões de matriz africana... pra assinar a criação de um grupo de trabalho pra criação da política estadual de povos tradicionais. Então, foi através de pressão, de uma certa oportunidade que apareceu e o movimento foi pra cima, no caso as religiões de matriz africana, que aporta este tipo de estratégia de

⁷⁸ A Terra de Direitos é uma organização de direitos humanos que atua na defesa, na promoção e na efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais. A organização surgiu em Curitiba – PR, em 2002, para atuar em situações de conflitos coletivos relacionados ao acesso à terra e aos territórios rural e urbano. Atualmente, a Terra de Direitos incide nacional e internacionalmente nas temáticas de direitos humanos e conta com escritórios em Santarém – PA, em Curitiba – PR e em Brasília – DF (TERRA DE DIREITOS, 2017).

luta, e os outros movimentos vão no vácuo e aí se cria esse GT. E esse GT é muito rico, muito importante, que vai durar um tempo curto, mais ou menos 4 meses, em 2011. E esse GT passa a garantir que o Estado banque o deslocamento, hospedagem, alimentação pra esses movimentos e então vem um grupo de representantes, um grupo da Rede, bancado pelo Estado, se reunia e fazia a discussão da política com algumas secretarias de governo (Assessor 2 da Rede Puxirão).

É importante que se diga que a disputa por hegemonia, “[...] na ótica emancipatória das classes subalternas, conduz à ocupação dos espaços da sociedade civil e da sociedade política, levando à radicalização da democracia [...]” (SEMERARO, 2001, p. 91). A “*fala muito depreciativa*” do governo e o fato de que “*o movimento foi pra cima*” e “*ele foi obrigado a ceder*” indica que “entre o Estado e a sociedade civil há uma justa relação”, desta forma, diante do “abalo do Estado” se descobre a estrutura da sociedade civil, na qual se situa “uma cadeia de casamatas” (GRAMSCI, 1989).

No caso dos povos e comunidades tradicionais, essa “cadeia de fortalezas e casamatas” (GRAMSCI, 1989) veio sendo construída, em nível nacional, a partir da articulação coletiva, desde a década de 1970, ganhando maior escopo a partir de 1980, conforme expusemos no capítulo 2. No entanto, o protagonismo destes grupos tem ganhado maior repercussão na esfera pública recentemente.

Uma hipótese para isso foi destacada por Sahr e Cunha (2005) e se relacionaria ao processo de revalorização da agricultura familiar e camponesa, a partir da década de 1990, a qual engloba a experiência produtiva de diferentes povos e comunidade tradicionais (como é o caso da agroecologia, destacada no item 4.1).

Este movimento de revalorização da agricultura familiar teve como pano de fundo a divulgação dos resultados levantados por uma pesquisa realizada pelo INCRA e pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em 1998-1999, que confirmavam a importância deste modelo de produção para a diversidade de alimentos e absorção de mão de obra no campo (INCRA, 2017). Estima-se que a agricultura familiar responda por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o país (BRASIL, 2017).

A partir de 2003, já na gestão Lula (PT), a política de revalorização da agricultura familiar teve continuidade e, de certa forma, entrou na lista de prioridades do governo, em função, sobretudo, de motivos sociais (SAHR e CUNHA, 2005).

Ainda assim, a política de estímulo à exportação de soja, café, carne e outros produtos ocupou espaço majoritário na agenda governamental, conforme destacam Sahr

e Cunha (2005) e os dados apresentados em diversos momentos deste estudo, nos capítulos anteriores. Isso se explica, em parte, pelas alianças estabelecidas entre o governo Lula e setores da burguesia, explicitadas, desde o início do governo, na Carta aos Brasileiros (STEDILE, 2016), de acordo com a discussão abordada no item 1.3.

De qualquer forma, esta conjuntura nacional contribuiu para que, no Paraná, o sistema tradicional de uso da terra começasse a ganhar espaço na agenda política. Todavia, este espaço foi sendo conquistado pela sociedade civil junto ao governo estadual, onde pesquisadores, ONGs e órgãos socioambientais de caráter governamental concentraram esforços (SAHR e CUNHA, 2005) no processo de tomada de “posições”.

*[...] no começo foram alguns reconhecimentos da própria Constituição brasileira, **que veio mesmo a partir do governo Lula**, né? Tinha lá na Constituição a questão da terra indígena, quilombola... Mas ele sancionou aquilo e depois foi reconhecendo outros povos que tinham problemas parecidos, como é o nosso caso aqui no Paraná, lá no norte são outros povos. Tanto é que logo se criou a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, né? [...]* (Assessor 2 da Rede Puxirão).

Em nosso entendimento, além de certa revalorização da agricultura familiar, este processo de reconhecimento também foi impulsionado pela movimentação gerada pelo chamado socioambientalismo. Conforme nos ensinaram Santilli e Santilli (2009), no capítulo 2, item 2.2, o socioambientalismo resulta da articulação entre os movimentos social e ambientalista e sustenta que as políticas públicas ambientais devem incluir as comunidades locais, com seus conhecimentos e práticas tradicionais, a partir do entendimento de que um país tão desigual socialmente deve estar atento, para além da sustentabilidade ambiental, com a sustentabilidade social, na perspectiva da justiça social.

Muito embora o socioambientalismo não tenha se tornado uma orientação hegemônica na concepção das políticas públicas brasileiras, como bem destacou Diegues (2008) anteriormente, enquanto uma concepção de política ambiental, o socioambientalismo parece ter influenciado a aproximação de instâncias de governo responsáveis pela direção das políticas ambiental e social, articulando ações em conjunto. Tanto é que, para os povos e comunidades tradicionais o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do governo PT, representou um espaço importante na dinâmica de ocupar “posições” na “sociedade política”.

O diálogo nosso, de início, foi muito mais com o governo federal. Ele decretou a criação da Comissão, aí nós tivemos cadeira na Comissão. Depois a nível de estado foi mais truncado, sabe? Não que esteja fácil, nem no federal, nem no estadual. **Mas tivemos alguns avanços e muitas dificuldades também.** No governo federal, por exemplo, não dá pra dizer que tem um órgão, tipo assim, o Ministério tal é a nosso favor. Não, não é! **Nenhum Ministério é a nosso favor. Eles atuam muito mais pelo projeto dominante do que em nossa causa.** O que dá pra contar é com algumas diretorias de algumas secretarias. Isso tanto no governo federal, quanto no estadual. Tipo lá no governo federal, **dentro do Ministério do Meio Ambiente tem a Secretaria de Agroextrativismo e esse povo que está lá dentro é bem companheiro nosso, tem gente que veio de movimento [...]** e agora estão lá. Então, nessa Secretaria, por exemplo, tem esse tipo de gente que se identifica com a causa. Mas no Ministério em geral não, a própria ministra deixa muito, muito a desejar, mais atrapalha do que contribui. Daí **no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, que é de onde vem a presidência da Comissão Nacional [...] **esse Ministério é mais tranquilo.** Já foi no governo passado, do Lula, depois no primeiro mandato da Dilma e se mantém [...]. **A ministra é assim pé no chão, parceira nossa. Mas aí a briga territorial não está aí nesse Ministério, né?** A briga territorial está no Ministério do Meio Ambiente, que comanda o IBAMA, o Instituto Chico Mendes, que é onde nós pautamos a questão territorial. E que a ministra é muito ruim, sei disso. Mas, **de modo geral, o povo tradicional não está na pauta do governo não!** (Faxinalense, Coordenador da Rede Puxirão).

Embora se reconheça que “*de modo geral, o povo tradicional não está na pauta do governo*”, uma vez que as agências do Estado “*atuam muito mais pelo projeto dominante do que em nossa causa*”, as parcerias travadas foram ampliando o campo de relações de forças dentro do Estado. As estruturas estatais, em certa medida, incorporaram sujeitos com valores forjados no campo das lutas sociais na sociedade civil, já que “*tem gente que veio de movimento*” atuando em secretarias correlatas com as demandas dos povos e comunidades tradicionais. São exemplos, também, dessa dinâmica, em âmbito federal, a criação dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, na gestão do PT.

Ainda que esta correlação de forças não seja o suficiente para reverter à condição de subalternidade dos povos tradicionais, podemos indicar que “ocorre, na arte política, o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição” (GRAMSCI, 2000, p. 124). Ou seja, os processos de ruptura com a ordem dominante podem ser gerados processualmente, mediante a ocupação de espaço estratégicos e tensionamento da ordem estabelecida. Neste sentido, enquanto a “guerra de movimento” se refere à ocupação violenta do Estado, a assumir o Estado, a “guerra

de posição” é a conquista, palmo a palmo, onde o Estado está presente, na sociedade toda⁷⁹.

Para a Rede Puxirão, essa aproximação que “*de início, foi muito mais com o governo federal*” repercutiu na conquista de espaços importantes no âmbito estadual, pois “*essa relação refletiu no estado do Paraná, essa relação de certo apoio do governo federal*” e culminou na construção de uma brecha no aparato governamental, onde “*o ITCG, SEED, o próprio IAP, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, ligada ao gabinete do Requião, eles vão absorvendo esses novos movimentos, compreendendo, abrindo diálogo*”.

Para estes grupos sociais étnicos subalternos a abertura de espaços dentro dos canais institucionais do Estado, ainda que sob tensão, representa o reconhecimento formal de sua existência coletiva, mesmo que, nesse primeiro momento, isso não se converta no atendimento das pautas de luta.

[...] a relação com o Estado foi tensa desde o começo. [...] Em 2008, já no final do governo Requião, o Encontro da Rede Puxirão não teve a participação do Estado, o Estado não deu olhares pra esse encontro. Ficava sempre assim: “Isso é um tipo de tutela dessas ONGs, estão tutelando esse povo”. Sendo que a CEMPO tinha toda uma orientação que já vinha da CPT, que era a ideia de autonomia da luta de cada movimento. A ideia era amparar a luta de cada movimento, não tutelar esses grupos! Mas o Estado via isso meio nebuloso. E 2008, no primeiro encontro, não repercutiu pra dentro do Estado, não chegou a gerar uma mobilização do Estado, mas nesse período de 2008 até o segundo encontro da Rede, em 2009, tem uma mudança radical. E essa mudança é, no período de um ano e quatro meses, mais ou menos. Então, o primeiro encontro é feito pelos movimentos, apoiados e articulados também com as ONGs, CEMPO, Instituto Equipe e o Estado longe! O segundo encontro é o contrário, é realizado lá em Faxinal do Céu, com recursos do governo do estado, que foi encampado pela SEED essa discussão, sobretudo pelo pessoal que trabalhava na coordenação da educação do campo. [...] Por que muda essa relação com o Estado? Eu atribuo isso, primeiro, a própria repercussão do primeiro encontro, que teve um reconhecimento por parte de vários pesquisadores que colocaram seu nome pra dar peso também, como o Alfredo Wagner. A gente não tinha ainda, efetivamente, o apoio das universidades, mas naquele momento esse apoio foi muito bem visto pelo governo federal, o apoio do Alfredo Wagner, da Cartografia Social, do Movimento Faxinalense que chamou pra si a responsabilidade de fazer esse encontro. Essa relação refletiu no estado do Paraná, essa relação de certo apoio do governo federal pra essa iniciativa do primeiro encontro. Rompe com

⁷⁹ Anotações feitas pela autora da palestra realizada por Giovanni Semeraro, no II Seminário de Estudos do Grupo de Pesquisa Sociedade Internacional Hegel-Marx: seção Brasil, na UNICENTRO, em Guarapuava, no dia 22 de outubro de 2016.

uma espécie de cortina que o governo do estado estava colocando, não queria ver, não estava interessado em ver. E o governo federal mandou representantes [...]. Quer dizer, **há uma sustentação política pra esse encontro que a gente vai perceber mais tarde que vai refletir, as notícias vão correr e o governo do estado começa: “E aquele grupo lá? O que está acontecendo lá?”** Mandam emissários pra ver o que está acontecendo e aí ganha uma repercussão notória, e **nesse momento também o governo do estado começa a perceber que haviam estes outros movimentos sociais que estavam se compondo.** Não era mais só o Movimento Faxinalense, já se falava dos Movimentos dos Pescadores, dos Ilhéus, as Benzedadeiras ainda não tinham o movimento formado, mas estavam começando a se encontrar e a falar do movimento. A gente tinha também nesse momento os Quilombolas, ainda em processo de formação da sua Federação, que é a FECOQ, mas já criado um grupo, que eram os Quilombolas do Rio Iguaçu, ali daquela região, uma espécie de movimento deles ali, mas envolvia Condói, Palmas, o pessoal de Guarapuava, de Pinhão, e que estavam ligados a este grupo da Rede. **Então isso deu uma repercussão, foi um movimento de impacto, e o Estado começa a olhar com mais atenção nesse período.** Então a diferença desse período, no meu entendimento, é que já existem outros movimentos sociais que se objetivaram, grupos que se objetivam, que tem demandas pautadas, que tem repercussão por meio de publicações, como as cartografias sociais. **O caso do Paraná ele vai ganhar repercussão a partir de fora, é interessante isso.** Quem era de dentro não falava, mas as notícias... **O que devia incomodar muito o governo era isso! Ligavam lá de Manaus, do Rio de Janeiro... “E esse pessoal da Rede Puxirão? E essa cartografia que estão lançando?” Parecia isso, que o governo não engolia que fora do campo de ação do próprio Estado estavam se mobilizando outros movimentos,** inclusive movimentos que muitas vezes tinham mais força do que aqueles que eram mobilizados no campo de ação do Estado. **O fato é que essas instituições, o ITCG, SEED, o próprio IAP, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, ligada ao gabinete do Requião, eles vão absorvendo esses novos movimentos, compreendendo, abrindo diálogo,** tanto é que em 2009 sai esse segundo encontro já de uma maneira mais fortalecida, bancado pelo Estado (Assessor 2 da Rede Puxirão).

O fato de “que o governo não engolia que fora do campo de ação do próprio Estado estavam se mobilizando outros movimentos” indica que “[...] sob um determinado invólucro político [...] novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta [...] as forças oficiais [...]” (GRAMSCI, 2002, p. 328), “tanto é que em 2009 sai esse segundo encontro já de uma maneira mais fortalecida, bancado pelo Estado”.

Podemos ponderar que as “novas forças políticas”, aqui representadas pela articulação coletiva dos grupos sociais étnicos subalternos no Paraná, impulsionaram a “ampliação” de aspectos do Estado no sentido de inscrever sua existência coletiva e

galgar espaços em setores estratégicos, como no Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG)⁸⁰, no IAP, na SEED, na Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), entre outros.

A partir disso, *“o trabalho se multiplicou, a gente fez convênio com a SETI [...] e a gente conseguiu recursos pra fazer a autodeclaração, a cartografia social”* (Assessor 2 da Rede Puxirão). Nesse movimento de galgar “posições” *“[...] o próprio INCRA chegou a reconhecer publicamente que tinha se enganado gravemente quando tinha anulado os 900 títulos dos Ilhéus e que daquele dia em diante eles iam rever [...]”* (Assessor 2 da Rede Puxirão).

À medida que os grupos da Rede Puxirão se aproximavam das agências estatais algumas iniciativas em relação às pautas eram encaminhadas, pois *“vários problemas já conseguimos resolver, com o IAP também, através do Movimento ficamos conhecendo eles lá. [...] Eles participam também das nossas reunião, quando a gente convida”* (Benzedor 2, Liderança na Rede Puxirão).

A **força social** destes grupos no Paraná, somada a conjuntura nacional e estadual, conforme observamos nas falas, resultou em certo reconhecimento formal da existência coletiva dos povos e comunidades tradicionais no estado. Outro canal dentro das estruturas do Estado reconhecido como espaço de diálogo pelos povos tradicionais foi a Secretaria de Relações com a Comunidade (SERC), criada no governo Requião (PMDB); já no IAP, acompanhando esta dinâmica, ainda em 2006, criou-se o Departamento Socioambiental (DSA)⁸¹, que atua em áreas protegidas onde as categorias de conservação são voltadas para a sustentabilidade, contemplando os povos e as comunidades tradicionais. Soma-se a estas instâncias de diálogo o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, fundado em 2005, de caráter intersecretarial, com objetivo de identificar a existência de remanescentes de quilombos, comunidades quilombolas tradicionais, rurais e urbanas, no Paraná.

“[...] O governo federal começou com o Brasil Quilombola⁸² e o estado criou a SERC, na época, e tinha toda uma equipe trabalhando,

⁸⁰ O ITCG é uma autarquia, criada pela Lei 14.889, de 2005, com a responsabilidade de executar a política fundiária no Paraná, tendo por finalidade a colonização e o desenvolvimento rural do Estado, a execução de serviços cartográficos, a elaboração do cadastro territorial rural e de sua estatística imobiliária, bem como a pesquisa nas áreas fundiária, agrária e de geociências (SEMA, 2017).

⁸¹ Em 2016, por meio do Decreto n.º 4.696, o DSA foi extinto e substituído pelo Departamento de Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

⁸² O Programa Brasil Quilombola foi lançado em 2004, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com o objetivo de consolidar os marcos da política

surgiu o grupo Clóvis Moura [...] com a intenção de identificar as comunidades quilombolas no Paraná. O grupo, acho que era ligado ao governador, fez alguns estudos e surgiu aquele mapa das 85 comunidades remanescentes de quilombos ou comunidades quilombolas. E a partir disso a SERC começou a trabalhar bastante [...] e a Rede Puxirão foi criada [...]. [...] O Departamento Socioambiental [do IAP] foi criado pra trabalhar com os faxinais e com as unidades de uso sustentável, os faxinais, APAS, conselhos gestores, planos de manejo, com unidades de uso sustentável. [...] Pelo Departamento Socioambiental a gente faz uma interface com as comunidades tradicionais e com a Rede Puxirão. A gente trabalha mais com as demandas que vão aparecendo, não exatamente com projetos [...] (IAP, DSA, Agente profissional).

A repercussão “para dentro” das agências estatais, ou seja, do sistema burocrático-administrativo, de um conjunto de valores formulados pelos “aparelhos privados de hegemonia”, como movimentos sociais e organizações populares, indicam a unidade dialética entre o poder governamental e a sociedade civil (GRAMSCI, 2006) na constituição do Estado no Paraná, neste momento analisado.

Apesar disso, considerando a perspectiva de Gramsci (2000) de que o Estado é o conjunto de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não apenas justifica e conserva o seu domínio, mas também conquista o consenso dos governados, podemos ponderar que a inscrição das agendas de luta da Rede Puxirão nas agências estatais carrega uma dimensão contraditória, própria das lutas políticas: de um lado o Estado, através de seu aparato administrativo, atende parte das demandas sociais, de outro, utiliza deste trâmite para fazer com que os grupos subalternos venham a aderir as suas propostas, mediante o “consenso passivo”.

O governo, na realidade, você pode notar isso aí, a maioria são demandas, conflitos. É sem terra contra ICMbio, contra INCRA, contra fazendeiros, contra o Poder Público! E nós tamo no mesmo caminho lá contra com o ICMbio, pedindo pro INCRA e tal. Até o Ministério Público já foi contra nós, a Polícia Federal contra nós, multando os ilhéus, sabe? Então são demandas que, se fosse falar: “Ah, nós tamos bem o governo”. Não! Nós não tamos bem! Embora a gente seja bem recebido. Se a gente for em Curitiba, lá na Secretaria, vão receber a gente super bem, vão conversar e tudo mais! Mas na hora do pega mesmo, um tira o corpo fora, outro marca pra semana que vem, pro mês que vem... E assim vai adiando,

de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em áreas como: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; direitos e cidadania (SEPPIR, 2017).

sabe? Fica nessa demanda aí! Há quantos anos é assim! (Ilhéu 1, Liderança na Rede Puxirão).

A disputa por hegemonia envolve uma relação de poder que nem sempre se estabelece pela imposição, pelo contrário, é uma relação de poder que se cativa, pela atração, fazendo o outro, com quem se dialoga, aderir a sua proposta, numa espécie de “consenso passivo” dos dominados⁸³. As investidas do Poder Público em garantir espaços formais e informais de diálogo (*“se a gente for em Curitiba, lá na Secretaria, vão receber a gente super bem, vão conversar e tudo mais!”*), mas sem ações efetivas de encaminhamento de demandas (*mas na hora do pega mesmo, um tira o corpo fora, outro marca pra semana que vem, pro mês que vem...*), podem ser analisadas como uma estratégia de construção de “consenso passivo” na tentativa de dirimir, ou esfacelar, as tensões advindas dos conflitos de classes que perpassam as lutas pelos territórios no Paraná.

Outra medida presente nas relações de forças que se travam nos processos de disputa política se refere às políticas públicas. Segundo observação de Giovanni (2014), comumente concebida como uma simples intervenção do Estado em dada situação social problemática, as políticas públicas são mais complexas do que isso, se melhor analisadas.

[...] penso a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre Estado e sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal (GIOVANNI, 2014, p. 02).

Portanto, a política pública não é uma iniciativa neutra e, de saída, não deve ser interpretada como meramente uma iniciativa do capital para fins de controle do trabalho. Nesta perspectiva de que a política pública é uma relação de poder, Vieira (2004) lembra que a mesma aparece no capitalismo construída a partir das mobilizações operárias e, enquanto estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, uma vez que dá concretude aos direitos (mediante planos, projetos, programas, etc), só pôde existir com o surgimento dos movimentos populares do século XIX. No mesmo sentido

⁸³ Anotações feitas pela autora da palestra realizada por Giovanni Semeraro, no II Seminário de Estudos do Grupo de Pesquisa Sociedade Internacional Hegel-Marx: seção Brasil, na UNICENTRO, em Guarapuava, no dia 22 de outubro de 2016.

apontou Singer (2008), ao destacar a dinâmica das lutas de classes e a conquista de direitos pelos movimentos operários.

Por isso, quando se coloca que “*a questão dos povos é uma só: a luta pelos direitos*”, conforme retratado no capítulo 3, embora esta luta tenha se dado nos marcos do capitalismo, e em diálogo com as agências estatais, devemos considerar que o processo de conquista de direitos, e de sua efetivação via políticas públicas, implica na correlação de forças estabelecidas na sociedade civil e em sua capacidade de tensionar os interesses vigentes no ordenamento estatal.

Neste raciocínio, podemos considerar que quando a política pública atua majoritariamente para apaziguar os conflitos de classe, ou para garantir a rentabilidade do capital, em sintonia com os interesses da classe dominante, ela contribui para selar o “consenso passivo” entre o grupo dirigente e os dominados, solidificando a concepção de Estado como um ente político responsável pela estabilidade social mediante a proteção dos direitos individuais, especialmente da propriedade privada, em sintonia com a dinâmica do mercado, conforme destacamos (ROUANET, 2003; COSTA, 2006; MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

De outro modo, quando a correlação de forças dos grupos subalternos, na sociedade civil, se articula a ponto de direcionar as políticas públicas em sintonia com suas demandas, alterando aspectos do projeto dominante, podemos apontar a possibilidade de construção do “consenso ativo”, ou seja, da adesão consciente e voluntária a determinada visão, valor, projeto⁸⁴. Isso ocorre a partir da compreensão de que o Estado é permeado pelos conflitos decorrentes das lutas de classes.

*Posso citar nós faxinalenses, que solicitamos, nesses dez anos, nove demarcação de ARESUR. Tinha dezenove, hoje nós temos vinte e nove. Nove ou dez? Acho que nove, porque **uma o Estado fez direto, não foi via Rede, via APF. Então, nós faxinalenses conseguimos nove ARESUR, que já estão implantadas, que já estão se beneficiando. Duas no Pinhão... tem no Bom Retiro, São Roquinho... Então nós tivemos estas conquistas, neste sentido. Que pra nós a ARESUR é uma política pública muito importante, nós corremos atrás mesmo, achamos muito interessante. E acho que teve assim um pouco essa mediação dos conflitos, diminuição. Me referindo aos pescadores artesanais do Superaqui, por exemplo. É claro que se a gente for olhar do ponto de vista da lei, que é conforme os órgãos ambientais vê, eles estão irregular, porque estão dentro de um Parque***

⁸⁴ Anotações feitas pela autora da palestra realizada por Giovanni Semeraro, no II Seminário de Estudos do Grupo de Pesquisa Sociedade Internacional Hegel-Marx: seção Brasil, na UNICENTRO, em Guarapuava, no dia 22 de outubro de 2016.

Nacional. Outra coisa, o tratamento que é dado pra eles ali é muito carrasco, e se pegar os ilhéus do Rio Paraná é a mesma coisa! Não se fez nada! Primeiro crime que aconteceu foi criar uma unidade dessa em cima de uma comunidade que já vive lá há duzentos anos. Quando eles ficam sabendo, já é um Parque e que a ordem é sair! Seria mais ou menos a mesma coisa que aconteceu conosco e com essa madeireira que teve aqui no passado. Quando a gente menos espera chega alguém lá e diz “essa terra é minha e você tem que sair!” A mesma coisa aconteceu lá, quando eles viram tava lá o parque e a ordem de que tinham que sair, que ali não podiam mais ficar. Isso como se não fossem seres humanos, né? E a própria chefia, a coordenação do Parque não fez corretamente os trâmites legais internos, foram assim atropelando tudo e prendendo gente, tomando equipamento, botando a polícia. A OIT 169 e mais alguns amparos, essa coisa dos direitos humanos, da defesa... Nada disso teve! (Faxinalense, Coordenador da Rede Puxirão).

Enquanto uma forma de exercício do poder, que abarca, inclusive, as relações sociais travadas no campo da economia (GIOVANNI, 2014), as políticas públicas são produto da relação contraditória entre capital *versus* trabalho, Estado *versus* sociedade, desta forma, não condizem com a ideia pragmática de mera alocação de decisões tomadas pelo Estado e aplicadas, verticalmente, na sociedade (PEREIRA, 2008). Tanto é que o processo de construção de políticas públicas envolve “*essa mediação dos conflitos*”.

Diante disso, a política pública “[...] jamais poderá ser compreendida como um processo linear, de conotação exclusivamente positiva ou negativa, ou a serviço exclusivo desta ou daquela classe” (PEREIRA, 2008, p. 166). Na trajetória da Rede Puxirão, a luta por direitos e políticas públicas vai revelando aspectos da disputa por hegemonia. De um lado, como amortecimento das lutas sociais, registra-se que “[...] *do governo Lula pra cá saiu muito essas políticas de compensação, e daí por achar que o governo ia fazer a reforma agrária, ia fazer isso e aquilo, muita liderança foi cooptada, deu uma estabilizada [...]*” (Ilhéu 2, *Liderança na Rede Puxirão*), de outro lado “*nós tivemos estas conquistas, neste sentido. Que pra nós a ARESUR é uma política pública muito importante, nós corremos atrás mesmo, achamos muito interessante*”.

Essa “*estabilizada*”, “*por achar que o governo ia fazer*” é parte da estratégia do amortecimento das lutas de classes, onde o Estado incorpora parte das demandas das classes subalternas no sentido de fomentar o consenso (passivo) na sociedade civil, legitimando o projeto hegemônico da classe dominante. A estratégia da coerção também é adotada em inúmeros momentos, “*atropelando tudo e prendendo gente, tomando equipamento, botando a polícia*”.

Mas como, em geral, as políticas públicas não se desenrolam de forma linear (PEREIRA, 2008), há também nesta estratégia brechas, ponto de cisão da hegemonia existente (SCHLESENER, 2001) e oportunidade de construção de novas relações de poder, com aspectos contra hegemônicos.

Quanto às políticas públicas, eles conseguiram criar uma modalidade fundiária, que é a ARESUR, que é uma grande vitória dos faxinalenses! Fora aqui, acho que isso só tem na Amazônia. É uma grande vitória eles conseguirem isso aqui [...] no estado do Paraná, que é um dos cabeças do agronegócio. [...] Uma política de educação do campo, de educação para as comunidades quilombolas, etc, questões ambientais e tal, isso é vitória! E dizer: “olha, tem negro no meio rural e tem racismo também”. Em geral a sociedade não quer saber (CAOP, MP/PR, Assessor técnico).

As conquistas dos grupos sociais étnicos subalternos representam “uma grande vitória” diante da consagração do agronegócio, que enquanto território capitalista se impôs como projeto hegemônico para o campo no Paraná. Tais territórios estão assentados no cultivo da monocultura em grande escala (com destaque para produção de *commodities*, como a soja), mecanização intensa e utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas (FERNANDES, 2008), ocasionando, além da concentração de terras, desmatamento, disputas territoriais e violência envolvendo os povos camponeses e tradicionais (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2014).

Os dados acerca da safra da soja em 2015/2016 nos dão um panorama sobre esta situação. Segundo dados da Embrapa (2017), no referido período, a produção de soja no Brasil lhe rendeu o segundo lugar no *ranking* entre os maiores produtores do grão no mundo, já em nível nacional, ao Paraná coube também à segunda posição, perdendo apenas para o estado do Mato Grosso, o que corrobora a noção de que o estado “é um dos cabeças do agronegócio”.

Acrescentam elementos para nossa análise a conclusão do IPARDES (2017) de que a concentração fundiária no Paraná segue crescendo, já que o índice de Gini referente à distribuição da terra no estado atingiu 0,770 em 2006, superando o índice de 0,741, registrado em 1996, sendo que a concentração fundiária é mais elevada quando o indicador se aproxima de 1. Ainda no que se refere às diferenças entre os territórios capitalistas/agronegócio e os territórios tradicionais (FERNANDES, 2008; DIEGUES, 2008; LITTLE, 2002), Sonda e Bergold (2013, p. 22-23) relatam:

Deste processo histórico e econômico, resulta a atual cobertura florestal do estado, não mais do que 10%. No mapa Uso do Solo 2001/2002 – Estado do Paraná, produzido pelo ITCG/PR [...], ilustram-se os principais usos do solo no Paraná, em 2001/2002, ficando evidente o uso da terra com agricultura intensiva. No mapa Uso do Solo 2001/2002 e povos tradicionais, também produzido pelo ITCG/PR [...] ilustra-se o mesmo contexto, porém com a sobreposição da informação de localização de povos tradicionais no estado do Paraná. Fica evidente, ainda, que os remanescentes florestais estão mais presentes nos territórios desses povos.

Este cenário estrutural indica, obviamente, as tensões que permeiam o Estado no que se refere aos interesses do agronegócio e as pautas dos grupos sociais étnicos subalternos da Rede Puxirão, por isso *“[de conquistas] é fraco! Eles enrolam bastante a gente, acho que é o agronegócio que estrova. [...] Dá pra perceber, o agronegócio carça eles de dinheiro, né?”* (Benzedor 2, *Liderança na Rede Puxirão*).

Neste campo de tensões estabelecido no Paraná, os povos e comunidades tradicionais articulados coletivamente tiveram, ao menos, dois acontecimentos marcantes que podemos indicar como conexões contra hegemônicas, no sentido de possibilitar a separação de determinados aparatos ideológicos de sua aderência ao Estado, tornando-se agências privadas de hegemonia sob sua direção (GRUPPI, 1978), no aspecto “molecular”.

[...] o Estado Paraná demorou um bom tempo pra começar a se organizar enquanto poder executivo, mas os movimentos, as comunidades foram aos poucos se organizando pra que eles também se juntassem em associações, comunidades de povos, como os quilombolas, foram se organizando e conversando entre eles. A partir das demandas que eles começaram a trazer pra nós e eu fui conhecendo, como por exemplo, a Rede Puxirão. E a Rede Puxirão foi de extrema importância, eu vejo assim, pra que esses povos pudessem começar a se organizar, não somente no âmbito nacional, mas principalmente no estado do Paraná, para que o governo do estado ficasse mais sensibilizado com essa situação. Não basta somente ouvi-los, a grande questão é em que medida o Poder Executivo e também o Legislativo vai produzir e vai pensar regras, leis, normativas que deem conta [...] de implementação de políticas e ações (SEJU, DEDIHC, Diretora adjunta).

Já que “o Estado Paraná demorou um bom tempo pra começar a se organizar enquanto poder executivo”, no sentido de dar respostas ao sujeito coletivo que ia sendo forjado, em 2011, a Rede Puxirão liderou um Seminário, em Querência do Norte, envolvendo os diferentes grupos sociais étnicos do Paraná, agentes estatais e parceiros,

para discutir a implantação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reservas Extrativistas (RESEX) em territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais no estado. Consideramos este como um dos momentos marcantes de uma conexão contra hegemônica.

FIGURA 12 – Discussões dos Povos Tradicionais no Seminário – Querência do Norte/2011



Fonte: Rede Puxirão (2016h).

Este Seminário pode ser considerado como um momento marcante, na perspectiva de conexões moleculares contra hegemônicas, por ser uma “[...] forma de intervenção a partir de baixo [...] não o consenso passivo e indireto, mas o consenso ativo e direto, ou seja, a participação dos indivíduos, ainda que isto provoque uma aparência de [...] tumulto [...]” (GRAMSCI, 2000, p. 333) na redefinição de ações voltadas para a regulamentação dos territórios no Paraná.

A partir deste Seminário, diferentes agentes estatais, como o IAP e o ICMbio, puderam conhecer os povos tradicionais do estado e a política ambiental foi tensionada na perspectiva do socioambientalismo (Santilli e Santilli, 2009), mesmo diante de um estado que se apresenta como “*um dos cabeças do agronegócio*”.

Podemos reconhecer, portanto, que “*isso tudo se deu a partir ali da movimentação, do encontro em Querência do Norte [...] e da discussão sobre os conflitos entre as Unidades de Conservação e os territórios [tradicionais]. [...] Mas ainda tem essa forma de pensar que pra conservar não pode ter gente*” (IAP, DSA, Agente profissional). Apesar disso, a inserção por parte dos povos tradicionais da

questão socioambiental na agenda das políticas ambientais no Paraná, em detrimento da visão hegemônica de que “*pra conservar não pode ter gente*”, representa, a nosso ver, a separação de determinados aparatos ideológicos de sua aderência ao Estado (GRUPPI, 1978), uma vez que caminha na contramão das políticas já estabelecidas para a gestão dos territórios no estado em tela.

Desta forma, a inscrição nas agendas de ação destes órgãos da necessidade de se rever parte das diretrizes de gestão dos territórios “*ampliou as políticas públicas, numa concepção de uma sociedade mais igualitária*” e fundamentou a percepção da política pública como uma forma de exercício do poder, de uma complexa interação entre Estado e sociedade (GIOVANNI, 2014), por isso mesmo, de um espaço prenhe de possibilidades de disputas políticas.

*Eu acho que essa questão da identidade é muito importante, só a questão da terra é insuficiente [...]. A transformação da Articulação Puxirão, da saída de posseiros pra lá, eu não acompanhei, mas entendi que é um processo que dá uma amplitude maior. **Esse processo, então, é muito rico e traz questões socioambientais [...].** Para os quilombolas idem, o que é essa identidade negra no meio rural? [...] A forma de titular coletivo, embora a apropriação seja individual, também é outra coisa importante, muito relevante pra gente pensar. O acesso aos direitos, uma educação diferenciada, reparação pela expropriação que tiveram, pelo racismo, etc, na minha opinião isso é uma forma de democracia. [...] **Essa percepção ampliou as políticas públicas, numa concepção de uma sociedade mais igualitária, menos agressiva com o meio ambiente, menos agressiva com estes grupos. Isso eu vejo como a maior contribuição da Rede Puxirão!** (CAOP, MP/PR, Assessor Técnico).*

Ainda nesta lógica de reconhecer o campo das políticas públicas como espaço de disputas, destacamos o segundo acontecimento marcante que denota a separação de determinados aparatos ideológicos de sua aderência ao Estado (GRUPPI, 1978), no aspecto “molecular”, envolvendo o protagonismo dos grupos sociais étnicos subalternos da Rede Puxirão: a entrega, em mãos, ao então Secretário da SERC da carta proposta organizada pelos povos tradicionais para fins de redação do Decreto que deveria instituir a política estadual de povos e comunidades tradicionais no Paraná.

FIGURA 13 – Membros da Rede Puxirão entregam carta proposta para o Secretário da SERC – Curitiba/2011



Fonte: Rede Puxirão (2016i).

Esta carta proposta é produto das discussões feitas no Encontro Estadual de Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, realizado em Curitiba, na sede da ONG parceira Centro de Apoio aos Trabalhadores (CEPAT), em 2011, promovido pelas Secretarias SEED/Departamento da Diversidade/Coordenação da Educação Escolar do Campo e SERC, em parceria com a Rede Puxirão (REDE PUXIRÃO, 2016b).

Ao final deste Encontro a Rede Puxirão demarca, mais uma vez, sua “posição” na sociedade civil paranaense e a questão dos povos de *“luta pelos direitos”*.

[...] reafirmamos **nossa existência social presente na composição da sociedade paranaense** e, manifestada neste evento, pelo mútuo acolhimento e tolerância, mas também **por anseios e reivindicações pela efetivação de direitos humanos fundamentais**. Nessa perspectiva, juntamos nossos esforços a fim de instituir uma Política Estadual para os Povos e Comunidades Tradicionais, em cumprimento da Política Nacional, promulgado em 2007 pelo Decreto Federal 6.040 (REDE PUXIRÃO, 2016b, s/p).

O documento entregue ao, então, secretário da SERC continha a síntese das principais demandas formuladas na trajetória da Rede Puxirão até o momento. As **demandas**, enquanto um dos elementos importantes de análise dos movimentos sociais, conforme aponta Gohn (2007), são formuladas a partir de carências não atendidas, no universo material e também simbólico. Podem envolver, também, as utopias, no sentido

do ideal a ser atingido na luta. Para a autora citada, a agregação de demandas forma o repertório dos movimentos sociais.

No caso da Rede Puxirão, em suma, ganham centralidade as **demandas**, no âmbito simbólico, referentes ao reconhecimento e respeito por parte do Estado, e da sociedade em geral, de práticas religiosas, culturais e de manejos ambientais dos diferentes povos; já no quesito das reivindicações materiais, além do acesso a serviços sociais básicos, consta a questão do território, como era de se esperar. O Quadro 3 detalha tais demandas, conforme informações divulgadas na Carta Final do Encontro Estadual mencionado (REDE PUXIRÃO, 2016b).

QUADRO 6 – Demandas dos Povos e Comunidades Tradicionais formuladas no Encontro Estadual de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável do Paraná

Grupo social étnico subalterno	Demandas
Povos de Terreiro	1. Instrução normativa orientando/autorizando o acesso das casas cadastradas pelo Fórum Paranaense das Religiões de Matriz Africana aos espaços sagrados: matas, riachos, cachoeiras; 2. Campanha educativa na mídia sobre os povos de terreiro; 3. Instrução normativa autorizando que nas vésperas de feriados e nos sábados seja permitida a realização de toques e rituais religiosos e que nestes dias a lei do silêncio seja estendida; 4. Produção de cartilha temática, pela SEED, sobre os povos de terreiro do PR; 5. Realização de censo pela SERC, em parceria com a Rede Puxirão, sobre as comunidades de terreiro no PR.
Quilombolas	1. Apoio do Estado na disponibilização de pessoal técnico junto ao INCRA para agilizar processos de reconhecimento e titulação dos territórios; 2. Priorizar efetivação e ampliação das políticas públicas para comunidades quilombolas, mesmo aquelas que ainda não tenham seus territórios regularizados, como: saúde, cultura, educação, meio ambiente, agricultura e desenvolvimento social; 3. Realização de censo pela SERC, em parceria com a Rede Puxirão, sobre as comunidades quilombolas do PR.
Pescadores e Pescadoras Artesanais	1. Que o governo do PR reforce, através da SEMA, o encaminhamento da solicitação dos pescadores artesanais, feito ao ICMBIO, para criação de uma RESEX Marinha no entorno do Parque Nacional de Superagui; 2. Que o Estado intensifique a fiscalização das embarcações industriais que têm devastado a biodiversidade marinha no litoral do PR, diferenciando o pescador industrial do pescador artesanal auto definido como povo e comunidade tradicional.
Faxinalenses	1. Que o Estado promova para os servidores dos órgãos ambientais, conjuntamente com o MP uma formação continuada, com urgência, para atuarem nas comunidades de faxinais, considerando a lei já existente e demais acordos coletivos das comunidades; 2. Criação de uma portaria para destinação de servidores com papel exclusivo de ação junto às comunidades de faxinais, com estrutura necessária para acompanhamento e trabalho nas comunidades.
Ilhéus do Rio Paraná	1. Que o Estado contribua para a efetivação dos termos de compromisso para permanência dos Ilhéus nas ilhas do Rio Paraná, evitando conflitos com fiscais do IAP e Força Verde, possibilitando a reforma das casas e as atividades tradicionais (manejo e extrativismo sustentável).
Cipozeiras e Cipozeiros	1. Garantia por parte do Estado do direito de livre acesso à coleta extrativista tradicional dos recursos naturais não madeiráveis da mata atlântica (como cipó

	239mbé, timbopéba, musgo, palha guaricana, etc) adotando-se mecanismos necessários junto aos órgãos ambientais e fiscalizadores para não criminalização das práticas tradicionais.
Indígenas	1. Que o Estado promova um processo articulado para valorização das etnias indígenas do Paraná, dando foco à demarcação dos territórios tradicionalmente ocupados; 2. Que a SEED intensifique a produção junto com as comunidades de materiais para a distribuição nas escolas sobre a diversidade étnica e cultural dos povos e comunidades tradicionais do Paraná.
Ciganos	1. Que o Estado do PR garanta a emissão de certidão de nascimento para os ciganos; 2. ações e programas pela SEC que promovam a produção, divulgação e preservação de informações sobre a cultura cigana.
Benzedeiras e Benzedores	1. Que o Estado reconheça e valorize na elaboração e implementação de políticas públicas a identidade coletiva dos ofícios tradicionais; 2. Incentivo do uso de plantas medicinais no Sistema Único de Saúde e na rede pública de educação; 3. Garantia de proteção, identificação, livre acesso e valorização dos locais sagrados culturalmente, como Olhos D'Água de São João Maria; 4. Que o Estado garanta o livre acesso as áreas de coleta de plantas medicinais, de acordo com as práticas tradicionais.

Fonte: Rede Puxirão (2016b). Nota: Organização da autora.

Para os povos que foram “se descobrindo” tradicionais no Paraná – diante de um longo processo de “invisibilidade”, causado por pressões fundiárias e pelas escolhas estatais atreladas ao projeto hegemônico do capital, com sua proposta para o campo assentada no agronegócio e na exploração predatória dos recursos naturais, com vistas à maximização dos lucros – a articulação coletiva, como enfrentamento de toda uma trajetória de desagregação, ausência de consciência política madura e multiplicidade, própria da história das classes subalternas (GRAMSCI, 2002), a tomada de “posição” no espaço de debate e formulação de demandas para políticas públicas, acionando a responsabilidade do Estado diante dos interesses da sociedade civil, podem ser consideradas como um ato contra hegemônico, no sentido do enfrentamento político, de forma processual, das relações estabelecidas entre “dirigentes” e “dirigidos” no contexto do capitalismo, marcando certa “socialização do poder”.

Democracia e hegemonia se completam sequencialmente à medida que a primeira favorece, através de legislações e das relações econômicas, a socialização processual do poder na ocupação de espaços até então limitados ao grupo dirigente, pelo grupo de dirigidos. Essa passagem se dá de forma molecular e não repentina ou abrupta, demonstrando a dialeticidade dos movimentos políticos que podem oportunizar antíteses, ou nesta passagem em específico, novos consensos democráticos contra hegemônicos (LUIZ, 2011, p. 113).

As demandas sistematizadas pelos grupos da Rede Puxirão, somada a dinâmica de trabalho do GT que tinha a missão de elaborar o anteprojeto de lei para instituição do Conselho e da Política Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná

demonstram a dialética dos movimentos políticos estabelecidos nesse momento no estado, que poderiam oportunizar novos consensos democráticos, inclusive com feições contra hegemônicas, todavia, não foi este o caminho traçado pelas “novas forças políticas” emergentes. Isso porque, certos avanços no campo legal foram conquistados, “*mas ainda não resolve!*”.

Tem a questão da política, que não avança muito, não resolve, mas já é um amparo legal, né? Da gente poder dizer assim “tamo lutando pelo nosso direito”, isso dá um pouco mais de respeito, por causa da legislação. Isso avançou porque antes nem isso a gente tinha, né? Então é um avanço, mas ainda não resolve! Os faxinalense tiveram a regulamentação das ARESUR deles; os ilhéus conseguiram aquela portaria pra poder vender a terra; os quilombolas, ali do Paiol de Telha, através do reconhecimento, do estudo antropológico, conseguiram fazer o governo assinar o decreto ali da área deles... Os cipozeiros, tão meio isolado, mas tiveram no nosso encontro, tavam animado, parece que tão tendo reconhecimento através da cartografia. Então avançou também (Ilhéu 2, Liderança na Rede Puxirão).

É importante destacar que os “avanços” conquistados são resultado da trajetória de articulação coletiva dos grupos sociais étnicos subalternos da Rede Puxirão, englobando a construção de uma identidade coletiva que se coloca em movimento (item 3.1) na luta pelo território e no processo de formação política, via práticas político-pedagógicas (item 3.2), demarcando um conjunto de valores contrários ao projeto dominante (item 4.1).

Por tudo isso, entendemos ser coerente afirmar que a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais se coloca no cenário político do Paraná como um movimento contra hegemônico, que resiste às investidas do projeto dominante sobre os modos de vida tradicionais, contudo, sua **força social** (GOHN, 2007) parece não ter sido suficiente para disputar hegemonia política nas relações com o Estado, já que “*tem alguns avanços, [...] mas não se efetivou o reconhecimento dos territórios*”.

[...] Tem alguns avanços, os espaços de debate, quer queira ou não, todo aquele tempo que a gente teve uma relação, especialmente com a SETI, eu acho que foi um investimento grande que o Estado fez em termos de abrir o horizonte pra existência desses povos no Paraná, que era camuflado, em geral as pessoas não sabiam que os povos estavam também no Paraná. De lá pra cá eu encho a boca pra falar disso em qualquer espaço: “Olha, tem 50 mil famílias de povos tradicionais no Paraná e o Estado não reconheceu legitimamente, tem que reconhecer dizendo: o território deles é aqui!” Houve certo

*investimento no reconhecimento da existência desses povos, mas **não se efetivou o reconhecimento dos territórios**. Isso continua sendo negado! (Assessor 1 da Rede Puxirão).*

Ao longo dos registros realizados nesta pesquisa, podemos citar, ao menos, sete “*avanços*” expressivos conquistados na trajetória da Rede Puxirão, sendo (DIÁRIO DE CAMPO, 2013, 2014, 2015, 2016):

1. Conquista de cadeira no Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, com a participação dos faxinalenses e, mais recentemente, dos pescadores artesanais;
2. Criação de vinte e nove ARESURs no PR, em parte, pela investida da APF e da Rede Puxirão, pressionando as instâncias de governo responsáveis pelo trâmite;
3. Criação de leis municipais (como é o caso do município de Pinhão) que regulamentam e detalham o repasse do ICMS ecológico⁸⁵ para as comunidades faxinalenses, contribuindo para que o recurso chegue, de fato, até as comunidades, rompendo com a lógica de permanência desta verba no caixa das prefeituras;
4. Reconhecimento por parte de órgãos ambientais, como o ICMBio e o IAP, da identidade tradicional de comunidades que vivem em áreas que foram regulamentadas como de preservação ambiental integral, reconsiderando a permanências destes povos e de suas práticas tradicionais (como o caso dos ilhéus do Rio Paraná e dos pescadores artesanais da Ilha de Superagui, que tiveram seus territórios tradicionais atingidos pela decretação de Parques Nacionais, que não permitem a habitação de pessoas nas áreas regulamentadas);
5. Declaração de interesse social, para fins de desapropriação, dos imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Invernada Paiol de Telha, no município de Reserva do Iguaçu, sendo o primeiro território quilombola oficialmente reconhecido no Paraná, publicado no Diário Oficial da União em 2015;
6. Reconhecimento formal dos ofícios tradicionais de cura (caso de leis municipais promulgadas nos municípios de Rebouças e São João do Triunfo), com a criação de carteiras de identificação que permitem as benzedeiras acessarem territórios

⁸⁵ O ICMS ecológico é um instrumento de política pública que trata do repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação, Áreas de Terras Indígenas, Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Faxinais, Reservas Florestais Legais ou áreas protegidas, ou ainda mananciais de abastecimento (IAP, 2017).

que contenham plantas medicinais (como áreas de mata nativa) e desenvolverem práticas complementares de saúde junto ao sistema público de saúde;

7. Criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (CPICT/PR), por meio da Lei 17.425/2012, de caráter paritário e deliberativo.

FIGURA 14 – Benzedeira mostra a carteira de regulamentação do ofício tradicional de cura – Rebouças/2010



Fonte: Rede Puxirão (2016j).

Tais “*avanços*” nos permitem visualizar a inserção de parte dos interesses da Rede Puxirão nos processos de negociação política com o Estado. Ao reconhecermos que o Estado é um campo de correlação de forças, que abarca o momento coercitivo (“sociedade política”), encarnado nos grupos burocrático-executivos ligados às forças armadas e policiais e à imposição das leis, mas também a dimensão do consenso (“sociedade civil”), que designa o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e difusão de ideologias, pondera-se que há certas formas de socialização do poder e da propriedade que, muitas vezes, são conquistadas contra os interesses das classes dominantes (GRAMSCI, 2000; COUTINHO, 2008).

Como formas de socialização da propriedade, na contramão dos interesses dominantes, Coutinho (2008) menciona experiências de nacionalização, de cooperativas, etc; e no que se refere à luta dos povos tradicionais, podemos citar a demarcação dos territórios indígenas (que ocupam cerca de 13% do território nacional,

conforme Figura 2, no capítulo 2, item 2.2) e, no caso do Paraná⁸⁶, a conquista das ARESURs pelos faxinalenses e parte do território quilombola da comunidade Invernada Paiol de Telha. *“Essa retomada, para os negros da Invernada Paiol de Telha, é um avanço muito grande, porque muitos negros já tinham a ideia que a Invernada não voltava mais, pelo tanto de tempo que tinham saído do território, mais de quarenta anos” (Quilombola, Liderança na Rede Puxirão).*

Todavia, na avaliação dos grupos sociais étnicos subalternos da Rede Puxirão tais “avanços” estão aquém das pautas demandadas pelos povos no Paraná, conforme destaca a Carta Final do III Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais, e daí vem o entendimento de que “o Estado não reconheceu legitimamente”, pois “não se efetivou o reconhecimento dos territórios”.

Na prática, temos enfrentado grandes dificuldades para regularizar nossos territórios através de demarcação e titulação das áreas indígenas e quilombolas ou da criação de RDS, ARESUR, RESEX ou outras formas de garantir o direito às terras tradicionalmente ocupadas, tendo em vista sua regularização. Grandes empecilhos também tem se colocado para assentamento de famílias na reforma agrária, reassentamento de famílias no caso dos ilhéus, falta de recurso para finalizar estudos (laudos, levantamentos, planos) legalmente exigidos. Os editais e projetos que poderíamos pleitear recursos e apoio são de difícil compreensão, acesso e utilização. [...] Nosso ponto comum de luta é a garantia do território tradicional, desde a demarcação de áreas até o direito de uso de recursos naturais independentemente de demarcação ou dos limites de propriedades particulares. Do quê vale ter políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais se não houver o território garantido? Onde serão implementadas estas políticas? [...] (REDE PUXIRÃO, 2015, s/p, grifo nosso).

A partir da reflexão que tecemos no recorte deste estudo, podemos apontar que o não atendimento das políticas voltadas aos territórios tradicionais se relaciona a questões importantes já destacadas nos capítulos anteriores. De saída, podemos citar o fato de que no processo de modernização dos países periféricos, como o caso do Brasil, a burguesia não quebrou o poder de setores conservadores, como dos latifundiários e da velha oligarquia, com isso, não estabeleceu uma esfera pública como espaço de pactuação de interesses coletivos e acabou, por fim, fazendo do Estado um espaço suscetível à realização dos interesses privados dos grupos dominantes (COSTA, 2006).

⁸⁶ De acordo com a FUNAI, o Paraná tem hoje 18 terras indígenas regularizadas, ou seja, terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União (FUNAI, 2017).

Complementa essa situação desfavorável de conquista dos territórios tradicionais a hegemonia do projeto neoliberal, que passa a agir com mais força no país justamente no contexto pós-promulgação da Constituição Federal de 1988, impactando diretamente sobre os direitos conquistados, inclusive nos dispositivos referentes aos territórios tradicionais. Isso ocorreu porque a agenda neoliberal parte da premissa da necessidade de ajustar o Estado e suas relações com a sociedade às exigências de um novo momento das relações de acumulação capitalistas, marcado pela sua reconfiguração global e pela competitividade (BRESSER PEREIRA, 1998; DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006).

Conforme discurremos no capítulo 1, item 1.3, nesta perspectiva os estados nacionais perderam autonomia e as políticas econômicas desenvolvimentistas foram consideradas sem eficiência. A partir daí, fundamentou-se o entendimento de que o Estado havia crescido de forma distorcida, tornando-se inoperante, com isso, a prioridade foi dada ao ajuste fiscal e a centralidade do mercado na coordenação dos processos econômicos, com rebatimento na dinâmica social e política (BRESSER PEREIRA, 1998).

As políticas públicas, já que envoltas pelas relações de poder e pela interação entre Estado e sociedade, incluindo o campo da economia (GIOVANNI, 2014), foram acionadas de forma privilegiada para as áreas em que o mercado não acessaria, como as ações de compensação à pobreza, deixando negligenciadas as políticas estruturais, como a questão fundiária. Portanto, diante da hegemonia do projeto neoliberal, as lutas territoriais tornam-se mais tensas e violentas, conforme mostram informações já citadas acerca do aumento dos conflitos no campo. Soma-se a este quadro a mercantilização de recursos naturais, que englobam, além da terra, as florestas, a água, o ar e os conhecimentos tradicionais, configurando a chamada acumulação por espoliação (HARVEY, 2010), retratada no capítulo 2.

Apesar disso tudo, nas “sociedades ocidentais” nenhuma força social se impõe de forma unitária, pois no movimento dialético do real as forças contrárias se colocam na disputa de projetos políticos e galgam “posições” estratégicas para o atendimento de demandas e, quiçá, transformações políticas mais abrangentes, que modifiquem as relações de poder estabelecidas.

Conforme viemos sustentando ao longo desta tese, em nosso entendimento, no contexto do Estado democrático, em nível “molecular”, estas transformações podem ser identificadas como, no primeiro momento, atendimento de demandas formuladas pelos

grupos sociais subalternos no âmbito da “sociedade civil”, e depois, com rebatimento na “sociedade política”. Como esperamos ter demonstrado até aqui, a trajetória da Rede Puxirão indica a configuração de um novo sujeito coletivo no Paraná, que se coloca na arena de disputas políticas, mediante a articulação coletiva e a construção de um repertório político “a partir de baixo”, em sintonia com os interesses das classes subalternas. Esta trajetória culmina com a tomada de “posições” na “sociedade civil” e em meandros da “sociedade política”, conforme retratamos até agora.

Contudo, “*aí a Rede parou de fazer as mobilizações*”, neste sentido, ao que parece, mesmo galgando espaços no aparato institucional do Estado a Rede Puxirão padeceu de estratégias para continuar sua disputa na arena privilegiada de luta política, que segundo destaca a reflexão gramsciana, é a sociedade civil (GRAMSCI, 2000; SIMIONATTO, 2004, 2008; SEMERARO, 1999).

*Na época do governo Requião nós levamos uma proposta para a Secretaria de Relações com as Comunidades e a gente foi conversando até que foi criado um Grupo de Trabalho, com metade de gente do povo e metade do governo. Isso pra discutir as questões das comunidades e do governo, tudo junto, pra tentar resolver os problemas. Aí nós pleiteamos um decreto e desse decreto tentamos brigar por uma lei estadual de povos e comunidades tradicionais. Ficou no papel e ficou, lidamo, aperfeiçoamos junto com a assessoria, [...] a gente tinha uma assessoria boa naquela época. Com isso daí, no governo do Beto Richa foi criada a Lei do Conselho, mas que **na verdade fica no papel, porque nisso aí a Rede parou de fazer as mobilizações, daí fica só no papel, né?** (Ilhéu 2, Liderança na Rede Puxirão).*

O processo de transformação da ordem dada (ou de aspectos dela), ainda que envolva uma ruptura que não se dá de forma instantânea, pelo contrário, se realiza mediante uma atividade política difícil, demorada e processual (SEMERARO, 2014), exige o par dialético sociedade civil/Estado, central na construção gramsciana.

Conforme nos ensinou Gramsci (1989) no capítulo 1, a construção de uma contra hegemonia envolve três fases fundamentais, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva. O primeiro momento se refere ao interesse econômico-corporativo, mas ainda não se tem a unidade do grupo social mais amplo. Uma fase mais madura seria aquela onde se adquire a consciência de solidariedade de interesses entre os membros do grupo, já se coloca a questão do Estado, mas apenas visando alcançar uma igualdade político-jurídica, reivindica-se o direito de participar da

legislação e da administração e, talvez, de modificá-las, mas dentro dos limites da ordem vigente.

Por fim, a última etapa corresponde aquela mais abertamente política, que assinala a passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas, onde as ideologias germinadas se transformam em “partido”, entram em choque e lutam até que uma delas (ou uma combinação delas) tende a prevalecer (GRAMSCI, 1989), nesta fase, portanto, “os sujeitos sociais candidatam-se à dominação e à hegemonia na medida em que ‘se tornam Estado’” (NOGUEIRA, 2001, p. 122).

Desta forma, a articulação coletiva dos grupos subalternos e as possibilidades de disputa de hegemonia exigem a tomada de “posições” no campo do Estado, mas sem perder as bases de consenso germinadas na sociedade civil, portadoras de um conjunto de valores ético-políticos que direcionem as ações estatais. Apesar de toda trajetória de articulação coletiva dos povos e comunidades tradicionais no Paraná, a “*ideia de dialogar com o Estado como uma alternativa final*”, já que “*a Rede parou de fazer as mobilizações*” pode gerar uma espécie de “*decadência dessa luta*”.

Na minha interpretação, até 2010, 2011, tinha um movimento ascendente, uma força política se colocando de maneira contra hegemônica, com mais clareza do projeto da Rede, do projeto de cada um desses movimentos também. Isso até 2010 por aí... Tem alguns pecados no meio desse caminho que se refere à ideia de dialogar com o Estado como uma alternativa final. No sentido assim de fazer todo o esforço pra dialogar com o Estado, e pouca, ou uma estratégia muito frágil, de enfrentamento ao Estado. O que seria a diferença? Um movimento, ou uma liderança, que nunca teve acesso a um gabinete, quando tem ela pensa algo assim: “Bom, agora eu resolvo, né? Agora estou podendo conversar, a minha pauta vai ser encaminhada”. E pouco assim... Daí você fala pra ela, agora vamos ocupar esse gabinete! Não vamos entrar lá pra negociar, vamos ocupar ele! Essa estratégia acho que sempre foi muito frágil [...] (Assessor 2 da Rede Puxirão).

O “choque de ideologias” na estratégia do “*vamos ocupar esse gabinete! Não vamos entrar lá pra negociar, vamos ocupar ele!*” não foi a estratégia adotada pela Rede Puxirão nos processos de disputa de hegemonia política nas relações com o Estado. Embora a Rede tenha protagonizado um processo importante de articulação e fortalecimento dos grupos sociais étnicos subalternos e tenha conquistado parceiros e espaços estratégicos no âmbito da gestão das políticas públicas, inclusive com a estratégia de ocupar “posições”, é importante que se diga que toda unificação que os

grupo subalternos procuram construir “é continuamente quebrada pela iniciativa dos grupos dominantes” (Gramsci *apud* SEMERARO, 2014, p. 67), nem sempre mediante a coerção e a violência, mas também pelo convencimento, pelo poder de atração, enfim, pelo “consenso passivo”.

A lógica presente nas “negociações de gabinete” e no custeio dos espaços de diálogo podem ser estratégias de desmobilização das lutas populares, que trocam o espaço das ruas pelos espaços institucionais.

A Rede tem força, mas vejo que falta um trabalho de base, o pessoal tem que ir pra rua! Eu chego a tremer de angústia de ver essa falta! Se eles não fizerem isso... Se não geme, ninguém enxerga que se está com dor! Tudo bem que tem um valor importante essas reuniões, o Estado paga... Mas pra uma conquista real precisa estar na rua. Eu prefiro levar um tapa na cara dentro de um gabinete do que um cafezinho. Sempre tive essa opinião, porque no gabinete a gente não vai pra ser agradado, mas pra ser respondido! Quem tá no gabinete tem responsabilidade com quem tem necessidade, ainda mais com essa coisa de território! (Assessor 1 da Rede Puxirão).

A forma que a Rede Puxirão adotou de estabelecer relações com o Estado, prescindido de maiores enfrentamentos, acabou por fragilizar suas possibilidades de disputa de hegemonia política. A mudança na conjuntura política do Paraná, mediante a saída do governo Requião (PMDB) e a entrada do governo Richa (PSDB), nos permite tirar essa conclusão, a partir dos acontecimentos que foram se desenrolando.

[...] O momento top da Rede Puxirão, ela tá com alto grau de força política, mas logo vem as eleições e o Beto Richa ganha. O cenário ali era terrível, tinha o Beto Richa de um lado e o Osmar Dias de outro, não tinha muitas opções. Ganha o Beto Richa e o grupo político ali do governo não fica ninguém e vai tudo pra estaca zero! Em 2011 foi como se tivesse voltado ao passado, antes de 2008. Os movimentos estavam organizados, tinham um grau de consciência política, uma política de reconhecimento, as pessoas são reconhecidas como ilhéus, faxinalenses e tal... Mas o que a gente vai perceber em 2011 é uma espécie de decadência dessa luta (Assessor 2 da Rede Puxirão).

“A decadência dessa luta” pode ser analisada pela perspectiva de que as “posições” ocupadas pela Rede Puxirão, via parcerias no âmbito do Estado, nas instâncias administrativas, passou a sustentar as relações de forças que se travavam nas “lutas cotidianas” pelas demandas dos grupos sociais étnicos subalternos, e uma vez perdidas, sem encontrarem respaldo no campo da sociedade civil, já “que falta um

trabalho de base”, acabaram levando “*tudo pra estaca zero!*”, o que deixa evidente a função que a sociedade civil ocupa dentro do Estado: é o lugar onde se decide a hegemonia (SEMERARO, 1999).

A explicação para tal “*decadência*” envolve elementos de natureza histórica. Nogueira (2001) lembra que a emergência da sociedade civil no Brasil é destacada, principalmente, entre as décadas de 1970 e 1980, e embora se registre, de fato, a organização de uma diversidade de “aparelhos privados de hegemonia” na luta pela democratização das relações entre Estado e sociedade civil, grande parte do percurso de articulação coletiva correu em um contexto de ditadura militar, que favoreceu a articulação dos diferentes sujeitos coletivos na crítica ao regime autoritário, porém, já no contexto da democratização essa peculiaridade revelou a dificuldade em forjar pautas de natureza mais geral (“ético-políticas”), em detrimento das lutas fragmentárias (“econômico-corporativas”) que foram surgindo.

Tal situação estaria atrelada, também, ao percurso histórico construído nas relações políticas no âmbito do Estado no Brasil, que envolve a conciliação de interesses entre as diferentes frações da classe dominante no processo de modernização, o que não permitiu a ruptura com os setores mais conservadores da sociedade. Daí decorreu o entendimento de que a categoria gramsciana “revolução passiva” tem grande utilidade na compreensão dos processos políticos no país (VIANNA, 1996; CARVALHO, 2005; COSTA, 2006; COUTINHO, 2007).

De qualquer forma, a mudança da conjuntura política no governo do Paraná gerou uma situação de retrocesso na luta política dos povos tradicionais. Desta forma, “*quando o Richa foi eleito, quem a gente tinha como parceiro [...] acabou isso. Os bolsistas de projetos e tal foi tudo encerrado e ficou difícil de continuar tocando. As cartografias a gente conseguiu terminar [...], mas foi drástico*” (Assessor 2 da Rede Puxirão).

Entendemos que hegemonia não se coloca como uma força permanente, pelo contrário, nas relações de disputa se perde a hegemonia em dado momento, mas não se deve perder a perspectiva da contra hegemonia, ainda que a médio e longo prazos, como um horizonte a balizar as estratégias de luta.

A partir da gestão do governo Richa (PSDB) as “posições” ocupadas pela Rede Puxirão sofreram um declínio, conforme relatam os sujeitos de pesquisa. As agências estatais foram ocupadas por uma nova perspectiva política, que também representa interesses mobilizados na sociedade civil, já que esta é composta por uma

heterogeneidade de sujeitos e de projetos políticos, inclusive os conservadores (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006).

A estratégia de ocupar “posições” na “sociedade civil”, com rebatimento na “sociedade política” é parte, também, da ação dos conservadores, da classe dominante, que atua, inclusive, através do uso do poder por meios não violentos contribuindo para a desestruturação das lutas das classes subalternas, reforçando o conformismo. O Estado assimila, então, em seu interior as diferentes camadas de classes e amplia seu campo de ação, equalizando as classes juridicamente, evitando as disputas de poder político (SIMIONATTO, 2009).

Portanto, ao ocupar “posição” no Estado, o governo Richa (PSDB) recruta as agências estatais para que atuem em consonância com seu projeto de governo, deslocando as demandas dos grupos sociais étnicos subalternos da agenda política.

Esta conjuntura vivenciada nos ajuda a compreender também duas questões importantes que destacamos anteriormente na sistematização da trajetória da Rede Puxirão. Na discussão da articulação dos grupos sociais étnicos subalternos no Paraná, item 3.1, consta como desafio/recuo vivenciado o “esvaziamento” de espaços de debate, como as reuniões de base, onde *“a casa ficava mais cheia na reunião da Rede, era povo! Agora foi diminuindo”*, justamente pelo fato de cessar os convênios existentes entre as ONGs parceiras e o governo do estado.

Outra questão pertinente que já destacamos e que esta categoria de análise nos permite compreender melhor é o fato de não identificarmos de maneira direta o **projeto sociopolítico** (GOHN, 2007) da Rede Puxirão, conforme relatamos no item 4.1. Reiteramos que existe um projeto na perspectiva de um conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo e representações do que deve ser a vida em sociedade (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006; NETO, 2013), ao que chamamos de *“projeto de vida”*, mas este não se apresenta de forma direta na bandeira de luta da Rede Puxirão, deixando transparecer que, embora carregue valores contra hegemônicos (*“onde não haja explorador e explorado”*; *“quando todos têm vez, voz e vida!”*; *“direitos iguais pra todos e todas”*), tal projeto pode ter perdido força mobilizatória nas mudanças conjunturais e perdido clareza, uma vez que *“até 2010, 2011, tinha um movimento ascendente, uma força política se colocando de maneira contra hegemônica, com mais clareza do projeto da Rede, do projeto de cada um desses movimentos também”*.

A alteração da conjuntura política do Paraná, a partir de 2011, tornou o cenário sociopolítico da Rede Puxirão mais desfavorável à luta coletiva, pois:

[...] o Richa é contra os movimentos sociais, a gente sabe disso. Até a Secretaria de Relações com a Comunidade ele extinguiu, acabou com a SERC e era um vínculo de discussão que tinha, dos movimentos sociais levarem as demandas pro Estado e do Estado pro nacional. Ele acabou até com essa Secretaria! (Quilombola, Liderança na Rede Puxirão).

Nesta estratégia de extinguir espaços que tinham vínculo de discussão com os movimentos sociais, as “posições” conquistadas pela Rede Puxirão nos meandros da “sociedade política” foram desarticuladas, tornando o cenário das lutas cada vez mais desfavorável. Parceiros importantes destes grupos foram “desalojados” de “posições” que lhes rendiam “um certo poder decisório”.

[...] Temos legislação que, de certa forma, protege os faxinais, mas também, numa avaliação minha, o governo não tem dado importância pra isso. O próprio pessoal do IAP que cuidava disso está um pouco desalojado das suas funções, não estão mais decidindo. A C. S., por exemplo, chegou a ser diretora do ITCG, foi diretora de geociências na gestão passada do Requião, ela foi diretora do ITCG e tinha um certo poder decisório e defendia essas causas. A M. era chefe do Departamento Socioambiental, no IAP, depois da C. S. foi a M. que ficou chefe [...] e agora já tiraram a M. também, acho que muito por conta das ideias mais críticas dela, coisa assim. Então, na minha avaliação, estes espaços oportunos que se tinha hoje já estão mais fechados no Estado. Mas as pessoas estão aí, ainda existem, têm sua história [...]. Na atual conjuntura, o único avanço que eu considero foi ter saído esse Conselho Estadual de Povos Tradicionais, apesar de todos os problemas que tem, de recursos, de viabilizar a participação [...] (INCRA, Serviço Quilombola, Fiscal de ATER).

Além do enfraquecimento dos quadros de “posições” estratégicas ocupadas em órgãos parceiros (como o ITCG, o DSA/IAP, a SETI e a SEED, etc), o aparato estatal passou a utilizar estratégias para o enfraquecimento das mobilizações deste segmento da sociedade civil. Utilizou-se, de saída, da suspensão de recursos financeiros, como já citado anteriormente, e se investiu também em medidas para “quebrar” o reconhecimento da existência coletiva destes povos no Paraná, uma vez que as formas de unificação que os grupos subalternos procuram construir “é continuamente quebrada pela iniciativa dos grupos dominantes” (Gramsci *apud* SEMERARO, 2014, p. 67).

O governador [Beto Richa] extinguiu o [Grupo] Clóvis Moura e no terceiro ano... No primeiro já *ele extinguiu o decreto de criação de três ou quatro ARESUR*. O ITCG tinha criado um certificado, um autoreconhecimento como a Fundação Palmares dá, mas que, efetivamente, não dá direito a nada, só de dizer que são quilombolas mesmo. Se disserem que eu sou alemão, ninguém vai certificar, porque quilombola tem que ter? Pergunta: “Ah, mas quem é que certifica eles? Quem faz um estudo pra dizer que são quilombolas?” Tá cheio de comunidade polonesa, a imprensa vai lá, a educação vai lá, a secretaria de cultura vai lá, faz obra pública, faz livro... E alguém foi lá fazer laudo? Não, nem passa pela cabeça! Por que faxinalense precisa? Por que quilombola precisa? Mas se você descobrir que tem faxinalense, que tem quilombola... Aí você tem que fazer alguma coisa com isso, então é melhor dizer que não tem! Então depois que os caras entraram não teve mais nenhum reconhecimento, nenhum, nenhum, nenhum (CAOP, MP/PR, Assessor técnico).

O “velho travestido de novo” se coloca e, mais uma vez, o Estado utiliza da negação da existência destes povos como estratégia para impor uma visão de sociedade universal, um conceito único da realidade (CARNOY, 2008; SIMIONATTO, 2008, 2009), desconsiderando toda a diversidade étnica e social presente na sociedade paranaense, uma vez que *“depois que os caras entraram não teve mais nenhum reconhecimento, nenhum, nenhum, nenhum”*.

Reconhecer a existência destes grupos sociais étnicos subalternos, que contam com dispositivos legais para assegurar o acesso aos seus territórios, implicaria, no limite, na alteração de aspectos fundiários no estado já que, em última análise, *“[...] a volta do território todo [...] é uma transformação da sociedade, porque esse território tá na mão dos latifundiários”*.

Daí decorre o fato de que o Estado atua no atendimento de demandas específicas, reconhece em alguns momentos da conjuntura política a existência destes povos e possibilita o atendimento parcial de demandas, contudo, tais iniciativas não geram mudanças no quadro de concentração de propriedades, ou seja, não produzem alterações fundiárias significativas.

A partir disso, a criação do CPECT/PR, em 2012, já na dura conjuntura política para estes povos no Paraná, se firmou como a principal instância de diálogo entre as comunidades tradicionais e os agentes estatais, no sentido de que *“na atual conjuntura, o único avanço que eu considero foi ter saído esse Conselho Estadual de Povos Tradicionais”*.

A partir disso, tal Conselho pode se converter em mecanismo de construção de “consenso passivo”, já que a classe dominante se apropria de outros aspectos da dominação (para além de unicamente a propriedade dos meios de produção), contando também com os meios da administração e coerção do Estado e os meios para estabelecer a comunicação e o consenso (MILIBAND, 1999).

Se este Conselho não gera “*vantagem nenhuma*” para as comunidades tradicionais e o poder decisório “*fica na mão deles também, quase que obrigatório fazer aquilo que eles querem*” podemos estar diante de uma iniciativa de disputa de hegemonia calcada numa estratégia de relação de poder que se cativa, fazendo o outro, com quem se dialoga, aderir a sua proposta, numa espécie de “consenso passivo” dos grupos subordinados.

Na verdade, a gente teve pouca conquista! Uma das coisas que o Estado fez [...], pra fingir que estão cooperando, criaram o Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, que é metade do Estado e metade das comunidade tradicional. [...] Eles sabem que a comunidade não tem a verba, quem tem a verba é o governo! Daí fica na mão deles também, quase que obrigatório fazer aquilo que eles querem, a reunião aonde eles querem, não aonde nós queremos! E eu, particularmente, não vejo isso como uma conquista, porque desses dois anos de criação do Conselho, o que saiu de benefício para as comunidade? Nada! Só chamam pra reunião. Sabe o que isso vai criar? Conflito. Porque aí a comunidade não vê vantagem nenhuma, daí uns dizem que é bom e outros que é ruim. Conflito entre lideranças (Pescador artesanal, Liderança na Rede Puxirão).

Mesmo considerando que “*o Richa é contra os movimentos sociais*”, o CPICT/PR foi regulamentado por este governo em 2012. Contudo, foi somente em 2014 que o Conselho deu início as suas atividades, em função, no primeiro momento, da ausência de nomeação dos representantes do Poder Público por parte do governo e, depois, por não haver mecanismos de financiamento para o deslocamento e permanência dos representantes das comunidades na capital, onde as reuniões deveriam ser realizadas (DIÁRIO DE CAMPO, 2014, 2015).

Embora saibamos que os conselhos gestores representam uma inovação no âmbito da gestão das políticas públicas, esta, entre outras experiências de participação institucionalizadas, podem se configurar, na prática, como uma espécie de “participação como oferta estatal” (CARVALHO, 2017).

Essa modalidade de participação representa a necessidade do Estado de legitimar-se perante as demandas sociais pautadas pela sociedade civil e isso justifica, por exemplo, *“uma das coisas que o Estado fez [...], pra fingir que estão cooperando, criaram o Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais”*. Segundo Carvalho (2017), enquanto “oferta estatal”, estes espaços de participação podem ganhar maior ou menor amplitude e efetividade, mas sob o invólucro democrático da participação muitas vezes estas instâncias camuflam os valores reais que norteiam os processos decisórios participativos. Desta forma, antes de uma conquista da sociedade civil, a participação pode remeter-se a uma concessão do Estado repercutindo negativamente como uma relação de tutela e/ou criando *“conflito entre lideranças”*.

A definição da abrangência dessa participação, de quem deve “participar” e em que amplitude essa participação é desejável, são o divisor de águas que passa a explicitar projetos, mantidos sempre um tanto obscuros, numa permanente disputa de significados (CARVALHO, 2017, p. 08).

No que se refere ao CPICT/PR, em 2015, efetivamente, depois de sanados os impasses iniciais, este Conselho começou a desenvolver suas atividades. Vinculado a SEJU, de caráter paritário e deliberativo, a instância tem como missão:

Art. 3º. – O CPICT/PR tem como finalidade possibilitar a participação popular nas discussões, proposições, elaborações e auxílio na implementação e fiscalização das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas e comunidades tradicionais que se utilizem da autodefinição ou auto atribuição, segundo a Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho, promulgada pelo Decreto nº. 5.051/04, como povos e comunidades tradicionais, observando o Decreto nº. 6.040/07, os artigos 215, 216, 225, 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, bem como o artigo 68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigos 190 e 191 da Constituição do Estado do Paraná e demais dispositivos jurídicos que tratam do tema (REGIMENTO INTERNO, 2015, s/p).

Em consonância com a literatura da área, conforme apresentamos no capítulo 2, o Conselho Estadual de Povos Tradicionais inovou ao formalizar a participação de sujeitos sociais que, tradicionalmente, estiveram excluídos das arenas políticas decisórias no Paraná (TATAGIBA, 2002), no entanto, *“[...] teve a aprovação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, mas que pra nós não teve muito assim, não mostrou nada...”* (Benzedeira 1, Liderança na Rede Puxirão).

As reuniões do CPICT/PR passaram a ser realizadas periodicamente a partir de 2015. Neste período, o Conselho se ocupou de sua organização interna, como aprovação do Regimento Interno, criação de comissões temáticas para subsidiar as deliberações e aproximação entre os membros da sociedade civil e do governo. Esta aproximação se deu mediante a apresentação de cada Secretaria participante e de cada grupo social étnico, no sentido de gerar entrosamento entre os membros e conhecimento mútuo (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).

A observação das reuniões do CPICT/PR e o estudo das atas do ano de 2015, período da pesquisa em que o Conselho realmente teve funcionamento, nos permitem tirar dois pontos interessantes de análise. No primeiro ponto, chama a atenção o fato dos diferentes povos utilizarem o espaço do Conselho como uma “caixa de ressonância”, expressão esta utilizada por Raichelis (1998) no estudo sobre o Conselho Nacional de Assistência Social, no sentido de que o espaço conselhistas serve de vazão para as várias denúncias de descasos vivenciados pelas populações. Não há uma organização de demandas e pautas em cima de tais denúncias, elas ganham vazão evidenciando a falta de canais de diálogo entre os diferentes órgãos estatais e as comunidades tradicionais.

Já o segundo ponto de análise nos intriga: no final de 2015 o CPICT/PR começa a se organizar para as primeiras discussões acerca da criação de uma política estadual de povos e comunidades tradicionais no Paraná, contudo, aquela carta proposta formulada em 2011, no Encontro Estadual de Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, pela Rede Puxirão e parceiros, que sistematiza as demandas dos diferentes grupos sociais étnicos subalternos (conforme Quadro 3) não é retomada na plenária do Conselho. Este fato evidenciaria a perda de “*inspiração mobilizatória*” da Rede Puxirão? Teria o CPICT/PR envergadura para bancar uma política estadual para estas comunidades?

Na minha visão eles mantêm o Conselho como figura, até onde eles não tiverem que sujar a mão, se eles tiverem que implementar uma política a partir desse Conselho, eles não vão fazer! Não fez pra ninguém, não vai ser agora. Porque o que está no bojo daquilo que ele coloca o Estado à disposição é o agronegócio. Então assim, não tem problema você manter o Conselho aqui dos povos, mas deixa o agronegócio entrando por lá. E você não reconhece. Não executa o reconhecimento do território e mantém o Conselho! (Assessor 1 da Rede Puxirão).

Na dinâmica deste Conselho, parece haver a tentativa de promover certa conciliação de interesses, no intuito de *“manter o Conselho aqui dos povos, mas deixa o agronegócio entrando por lá”*, no que podemos relacionar, em nível “molecular”, ao chamado “transformismo”.

O transformismo se relaciona a uma forma de revolução passiva (GRAMSCI, 2006), que aqui relembramos se tratar dos processos de modernização, de transformação através de reformas que prescindem de revolução política (GRAMSCI, 2002). Portanto, ao contrário de uma revolução popular, realizada “por baixo”, a revolução passiva expressa reação à possibilidade de uma transformação efetiva, para isso, as camadas dominantes, de forma estratégica, assimilam parte das demandas populares, inclusive como forma de desmobilização política (COUTINHO, 2007).

Esse jogo de interesses atua “[...] visando a obter uma atividade reformista pelo alto, que atenua as antíteses e as concilie em uma nova legalidade obtida ‘transformisticamente’” (GRAMSCI, 2006, p. 331). Todavia, em se tratando de disputas territoriais, ao fundo e a cabo, conciliações desta natureza não se aplicam, pois uma classe não se realiza no território de outra classe, os territórios do agronegócio e os territórios tradicionais são organizações de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais (FERNANDES, 2008), conforme viemos sustentando até aqui. Daí decorre a necessidade imperiosa de se retomar a *“inspiração mobilizatória”*, fermento da luta contra hegemônica dos povos tradicionais.

De 2011 pra cá eu acho que a Rede Puxirão foi vítima da ausência de ousadia. Como o Estado já não recebia mais pra negociar, você só tinha uma arma: enfrentar. Mas se essa arma está enferrujada ou foi atrofiada, não se usa mais ela, ou não se usou como deveria, não se sabe mais usar ela devidamente. Então eu vejo que a mudança de governo no plano estadual mudou essa relação de forças ali. A Rede não conseguia mais organizar sua base, as lideranças não conseguiam mais propor uma ação, porque ficaram na espera da negociação que nunca acontecia. Esse compasso de espera... Porque o Beto Richa não chamou, ninguém chamou, e o pessoal ficou esperando, como fazia com o Requião, chama vem. Isso vai durar 2011, 2012, 2013... [...]. [...] Tem um vácuo aí desse período que demonstra certa fragilidade dos movimentos em compreender que a luta política vai necessariamente ter que passar pelo confronto, por esta mobilização. Nesse período aconteceu uma coisa muito importante, se perde a inspiração mobilizatória que havia antes, ainda que não perfeitamente, que esse processo de formação de lideranças, de formação política é um processo lento. Mas eu acho que um dos pecados foi esse: se perde a inspiração mobilizatória do movimento! [...] (Assessor 1 da Rede Puxirão).

É no campo da sociedade civil que se fomenta o consenso que anima a construção de projetos sociopolíticos. O consenso é o momento de pactuação de valores ético-políticos, em última análise, da construção de uma “vontade coletiva nacional popular” (GRAMSCI, 2000; SIMIONATTO, 2009), capaz de mediar a organização de uma sociedade mais justa, enfrentando as mazelas econômicas, sociais, políticas e culturais impostas a amplos setores pela ordem dominante.

De outro modo, os grupos dominantes também se apropriam dos “aparelhos privados de hegemonia” e buscam convencer os diferentes grupos sociais a aderirem ao seu projeto societário, impondo-o, mediante diferentes estratégias, como o único viável (CARNOY, 2008; SIMIONATTO, 2008, 2009). Neste sentido, a cultura da crise (SAFATLE, 2016), por exemplo, busca criar consenso em torno de um projeto de desenvolvimento econômico que toma por base a noção de crescimento infinito, descartando seus efeitos colaterais ambientais, políticos e sociais (aquecimento global, crise alimentar, refugiados, etc), como se o capitalismo fosse o último momento da história.

A força social deste projeto dominante é tão intensa que temos vivido, de certa forma, a desmobilização de forças e visões alternativas. Existe na sociedade civil um conjunto de valores contra hegemônicos, mas há, de forma evidente, a dificuldade de se articular tais valores em torno de um projeto concreto, como uma proposta mais ampla para toda a sociedade (GOHN, 2007).

Justamente por ser a arena da pactuação de projetos e da disseminação de valores, a sociedade civil é atravessada pelos interesses de classes e, portanto, não há construção de consenso sem uma dose significativa de confronto e conflito. Ou seja, esta “vontade coletiva nacional popular” “[...] só se forma depois que a multiplicidade se unifica através do atrito dos indivíduos [...]” (GRAMSCI, 2000, p. 333).

Diante disso, na atividade política difícil, demorada e processual de quebra da subordinação (SEMERARO, 2014) que envolve a luta dos movimentos sociais dos povos e comunidades tradicionais a “*inspiração mobilizatória*” é um ingrediente fundamental nos confrontos contra hegemônicos, que além das negociações políticas, exigem os enfrentamentos e atritos típicos que atravessam as lutas de classes no capitalismo, a exemplo das ocupações.

A Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais construiu em sua trajetória um arsenal de luta importante nesse sentido, como a articulação de um sujeito coletivo, uma visão de mundo capaz de tecer a crítica à situação de subalternidade

vivenciada por tais grupos sociais no Paraná e a formulação de um conjunto de valores contrários ao projeto hegemônico do capital, conforme esperamos ter demonstrado ao longo de toda nossa análise.

Apesar disso, como desafio histórico imposto as classes subalternas que, no geral, não são unificadas (GRAMSCI, 2002; MONAL, 2003) e têm seus intentos mobilizatórios continuamente quebrados pelas iniciativas das classes dominantes (SEMERARO, 2014), está o enfrentamento. Portanto, se “*essa arma está enferrujada*” o confronto contra hegemônico “*titubeia*”.

Negociar e não enfrentar! Tudo isso corrobora pra que esse movimento, que era pra ser contra hegemônico, ele titubeia. Não é que ele não seja contra hegemônico, é relativo, é e não é. Em alguns momentos ele bate de frente, vai de cara. Em outros momentos não, chega a ter um padrão clientelístico [...]. [...] Não é um novo padrão que se manifesta, é uma oscilação. E agora, por último, eu percebi claramente, em contato com várias lideranças da Rede, “Como tá lá? E aqui?”... Esses movimentos vão dizendo que já não fazem uma ação há muito tempo, que só vira em reunião e estão desgastados, cansados. As próprias lideranças estão dizendo isso. Então a gente vê que elas ainda mantém um certo exercício da sua função de liderança somente pra participar de reuniões com o governo (Assessor 2 da Rede Puxirão).

Os desafios de se perder a “*inspiração mobilizatória*”, “*negociar e não enfrentar*”, apresentar “*um padrão clientelístico*” e manter o “*exercício da função de liderança somente pra participar de reuniões com o governo*” acabou culminando na situação de certo recuo da Rede Puxirão, conforme mencionamos no item 3.1, no momento em que “[...] o pessoal começou se desanimar, porque não se via mais avanço [...] já não tinha mais aquela cara, cara de movimento, né? [...]”.

Estes desafios encontram respaldo na literatura da área. No balanço realizado por Gohn (2010), acerca dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo, pondera-se que as novas políticas públicas do Estado têm priorizado a inclusão dos chamados “setores vulneráveis” e essa iniciativa tem se dado de forma contraditória, impactando nas ações coletivas. Capturam-se os sujeitos políticos da sociedade civil, antes organizados em movimentos coletivos e protestos, tornando-os parcialmente mobilizados pelas políticas públicas institucionalizadas.

Isso ocorre, pois, se deslocam os eixos das ações coletivas da sociedade civil para a sociedade política, ou seja, das ruas para os gabinetes, gerando como consequência o desaparecimento da dimensão política, entendida como o espaço de

tensão existente entre os diferentes sujeitos/interesses. O saldo disso é a consolidação de processos políticos fomentados de “cima para baixo”, na busca de coesão e de controle sobre as forças sociais (GOHN, 2010).

O reconhecimento jurídico, a construção formal de um direito, para que tenha legitimidade, deve ser uma resposta do Estado à demanda organizada. [...] um processo de reconhecimento da institucionalidade da ação, e não como um processo de institucionalização da ação coletiva, de forma normativa, com regras e enquadramentos, como temos observado nas políticas públicas no Brasil na atualidade (GOHN, 2010, p 32).

A institucionalização da ação coletiva pode implicar, ainda, em outro desafio listado pelos estudos do campo movimentalista: a perda da autonomia (GECD, 1998-1999). A autonomia ganhou centralidade nas lutas populares como enfrentamento das tradicionais relações de clientelismo (GECD, 1998-1999; CARVALHO, 2017), conforme discutimos no capítulo 1. No entanto, mediante a institucionalização das políticas públicas, dos movimentos sociais foi requisitada “uma nova postura, mais propositiva e aberta à negociação” (GECD, 1998-1999, p. 26).

Todavia, enquanto uma complexa interação entre Estado e sociedade (GIOVANNI, 2014), tensionada pela agenda neoliberal, as políticas públicas têm sido esvaziadas de seu conteúdo democrático e abrangente, desembocando em ações focalizadas. Nesta lógica, os processos de negociação podem se converter em fragilização de direitos aos grupos sociais subalternos.

Por tudo isso, retomar o espaço da sociedade civil como arena de disputa por hegemonia é imperioso à “*existência social*” dos grupos sociais étnicos subalternos do Paraná, pois conforme se destacou no item 3.1, “[...] *a gente vê ela [a Rede Puxirão] como um grande apoio para as comunidades, um ponto de encontro, mas a gente tá vendo que tem que reconstruir ela de novo!*”.

A trajetória de articulação da Rede Puxirão é parte do ensaio de práticas novas de poder e de política para os povos tradicionais no Paraná, como parte da invenção de um projeto societário alternativo, que não se desenrola de forma linear e mediante um evento específico, mas é construído, forjado nas lutas cotidianas encadeadas no interior dos movimentos sociais (SEMERARO, 1999).

Diante disso, todos os desafios que vieram se apresentando nesta trajetória podem “[...] gerar aprendizado sociopolítico para os movimentos sociais e contribuir para a construção de valores, vindo a desenvolver uma cultura política alternativa ao

que está posto” (GOHN, 2010, p. 22). No caso da Rede Puxirão, o III Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais, realizado em 2015, busca “*dar encaminhamento*” as mudanças decorrentes da conjuntura.

[...] Depois desse [III] encontro [de povos e comunidades tradicionais] de Paranaguá a gente quer ver se resolve algumas coisas, porque também estava meio indefinido o papel... De 2008 pra cá já se passaram sete anos, mudou coisas da conjuntura, das reivindicações, do projeto dos povos. Agora houve uma necessidade de discutir em Paranaguá alguns eixos e dar encaminhamento, [...] tentar colocar em prática os pontos levantados [...] (Faxinalense, Coordenador da Rede Puxirão).

Entre estes encaminhamentos esteve a organização do Curso de Formação de Lideranças (Figura 10), que “*a partir da reflexão crítica*” busca evidenciar que “*o rumo tem que mudar*”.

A mudança de rumo e as reflexões críticas construídas na trajetória dos movimentos sociais são parte da ação política que se movimenta na dinâmica das lutas de classes. As disputas políticas se renovam no cotidiano e com frequência exigem a mudança de rota e a renovação de objetivos. Portanto, os desafios que se apresentam à Rede Puxirão fazem parte do “*drama*” dos movimentos sociais que se colocam “*na peleia lutando pelo território e pra garantir a sustentabilidade da vida*”.

[...] A grande expectativa nossa é que esse Curso [de Formação de Lideranças] vá possibilitar, a partir da reflexão crítica, um novo aggiornamento ali, o rumo tem que mudar, é uma questão de existência social desses grupos! Se eles não refletirem, mudarem o rumo da ação política, daqui a pouco tá só aquela liderança lá participando do evento e não tem base, é um nome, uma marca, um logo, não tem mais nada! Esse é o drama! (Assessor 2 da Rede Puxirão).

Ao finalizarmos estas análises consideramos que a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, enquanto uma rede de movimentos sociais, conquistou em inúmeros momentos de sua trajetória experiências de disputa de hegemonia nas relações com o Estado no Paraná.

Ter ocupado “posições” nos meandros estatais é um fato importante das conquistas galgadas pelos povos tradicionais no Paraná, precedida da articulação dos grupos sociais étnicos subalternos na sociedade civil. Quando essa rede de movimentos sociais conseguiu ocupar “posições” nas agências estatais acabou se fortalecendo

também, indicando que o Estado significa a unidade dialética entre o poder governamental e a sociedade civil, ou seja, “[...] o Estado, ainda que os governantes digam o contrário, não tem uma concepção unitária, coerente e homogênea [...]” (GRAMSCI, 2006, p. 112) estando suscetível, portanto, as disputas por hegemonia.

Não é demais afirmar aqui, mais uma vez, que esse processo de disputas de hegemonia política na contemporaneidade tem mais possibilidades de ocorrer de modo processual e não mediante um momento abrupto ou um evento extraordinário. Pelo contrário, como pudemos defender ao longo deste trabalho, tal disputa é movimentada por pequenas “lutas cotidianas” que os grupos subalternos travam para se colocar no duro cenário dos embates políticos, que não tem fim, são permanentes.

O encontro dos diferentes grupos sociais e o ato de tecer a Rede, como um espaço de trocas, de formação política, de construção de um novo olhar, de compreensão sobre o lugar que, enquanto povos tradicionais, ocupam na história, na sociedade e nos liames do aparato estatal é, em si, parte do posicionamento contra hegemônico dos faxinalenses, dos ilhéus, dos quilombolas, dos pescadores artesanais, das benzedeadas e de tantos outros grupos sociais étnicos subalternos presentes no Paraná, na sociedade brasileira.

Contudo, tais elementos não são suficientes para manter a força social destes coletivos, pois os processos de mudança social e a interferência nos mecanismos de decisão política (GOHN, 2007) exigem a atividade permanente de ocupar “posição” na sociedade civil, onde os grupos que almejam a direção política devem se tornar dirigentes, antes mesmo de ocuparem os espaços de poder (GRAMSCI, 2000).

O processo recente de mobilização e organização políticas, somado a conjuntura política federal e estadual, impõe a Rede, como também a tantos outros movimentos sociais, a necessidade da auto reflexão e do aprimoramento das estratégias de luta, pois não há rupturas da ordem vigente e construção de um novo projeto societário sem o Estado, mas cabe a sociedade civil, espaço da pluralidade e das disputas por hegemonia, traçar o caminho e inscrever, “de baixo para cima”, os rumos desta nova sociedade nas agendas políticas.

CONCLUSÃO

Embora as lutas dos povos e comunidades tradicionais estejam inscritas no cenário brasileiro desde o período da colonização, a organização coletiva e a mobilização política destes grupos sociais étnicos subalternos são relativamente recentes no Brasil. A década de 1970, período de certa “ocidentalização” da sociedade brasileira, registra as primeiras mobilizações do Movimento Indígena. Conforme pudemos apresentar neste trabalho, nas décadas seguintes outros grupos foram se articulando coletivamente e, por fim, galgaram reconhecimento jurídico e forjaram no socioambientalismo uma orientação para as políticas públicas na área.

Apesar disso, os embates envolvendo os povos tradicionais e as classes dominantes só aumentaram no país, uma vez que as tensões vivenciadas pelo reconhecimento de sua existência social e pelo direito de viver em seus territórios tradicionais caminham na contramão dos valores hegemônicos que sustentam o projeto do capital.

Por isso, os conflitos territoriais envolvendo tais povos expressam dimensões das lutas de classes e evidenciam a disputa de projetos societários antagônicos. Diante dessa constatação é que fez sentido eleger um dos coletivos organizados de povos tradicionais – a Rede Puxirão –, como possibilidade de disputa de hegemonia política nas relações com o Estado no Paraná, sendo este o objetivo de pesquisa desta tese.

No intuito de responder a tal objetivo, o trabalho foi organizado em quatro capítulos. Conforme o leitor pôde acompanhar, os dois primeiros capítulos mobilizaram o arsenal teórico de interpretação, sistematizando conceitos centrais para a discussão dos processos de disputa de hegemonia política envolvendo os povos tradicionais no Paraná. Os dois últimos se detiveram na análise do universo empírico: a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais e sua relação com o Estado.

Os conceitos centrais mobilizados nos permitiram discutir as polêmicas que envolvem a conceituação do Estado moderno e nos permitiram desvendar, a partir da teoria crítica, os rebatimentos dos interesses de classes na organização estatal. O Estado, entendido de forma ampla como o momento da “coerção”, somado ao “consenso”, é permeado pelas tensões e lutas que se travam entre as classes sociais, desta forma, a disputa por hegemonia política é uma constante no contexto democrático. Nessa disputa situamos o papel central dos movimentos sociais e, neste caso, dos coletivos dos povos

tradicionais e de suas lutas territoriais, que, em última análise, repercutem no questionamento do sistema capitalista em geral.

Conforme fundamentamos ao longo de todo o trabalho, na perspectiva gramsciana a ruptura com a ordem vigente deve forjar no âmbito da sociedade civil, momento da pactuação do “consenso” e da definição dos projetos políticos, um conjunto de valores contra hegemônicos, que articulados venham a germinar a criação de uma nova economia e a fundação de um novo tipo de Estado. Portanto, o processo revolucionário não se dá mediante a derrubada do Estado, e sim no ocupar os espaços do Estado e preenchê-lo de conteúdo ético-político ao ponto de extinguir seu momento coercitivo e construir a “sociedade regulada”.

Portanto, esta não é uma tarefa fácil, principalmente considerando a condição das classes subalternas que, historicamente, são “desagregadas” e sofrem continuamente a “quebra” de suas tentativas de mobilização e luta por parte das classes dominantes. Ainda assim, como a contradição é parte da natureza da realidade social, os intentos revolucionários se organizam e protagonizam disputas continuamente, ainda que não logrem, de imediato, a transformação da ordem dada. Esse exercício vai fomentando, de forma “molecular”, como uma relação político-pedagógica, a preparação dos processos de transformação e, embora o resultado não seja previsível, as classes subalternas se colocam, diante das brechas existentes, a dura tarefa de construção de uma contra hegemonia.

A partir desta compreensão situamos a relevância política dos movimentos sociais, e aqui em especial, dos povos e comunidades tradicionais. Como parte da tarefa cotidiana de construção de uma contra hegemonia, vislumbrando a utopia de uma sociedade mais justa, do ponto de vista econômico, social e ambiental, estes povos vêm se colocando de forma contra hegemônica na esfera pública.

Disso decorre a tese que sustentamos: A Rede Puxirão tem contribuído para a articulação e o fortalecimento de diversos grupos sociais étnicos que, enquanto classes subalternas, vêm transcendendo de uma situação de exclusão na esfera pública para outra condição, de visibilidade e reconhecimento de direitos, mesmo que submetidos a conflitos sociais intensos, sendo que o produto desta tensão tem contribuído para o posicionamento contra hegemônico destes grupos, redefinindo as relações entre Estado e sociedade civil, ainda que em pautas específicas.

Munido com os elementos teóricos sistematizados nos capítulos 1 e 2, o estudo analisou a experiência da Rede Puxirão nos capítulos 3 e 4. No capítulo 3, foi

sistematizada a trajetória da Rede Puxirão e mediante o processo de articulação dos grupos sociais étnicos subalternos e da construção de uma visão crítica de mundo acerca de suas histórias e do lugar que ocupam na sociedade de classes destacou-se a composição da Rede Puxirão, o cenário sociopolítico, seus princípios articulatórios, sua organização e práticas. Todos estes elementos centrais das categorias de análise de movimentos sociais.

A partir destes elementos, que conformam quesitos importantes dos processos de disputa de hegemonia envolvendo os movimentos sociais das classes subalternas e o projeto dominante, o capítulo 4 tratou da relação da Rede Puxirão com o Estado no Paraná. Para tanto, discutiu-se a questão da organização de uma vontade coletiva, que impulsiona a construção do projeto sociopolítico e a influência nas relações de poder e nos processos decisórios próprios da dinâmica estatal, a partir da tomada de “posições” e de “rupturas moleculares” com o instituído, evidenciando a força social da Rede Puxirão em disputar espaços contra hegemônicos no Paraná.

Ao fim, respondemos nossas questões de pesquisa. A Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais se constitui como movimento social, uma espécie de “movimento de movimentos”, uma rede de movimentos sociais. Seu projeto sociopolítico foi construído na trajetória de articulação dos movimentos sociais populares impulsionados pela Teologia da Libertação, que ao valorizar os conhecimentos e experiências populares, forjou um sujeito coletivo com valores contra hegemônicos, que se colocam contrários à exploração e subordinação impostas pelo sistema capitalista a amplos setores sociais, como os povos e comunidades tradicionais. A partir disso, e mediante conexões e parcerias políticas estabelecidas, a Rede Puxirão construiu sua força social no Paraná, tomando “posição” em espaços estratégicos que acabaram por influenciar aspectos do campo das decisões políticas.

No entanto, como parte da dinâmica das lutas de classes e das mobilizações políticas, que são perpassadas por levantes e “quebras”, avanços e recuos, a Rede perde parte de sua força mobilizatória na “sociedade civil” e se emaranha nos ritos e interesses típicos da “sociedade política” (questões burocráticas, trâmites administrativos, recursos financeiros e relações clientelistas, etc), desembocando em certo retrocesso da luta.

Todavia, em nosso entendimento, esse recuo/desafio não anula o potencial contra hegemônico dos grupos sociais étnicos subalternos, que via Rede Puxirão, reconstruíram sua história e sua identidade e se colocaram no duro cenário dos embates

políticos permeados pelos interesses de classes no Paraná. Dessa forma, reafirmamos aqui a tese defendida, mas a ela agregamos novos elementos.

Consideramos, portanto, que: a Rede Puxirão tem contribuído para a articulação e o fortalecimento de diversos grupos sociais étnicos que, enquanto classes subalternas, vêm transcendendo de uma situação de exclusão na esfera pública para outra condição, de visibilidade e reconhecimento de direitos. Ainda que submetido a conflitos sociais intensos, o produto desta tensão tem contribuído para o posicionamento contra hegemônico destes grupos, redefinindo relações entre Estado e sociedade civil, mesmo que, a princípio, em pautas específicas e impondo um processo contínuo de aprendizado político, de recuo e retomada das lutas sociais, sem perder de vista que as disputas por contra hegemonia são parte de um longo, amplo e difícil processo de construção de uma nova sociedade por diversos segmentos sociais populares.

Ao finalizarmos esta pesquisa, além dos resultados aqui sistematizados, nossa trajetória foi acrescida de um denso e rico processo de aprendizagem que envolveu a aproximação com os sujeitos de luta, através da experiência de mergulho no campo de pesquisa, e apropriação de um novo universo teórico para interpretação da realidade.

O mergulho no campo de pesquisa e a aproximação com os sujeitos que lutam e que constroem seu cotidiano de vida a partir das batalhas que travam para garantir sua existência social, diante de um modelo societário que nega valores fundamentais para os povos tradicionais, nos trouxe uma série de ensinamentos, como a compreensão de que conhecimento crítico se constrói a partir da vivência das contradições inerentes ao modelo capitalista, portanto, a produção de conhecimento é parte leitura, reflexão e na mesma medida diálogo e ação.

Por isso, o conhecimento crítico é produzido sim no âmbito acadêmico, mas essencialmente no campo das lutas cotidianas pela sobrevivência social. As falas coletadas nas entrevistas e os inúmeros momentos de diálogo que tivemos com diferentes representantes dos povos tradicionais encheram nossa vida de significado e nos fizeram reconstruir a visão sobre nossa origem, sobre a diversidade de saberes presentes na sociedade, sobre os processos de exploração e violência e sobre as possibilidades de um futuro diferente do instituído nesse momento.

O estudo do referencial gramsciano, enquanto um novo universo teórico de análise, se apresentou de início como um grande desafio, mas a ele somou-se a prazerosa descoberta e o aprimoramento pessoal de reflexões conceituais que nos permitiram enxergar a sociedade civil como um campo de tensões permanentes, por isso

mesmo, também criativo, inventivo. Foi justamente essa percepção que nos possibilitou aproximar a temática dos povos tradicionais ao referencial gramsciano.

Na atual conjuntura política do país, onde a exploração, a corrupção, a degradação ambiental, o autoritarismo social, entre outras sequelas do projeto dominante assolam o cotidiano de nossas vidas, refletir sobre o potencial criativo e combativo presente na sociedade civil servem de fermento para a germinação de novos saberes e de novos projetos pessoais de atuação profissional.

Cientes de todos os limites existentes em qualquer empreitada de produção de conhecimento acerca da vasta e complexa realidade social que nos cerca, destacamos aqui algumas lacunas, alguns temas emergentes que podem enriquecer as agendas de pesquisa sobre a relação entre Estado e sociedade civil, as disputas por hegemonia e os movimentos sociais dos povos e comunidades tradicionais: 1. refletir sobre os conflitos, diferenças e pontos em comum entre os diferentes grupos sociais étnicos subalternos da Rede Puxirão, indicando o potencial de construção da unidade na diversidade, elemento crucial nas disputas de hegemonia política; 2. analisar as relações estabelecidas entre os grupos sociais étnicos subalternos da Rede Puxirão, as ONGs parcerias e assessorias, discutindo questões políticas do âmbito interno dos movimentos sociais, como clientelismo, autonomia e vínculos liderança/bases; 3. investigar as concepções de mundo e os valores que sustentam as políticas públicas que vêm sendo formuladas e direcionadas aos grupos sociais étnicos subalternos do Paraná, no sentido de identificar sua relação com os interesses de classes.

Ao finalizarmos esta tese, esperamos contribuir para a aproximação dos conhecimentos produzidos no âmbito acadêmico e no universo das lutas populares, mediante o diálogo e a troca de saberes com os grupos sociais étnicos subalternos. Considerando a atualidade do tema, é também nosso desejo agregar novas percepções e novos elementos aos estudos já existentes acerca dos movimentos sociais no Brasil, especialmente no âmbito das ciências sociais, que ainda carecem de pesquisas sobre os povos e comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. A direita avança: países latinos vivem momento de inflexão política e dúvidas sobre a continuidade do “ciclo progressista”. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, n. 231, p. 20-23, jun. 2016.
- ACSELRAD, Henri; ALMEIDA, Alfredo Wagner; BERMAN, Celio; et al. Desigualdade Ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **E-Cadernos**, CES [online], n. 17, p. 163-183. 2012. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/ecadernos/media/ecadernos17/07.ColetivoBras.Pesq.DesigualdadeAmbiental.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2016.
- AGRÁRIA. **Perfil**. Disponível em: <http://www.agraria.com.br/agraria.php>. Acesso em: 23 jul. 2016.
- ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 6, n. 1, p. 09-32, maio. 2004.
- ALMEIDA, Carla; TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012.
- ATHIAS, Renato. A Luta dos Povos Indígenas: 500 anos de uma outra história. In: ROMANO, Jorge; ATHIAS, Renato e ANTUNES, Marta. **Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania: trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 113-131.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 9. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2004.
- BARROS, Ciro; BARCELOS, Iuri. Funai perde 23% do orçamento e opera só com 36% dos servidores. **Jornal Folha de São Paulo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1782194-funai-perde-23-do-orcamento-e-opera-so-com-36-dos-servidores.shtml> Acesso em: 27 jun. 2016.
- BBC. Brasil. **Pelo 5º. ano Brasil é líder em mortes em conflitos de terras; Rondônia é o Estado mais violento no campo**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36580912>. Acesso em: 18 jan. 2017.
- BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo Indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970 – 2009)**. 2010. 464 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- BOGO, Ademar. Mística. In: In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 473-477.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras; Ponta Grossa: UEPG, 2008.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 192 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 15 jan. 2013.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/orgaoscolegiados/orgaos-em-destaque/cnpct/comissao-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-cnpct>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **CAGED: Agricultura mantém crescimento**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/imprensa/caged-agricultura-mantem-crescimento-e-registra-44-650-novas-vagas-no-pais.htm>. Acesso em: 05 ago. 2015.

_____. PORTAL BRASIL. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e luta de classes contemporâneas: questões e polêmicas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 468-492, jul./set. 2012.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Revista Lua Nova: Cultura e Política**, São Paulo, n. 45, p. 49-95, 1998.

BOTTOMORE, Tom (editor). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Mais valia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 227-230.

BUTTIGIEG, Joseph. Educação e Hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andrea de Paula (orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-49.

CANTO, Reinaldo. Aquecimento Global: passou a hora de agir. Novos estudos reforçam as evidências sobre a decisiva contribuição humana para o aumento da temperatura média do planeta. **Carta Capital**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/aquecimento-global-passou-a-hora-de-agir-1509.html>. Acesso em: 02 jun. 2015.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 14^a. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.

CARTA CAPITAL. Política. **Indígenas cercam o planalto contra a PEC 241/55 e o Programa Temer**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/indigenas-cercam-planalto-contr-a-pec-241-55-e-o-programa-de-temer>. Acesso em: 22 nov. 2016.

_____. **A escravidão não acabou**: 349 empregadores ainda submetem os contratos a condições degradantes e subumanas. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/935/a-escravidao-nao-acabou>. Acesso em 18 jan. 2017a.

_____. Sociedade. **O governo Temer quer inviabilizar as terras indígenas?** Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-governo-temer-quer-inviabilizar-as-terras-indigenas>. Acesso: 24 jan. 2017b.

CARTA DOS ÍNDIOS. **Carta dos Xavante e dos Mehinaku ao povo brasileiro**. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/01/272987.shtml>. Acesso em: 30 mai. 2016.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 1-15. 1997.

_____. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 7^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo. **Participação social no Brasil hoje**. Disponível em: <file:///C:/Users/Claudio/Downloads/841.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2017.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Relatório**. Textos Temáticos. V. 2. [2014]. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 25 out. 2015.

_____. **A CNV**. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 23 abr. 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo no Brasil em 2014**. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/2392-conflitos-no-campo-brasil-2014?Itemid=23>. Acesso em: 01 mai. 2015.

COSTA, Lucia Cortes da. **Impasses do Estado Capitalista**: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. Democracia: um conceito em disputa. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções**: o marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez, 2006. p. 13-27.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 13-69.

_____. O conceito de vontade coletiva em Gramsci. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.32-40, jan./jun. 2009.

_____. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social brasileira: uma equação possível?** 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CRUZ, Valdo; ROCHA, Graciliano; COLON, Leandro, et al. **Propina de Belo Monte foi de R\$ 150 milhões, diz Andrade Gutierrez**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1758468-propina-de-belo-monte-foi-de-r-150-milhoes-diz-andrade-gutierrez.shtml>. Acesso em 05 mai. 2016.

CRUZ, Valter do Carmo. Povos e Comunidades Tradicionais. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 594-600.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil: tendências recentes. **Journal of Iberian and Latin American Studies**, v. 7, n. 1, p. 75-104. 2001.

_____; OLVERA, Alberto e PANFICHI, Aldo. Para outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto e PANFICHI, Aldo (orgs.). **A Disputa pela Construção Democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006. p. 13-91.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 29, p. 63-78, nov. 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

DIÁRIO DE CAMPO. **Registros da pesquisa de campo**. 2012, 2013, 2014, 2015, 2016. Manuscrito. Não publicado.

DOCUMENTO FINAL. **Carta Final do I Encontro dos Ilhéus do Rio Paraná** [2011]. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/2011/11/28/carta-final-do-i-encontro-dos-ilheus-do-parana/>. Acesso: 15 nov. 2015.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1995.

EL PAÍS. Brasil. **Oito homens possuem a mesma riqueza que a metade mais pobre da humanidade**: a superconcentração de capitais aumentou em 2016, segundo relatório da Oxfam. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/13/economia/1484311487_191821.html. Acesso em 17 jan. 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Soja em números (safra 2015/2016)**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos> Acesso em: 20 jan. 2017.

ESTADÃO. **Agronegócio respondeu por 1/3 da exportação brasileiro no primeiro trimestre. Destaques foram soja, milho, celulose e carne bovina**. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/04/agronegocio-respondeu-13-da-exportacao-brasileira-no-1o-trimestre-aponta-cna.html> Acesso em: 20 abr. 2016.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

FAVARO, Jorge. **Geografia da Política de Desenvolvimento Territorial Rural**: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no Território da Cidadania Paraná Centro. 2014. 408 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 5ª. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

_____.; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienais Constantino. **Os Usos da Terra no Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica: UNESCO, 2014.

_____. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Disponível em: <http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>. Acesso em: 15 fev. 2016.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **História do Fórum**. Disponível em: http://www.fsmpoa.com.br/default.php?p_secao=12. Acesso em: 01 jul. 2016.

FREITAS, Tatiana. **Agronegócio segue ganhando relevância nas exportações do Brasil**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1661855-agronegocio-segue-ganhando-relevancia-nas-exportacoes-do-brasil.shtml>. Acesso em: 05 ago. 2015.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Cidadania quilombola, passo a passo**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=538. Acesso em: 12 set. 2016.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Entenda o processo de demarcação**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-53>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. **Modalidades de Terras Indígenas**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 18 jan. 2017.

GIOVANNI, Geraldo Di. **As estruturas elementares das políticas públicas**. Disponível em: <https://observatorio03.files.wordpress.com/2010/06/elementos-das-politicas-publicas.pdf> Acesso em: 13 mai. 2014.

GLOBO, O. **Levantamentos mostram perseguição contra religiões de matriz africana no Brasil**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/levantamentos-mostram-perseguiacao-contra-religoes-de-matriz-africana-no-brasil-13550800>. Acesso em: 29 out. 2016.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 3ª. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6ª. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p.333-361, mai./ago. 2011.

GOMES, Romeu. Análise e Interpretação de Dados de Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 79-108.

GORENDER, Jacob. In: Marx, Karl; ENGELS, Friedrich. **Prefácio**. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **A Questão Meridional**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do Cárcere**. v. 5. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos do Cárcere**. v. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA (GECD). Sociedade Civil e Democracia: reflexões sobre a realidade brasileira. **Revista Ideias**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 13-42. 1998/1999.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

GUBUR, Dominique Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 57-65.

GUETTA, Maurício. **Da lama ao caos: o país que não queremos**. Disponível em: <http://www.envolverde.com.br/opiniao/da-lama-ao-caos-o-pais-que-nao-queremos/>. Acesso em: 24 jun. 2016.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2010.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Paideia, 1987.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP). Paraná. **ICMS Ecológico por biodiversidade**. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/pagina-418.html>. Acesso em: 23 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **O que é o IBAMA?** Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/institucional/carta-de-servicos-ao-cidadao.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

INSTITUTO EQUIPE DE EDUCADORES POPULARES (IEEP). **Quem sou eu**. Disponível em: <http://institutoequipe.blogspot.com.br/>. Acesso em: 22 mar. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Novíssimo retrato da agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/novissimo-retrato-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 10 jan. 2017.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). **Do Caos à Lama: a verdadeira e cruel face do modelo mineral brasileiro**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uH3yOBYvrOc>. Acesso em: 20 jun. 2016.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Estabelecimentos rurais no Paraná crescem, concentração de terras permanece**. Disponível em:

http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_noticia=186. Acesso em: 20 jan. 2017.

INSTITUTO SOCIO AMBIENTAL (ISA). **Regulamentação da Lei de Acesso ao Patrimônio Genético:** entre incógnitas e críticas. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-ppds/regulamentacao-da-lei-de-acesso-ao-patrimonio-genetico-entre-incognitas-e-criticas>. Acesso em: 03 dez. 2015.

_____. **Notícias direto do ISA.** Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/>. Acesso em: 15 jul. 2016.

KARNAL, Leandro. Estados Unidos, Liberdade e Cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da Cidadania.** 4ª. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 135-157.

LITTLE, Paul. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade [2002]. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle_1.pdf. Acesso em: 20 set. 2013.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo:** ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. 5ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (Coleção Os Pensadores).

LOSURDO, Domenico. **A Luta de Classes:** uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Crise Ecológica, Crise Capitalista, Crise de Civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79-86, jan./abr. 2013.

LUIZ, Danuta Estrufika Cantoia. Orientações clássicas do pensamento gramsciano para pensar a sociedade contemporânea. In: COSTA, Lucia Cortes da (org.). **Estado e Democracia:** pluralidade de questões. Ponta Grossa: UEPG, 2008. p. 35-54.

_____. **Emancipação e Serviço Social:** a potencialidade da prática profissional. Ponta Grossa: UEPG, 2011.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (MMM). **O que é a Marcha Mundial das Mulheres?** Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>. Acesso em: 30 jun. 2016.

MARETTI, Cláudio. **Grilagem.** Disponível em: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/ameacas_riscos_amazonia/desmatamento_na_amazonia/grilagem_na_amazonia/. Acesso: 16 jun. 2016.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite:** emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **O Cativo da Terra**. 9ª. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 131-148, set./dez. 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Consenso de Washington**. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/consenso-de-washington>. Acesso em: 10 nov. 2016.

MARTINS, Miguel. Uma resposta à tropa ruralista: o Ministério da Justiça acelera a demarcação de terras indígenas. **Revista Carta Capital**, São Paulo, ano XXII, n. 899, p. 34-35, maio. 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ª. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MATOSO, Filipe. **Após transferir reforma agrária para Casa Civil, Temer recebe José Rainha**. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/apos-transferir-reforma-agraria-para-casa-civil-temer-recebe-jose-rainha.html> Acesso em: 27 jun. 2016.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta pela Terra e Política Fundiária: os caminhos das últimas décadas. In: ROMANO, Jorge; ATHIAS, Renato e ANTUNES, Marta. **Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania**: trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 33-64.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Protesto marca 500 anos do descobrimento**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/protesto-marca-500-anos-do-descobrimento>. Acesso em: 30 mai. 2016.

MILANEZ, Felipe. **25 anos sem Chico Mendes**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/25-anos-sem-chico-mendes-1140.html>. Acesso em: 20 jul. 2015.

MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 471-502. (Biblioteca Básica).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **O que são unidades de conservação**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>. Acesso em: 9 set. 2016.

_____. **Membros**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/terras-ind%C3%ADgenas,-povos-e-comunidades-tradicionais/comiss%C3%A3o->

[nacional-de-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-de-povos-e-comunidades-tradicionais/membros](#). Acesso em: 28 out. 2015.

MONAL, Isabel. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In: COUTINHO, Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 189-200.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da Cidadania**. 4ª. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 115-133.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTENEGRO, Jorge. Conflitos pela Terra e pelo Território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roselí Alves dos. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.13-34.

_____. Nas tramas da construção de uma rede de povos e comunidades tradicionais no Paraná e Santa Catarina: histórias de sempre, histórias de hoje. In: SOUZA, Roberto Martins de. (org.). **Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil**. Manaus: UEA, 2014. p. 9-20.

MOREIRA, Roberto José. Críticas Ambientalistas à Revolução Verde. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 39-52, out. 2000.

MOVIMENTO APRENDIZES DA SABEDORIA (MASA). I Encontro Regional das Benzedeiras, Rezadeiras, Curadores, Costureiras e Parteiras. **Cartilha**, Irati, set. 2008.

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO LITORAL DO PARANÁ (MOPEAR). Conflitos Territoriais, Resistência e Luta por Direitos. **Cartilha**, s/l, 2012.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 11, p. 213-240, abr/jun. 2012.

NASCIMENTO, Milton Meira do. Rousseau: da servidão à liberdade. In: Weffort, Francisco (org.). **Os Clássicos da Política 1**. São Paulo: Ática, 2004. p. 186-241.

NETO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20netto.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Possibilidades da Política**: ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. Gramsci desembalsamado: em torno dos abusos do conceito de sociedade civil. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 115-130, set./fev. 2000/2001.

OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de; QUINTANEIRO, Tania. Karl Marx. In: QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim, Weber**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 27-66.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **É uma mentira dizer que no Brasil a terra é produtiva**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/39669-e-uma-mentira-dizer-que-no-brasil-a-terra-e-produtiva-entrevista-especial-com-ariovaldo-umbelino>. Acesso em: 20 mai. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção n.º 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. 5ª. ed. Brasília: OIT, escritório do Brasil, 2011.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Agroecologia e o fornecimento de alimentos**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PDt4HWklgI0>. Acesso em: 10 nov. 2016.

PARANÁ, AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. **Governo do estado discute melhorias para comunidades faxinalenses**. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=85485&tit=Governo-do-Estado-discute-melhorias-para-comunidades-faxinalenses>. Acesso em: 3 ago. 2016.

PEREIRA, Potyara. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PONTES, Maria Lúcia de. Sujeitos Coletivos de Direitos. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 724-728.

PRÉ-UNIVESP. Universo. **Histórico da luta LGBT no Brasil**. Disponível em: <http://pre.univesp.br/historico-da-luta-lgbt-no-brasil#.WK2TYTvyvIU>. Acesso em: 21 jan. 2017.

PRIOSTE, Fernando. **Dos grilhões às amarras do agronegócio**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/dos-grilhoes-as-amarras-do-agronegocio-7ocpdc13fc3bp66kljxcjyhdq>. Acesso em: 25 jun. 2016.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA). **Apresentação**. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com/apresentacao/>. Acesso em: 18 ago. 2015.

_____. Conhecimentos Tradicionais e Mobilizações Políticas: o direito de afirmação da identidade de benzedeadas e benzedores, municípios de Rebouças e São João do Triunfo, Paraná. **Boletim Informativo**, Manaus, n. 1, abril. 2012.

_____. Povos dos Faxinais, Fascículo 1, Brasília. 2007.

PRONKO, Marcela; FONTES, Virgínia. Hegemonia. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 389-395.

RACISMO AMBIENTAL. **Povos Indígenas: A volta do Grupão**. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2017/01/19/povos-indigenas-a-volta-do-grupao/>. Acesso em: 19 jan. 2017.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. **Carta Final do I Encontro Regional dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Guarapuava, 2008. Impresso. Não publicado.

_____. **Carta Final do II Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Pinhão, 2009. Impresso. Não publicado.

_____. **Histórico da Rede Puxirão**. Disponível em: <http://redepuxirao.blogspot.com.br/>. Acesso em: 04 jan. 2013.

_____. **Carta Final do III Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná**. Paranaguá, 2015. Impresso. Não publicado.

_____. **Realizada a 1º Reunião do GT que irá elaborar o anteprojeto de lei para instituição do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná**. Disponível em: <http://redepuxirao.blogspot.com.br/search?updated-min=2011-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2012-01-01T00:00:00-08:00&max-results=50>. Acesso em: 15 dez. 2016a.

_____. **Rede Puxirão divulga Carta Final do II Encontro Estadual de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná**. Disponível em: <http://redepuxirao.blogspot.com.br/2011/08/rede-puxirao-divulga-carta-final-do-ii.html>. Acesso em: 20 dez. 2016b.

_____. **Curso de Extensão capacita comunidades tradicionais para a produção de cartografia social**. Disponível em: http://redepuxirao.blogspot.com.br/2011_03_01_archive.html. Acesso em 19 dez. 2016c.

_____. **Rede Puxirão se reúne para discutir estratégias**. Disponível em: http://redepuxirao.blogspot.com.br/2010_06_01_archive.html. Acesso em 19 dez. 2016d.

_____. **Oficina de Direitos Étnicos para religiões de matriz africana**. Disponível em: <http://redepuxirao.blogspot.com.br/search?updated-min=2010-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2011-01-01T00:00:00-08:00&max-results=50>. Acesso em: 20 dez. 2016e.

_____. **Informe do II Encontro das Benzedeiras do Centro Sul do Paraná**. Disponível em: http://redepuxirao.blogspot.com.br/2012_11_01_archive.html. Acesso em: 20 dez. 2016f.

_____. **Marcha e Acampamento da Rede Puxirão em Curitiba – PR.** Disponível em: <http://redepuxirao.blogspot.com.br/search?updated-min=2010-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2011-01-01T00:00:00-08:00&max-results=50>. Acesso em: 20 dez. 2016g.

_____. **Rede Puxirão reitera sua posição sobre as leis ambientais.** Disponível em: <http://redepuxirao.blogspot.com.br/search?updated-min=2010-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2010-10-06T07:10:00-07:00&max-results=50&start=18&by-date=false>. Acesso em: 20 dez. 2016h.

_____. **Rede Puxirão entrega carta com proposta para Decreto que beneficia as comunidades tradicionais.** Disponível em: Fonte <http://redepuxirao.blogspot.com.br/search?updated-min=2011-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2011-08-26T11:05:00-07:00&max-results=50&start=19&by-date=false>. Acesso em: 20 dez. 2016i.

_____. **Benzedeiros são consideradas profissionais da saúde no Paraná.** Disponível em: <http://redepuxirao.blogspot.com.br/search?q=benzedeiros>. Acesso em: 21 dez. 2016j.

_____. **Processo de construção da Política Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais.** Impresso. Não publicado. [s/d.].

RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco (org.). **Os Clássicos da Política 1.** 13ª. ed. São Paulo, Ática, 2004.

RIBEIRO, Sâmbara Paula Francelino. Lutas sociais contemporâneas: entre os desígnios pós-modernos e os imperativos da classe trabalhadora. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária.** São Paulo: Cortez, 2014. p. 102-118.

RICHARDSON, Roberto Jarry (org.). **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROUANET, Sergio Paulo. **Mal-estar na Modernidade.** 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **As razões do Iluminismo.** 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** São Paulo: Nova Cultural, 1999a.

_____. **Do Contrato Social:** ou princípios do direito político. São Paulo: Nova Cultural, 1999b.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAFATLE, Vladimir. A crise é um modo de governo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2016/06/1779958-a-crise-e-um-modo-de-governo.shtml>. Acesso em: 11 jun. 2016.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen e CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. O significado social e ecológico dos faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária no Paraná. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 89-104, 2005.

SALLES, Jefferson. **Atores sociais do desmatamento no Paraná 1940 – 1960**: contribuições para uma história da indústria madeireira. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/LIVRO_REFORMA_AGRARIA_E_MEIO_A_MBIENTE/PARTE_1_3_JEFFERSON.pdf. Acesso em: 20 jun. 2016.

SAMPAIO, Cristiane. **PL que libera venda de terra rural para estrangeiros põe em xeque a soberania nacional**: a proposta implicaria na desnacionalização do solo e comprometeria os recursos naturais e a reforma agrária. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/21/pl-que-libera-venda-de-terra-rural-para-estrangeiros-poe-em-xeque-soberania-nacional/>. Acesso em: 29 jul. 2016.

SANTI, Thais. **Belo Monte**: a anatomia de um etnocídio. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html Acesso em: 25 mai. 2016.

SANTILLI, Juliana e SANTILLI, Márcio. Desenvolvimento socioambiental: uma opção brasileira. In: PÁDUA, José Augusto (org.). **Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente**. São Paulo: Peirópolis, 2009. p. 216-241.

SANTOS, Boaventura de Souza. A direita avança: países latinos vivem momento de inflexão política e dúvidas sobre a continuidade do “ciclo progressista”. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, n. 231, p. 20-23, jun. 2016.

SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. **Escola do Campo – espaço de disputa e de contradição**: análise da proposta pedagógica das escolas itinerantes do Paraná e do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina. 2013. 448 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: UFSC, 1984.

_____. Das mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

_____. **Redes de Movimentos Sociais**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **Redes Emancipatórias**: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Appris, 2012.

_____. **Movimentos Sociais na América Latina**: revisitando as teorias. Disponível em:

<https://www.google.com.br/#q=movimentos+sociais+na+am%C3%A9rica+latina:+revisitando+as+teorias>. Acesso em: 19 set. 2013.

SCHLESENER, Anita Helena. **Gramsci**: hegemonia e cultura. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2001.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (SEMA). PARANÁ. **Instituto de Terras, Cartografia e Geociências**: apresentação institucional. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR). **Comunidades Quilombolas, Programa Brasil Quilombola**. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>. Acesso em: 21 jan. 2017.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a Sociedade Civil**: cultura e educação para a democracia. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Libertação e Hegemonia**: realizar a América Latina pelos movimentos populares. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

_____. Gramsci e os Movimentos Populares: uma leitura a partir do Caderno 25. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 61-76, jan./mar. 2014.

SERRA, Elpídio. **Processos de Ocupação e a Luta pela Terra Agrícola no Paraná**. 1991. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1991.

_____. A Posse da Terra e os Conflitos Rurais no Paraná. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roseli Alves dos. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.131-153.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e biotecnologia. São Paulo: Gaia; Global, 2003.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS (SIA), PARANÁ. **Legislação/Normas – consultas**. Disponível em: http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=451. Acesso em: 17 jul. 2015.

SIGNIFICADOS. **Significado de underground**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/underground/>. Acesso em: 3 mar. 2015.

SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná**. 2005. 267 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2005.

SILVA, Marina Osmarina. Saindo da invisibilidade: a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Revista Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 07-09, abr./set. 2007.

_____. **Biografia**. Disponível em: <http://marinasilva.org.br/biografia/>. Acesso em: 12 mai. 2016.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 37-64.

_____. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Estado e Democracia. In: COSTA, Lucia Cortes da (org.). **Estado e Democracia: pluralidade de questões**. Ponta Grossa: UEPG, 2008. p.13-34.

_____. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12. n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2009.

_____. Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil. In: LUIZ, Danuta E. Cantoia Luiz (org.). **Sociedade Civil e Democracia: expressões contemporâneas**. São Paulo: Veras Editora, 2010. p. 29-54.

SINGER, Paul. Cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da Cidadania**. 4ª. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 191-263.

SONDA, Claudia; BERGOLD, Raul Cezar. Paraná: terra, floresta e gentes. In: PORTO, Lilian; SALLES, Jefferson de Oliveira e MARQUES, Sônia Maria dos Santos. **Memórias dos Povos do Campo no Paraná – Centro Sul**. Curitiba: ITCG, 2013. 15-40.

SOUZA, Maria Antônia. Movimentos Sociais na Sociedade Brasileira: lutas de trabalhadores e temáticas sócio-ambientais. In: SOUZA, Maria Antônia; COSTA, Lucia Cortes. **Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI**. Ponta Grossa: UEPG, 2005. 73-96.

SOUZA, Roberto Martins de. Da invisibilidade para a existência coletiva: redefinindo fronteiras étnicas e territoriais mediados pela construção da identidade coletiva dos Povos Faxinalenses. In: II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2007, Florianópolis. **Artigo**. Florianópolis: UFSC, 2007.

_____. **“Na luta pela terra, nascemos faxinalenses”**: uma reinterpretação do campo intelectual de debates sobre os faxinais. 2010. 336 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SOUZA, Oswaldo Braga de. **Taxa de desmatamento na Amazônia brasileira cresce 16% entre 2013-2014 e 2014-2015**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/taxa-de-desmatamento-na-amazonia-cresce-16-entre-2013-2014-e-2014-2015>. Acesso em: 12 fev. 2016.

STEDILE, João Pedro. **Reforma Política e Combate à Corrupção**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KDy8gWkVM9M>. Acesso em: 01 jun. 2016.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 47-103.

TERRA DE DIREITOS. Organização de Direitos Humanos. **Quem somos**. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/quemsomos-2/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

VALENTE, Ivan. **A terra nas mãos de poucos**. Disponível em: <http://www.ivanvalente.com.br/a-terra-das-maos-de-poucos/>. Acesso em: 3 mai. 2016.

VALENTE, Rubens. **CPI revela “ódio” a índios e tem direção “conservadora”, diz presidente da FUNAI**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1755982-cpi-revela-odio-a-indios-e-tem-direcao-conservadora-diz-presidente-da-funai.shtml>. Acesso em: 27 jun. 2016.

VANDRESEN, Dionísio. **Estudo da realidade brasileira a partir dos grandes pensadores, para entender a história da expropriação da terra dos índios, negros e posseiros da região Centro do Paraná**. 2004. 119 f. Monografia (Curso de Extensão da Realidade Brasileira) – Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2004.

VANDRESEN, José Carlos. **Povos e Comunidades Tradicionais em Unidades de Conservação**: a cartografia social como instrumento de mobilização dos Ilhéus do Rio Paraná. 2014. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, 2014.

VANDRESEN, José Carlos; BUTI, Rafael Palermo; SOUZA, Roberto Martins de. Narrativa sobre a sistematização das experiências da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais. In: SOUZA, Roberto Martins de. (org.). **Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil**. Manaus: UEA, 2014. p. 21-51.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Entre a realidade e a utopia**: ensaios sobre política, moral e socialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

VERDUM, Ricardo. **As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia brasileira**. [2012]. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/noticias/biblioteca/textos/obras-do-pac-e-povos-indigenas/>. Acesso em: 02 jun. 2016.

VIA CAMPESINA. **Organización**. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. **Declaración del Foro Internacional de Agroecología**. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/agricultura-campesina-sostenible-mainmenu-42/2354-declaracion-del-foro-internacional-de-agroecologia>. Acesso em: 20 nov. 2016.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. **Revista Dados**, Rio Janeiro, v. 39, n. 3, s/p, 1996.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume, 2008.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

VILLALOBOS, Jorge Ulisses Guerra; ROSSATO, Geovanio. A Comissão Pastoral da Terra (CPT): notas da sua atuação no estado do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 19-31, 1996.

XINGUVIVO. **O futuro incerto das tribos do Xingu**. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2016/04/07/especial-colabora-2-o-futuro-incerto-das-tribos-do-xingu/>. Acesso em: 20 jun. 2016.

WEDIG, Josiane Karine. **Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná**: luta pelo território e pela diferença. 2015. 173 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

APÊNCIDE A
ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

Entrevista com representantes da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais

Data:

Grupo social étnico:

1. Como se deu o processo de criação da Rede Puxirão?
2. Qual o objetivo do movimento em que o (a) Sr. (a) é liderança? Por que este grupo participa da Rede?
3. Qual o objetivo da Rede Puxirão?
4. Como se dá a organização/dinâmica da Rede (relação entre os grupos, diferenças e semelhanças, conflitos internos, etc)?
5. Como que instâncias/órgãos a Rede se relaciona no Estado? Como é essa relação? Existem canais de diálogo?
6. As pautas/demandas da Rede têm sido atendidas pelo Estado?

Entrevista com Assessorias da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais

Data:

Período da assessoria:

1. Como se deu o processo de criação da Rede Puxirão?
2. Quais são as instâncias/órgãos/ agentes com que a Rede se relaciona no âmbito do Estado? Quais são as principais tensões, os principais impasses?
3. No processo de diálogo e negociação, tem havido o atendimento de demandas?
4. Como analisa a relação da Rede com o Estado?

Entrevista com representantes do Estado, em áreas afetas aos povos e comunidades tradicionais

Data:

Formação:

Órgão:

Função:

1. Qual a atribuição deste órgão no que se refere as demandas dos povos e comunidades tradicionais?
2. Como analisa a presença da Rede Puxirão no Paraná?
3. Quais são os canais de diálogo existentes entre este órgão e os povos tradicionais do Paraná?
4. No âmbito deste órgão, quais ações já foram efetivamente realizadas no que compete às demandas dos povos e comunidades tradicionais do Paraná?

ANEXO A

TERRAS E TERRITÓRIOS DE POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ

TERRAS E TERRITÓRIOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ

